

Relatório Nº 32310-BR

BRASIL

**Jovens em Situação de Risco no Brasil
Volume II: Relatório Técnico**

Unidade de Gerenciamento do Brasil
Unidade de Gestão do Setor de Desenvolvimento Humano
Região da América Latina e do Caribe



Documento do Banco Mundial

EQUIVALÊNCIAS MONETÁRIAS

Unidade monetária = Real (R\$)
US\$ 1 = R\$ 3,74 (Dezembro de 2004)
US\$ 1 = R\$ 2,31 (Janeiro de 2006)

ANO FISCAL

31 de dezembro a 1º de janeiro

SIGLAS e ABREVIATURAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
AL&C	América Latina e Caribe
BEMFAM	Bem-estar Familiar no Brasil
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CECRIA	Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
DARE	Equivalente norte-americano ao PROERD-Programa Educacional de Resistência às Drogas
DSTs	Doenças Sexualmente Transmissíveis
FUNDEB	Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Básico e Valorização do Magistério
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBI	Índice de Bem-estar Infantil
IBJ	Índice de Bem-estar Juvenil
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
M&A	Monitoramento e Avaliação
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
ONGs	Organizações Não-Governamentais
OCDE	Organização para a Cooperação para o Desenvolvimento Econômico
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PNAD	Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios
SAEB/ENEM	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica/Exame Nacional do Ensino Médio
SEIJ	Secretaria de Estado da Infância e da Juventude do Rio de Janeiro
SINE	Sistema Nacional de Empregos
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
WHO	Organização Mundial da Saúde

Vice-Presidente	Pamela Cox
Diretor do País	John Briscoe
Diretor do Setor	Evangeline Javier
Gerente do Setor	Helena Ribe
Gerente do Setor no País	Maria Madalena dos Santos
Gerente de Equipe	Wendy Cunningham

JOVENS EM SITUAÇÃO DE RISCO NO BRASIL
VOLUME II: RELATÓRIO TÉCNICO

ÍNDICE

Antecedentes	1
Objetivos e Abordagem	2
Processo e Organização do Relatório	5
Demografia: Um em Cada Cinco Brasileiros é Jovem, e um de Cada Três Jovens da América Latina e do Caribe é Brasileiro.....	7
Educação: A Maior Parte dos Jovens Brasileiros Vagueia entre o Ensino Fundamental e o Médio antes de Desistir do Sistema.	9
A Força de Trabalho: os Jovens são Semelhantes aos Adultos	14
Saúde Sexual e Reprodutiva: Os Jovens Brasileiros Engajam-se em Comportamentos Sexuais de Risco mais Precocemente	21
Uso e Abuso de Drogas: o Uso de Bebidas Alcoólicas é Substancial, mas Registra-se Baixo Uso de Drogas Ilegais.....	25
Comportamento Violento: Os Jovens Estão Morrendo em Grandes Números, mas Sabe-se Pouco Sobre a Criminalidade Juvenil.....	27
Violência Juvenil	31
Tráfico Humano e Exploração Sexual	31
Encarceramento.....	31
Suicídio: e os Jovens Estão se Matando	33
Conclusão.....	33
III. O Custo De Não Investir Na Juventude.....	34
A Atual Estratégia Brasileira de Investimento Perpetua a Questão dos Jovens em Situação de Risco.....	35
Custos para a Sociedade dos Comportamentos e Eventos de Risco na Juventude.....	36
Custos para o Indivíduo e sua Família.....	38
Custos Financeiros Privados	38
Custos Econômicos Privados.....	38
Outros Custos de Comportamentos Arriscados	40
Conclusão.....	45
O Modelo	47
Fatores Subjacentes.....	48
Comportamentos de Risco e Resultados Negativos.....	51
Passando do Modelo para as Políticas	52
Possíveis Determinantes de Comportamentos de Risco no Brasil	53
Desempenho Escolar: Confiança e uma Rede de Apoio	57
Entrada no Mercado de Trabalho: os fatores subjacentes nos dizem muito pouco ..	60
Comportamento Sexual de Risco: falta de redes de apoio.....	62
Abuso de substâncias	64
Violência.....	68
Alta Intercorrelação de Comportamentos que Envolvem Riscos	72
Semelhanças entre o Heterogêneo Conjunto dos Jovens.....	73
Conclusão.....	74

V. O caminho da infância à idade adulta.....	76
De Criança na Escola para Adulto que Trabalha.....	77
Período de Transição: Idades de Entrada e Saída.....	77
Da Escola para o Desemprego e para o Trabalho.....	81
Da Escola para a Ociosidade . . . para o Trabalho?	82
Transições Incompletas: Escola e Trabalho.....	84
De Dependentes Para Cabeças de Família.....	84
Passando de Filha a Mãe.....	87
Conclusão.....	88
VI. Passando das Conclusões do Relatório para Princípios Orientadores de Políticas.....	90
Diretrizes.....	90
O Desenvolvimento dos Jovens Começa com o Nascimento, e por isso os Programas Preventivos são Cruciais.....	90
Programas de Recuperação são Dispendiosos, mas Necessários.....	94
Heterogeneidade entre Jovens Requer Heterogeneidade entre Programas.....	96
Pôr os Jovens no Centro das Políticas, não Instituições	99
Programas e Políticas para Jovens são um Investimento, e Requerem uma Estratégia de Investimento.....	104
O Brasil Pode Aprender com a Ampla Gama de Experiências de Outros Países.....	105
Lições do Exterior: Jovens na Força de Trabalho.....	106
Lições de Fora: Saúde Sexual e Reprodutiva	110
Lições de Fora: A Violência Juvenil.....	112
VII. Conclusões e Diretrizes para Políticas.....	114
Conclusões do Relatório	114
Considerações sobre Políticas.....	119
BIBLIOGRAFIA	125

Tabelas

Tabela 2.1: População Jovem (2004).....	7
Tabela 2.2: População por raça, 2001 (%).....	9
Tabela 2.3: Taxas de Analfabetismo e Escolaridade, por idade, 2001	10
Tabela 2.4: Indicadores de Educação em Países Selecionados da AL&C e OCDE ^a	11
Tabela 2.5: Nível Adequado de Escolaridade, por Idade, Sexo e Raça (%).....	12
Tabela 2.6: Ganhos por Nível Educacional, 1998	14
Tabela 2.7: Uso do tempo e desemprego em países selecionados da AL&C e da OCDE	18
Tabela 2.8: Setor de Emprego, %	20
Tabela 2.9: Iniciação Sexual e Uso de Contraceptivo em Países Selecionados da AL&C e da OCDE.....	22
Tabela 2.10: Fertilidade de Jovens no Brasil e em Países Selecionados da Comparação, por Idade	24
Tabela 2.11: Taxa de Infecção por Aids (por 100.000 pessoas), por Faixa Etária, Gênero e Ano.....	25
Tabela 2.12: Crenças/Práticas para Evitar a Aids entre Jovens de Renda Baixa em Porto Alegre, Recife e São Paulo (%)	26
Tabela 2.13: Taxas de Uso de Drogas, por Idade	27
Tabela 2.14: Uso de Tabaco pelos Jovens	28

Tabela 2.15: Percentagem de Mortes por Causas Violentas por 100.000 na Faixa Etária 29	
Tabela 2.16: Taxa de Mortalidade (por 100.000 pessoas) Devida a Homicídios	30
Tabela 2.17: Taxas de Homicídio e Suicídio entre Jovens de 10-29 anos de Idade no Brasil e em Países Seleccionados da AL&C e da OCDE.....	30
Tabela 3.1: Custos Públicos Devidos a Comportamentos de Risco Entre Jovens, em Reais de 2002 ^a	37
Tabela 3.2: Custos Econômicos Privados do Abandono Precoce da Escola	39
Tabela 3.3: Custos Econômicos Privados de Comportamentos de Risco entre Jovens, em reais de 2002	40
Tabela 4.1: Fatores-Chave Subjacentes Correlacionados com Comportamentos de Risco entre Jovens.....	53
Tabela 4.2: Percepção dos Jovens sobre Fatores que Afetam a Empregabilidade	61
Tabela 4.3: Fatores de Risco e Experiência Sexual Precoce entre Jovens Pobres no Brasil	64
Tabela 4.4: Motivações para Usar ou Evitar Drogas entre Jovens de Renda mais Baixa em Porto Alegre, Recife e São Paulo.....	65
Tabela 4.5: Fatores de Risco e Uso de Tabaco entre Jovens Pobres Brasileiros	67
Tabela 4.6: Motivação para Engajar-se em Comportamento Violento (mais de uma resposta é possível)	70
Tabela 4.7: Fatores Subjacentes que Influenciam o Suicídio	72
Tabela 4.8: Correlação entre Comportamentos que Envolvem Riscos.....	73
Tabela 5.1: Idade da Transição Escola-para-Trabalho e Duração da Transição, por Características Demográficas, Geográficas e Socioeconômicas	79
Tabela 5.2: Período de Transição Escola-para-Trabalho no Brasil e em Países Seleccionados da AL&C.....	80
Tabela 5.3: Dos Indivíduos que Deixam a Escola, a % que Encontra Trabalho, por Setor ^a	81
Tabela 5.4: Dos Trabalhadores Jovens, a % que Retorna à Escola, por Setor ^a	81
Tabela 5.5: Dos Jovens que Deixam a Escola, a % que Fica Desempregada.....	82
Tabela 5.6: Dos Desempregados que Encontram Trabalho, a % que Trabalha em Cada Setor	82
Tabela 5.7: Dos jovens que Deixam a Escola, a % que não Está Trabalhando	82
Tabela 5.8: Dos Jovens não Estão Trabalhando, a % que Encontra um Emprego, por Setor	82
Tabela 5.9: Idade na qual Jovens Brasileiros Passam a ser Cabeças de Família	85
Tabela 5.10: Comparações Internacionais com a Idade na qual Os Jovens Brasileiros Transitam para Cabeças de Família	86
Tabela 5.11: A Idade na qual Mulheres Transitam para a Maternidade.....	88
Tabela 6.1: Papel Proposto para cada Ator no Desenvolvimento de Estratégias para os Jovens, com base em Vantagens Comparativas Institucionais	102
Tabela 6.2: A Efetividade de Programas para Desempregados: Evidência de Países em Desenvolvimento e Desenvolvidos.....	109

Gráficos

Gráfico 1.1: Marco Ecológico e Organização do Relatório.....	3
Gráfico 2.1: População Brasileira por Gênero e Idade, 2001	8

Gráfico 2.2: População por região, 2001	9
Gráfico 2.3: Parcela da população de cada faixa etária trabalhando ou desempregada, por gênero.....	15
Gráfico 2.4: Parcela da população de cada faixa etária trabalhando ou desempregada, por decis de renda.....	16
Gráfico 2.5: Parcela da população de cada faixa etária trabalhando ou desempregada, por raça.....	17
Gráfico 3.1: Estratégias de Investimento Social Atual e Ótima no Ciclo de Vida	35
Gráfico 4.1: O Marco Ecológico para o Desenvolvimento Humano.....	48
Gráfico 4.2: Prevalência de Repetência de Série Baseada na Ausência/Presença de Fatores-Chave, por Gênero	59
Gráfico 4.3: Prevalência do Uso de Álcool, Sucessivamente Acrescentando Fatores de Proteção.....	66
Gráfico 4.4: Probabilidade de Uso de Drogas Ilegais entre Jovens Brasileiros em Áreas Pobres, Baseada na Presença de Fatores Subjacentes de Proteção.....	67
Gráfico 4.5: Proporção dos Jovens que se Engajam em Comportamento Violento, com Sucessivos Fatores de Proteção	71
Gráfico 5.1: Percentagem de Indivíduos em cada Grupo Etário que Apenas Estudam....	77
Gráfico 5.2: Percentagem de Indivíduos em cada Grupo Etário que Apenas Trabalham	78
Gráfico 5.3: Percentagem de Indivíduos em cada Grupo Etário que não Trabalham nem Frequentam Escola.....	83
Gráfico 5.4: Percentagem de Indivíduos em Cada Grupo Etário que Estudam e Trabalham Simultaneamente.....	84
Gráfico 5.5: Proporção de cada Coorte Etária que é Cabeça de Família ou Cônjuge	85
Gráfico 5.6: Proporção de Cada Coorte que Já Teve Filho	87
Gráfico 6.1: Índice Brasileiro de Bem-estar Juvenil, por Estado	98
Gráfico 6.2: Índice Completo de Bem-estar Infante-Juvenil, por Estado.....	99

Caixas

Caixa 2.1: Tráfico de Crianças e Adolescentes para Exploração Sexual Comercial no Brasil.....	32
Caixa 3.1: Educação e Fatores de Risco	41
Caixa 3.2: Desenvolvimento Cerebral do Adolescente	46
Caixa 4.1: Algumas poucas definições importantes para entender o marco de referência: 48	
Caixa 4.2: Por que os Jovens Engajam-se em Comportamentos de Risco?	51
Caixa 4.3: Metodologia da Coleta de Dados	56
Caixa 4.4: Será a Amostra das Escolas um Microcosmo do Brasil?	58
Caixa 4.5: Notas Metodológicas para a Análise da Força de Trabalho	61
Caixa 4.6: O Comportamento Sexual da Amostra não é Igual ao do Brasil.....	63
Caixa 4.7: Notas Metodológicas para a Análise da Violência.....	68
Caixa 4.8: Serão as Deficiências Físicas um Fator de Risco?	74
Caixa 5.1: Metodologia para a Análise de Transição para o Trabalho.....	80
Caixa 6.1: Os Benefícios de Investir Cedo	91
Caixa 6.2: Oferecendo uma Rede de Apoio para Fortalecimento de Jovens e suas Famílias.....	93

Caixa 6.3: Provendo uma Rede de Apoio para Lazer Supervisionado para Jovens	94
Caixa 6.4: Intervenções Clínicas na Família – Ajudando as Famílias a Ajudar os Jovens	
95	
Caixa 6.5: Metodologia para o Índice de Bem-estar da Juventude Brasileira	97
Caixa 6.6: Políticas pelos Jovens e para os Jovens.....	100
Caixa 6.7: Cidade v. Estado – Oportunidades de Coordenação no Rio de Janeiro	101
Caixa 6.8: Pondo os Jovens, Não Instituições, no Centro das Políticas	104
Caixa 6.9: Onde Devemos Gastar o Dinheiro?.....	105
Caixa 6.10: Fontes de Informação sobre Programas Avaliados	106
Caixa 6.11: Treinar Não Apenas para Trabalhar, mas para ser um Trabalhador.....	108
Caixa 7.1: Os Modelos Jovens da América Latina – o Futuro da Transição Escola- Trabalho para os Jovens em Situação de Risco?	123

PREFÁCIO

Este trabalho foi produzido pelo Banco Mundial como contribuição para o entendimento dos(as)* jovens em situação de risco no Brasil atual. Ele focaliza um subconjunto da população brasileira sobre o qual existem excelentes estudos em fase de preparação, execução ou já concluídos, todos eles buscando agregar conhecimentos específicos sobre o tema geral dos jovens brasileiros. Além de relevante em si mesmo, o tema ajusta-se também ao propósito do Banco Mundial de trabalhar com o Governo do Brasil para definir estratégias de investimento nos setores mais pobres e mais vulneráveis da população, a fim de lhes propiciar chances de uma vida melhor.

Uma equipe formada por profissionais brasileiros – psicólogos, especialistas em desenvolvimento institucional, economistas, especialistas em saúde pública, estatísticos, diretores de ONGs – e também por jovens produziu os estudos preparatórios e as pesquisas iniciais para a elaboração do relatório. Uma equipe do Banco consolidou as lições a partir dos estudos feitos e contribuiu com seu conhecimento sobre o desenvolvimento de jovens em outros países para complementar a análise do caso brasileiro.

O relatório baseia-se em análises estatísticas rigorosas e emprega instrumentos diferentes dos usualmente utilizados num estudo sobre jovens; isso foi feito com o propósito de acrescentar uma nova dimensão ao debate sobre o desenvolvimento dessa população. As principais características e contribuições do relatório são:

Resume num único documento a incidência dos diversos comportamentos de risco adotados pelos jovens e compara-os aos de outros países e à população adulta;

Desenvolve uma metodologia para estimar o custo monetário, em R\$, que os jovens em situação de risco impõem a si mesmos e ao Brasil;

Coleta e analisa dados para identificar fatores ambientais – no nível do indivíduo, da família, da comunidade, do país e da sociedade em geral – que predispõem os jovens a engajar-se em comportamentos de risco;

Usa dados de painel para mapear o percurso da infância à idade adulta; e

Baseia-se no que foi aprendido com o trabalho do Banco em outros países, trazendo informações sobre programas empiricamente testados e comprovadamente efetivos, com lições institucionais que podem ser úteis para prevenir ou mitigar comportamentos de risco entre os jovens brasileiros.

Este relatório técnico, o último de uma série de dois volumes, apresenta, em detalhes, os resultados estatísticos do trabalho. O volume I, que é um resumo deste segundo, faz uma breve revisão das conclusões empíricas e enfatiza as implicações dos resultados analíticos para políticas e programas voltados para o desenvolvimento de jovens no Brasil. O estudo apóia-se também nas experiências de outros países para embasar as recomendações feitas.

Por resultar de um estudo com foco bastante definido, este relatório não inclui uma revisão institucional abrangente das organizações governamentais e não-governamentais que trabalham com questões de cidadania ou de participação dos jovens. Pela mesma razão, restringe-se a oferecer idéias que possam contribuir para a discussão geral do tema, não pretendendo apresentar ou sugerir ao Governo brasileiro um programa específico para lidar com os jovens em situação de risco no país.

**Obs. A língua portuguesa não possui palavras que caracterizam o gênero neutro. Assim, para fins de entendimento global, estabelece-se, neste trabalho, a utilização do masculino plural englobando os dois gêneros, quais sejam: masculino e feminino*

AGRADECIMENTOS

A equipe do relatório incluiu Wendy Cunningham (Gerente de Equipe), Andrea Guedes, Peter Holland, Lorena Cohen, Sandra Rosenhouse, Lerick Kebeck e Lucas Medeiros. Estudos preparatórios foram realizados por Silvia Koller, J'aims Ribeiro, Elder Cerqueira-Santos, Normanda Araujo de Moraes, Maycoln Leoni Teodoro, Juliano Assunção, Leandro Carvalho, Ceres Prates, Maria Beatriz B. Nogueira, Erik Alda, Debora Dalbosco Dell'Aglio, Vicente Cassepp Borges e Joana Severo Leon. A revisão por pares foi feita por Dr. Robert Blum (Johns Hopkins University), Gary Barker (Instituto Promundo, Rio de Janeiro), Andrew Morrison, e Maria-Valeria Pena (Banco Mundial). Insumos adicionais foram fornecidos por Alberto Rodriguez, Kathy Lindert, Bernice von Bronkhurst, Zeze Weiss, Juliana Barbosa, Yasuhiko Matsuda, Lucas Siga, Maria Caridad Araujo, Pablo Lavada, Leonardo Lucchetti, Fernando Landa, Mariano Bosch e Ariel Fiszbein.

Nossos sinceros agradecimentos a todos os parceiros, amigos e professores brasileiros que generosamente compartilharam seu profundo conhecimento sobre a juventude do Brasil com a equipe desse relatório, em particular, Miriam Abromavy (UNESCO), Paulo Vanunuchi, Pedro Paulo Martoni Branco, Helena Abramo (Instituto Cidadania), Ana Maria Drummond (WCF), Ana Lucia Dezoult (IDB), Rosemary Madden (UNFPA), Denise Paiva, Cristina Albuquerque (Secretaria Especial dos Direitos Humanos), Rubem Fonseca Filho (Ministério da Educação), Nena Lentini (USAID), Luiz Alberto Gonçalves (Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial), Mario Volpi (UNICEF), Ruth Cardoso, Thereza Lobo (Comunitas), Luciana Tannus, Ricardo Cifuentes (Ministério do Trabalho e Emprego), Andre Noblate, Alessandro de Leon, e os jovens maravilhosos que representam o *Vozes Jovens* do Brasil, que generosamente compartilharam suas histórias, suas sessões de trabalho, seus pontos de vista e sua proposta como a equipe do relatório. A equipe gostaria de agradecer particularmente Rodrigo Abel (Assessor Especial da Presidência), cuja a paciência, idéias e amizade foram valiosas para a equipe do relatório.

Agradecemos também a tradutora, Sra. Maria Lucia de Oliveira, pela excelente qualidade da tradução desse relatório para o português.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Dos jovens brasileiros atuais, a maior parte encontra-se bem encaminhada para vir a ser um membro produtivo da sociedade e contribuir para os interesses coletivos. Três quartos desses jovens afirmam que estão felizes com eles mesmos e com suas vidas. Trata-se de um grupo suficientemente numeroso para representar substancial contribuição ao presente e ao futuro da sociedade: 19% da população brasileira tem entre 15 e 24 anos de idade, e esses jovens são um terço da população jovem da América Latina. No entanto, existe uma minoria de pessoas que não estão atravessando com sucesso os anos experimentais e rebeldes da juventude. Esses jovens, usualmente chamados de *jovens em situação de risco*, são o tema deste relatório.

Jovens em situação de risco são pessoas que, pela presença de determinados fatores em suas vidas, vêm-se levadas a assumir comportamentos danosos para si mesmas e suas sociedades, incluindo abandono precoce da escola, ociosidade (sem estudo nem trabalho), uso de drogas, comportamento violento, iniciação sexual precoce e práticas sexuais arriscadas. Para os desafortunados poucos, esses comportamentos de risco têm conseqüências negativas - como HIV/Aids, gravidez na adolescência, uma vida de pobreza, morte prematura - que afetam não apenas a pessoa que corre o risco, mas a sociedade em geral e as gerações futuras. Assim sendo, a sociedade é responsável por ajudar os jovens a entrar nos anos de juventude com o adequado pacote de informações, de modo que possam fazer suas experiências com segurança e emergir na idade adulta como pessoas saudáveis e produtivas.

Este relatório contribui para o novo e crescente corpo de conhecimentos sobre jovens no Brasil, centrando-se nos jovens em situação de risco. São cinco as principais contribuições específicas do trabalho realizado. Primeira, busca desenvolver um argumento a favor de investimentos públicos nos jovens, resumindo num único documento a incidência dos múltiplos comportamentos de risco assumidos por eles e, além disso, quantificando, em termos monetários (R\$), o custo de tais comportamentos para o indivíduo e a sociedade. Segunda, identifica fatores que predisõem os jovens a engajar-se em comportamentos de risco, com o propósito de destacar os papéis desempenhados por vários atores sociais. Terceira, apresenta estatísticas comparáveis de outros países que podem ser tomadas como marco de referência para avaliar o progresso dos jovens brasileiros. Quarta, dá um passo atrás e pergunta qual a faixa etária mais apropriada para caracterizar o contexto “jovem” no Brasil e quais as dinâmicas desse período. Quinta, apresenta exemplos de programas em outros países que tiveram sua eficácia comprovada empiricamente e podem ser úteis para a estratégia do Governo brasileiro de investir nos jovens.

Conclusões do Relatório

Jovens em situação de risco são parcela substancial da população brasileira

Os jovens brasileiros não estão se saindo bem. Embora existam muitas histórias de sucesso, o status dos jovens brasileiros é pior que o dos que vivem nos países da comparação:

- **Os jovens brasileiros têm resultados acadêmicos inferiores aos dos jovens de outros países da comparação.** O Brasil ficou no 40º lugar entre 41 países que aplicaram os testes do *PISA*-Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, estando à frente apenas do Peru (*PISA*, 2003). As taxas de analfabetismo entre os rapazes brasileiros, em particular, são o dobro das de outros países populosos da América Latina. Enquanto a taxa líquida de escolarização no ensino médio está abaixo da do Chile, da Argentina e dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), a taxa bruta de escolarização no nível universitário está abaixo da de muitos países da América Latina. A baixa acumulação de capital humano permite antecipar uma futura geração que não será competitiva na região nem no mundo.
- **Os jovens brasileiros combinam escola e trabalho em proporção muito maior que os jovens na maior parte da América Latina.** Um em cada quatro brasileiros entre 15 e 19 anos está estudando e trabalhando, o que representa de três a cinco vezes a proporção encontrada em outros países. No entanto, os jovens brasileiros são igualmente tão ociosos (sem trabalho nem escola) e trabalhadores tão precoces quanto os jovens no restante da América Latina.
- **As chances de os jovens brasileiros estarem desempregados são 3,7 vezes as dos adultos, o que representa uma taxa muito mais elevada que a encontrada no restante da América Latina ou na OCDE.** Embora as taxas de desemprego entre jovens brasileiros estejam por volta de 13%, muito abaixo das de alguns outros países na região, deveriam ser mais baixas ainda, dado o nível de riqueza econômica do Brasil. Exceto pelo Uruguai (3,3), em todos os países na América Latina as taxas de desemprego jovens/adultos estão entre 2 e 3, sugerindo que os jovens brasileiros saem-se muito pior do que deveriam, dada a situação do mercado de trabalho local.
- **Quase 60% dos brasileiros entre 15 e 19 anos são trabalhadores não-pagos ou sem carteira.** Esses números caem para 33% nos grupos de 20-24 anos. Os jovens de 10-14 anos constituem 55% de todos os trabalhadores não-pagos. Estatísticas comparativas de jovens em outros países não estão disponíveis.
- **O Brasil tem um dos índices mais altos de homicídio na América Latina, superado apenas pela Colômbia e por El Salvador.** Mais de 100 rapazes em cada 100.000 entre 15 e 29 anos são assassinados no Brasil a cada ano. A estatística é duas vezes mais alta em El Salvador e na Colômbia, que têm sérios problemas de violência institucionalizada, mas é significativamente mais baixa no resto da região. Embora as taxas de homicídio de moças no Brasil sejam de apenas 6,7 por 100.000 mulheres jovens, ainda assim são mais que o dobro das encontradas na maior parte da América Latina.

Do lado positivo, os jovens brasileiros têm incidências muito mais baixas de comportamentos de risco associados à sexualidade e à reprodução, o que reflete as iniciativas agressivas do Governo e da sociedade brasileira para promover práticas sexuais seguras. Embora os jovens brasileiros iniciem a atividade sexual tão precocemente quanto suas contrapartes na América Latina e no Caribe, têm taxa mais alta de uso de contraceptivos e mais baixa de fertilidade adolescente. Somente 36 de cada 1.000 jovens brasileiras entre 15 e 19 anos já são mães, o menor percentual entre todos os países da América Latina.

Comparados com os adultos, os jovens envolvem-se com maior frequência em atividades mais arriscadas, embora, com relação a certos comportamentos, os jovens de fato engajem-se em menos riscos que os adultos. Os jovens atuais se saem melhor que a geração mais velha em termos de escolaridade, e têm resultados muito similares aos de adultos no mercado de trabalho e na tendência ao uso de drogas. Mas os jovens de hoje têm incidências muito mais elevadas de comportamentos sexuais arriscados (idade da primeira experiência, uso de proteção), violência e desemprego. Uma observação importante: ao comparar jovens e adultos, constata-se que o comportamento do grupo de 13 a 18 anos é o mais diferenciado do dos adultos acima de 24; os jovens que têm entre 19 e 24 anos comportam-se de maneiras muito semelhantes às dos adultos.

Os Jovens Brasileiros são um Grupo Heterogêneo que Requer Políticas Heterogêneas

Jovens em situação de risco estão concentrados entre certos grupos no Brasil. Os de Santa Catarina e do Distrito Federal estão no topo do Índice de Bem-estar Juvenil – uma medida desenvolvida para os propósitos deste relatório -, devido ao bom desempenho na escola e à forte conexão com instituições locais, enquanto os de Pernambuco e Alagoas têm desempenhos particularmente ruins.

Em termos de diferenças demográficas e socioeconômicas, a variável mais importante é pobreza: pessoas jovens vivendo nas famílias mais pobres consistentemente têm desempenho pior que o das que vivem nas famílias mais ricas. Jovens não-brancos geralmente têm pior desempenho que os brancos. Com relação a alguns comportamentos – educação, uso de drogas, morte por homicídio, e suicídios – as mulheres apresentam menor incidência de comportamentos de risco que os homens, mas, em outros aspectos – comportamento sexual arriscado, entrada na força de trabalho -, elas saem-se pior. Os jovens com algum tipo de deficiência física partilham muitas semelhanças com os demais, mas têm maior incidência de comportamento sexual arriscado (falta de uso de contraceptivo) e suicídio.

A idade na qual os jovens engajam-se em vários comportamentos de risco ou participam de certos eventos perigosos varia grandemente em função da atividade. A análise dos dados sugere que, no Brasil, o período da juventude começa aos 13 anos e estende-se até os 29. A transição da escola para o trabalho começa aos 13 anos para os rapazes e aos 14 para as jovens, enquanto a passagem de dependentes da família para cabeças de família começa uns poucos anos mais tarde, bem como a mudança da infância para a

maternidade (não há dados disponíveis sobre a mudança para a paternidade). A idade de transição varia muito, em função de gênero, nível de pobreza e raça. Isso sugere a necessidade de ajustar as faixas de idade que abrangem a “juventude” levando em conta os padrões de transição do status social, demográfico e econômico de cada subgrupo sendo considerado. Indica também a necessidade de intervenções ajustadas aos diferentes subgrupos etários, já que o universo de pessoas consideradas “jovens” inclui indivíduos com experiências e níveis de desenvolvimento cognitivo muito diversos.

Encontrar Formas de Reduzir os Comportamentos de Risco é um Componente Central de Políticas de Desenvolvimento da Juventude

Jovens que se engajam em comportamentos negativos são os que chegaram à juventude com um pacote de experiências negativas. As pessoas jovens que se engajam em comportamentos de risco tendem a exibir, em comparação com as que não se engajam, certos fatores que podem ser responsáveis por suas escolhas. Embora não se possa afirmar que exista uma causalidade entre esses fatores e os comportamentos negativos, a forte correlação estatística encontrada é sugestiva. Em particular, jovens que adotam vários comportamentos de risco tendem a caracterizar-se por:

- baixa auto-estima
- baixos níveis de espiritualidade
- abuso físico, sexual ou psicológico por membros da família
- abuso por alguém em sua comunidade
- sentimento de estar “deslocado” na escola
- falta de confiança nas instituições locais
- sentimento de limitações impostas por seu gênero
- vida na pobreza

Esses resultados têm diversas implicações para a elaboração de políticas. Primeira, considerando-se que fatores semelhantes afetam diversos tipos de comportamento, não é necessário conceber políticas específicas para prevenir cada comportamento em cada setor. Segunda, programas destinados a eliminar comportamentos de risco têm que começar muito cedo na vida da criança. Se se espera até que esteja plenamente formada, será mais difícil re-programar uma pessoa. Finalmente, como são inúmeros os atores responsáveis pelo desenvolvimento dos jovens – famílias, comunidades, instituições locais, normas e condições socioeconômicas macro, e a própria pessoa jovem –, são necessários programas de apoio para maximizar o que cada ator oferece para o desenvolvimento dos jovens.

A Atual Estratégia Brasileira de Investimento Perpetua a Questão dos Jovens em Situação de Risco

Os comportamentos de risco entre jovens são parcialmente devidos a um hiato entre a atual estratégia de investimento para o desenvolvimento humano e a estratégia ótima. Um exame dos padrões de gastos sociais revela que cerca de 70% desses gastos são com o grupo de 61 anos de idade ou mais (pagamento de aposentadorias), enquanto gastos com

jovens são cerca de 6% do total dos gastos sociais. E, quando se eliminam gastos com o ensino universitário – limitados a uma pequena parcela elitizada da população –, os gastos com jovens caem a quase zero por cento do total dos gastos sociais. Essa estratégia equivocada de investimento tem sérias implicações para o crescimento econômico, social, cultural e político do Brasil.

Investimentos na Juventude são Parte Essencial da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

Uma estratégia de desenvolvimento é importante não apenas para o bem-estar dos próprios jovens, mas também para o bem-estar da sociedade. Quando os jovens engajam-se em comportamentos de risco, o benefício potencial que poderiam criar para si mesmos e suas sociedades deixam de ser plenamente alcançados. Os benefícios perdidos não são totalmente quantificáveis, mas uma estimativa conservadora sugere que os custos são equivalentes a entre 12 e 21 % do PIB para cada coorte jovem. Por exemplo, os jovens violentos de hoje custam R\$ 33 milhões por ano para a economia brasileira e R\$ 5 bilhões por ano para si mesmos e suas famílias. Se uma coorte de jovens abandona a escola precocemente, isso custa R\$ 755 milhões anualmente para a sociedade, e eles próprios deixarão de ganhar R\$ 297 bilhões em salários que serão perdidos ao longo de suas vidas. Além disso, níveis mais baixos de educação também fazem que sejam perdidas oportunidades em termos de contribuição cultural, economias em saúde, contribuições voluntárias à sociedade, produção doméstica e fortalecimento da democracia. O produto brasileiro, as taxas de crescimento e o desenvolvimento geral da sociedade seriam muito maiores se uma parcela dos jovens não estivesse engajando-se em comportamentos de risco.

As Conclusões do Relatório Destacam Princípios Políticos Fundamentais ...

As lições do relatório sugerem que o investimento nos jovens é uma parte crucial da estratégia mais ampla de investir no desenvolvimento econômico e social do país. Assim, uma cuidadosa, bem embasada e detalhadamente analisada estratégia de investimento constitui a maneira apropriada de lidar com a questão. Alguns princípios básicos que sustentam a estratégia, baseados nas conclusões deste relatório, incluem:

- *O desenvolvimento do jovem começa com o nascimento.* Os jovens são produtos de suas experiências infantis, de modo que programas para eliminar comportamentos de risco devem começar cedo na vida e incluir a gama completa de atores-chave – famílias, comunidades, instituições locais e a própria pessoa jovem.
- *É preferível a prevenção, mas programas de recuperação dispendiosos também são necessários.* Idealmente, os investimentos apropriados seriam feitos no início da vida, mas alguns jovens inevitavelmente cairão pelas frestas. Assim, é importante que exista uma estratégia de reabilitação bem focalizada; mas, para ser eficaz, é necessário que seja individualizada e voltada para a mudança de comportamentos, o que requer investimentos financeiros substanciais.

- *Pôr os jovens, e não instituições, no centro da política pública para a juventude.* Os governos estão organizados setorialmente; as pessoas, no entanto, são multifacetadas. Considerando-se que um conjunto comum de fatores conduz a todo tipo de comportamentos arriscados, o foco deve estar no desenvolvimento da pessoa, ao invés de se enfatizar programas relativos ao comportamento pelo qual se responsabilize determinada instituição. Isso pode exigir colaboração multissetorial no nível local, ou consórcios de ONGs nos quais cada uma contribuiria com sua especialidade para a equipe que dá apoio aos jovens.
- *A heterogeneidade existente entre os jovens requer heterogeneidade entre programas.* A idade na qual as pessoas jovens começam a se engajar em certos comportamentos difere conforme gênero, status de pobreza, raça, religião, status de deficiência e inúmeros outros fatores. Esse fato sugere a necessidade de um amplo leque de programas adequados a diferentes faixas de idade, a fim de se levar em conta a complexidade da coorte jovem.
- *Bons sistemas de monitoramento e avaliação são um insumo crucial para promover o desenvolvimento efetivo e eficiente dos jovens.* Existe uma imensa quantidade de programas para jovens, mas há muito pouca informação sobre o que funciona. Para desenhar uma estratégia séria de investimento, é importante saber quais programas funcionam com mais eficácia no contexto da heterogênea população jovem brasileira. Como essa informação ainda não existe, é crucial que se empreenda um esforço coordenado para obtê-la e, assim, viabilizar a elaboração responsável de políticas para a juventude.

... e Papéis Institucionais Baseados em Vantagens Comparativas

- A vantagem comparativa do *Governo Federal* está no conhecimento e nos recursos de que dispõe. Ele deve estabelecer as diretrizes básicas, os princípios e o marco de referência legal para a elaboração de políticas para os jovens e responsabilizar-se pelo monitoramento e pela aferição do impacto dos programas (M&A).
- A vantagem comparativa dos *Governos Estaduais e Locais* está nas informações de que dispõem sobre as necessidades locais e em suas relações com as organizações locais. Eles devem responsabilizar-se por desenhar a estratégia apropriada que se ajuste às características e necessidades da população jovem local, identificando, contratando e monitorando os programas a serem oferecidos e as agências implementadoras, além de colher informações pelo monitoramento e pela aferição do impacto dos programas (M&A).
- A vantagem comparativa das *ONGs Locais* são suas conexões com a comunidade e suas experiências com implementação de programas. A elas deve caber o papel de propor e implementar programas que se ajustem à estratégia local para os jovens; devem também dar retornos para o governo a respeito da estratégia sendo implementada.

- *As comunidades e famílias* têm a vantagem comparativa de serem as principais fontes de influência sobre as pessoas jovens. Seu papel é participar dos programas para fortalecer sua influência positiva sobre os jovens, dar retornos às ONGs e ao governo local sobre as necessidades desses, e encorajar os jovens a participar dos programas oferecidos localmente.
- *Os jovens* são o centro de todo o processo. Seu papel é participar dos programas, dar retornos às famílias, à comunidade, às ONGs e ao governo local sobre suas necessidades, e implementar programas de desenvolvimento para a próxima geração de jovens.

Considerações sobre Políticas

Ao invés de oferecer uma agenda possível para os jovens em situação de risco no Brasil, este relatório intencionalmente restringe seu foco, dirigindo-o para a apresentação das políticas que, de acordo com a análise realizada, atendem às necessidades prioritárias.

(i) Desenvolver uma estratégia de investimento para a juventude. A estratégia para o desenvolvimento da juventude a cada nível de governo e da sociedade deve centrar-se num programa de investimento que reduza a incidência de comportamentos comprometedores. Isso requereria a identificação dos comportamentos-alvo, dos fatores responsáveis por eles e dos tipos de programas que poderiam afetar tais fatores, e também alocações orçamentárias para implementar o plano. Investimentos pontuais certamente terão retornos mais baixos que um plano plurianual bem informado e realista, com indicadores de desempenho que possam ser mensurados. Os programas devem ter fortes componentes de M&A para garantir que os investimentos tenham um retorno positivo e permitir a comparação da razão custo-benefício de diferentes modos de prestar os serviços, a fim de melhorar a eficiência da estratégia de investimento.

(ii) Pôr as crianças e os jovens na escola e fazer com que permaneçam. As escolas são um fator de proteção tão importante, que apenas manter na escola as crianças e os jovens já terá impactos significativos sobre ela. No curto prazo, isso requererá, necessariamente, (i) construir escolas para todos os jovens e fornecer o pessoal adequado necessário, (ii) prover transporte ou aliviar os custos financeiros de frequentar a escola, (iii) melhorar a segurança nas escolas (tanto em termos de violência física quanto psicológica) e (iv) incentivar os pais e os próprios jovens para que permaneçam na escola, seja através de programas de transferência de renda ou outros benefícios em espécie que possam ser atraentes para os jovens.

As intervenções de longo prazo incluiriam a extensão do horário letivo, de forma que o jovem passasse mais tempo no ambiente protetor; a expansão do quadro de pessoal para incluir especialistas em saúde mental e conselheiros orientadores; e a ampliação dos programas que usam as instalações da escola para atividades extra-escolares, principalmente os de lazer supervisionado.

(iii) Expandir a oferta de programas de desenvolvimento da primeira infância. A expansão dos programas de desenvolvimento da primeira infância é um método preventivo crucial para jovens em situação de risco. Isso difere da oferta de educação para a primeira infância, no sentido de que não apenas contempla os aspectos pedagógicos, mas também as questões comportamentais que visam a ensinar condutas positivas às crianças desde muito pequenas. O envolvimento dos pais também é crucial, tanto em termos de apoiar a criança quanto de aprender a transmitir o mesmo tipo de condutas positivas em casa.

(iv) Criar adultos que se importem: ajudando famílias e comunidades a criar jovens saudáveis. Programas para apoiar a família e a comunidade ou dar a elas ferramentas para apoiar os jovens são uma necessidade urgente. Três tipos de programas podem ser imediatamente implementados: utilização dos mecanismos brasileiros de transferência de recurso pré-condicionados para influenciar o comportamento das famílias, tornando a participação em cursos para pais um pré-requisito para receber os pagamentos do *Bolsa Família*; formação de fundos de investimento social para prover serviços para jovens (de uso imediato ou futuro), tais como desenvolvimento da primeira infância ou programas de recreação supervisionados; e oferta de lazer supervisionado por adultos em espaços comunitários partilhados.

(v) Reabilitar jovens através de tratamento direcionado e individualizado para jovens em situação de risco e suas famílias. Pessoas jovens engajadas em comportamentos de risco devem ser protegidas de influências ambientais negativas e receber cuidado individualizado, de longo prazo, de modo que se lhes ensine um diferente conjunto de comportamentos. Uma estratégia sendo usada em outros países é um programa voluntário de longo prazo com o ativo engajados dos jovens nos trabalhos, mas com a peculiaridade de que eles são levados para fora de suas comunidades e vivem numa casa comunitária supervisionada por uma equipe de especialistas em desenvolvimento juvenil. Por exemplo, uma versão brasileira do *Conservation Corps* poderia cuidar da Amazônia ou do Pantanal, ou um programa do tipo “Ano da Cidade” (*City Year*) poderia colocar pessoas jovens em cidades grandes para prover serviços que melhorem a qualidade de vida – remoção de grafites, limpeza de parques, e atividades que melhorem o ambiente de convivência de maneira geral.

(vi) Facilitar a transição escola/trabalho para jovens em situação de risco. Alguns jovens têm uma dificuldade particular para passar da condição de estudante em tempo integral à de empregado em tempo integral, o que se reflete nas estatísticas elevadas apresentadas neste relatório nos itens “trabalha e estuda” e “não trabalha nem estuda”. A dificuldade nessa transição não é surpresa, já que os jovens não têm experiência de integrar-se ao mercado de trabalho. Mais ainda, aqueles em situação de risco tendem a carecer das habilidades sociais e técnicas necessárias para encontrar e manter empregos, além de contarem com muitos outros fatores que complicam suas vidas de trabalho. Tudo isso sugere a necessidade de melhores serviços destinados a preparar os jovens para a transição, com treinamento para o trabalho, estágios, e outras medidas como: (a) acrescentar componentes especiais ao Sistema-S para prover serviços de capacitação complementar e de apoio para jovens em situação de risco (atualmente, os programas são

direcionados para jovens mais treinados),¹ (b) ampliar a integração do setor privado ao processo de treinamento no trabalho – via estágios pré-arranjados –, a fim de garantir a relevância do treinamento e dar apoio aos empregadores e aos jovens em situação de risco empregados por eles, e (c) melhorar a colaboração entre agências de apoio – de cuidados à infância, saúde, transporte, violência doméstica, etc. – para ajudar os jovens em situação de risco a se transformarem em melhores pessoas e, assim, em melhores trabalhadores.

(vii) Avaliar impactos num pequeno conjunto de programas promissores, como forma de começar a produzir informação sobre políticas efetivas para a juventude brasileira. Embora exista alguma evidência de programas efetivos para jovens em países da OCDE, não existe nada semelhante sobre os do Brasil. Para que as políticas elaboradas respondam às necessidades, alguém tem que começar a criar esse estoque de conhecimento. Uma providência concreta é começar o processo de criação de informação selecionando um pequeno conjunto de programas promissores para jovens e financiando avaliações sérias de seus impactos. Isso permitirá determinar se tais programas devem ou não constituir o núcleo da carteira geral de políticas para a juventude do país.

¹ Por exemplo, um novo componente do SINE poderia ser adotado ou terceirizado a fim de melhor atender à população de jovens em situação de risco, não apenas provendo informação sobre vagas de empregos, mas também oferecendo outros serviços necessários para esses jovens: aulas sobre habilidades sociais para o mercado de trabalho, técnicas de procurar emprego, serviços de acompanhamento para os que estão buscando emprego.

I. Introdução

Antecedentes

Dos jovens brasileiros atuais, a maior parte encontra-se bem encaminhada para vir a ser um membro produtivo da sociedade e contribuir para os interesses coletivos. Um estudo realizado em 2004 pelo *Instituto Cidadania* entrevistou 3.500 jovens no Brasil e descobriu que três quartos deles estão felizes com suas vidas. O público e os formuladores de políticas estão reconhecendo as contribuições substanciais que os jovens podem dar ao desenvolvimento econômico e social do país. A partir disso, estão tomando medidas para reconhecer formalmente a coorte de jovens, criar instituições para atendê-los em suas necessidades, realizar um trabalho analítico para melhor entender como apoiá-los, e engajar-se num diálogo sério, tanto em termos de desenvolvimento da juventude quanto do progresso geral do país.

Pode-se constatar a crescente atenção sendo devotada à juventude através de alguns destaques nos últimos anos, que incluem:

- A declaração oficial de 2005 como o Ano Nacional da Pessoa Jovem no Brasil;
- A criação de uma Secretaria Nacional da Juventude e um Conselho Nacional da Juventude;
- A formação de uma Comissão Parlamentar Especial sobre a juventude, que viajou pelo país para ouvir jovens em todos os Estados;
- A formação de uma coalizão da sociedade civil chamada *Vozes Jovens* para elaborar uma proposta de política para a juventude a ser apresentada ao Governo;
- A preparação duma pesquisa de alta prioridade elaborada pelo Instituto Cidadania, “*Perfil da Juventude Brasileira*”, lançada oficialmente no dia 29 de abril de 2005, e um projeto de política;
- O lançamento do projeto *Primeiro Emprego*, destinado a prover oportunidades de emprego para os jovens;
- A criação do *ProJovem* – Programa Nacional de Inclusão de Jovens – de assistência aos jovens marginalizados, com o objetivo de ajudá-los a construir seu capital humano e desenvolver uma consciência cidadã para melhor integrar-se à sociedade; a criação de instituições nos níveis estadual e municipal para melhor coordenar e focalizar programas e políticas;
- O financiamento de 49 programas federais para os jovens em 16 ministérios, seguido da proliferação de programas também nos níveis estadual e municipal;
- A contínua proliferação e o permanente empenho de milhares de ONGs por todo o Brasil;
- As pesquisas e os esforços contínuos de instituições multilaterais como UNESCO, UNICEF, BID, Banco Mundial e outras.

A despeito da atividade e das perspectivas positivas, existe um lado mais negro na história: a situação daqueles jovens fora do sistema, incapazes de superar os desafios com que se defrontam. Sérias preocupações têm surgido a respeito de violência urbana, elevado desemprego juvenil, a idade cada vez mais precoce da iniciação sexual e sua

associação com o HIV, baixo desempenho e marginalização de certos grupos de jovens, e a luta contínua para manter os jovens na escola². Embora vários atores públicos e privados tenham programas para lidar com essas questões, existe uma crescente percepção de que as intervenções não são suficientes e de que muitos dos jovens brasileiros encontram-se num caminho perigoso.

O período da juventude é complexo, difícil de entender, e mais difícil ainda de ser influenciado. As vidas dos jovens brasileiros de hoje refletem as pressões sociais e econômicas de décadas passadas, inclusive altos níveis de desemprego, fragilidades dos sistemas educacionais, ambientes comunitários degradados e estruturas públicas incapazes de prover os apoios necessários. As crianças partem das experiências acumuladas no início de suas vidas, juntam-nas com as que fazem durante os anos de juventude, e é com isso que contam para criar o estoque de experiências a partir do qual deveriam estar preparadas para a vida adulta independente.

Raramente existe um fator único responsável por um comportamento, e raramente um fator único afeta apenas um comportamento; ao invés disso, um coquetel de influências vindas de vários atores cria a pessoa jovem que escolherá ou não adotar certos comportamentos. Dados sobre tais fatores ou suas fontes são raros. Como resultado, as análises do período da juventude tendem a ficar limitadas a descrições da incidência de comportamentos juvenis, com pouca informação sobre os fatores subjacentes ou as dinâmicas do processo. Nos raros casos nos quais um trabalho analítico leva em conta as dinâmicas, a análise limita-se a um único comportamento, em vez de considerar o desenvolvimento holístico da pessoa. Análises desse tipo enfraquecem nossa habilidade de tomar decisões bem informadas sobre políticas para a juventude.³

Objetivos e Abordagem

O objetivo deste relatório é compreender a questão dos jovens em situação de risco, definidos como jovens que enfrentam “condições ambientais, sociais e familiares que impedem seu desenvolvimento pessoal e sua integração bem-sucedida na sociedade como cidadãos produtivos” (Barker e Fontes 1995).⁴ Existem diversos trabalhos sendo feitos pelo Governo e pela sociedade civil que focalizam os desenvolvimentos positivos da juventude brasileira; nosso intuito foi produzir um trabalho complementar, voltando a

² Ver, por exemplo, World Bank (2000); World Bank (1996), Ministério da Justiça, IPEA, e MNMMR (2002); UNICEF (2002a); UNESCO (2002b); e UNESCO (2002c).

³ Para uma bibliografia comentada sobre estudos sobre jovens, inclusive os realizados no Brasil, ver Cardoso e Sampaio (1995), e Bernardo Kipnis (2004).

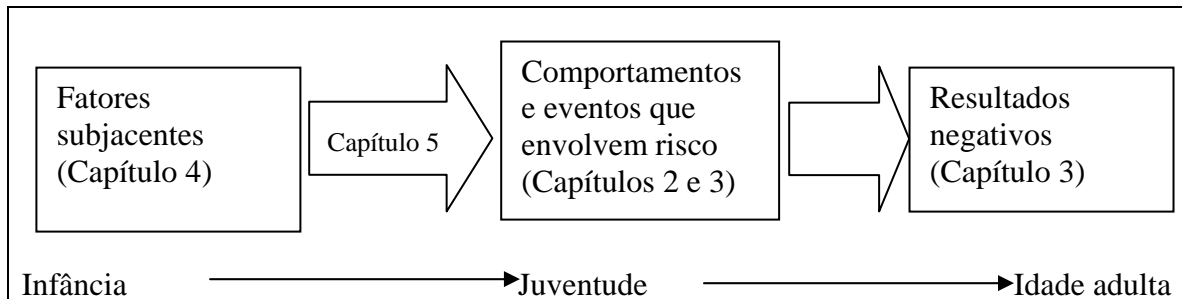
⁴ Jovens “em situação de risco” são aqueles com maior probabilidade de se engajar, ou de acabar envolvidos, em situações que dificultarão ou impedirão seu desenvolvimento como adultos saudáveis e felizes. Comportamentos de risco são aquelas ações com alta probabilidade (isto é, alto “risco”) de levar a resultados negativos. Por exemplo, a atividade sexual insegura é um comportamento que envolve risco, pois pode levar à maternidade prematura ou à contração de DSTs. Embora todo jovem possa engajar-se em comportamentos de risco, aqueles considerados “em situação de risco” têm maior probabilidade de fazê-lo, ou a infelicidade de serem “selecionados” para certos tipos de eventos negativos (como o desemprego, por exemplo).

atenção para o subconjunto dos jovens em situação de risco. Desse modo, estamos agregando ao universo de conhecimentos sobre os jovens novas informações relativas às causas da adoção de comportamento de risco, bem como cálculos dos custos desses comportamentos, comparações com outros países e lições de políticas adotadas em vários deles.

Para os objetivos deste estudo, o período da juventude é amplamente definido como abrangendo indivíduos entre 15-24 anos de idade.⁵ Os grupos etários analisados diferem de um capítulo para outro, seja devido à maior ou menor disponibilidade de dados sobre um assunto específico, seja porque a própria análise indicava ser adequado diminuir ou aumentar a idade dos grupos analisados. O capítulo 5 examina em maior profundidade a faixa etária apropriada para definir o contexto “jovem” no caso brasileiro.

O quadro de referência adotado para organizar a discussão foi o Marco Ecológico para o Desenvolvimento Humano [*Ecological Framework for Human Desenvolvimento*, (Bronfenbrenner, 1979)] segundo o qual existe uma série de fatores subjacentes no início da vida a partir dos quais a criança cria expectativas, preferências, sistema de valores, sistema de incentivos, a compreensão de seu lugar na sociedade, sua responsabilidade perante ela e meios de interagir com ela (lado esquerdo do Gráfico 1.1). Uma vez que a criança alcance o período da juventude e comece a afirmar sua independência, o aprendido nas fases anteriores da vida torna-se um insumo para as decisões a respeito de comportamentos a serem adotados pelo indivíduo jovem. Em função de seus antecedentes, alguns jovens escolherão participar de *comportamentos que envolvem risco*, ou seja, comportamentos que envolvem um risco de resultados negativos (caixa do meio) e custos para o próprio indivíduo (caixa da direita).

Gráfico 1.1: Marco Ecológico e Organização do Relatório



⁵ Para os propósitos deste relatório, “jovens” são pessoas entre 15 e 24 anos de idade, a menos que se faça alguma distinção mais específica. Durante a preparação do relatório, houve desacordo entre os brasileiros elaboradores de políticas e os outros que fazem o trabalho prático quanto à faixa etária que corresponde ao período “jovem”. Foram citadas faixas de 15-26, 10-18, e 10-22, dependendo do foco setorial do respondente, da legislação estadual e local e de parâmetros institucionais, bem como das diferenças históricas e culturais existentes no país. Frente à falta de consenso, foi utilizada a definição das Nações Unidas (de 15 a 24 anos), mas a faixa apropriada para o Brasil será examinada num exercício empírico apresentado na próxima seção deste relatório.

Este modelo também apresenta as principais hipóteses testadas neste estudo:

Hipótese 1: Fatores de risco nos níveis individual, familiar e da comunidade local predis põem as pessoas jovens a assumir comportamentos de risco, e os mesmos fatores levam a múltiplos comportamentos arriscados.

Hipótese 2: Os comportamentos de risco assumidos pelos jovens impõem um custo substancial à sociedade e aos próprios jovens, e tais custos não são adequadamente levados em conta pelos tomadores de decisão.

Hipótese 3: Os jovens brasileiros não estão-se saindo particularmente bem em comparação com suas contrapartes na América Latina.

Hipótese 4: Para promover o desenvolvimento positivo dos jovens, são necessários tanto programas preventivos quanto de recuperação.

Hipótese 5: O período da juventude não é linear, o que significa que as pessoas jovens tentam várias situações, avançam, retraem-se e, finalmente, emergem como adultos independentes.

Hipótese 6: Existem lições aprendidas com programas para a juventude em outros países que podem ser úteis para lidar com o caso brasileiro.

Este relatório contribui de cinco formas específicas para ampliar o crescente universo de pesquisas sobre a juventude no Brasil: (1) busca desenvolver um argumento a favor de investimentos públicos nos jovens, resumindo num único documento a incidência (diferenciada) dos múltiplos comportamentos de risco assumidos por eles e buscando também quantificar, em termos monetários (R\$), o custo de tais comportamentos para o indivíduo e a sociedade;⁶ (2) identifica fatores que predis põem os jovens a engajar-se em comportamentos de risco, com o propósito de destacar os papéis dos diferentes atores sociais que influenciam o contexto e as escolhas desses jovens; (3) utiliza estatísticas comparáveis de outros países como marco de referência para avaliar o progresso dos jovens brasileiros; (4) dá um passo atrás e busca identificar a faixa etária mais apropriada para caracterizar o contexto “jovem” no Brasil, fazendo um mapeamento das dinâmicas desse período; e (5) apresenta exemplos de programas em outros países que tiveram sua eficácia comprovada empiricamente e podem ser úteis para os profissionais que trabalham com jovens e para a estratégia do Governo brasileiro de investir na juventude.

⁶ Este relatório distingue entre escolhas feitas por jovens e eventos que eles experienciam. Esses dois aspectos podem ser interpretados como os extremos de um continuum onde alguns comportamentos observados, tais como uso de drogas, estão mais próximos da ponta “escolha” do espectro, enquanto certas situações, como desemprego, estão mais próximas da ponta “eventos” (já que se pode presumir que, na grande parte dos casos, o desemprego não é uma escolha).

Processo e Organização do Relatório

Este relatório apóia-se amplamente nos resultados de novas pesquisas que foram encomendadas a profissionais brasileiros – psicólogos, especialistas em desenvolvimento institucional, economistas, especialistas em saúde pública, estatísticos, diretores de ONGs -, e também a vários jovens. Os estudos preliminares preparados para este fim incluem os seguintes:

Juventude Brasileira: Comportamentos de Risco, Fatores de Risco e de Proteção (Koller, Ribeiro, Cerqueira-Santos, Araújo de Moraes, e Teodoro). Usando dados obtidos para este relatório, o trabalho identifica os fatores-chave subjacentes aos comportamentos de risco assumidos por jovens vivendo em áreas pobres de Recife, São Paulo e Porto Alegre.

Brazilian Youth at Risk: Estimating the Costs of Not Preventing Risky Behavior. (“Jovens Brasileiros em Situação de Risco: Estimando os Custos de não Prevenir Comportamentos Arriscados”) (Assunção e Carvalho). O trabalho estima o custo monetário de diversos fatores de risco: abandono precoce da escola, desemprego entre jovens, gravidez na adolescência, HIV entre jovens, violência e uso de drogas.

Índice de Bem-estar Infanto-Juvenil no Brasil (Dalbosco, Borges, e Leon). Utilizando uma metodologia desenvolvida pela Duke University, nos Estados Unidos, os autores ajustam o índice para o contexto brasileiro e calculam seus valores para cada Estado do país.

Detalhamento dos Quatro Grupos Focais e Um de Controle Organizados pela Escola de Gente (Belisário, Werneck, Moreira, e Claudia Maia). O trabalho apresenta os resultados de grupos focais com jovens em situação de risco em áreas pobres do Rio de Janeiro. Jovens com deficiências foram intencionalmente super-representados na amostra.

Does Social Capital Protect Against Youth’s Engagement in Risky Behaviors? Looking at Evidence from the Northeast of Brazil (“Será que o Capital Social Protege Contra o Engajamento de Jovens em Comportamentos Arriscados? Examinando as Evidências no Nordeste do Brasil”) (Alda). O trabalho examina o papel do capital social como um fator de proteção, usando dados coletados em áreas pobres de Fortaleza.

Bibliografia Comentada sobre Juventude no Brasil (Kipnis). O trabalho revê a literatura sobre jovens no Brasil e resume as lições-chave das principais fontes.

Também foi feito um grande esforço de coleta de dados a fim de dispor de informações adicionais para examinar o desenvolvimento dos jovens de uma perspectiva diferente. A equipe da pesquisa entrevistou 3.500 jovens (entre 14 e 24 anos) em áreas pobres de Recife, São Paulo e Porto Alegre para conhecer o cotidiano do jovem pobre. Essas cidades heterogêneas foram selecionadas intencionalmente para que se pudesse se ter um

panorama da juventude em diferentes partes do Brasil, em contextos históricos, econômicos e sociais distintos.

A estruturação do relatório segue duas linhas: uma discussão sobre por que e como investir na juventude, e o Marco Ecológico para o Desenvolvimento Humano. Os capítulos II e III estabelecem a base para o investimento na juventude, revendo os comportamentos de risco nos quais se engajam jovens brasileiros e de outros países e estimando o custo para o indivíduo e a sociedade dos resultados negativos de tais comportamentos. Esses dois capítulos também correspondem às caixas do centro e da direita no modelo acima. Os capítulos IV e V presumem que o leitor esteja convencido de que se deve investir na juventude, e então o remete à caixa da esquerda, onde são examinados os fatores que conduzem a comportamentos negativos, e à primeira seta, que contém o processo de passagem da infância à idade adulta. O capítulo VI volta-se para a agenda de políticas. Identifica princípios de políticas e examina uma amostra de dois tipos de programas comprovadamente eficazes para: a) afetar os fatores do início da vida que conduzem a comportamentos de risco (bases para programas preventivos) e b) lidar com jovens já engajados em comportamentos de risco (bases para programas de recuperação). Finalmente, o capítulo VII conclui com as lições gerais contidas no relatório e propõe intervenções de políticas.

Pelo fato de resultar de um estudo com foco bastante definido, este relatório não inclui alguns temas importantes que poderão ser objeto de futuro trabalho analítico. Em particular, não se ocupa de uma revisão institucional abrangente das organizações governamentais e não-governamentais que trabalham com jovens, e também não trata das questões de cidadania ou participação dos jovens.⁷ Pela mesma razão, restringe-se a oferecer idéias que possam contribuir para a discussão geral do tema, não pretendendo apresentar ou sugerir ao Governo brasileiro um programa específico para lidar com os jovens em situação de risco no país.

⁷ Para informação sobre iniciativas de participação de jovens apoiadas pelo Banco Mundial, ver Weiss (2004).

II. Argumento a Favor do Investimento: Análise Situacional

Este capítulo apresenta uma rápida visão geral da situação da juventude no Brasil hoje com respeito a comportamentos e eventos de risco, de modo a estabelecer as bases para o restante do trabalho. Ele não pretende ser exaustivo, mas, sim, introduzir as principais questões que estarão sendo examinadas mais detalhadamente ao longo do relatório.

Demografia: Um em Cada Cinco Brasileiros é Jovem, e um de Cada Três Jovens da América Latina e do Caribe é Brasileiro

Os brasileiros de 15-24 anos de idade constituem 19,1 % da população. Os homens jovens representam 19,6 % de todos os homens, e as mulheres jovens são 18,7 % de todas as mulheres; a diferença entre os gêneros deve-se à maior longevidade feminina. A parcela jovem da população brasileira é alta, comparada com a da OCDE e com algumas das principais contrapartes do Brasil na região: os jovens correspondem a apenas 13 % da população francesa, 14% da dos Estados Unidos, e 17 % das populações argentina e chilena (Tabela 2.1).

Tabela 2.1: População Jovem (2004)

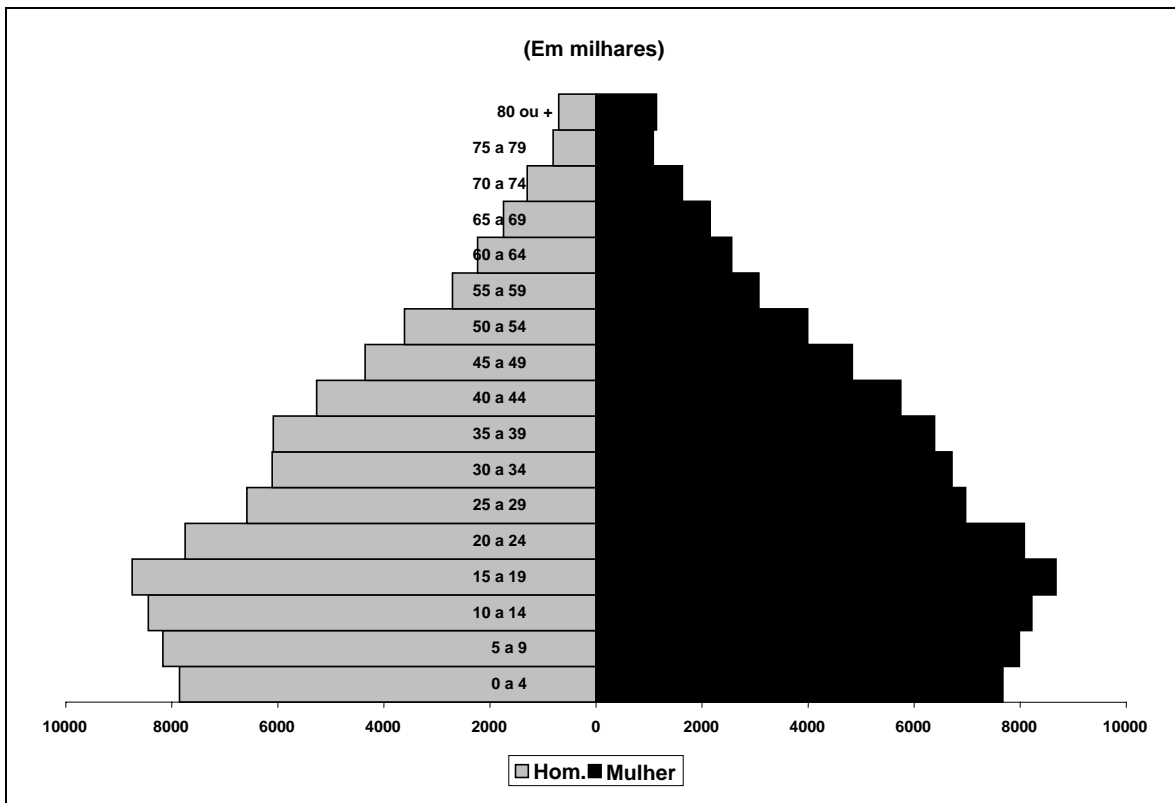
País	População total	Jovens (idade 15-24) como parcela da população (%)	Parcela da população jovem na AL&C (%)
Argentina	39.144.753	17,2	6,6
Bolívia	8.724.156	21,2	1,8
Brasil			
Todos	184.101.109	19,1	34,6
Homens	91.044.573	19,6	34,7
Mulheres	93.056.536	18,7	34,6
Chile	15.827.180	16,9	2,6
Colômbia	42.310.775	17,7	7,4
Equador	13.971.798	19,8	2,7
México	104.959.594	19,2	19,8
Peru	28.863.494	19,4	5,5
Venezuela	25.017.387	19,2	4,7
AL&C	535.273.091	19,0	100
França	60.424.213	12,9	---
Estados Unidos	293.027.571	14,2	---

Fonte: Cálculos do autor usando dados do Banco de Dados Internacionais do U.S. Bureau of the Census: <http://www.census.gov/ipc/www/idbnew.html>

Um terço de todos os jovens da América Latina e do Caribe é brasileiro (Tabela 2.1). Existem 35.163.312 brasileiros entre 15 e 24 anos de idade, em comparação com 101.701.887 em todos os demais países da América Latina e do Caribe. A parcela maior que cabe ao Brasil não é de surpreender, dado que o país contém um terço da população da região, mas o notável é que a percentagem correspondente ao México, que tem a segunda população mais jovem na região, seja de apenas 19,2 %.

A coorte jovem está decrescendo no Brasil. As pirâmides populacionais mostram que a coorte atual de 15-19 anos de idade é a maior entre a população (Gráfico 2.1). No entanto, nos próximos cinco anos não será mais assim, já que a coorte que hoje tem de 10 a 14 anos (os jovens de amanhã) é menor, e menor ainda a de 0-9 anos. Isso sugere que qualquer política pública voltada para a assistência aos jovens deve ser suficientemente flexível para se adaptar a uma população beneficiária cada vez menor. Importante também é o fato de que as regiões Centro-Oeste e Norte não mostram predomínio da faixa de jovens entre 15-19 anos. Em vez disso, as coortes atuais de crianças têm cerca do mesmo tamanho da de jovens, sugerindo um tamanho constante da coorte de jovens nos próximos 15 anos nessas regiões (Anexo I).

Gráfico 2.1: População Brasileira por Gênero e Idade, 2001



Fonte: IBGE, PNAD 2001.

A maior parte dos jovens brasileiros está concentrada no Sudeste, onde também se concentra a população em geral. Um número muito menor de pessoas jovens vive no Centro-Oeste e no Norte (Gráfico 2.2). No entanto, considerando a participação da parcela de jovens na população total de cada região, a Norte é a que tem a maior

percentagem de pessoas entre 15-24 anos: 22,5 %, em comparação com os 18,9 % no Sudeste. Assim, embora haja menor número de jovens no Norte, quando comparado com o Sudeste, eles são uma subpopulação maior dentro de sua própria região.⁸

Gráfico 2.2: População por região, 2001

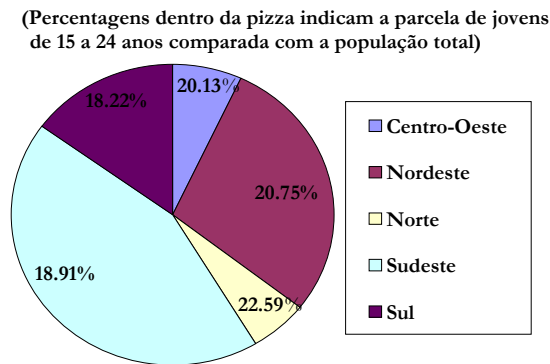


Tabela 2.2: População por raça, 2001 (%)

Raça	Adultos (25 e +)	Jovens (15 a 24)
Asiática	0,4	0,3
Branca	52,2	46,1
Indígena	0,2	0,1
Parda	40,8	47,7
Negra	6,4	5,8

Fonte: PNAD 2001, cálculos do autor

Fonte: PNAD 2001, cálculos do autor

Os jovens brasileiros têm maior probabilidade que os adultos de se considerarem mestiços. Mais da metade dos adultos identifica-se como da raça “branca” e 41% como “parda” (Tabela 2.2), mas 46% dos jovens identificam-se como brancos e outros 47% como pardos. Menos de 6% dos jovens consideram-se “pretos”, comparados com 6,4% dos adultos.

Educação: A Maior Parte dos Jovens Brasileiros Vagueia entre o Ensino Fundamental e o Médio antes de Desistir do Sistema.

A taxa nacional de analfabetismo entre jovens na faixa de 15 – 24 anos é 4,2%, a mais baixa entre todas as coortes. Como resultado de esforços articulados para expandir a educação, as taxas de analfabetismo são menores no grupo de 15-19 anos que no de 20-25 anos (dos quais 5,3% não sabem ler), ou entre adultos (15,5% de analfabetismo) (Tabela 2.3). A percentagem de homens analfabetos entre 15-24 anos é maior que a de mulheres – 5,3% contra 3,1% -, e isso é observado também em todas as outras faixas etárias e em todas as regiões do país. Os jovens brasileiros também enfrentam disparidades raciais quando se trata de analfabetismo: na coorte de 15-24 anos, os jovens não-brancos têm taxa de analfabetismo três vezes mais alta que a dos jovens brancos (6%, contra 2%). As taxas de analfabetismo variam amplamente entre regiões: no Sul, a taxa na coorte jovem é 1,4% (sendo 9,0% entre os adultos), e no Nordeste é 9,6%

⁸ As regiões estão definidas da maneira padrão: Norte (Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará, Amapá, Tocantins), Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia), Centro-Oeste (Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal), Sudeste (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo) e Sul (Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul).

(e 30,7% entre os adultos). Os jovens de 15-24 anos nas áreas rurais têm as mais altas taxas de analfabetismo (12%, comparados com 2,8% nas áreas urbanas), embora apenas 18% dos brasileiros nessa faixa etária vivam no campo. Finalmente, 14,2% de jovens de famílias pobres são analfabetos, contra 0,3% dos de famílias ricas.

O analfabetismo de jovens brasileiros é maior que o dos demais países grandes da América Latina. Mais de 5% dos rapazes brasileiros entre 15-24 anos são analfabetos, comparados com 1,6% dos argentinos, 1,1% dos chilenos e 2,2% dos mexicanos da mesma faixa etária. (Tabela 2.4). As jovens brasileiras saem-se melhor que os homens, mas ainda estão atrás de suas contrapartes latino-americanas, com taxas de analfabetismo de 3,1%, quando essa é de 1,1% na Argentina, 0,8% no Chile e 2,9% no México.

Tabela 2.3: Taxas de Analfabetismo e Escolaridade, por idade, 2001

		Taxas Médias de Analfabetismo, %		Média de Anos de Escolaridade	
		15-24	25+	15-24	25+
	Brasil	4,2	15,5	8,4	7,3
Idade	15-19	3,2	---	---	---
	20-24	5,3	---	---	---
Sexo	Homem	5,3	15,3	8,1	7,2
	Mulher	3,1	15,6	8,8	7,5
Região	Centro-Oeste	2,1	13,5	8,6	7,4
	Nordeste	9,6	30,7	7,0	5,8
	Morte	4,0	15,0	7,9	7,3
	Sudeste	1,6	9,5	9,3	8,1
	Sul	1,4	9,0	9,2	7,7
	Urbano	2,8	12,0	8,9	7,9
	Rural	12,0	35,4	6,0	4,0
Raça	Branca	2,1	9,6	9,4	8,3
	Mestiça	6,5	23,3	7,5	6,0
	Negra	5,8	23,1	7,4	6,1
Pobreza	Pobre (1º decil de renda)	14,2	34,8	5,9	4,1
	Rico (10º decil de renda)	0,3	1,4	11,4	12,3

Fonte: PNAD 2001, cálculos do autor

Devido a esforços coordenados para expandir a matrícula na última década, o Brasil quase alcançou a matrícula universal para o grupo de 7 a 14 anos de idade, com cerca de 90% dele na escola, mas **a situação para o grupo de 15-24 anos não é tão positiva, com taxa bruta de escolarização de 43%**. Isso significa que aproximadamente 17 milhões de pessoas naquela faixa etária não estão freqüentando nenhum tipo de escola. Cerca de 80% dos de 15-17 anos estão matriculados em escolas, mas a percentagem cai para 51% na faixa de 18-19 anos e para 26% na faixa de 20-24 anos. Esses números também refletem o fato de que o ensino médio é normalmente completado por volta dos 19 anos, e a entrada na universidade ou na educação pós-ensino médio é limitada no

Brasil em função dos custos diretos e de pressões para entrar no mercado de trabalho (World Bank 2000).⁹ Diferenças regionais nas taxas brutas de escolarização dos jovens não são significativas, mas raça/etnia, sim: jovens com ancestrais asiáticos têm taxa bruta de escolarização 20 pontos percentuais mais alta que os afro-descendentes, e 16 pontos mais alta que os brancos. E, como esperado, jovens das famílias mais pobres têm taxa bruta de escolarização muito baixa: 32,7%, em comparação com 64,5% dos de famílias mais ricas.¹⁰ Apenas 54% dos jovens brasileiros (entre 18-24 anos) terminam o ensino médio (Soares, Carvalho, Kipnis, 2003).

Tabela 2.4: Indicadores de Educação em Países Selecionados da AL&C e OCDE ^a

País	Taxa de analfabetismo entre jovens (2003)		Taxa líquida de escolarização no ensino médio (2001-02)		Taxa bruta de escolarização no terciário (2000-2001)	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Argentina	1,6	1,1	79	83	45,4	67,4
Bolívia	1,6	5,3	68 ^b	67 ^b	40,0	21,8
Brasil	5,3	3,1	69	74	15,9	20,6
Chile	1,1	0,8	73 ^b	76 ^b	39,1	35,9
Colômbia	3,3	2,0	51	56	23,0	25,3
Equador	2,1	2,6	50	50	--- ^c	--- ^c
México	2,2	2,9	59	61	22,0	21,0
Peru	1,5	4,0	67	65	32,2	31,4
Uruguai	1,1	0,5	68	76	26,5	48,1
França	--- ^c	--- ^c	91 ^b	93 ^b	48	59
E.Unidos	--- ^c	--- ^c	85	85	70	94

Notas: (a) Definição de **alfabetização**: percentagem de pessoas entre 15-24 anos de idade que podem ler e escrever, com compreensão, um texto curto, simples, relacionado a suas vidas cotidianas. Definição de **taxa líquida de escolarização**: “Percentagem da população em determinada faixa etária que se encontra matriculada no nível de ensino adequado à sua idade”. Definição de **taxa bruta de escolarização**: “Número de alunos matriculados em determinado nível de educação, independentemente da idade, como percentagem da população na faixa etária adequada a esse nível” (UNESCO). (b) Dados para 2000-01. (c) O indicador não foi divulgado.

Fonte: citado em World Bank (2005)

⁹ Embora o ensino universitário público seja gratuito, o acesso é muito competitivo, e os egressos das melhores escolas do ensino médio – usualmente os mais ricos – compõem a maior parte dos alunos hoje. As faculdades privadas são menos competitivas, mas muito caras. Reconhecendo essa limitação, há ONGs que têm programas de bolsas para jovens promissores de famílias pobres que querem entrar em faculdades privadas. A cidade de São Paulo também tem o programa *Escola da Família*, no qual são dadas bolsas para cursos universitários a conselheiros que trabalham no programa. (O programa abre as escolas nos fins-de-semana para atividades comunitárias. Usando a infra-estrutura existente, esforça-se para promover conexões entre os jovens que estão na escola e os de fora. Cada escola adapta o programa ao contexto local, com todas as atividades encaixando-se em quatro categorias: esportes, cultura, saúde e educação técnica. As atividades são organizadas e executadas por jovens conselheiros, sob a supervisão do pessoal da escola).

¹⁰ Fonte: cálculos do autor, PNAD 2001.

No Brasil, as taxas líquidas de escolarização no ensino médio são de apenas 71%, o que demonstra a severa distorção idade-série existente no país. De acordo com a UNESCO, 29,2% dos jovens entre 15-24 anos estão matriculados no “nível adequado de escolaridade”, definido como o nível aceitável de escolaridade (formal, informal, ou pós-ensino médio) para uma pessoa entre 15-24 anos. Apenas no Sul e no Sudeste encontram-se mais de 40% de jovens na faixa 15-17 anos matriculados no nível correto de educação, mas as disparidades regionais desaparecem na faixa 20-24 (Tabela 2.5). As jovens têm um pouco mais de probabilidade de estar na “série adequada”, bem como os jovens brancos (37%) quando comparados com os não-brancos (21%).

Tabela 2.5: Nível Adequado de Escolaridade, por Idade, Sexo e Raça (%)

	15 – 24	15 - 17	18 - 19	20 - 24	Homem	Mulher	Branca	Não-branca
Brasil	29,2	38,0	36,4	20,2	26,9	31,4	36,6	21,3
Norte	29,6	27,6	35,9	21,9	24,2	28,9	33,0	24,4
Nordeste	21,6	21,1	30,0	18,0	18,4	24,8	30,3	18,2
Sudeste	33,4	49,3	40,4	20,6	32,0	34,8	39,1	23,8
Sul	34,0	49,6	37,9	22,1	31,7	36,4	36,0	23,1
Centro-Oeste	29,5	38,1	37,0	21,2	26,3	32,6	37,8	23,6

Fonte: Waiselfisz et al., 2004.

As distorções idade-série são devidas à repetência e à frequência intermitente à escola, o que leva à evasão escolar e resulta em altos custos para o sistema educacional. O hiato entre taxas brutas de escolarização e nível escolar adequado é devido, em grande parte, à repetência de séries e a abandonos temporários, ou a situações em que o aluno “é saído” do sistema pela inexistência de serviços educacionais.¹¹ Um estudo realizado pelo Banco Mundial em 2000 sobre o ensino médio no Brasil (Rodriguez e Herran, 2000) concluiu que a repetência, não o acesso, é o maior impedimento para a expansão desse nível de ensino.¹² Apenas três quartos dos estudantes no segundo ciclo do ensino fundamental passam para a próxima série no final de qualquer ano.¹³ Além disso, como será mostrado mais adiante neste relatório, os jovens transitam não apenas da escola para o trabalho, mas do trabalho para a escola, o que sugere a existência de abandonos temporários.¹⁴

¹¹ “Abandono” da escola sugere que o jovem escolhe deixar a escola. A situação de “ser saído” ocorre quando um estudante deseja continuar a estudar, mas é forçado a encerrar sua experiência estudantil, contra a vontade, em função da inexistência de serviços educacionais.

¹² O acesso é um problema para aqueles que deixaram o sistema escolar no passado e agora querem voltar. Esses estudantes entram na categoria “Educação de Jovens e Adultos” e não aparecem como estudantes regulares no Censo Escolar. Como o Censo é usado para alocar fundos para a educação, as escolas oferecem poucas vagas para os que tentam reingressar no sistema. Uma alternativa sendo buscada pela ONG *Viva Rio*, junto com o governo do Estado e vários municípios, é reclassificar esses estudantes na categoria *Aceleração Escolar*, pois essa pode receber os fundos regulares de educação para melhorar o acesso dos jovens mais vulneráveis (Fernandes 2004).

¹³ Ministério da Educação, Sistema de Estatísticas Educacionais, www.edudatabrasil.inep.gov.br

¹⁴ A probabilidade de evasão escolar está altamente correlacionada com idade, renda familiar, educação dos pais, ausência de escolas secundárias locais, e pais migrantes (Pena e dos Santos 2004).

O resultado desses fatores é que no Rio de Janeiro, por exemplo, 15% dos jovens com 14 anos estão com três anos de atraso, freqüentando séries apropriadas para crianças de 11 anos; 5% têm um hiato de 5 anos entre série-idade (Bonelli e Veiga, 2004). Isso faz que muitos estudantes do nível médio sejam mais velhos que o esperado para a série que freqüentam, representando um alto custo de oportunidade para estudar em tempo integral. Como resultado, apenas dois terços dos estudantes que entram no ensino médio chegam a completá-lo (Rodriguez e Herran, 2000).¹⁵

No grupo de 15-24 anos, o número médio de séries completadas é 8,4.¹⁶ O Norte e o Nordeste têm os níveis mais baixos de educação acumulada: 7,9 e 7 anos, respectivamente (Tabela 2.3). Novamente, os dados favorecem as mulheres, com 8,8 anos (contra 8,1 para os homens) e os brancos, com 9,4 anos (contra 7,5 para os não-brancos). Nas áreas rurais, o número médio de séries completadas para o grupo de 15-24 anos é ainda mais desconcertante: apenas seis séries. E jovens de famílias pobres apenas freqüentam a escola até a 6ª série, comparados com os de famílias mais ricas que completam o ensino médio e, alguns (11,4 anos) o terciário.

Na outra ponta do espectro etário, a metade de todas as crianças nunca freqüentou uma escola antes dos cinco anos de idade. Embora a freqüência à pré-escola tenha crescido desde meados da década de 1980, ainda é muito baixa (Rodriguez e Herran, 2000). Apesar de a freqüência aumentar com a idade, existem crianças que abandonam a escola já nesses primeiros anos (Bonelli e Veiga 2004). Como será mostrado mais adiante neste relatório, a baixa freqüência à pré-escola tem sérias conseqüências para o desenvolvimento dos jovens.

As taxas líquidas de escolarização no ensino médio são altas no Brasil, comparadas com as da maior parte da região, mas as taxas no terciário estão muito atrás. As taxas líquidas de escolarização de homens e mulheres no ensino médio no Brasil só são excedidas pelas da Argentina (79 e 83%), do Chile (73 e 76%) e do Uruguai (76% para as jovens). No entanto, todos os países apresentados na Tabela 2.4 têm taxas brutas no terciário mais elevadas, sugerindo que, no futuro, a juventude brasileira não será competitiva com seus vizinhos.

Os sistemas brasileiros de avaliação dos estudantes (SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica e ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio) mostram níveis inaceitavelmente baixos de aprendizado, agravados por sérias disparidades entre os Estados. O hiato entre estudantes de diferentes regiões do país é observado na 8ª série, com o Sudeste superando as demais e o Nordeste com as pontuações mais baixas. À altura da 11ª série, o hiato amplia-se ainda mais. Por exemplo, a pontuação média dos estudantes da 11ª série no Amazonas é mais baixa que a dos estudantes da 8ª série em Minas Gerais (Rodriguez e Herran, 2000).¹⁷ Com relação ao

¹⁵ Um grande survey realizado entre jovens pobres em Fortaleza revela que 19% dos que abandonam a escola acham que ela é desinteressante e, especialmente, inútil (Verner e Alda 2003).

¹⁶ Isso equivale a praticamente apenas o ensino fundamental, que vai da primeira à oitava séries.

¹⁷ http://www.inep.gov.br/basica/saeb/estados_2004.htm

resto do mundo, os estudantes brasileiros saem-se particularmente mal: num grupo de 41 países que participaram de uma avaliação internacional de estudantes, o Brasil ficou no penúltimo lugar (PISA 2003).

O currículo inadequado do ensino médio também é acusado de levar ao abandono precoce da escola. Apesar de mudanças nos currículos do nível médio adotados em 1998, as escolas de ensino médio não estão fornecendo aos jovens as habilidades demandadas pelo mercado de trabalho. Por exemplo, o salário-hora de uma pessoa com o ensino médio completo é apenas 2,8 vezes o de uma pessoa sem nenhuma educação formal, enquanto um indivíduo com o terciário completo ganha 8,3 vezes por hora (Tabela 2.6). Embora nem toda a diferença possa ser atribuída à qualidade da educação, a grande disparidade entre os ganhos dos que têm o nível médio completo e o terciário completo, e a pequena diferença entre os ganhos dos que terminaram o nível médio e os de menores níveis educacionais sugerem que a qualidade da escola de nível médio é excepcionalmente ruim. Esses hiatos nos ganhos são particularmente preocupantes quando se considera que apenas uma pequena parcela dos que terminam o nível médio entra no terciário. Além disso, o Brasil não oferece muitas alternativas públicas para o estudo pós-médio, e nem financiamento para os que estudam nas faculdades privadas disponíveis.

Tabela 2.6: Ganhos por Nível Educacional, 1998

Nível de educação completado	Salário hora mediano, 1998 (R\$)	Salário hora médio, 1998 (R\$)	Comparado ao salário mediano de um trabalhador sem nenhuma educação formal
Nenhum	1,47	1,94	1
1º ciclo do fundam.	1,86	2,56	1,26
2º ciclo do fundam.	2,55	3,6	1,73
Médio	4,18	6,31	2,84
Terciário	12,2	15,8	8,30
Total	2,48	4,84	1,69

Fonte: Blom, Holm-Nielsen, Verner, 2001.

A Força de Trabalho: os Jovens são Semelhantes aos Adultos¹⁸

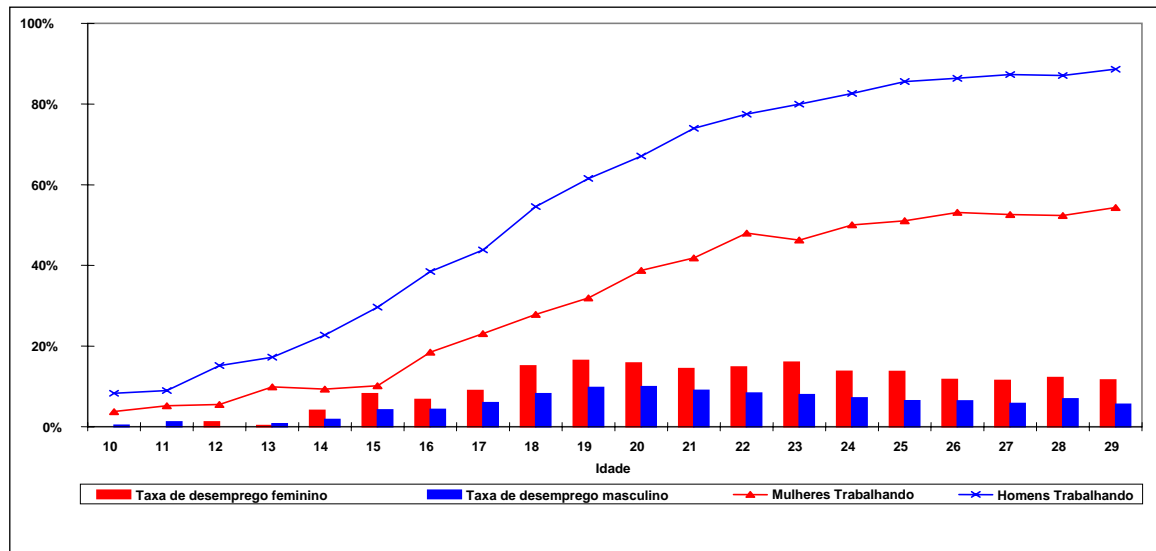
Aproximadamente 50% dos jovens entre 15-24 anos estão trabalhando, com grande heterogeneidade entre eles. Os homens têm taxas de emprego muito mais elevadas que as mulheres de qualquer idade, embora o hiato entre os gêneros cresça com a idade (Gráfico 2.3).¹⁹ Por exemplo, a diferença entre a taxa de emprego de homens e mulheres de 15

¹⁸ Para os propósitos desta seção, adultos são definidos como aqueles entre 25-65 anos de idade.

¹⁹ As tabelas apresentam atividades de trabalho para as idades 10-29 anos, em vez de focalizar apenas a faixa de 15-24, pois tendências do mercado de trabalho para a pré- e a pós-juventude contribuem para a análise.

anos de idade é de 19,6 pontos percentuais (29,7 e 10,1, respectivamente), mas cresce para um hiato de 32,6 (82,6 e 50,0, respectivamente) aos 24 anos, o que é comparável às taxas de emprego de adultos: 84,6% para homens e 52,6% para mulheres. As taxas de emprego mais baixas entre as mulheres, mesmo quando muito jovens, são devidas a sua propensão a trabalhar não no mercado, mas em casa – um trabalho oculto que raramente é medido na maior parte das bases de dados.

Gráfico 2.3: Parcela da população de cada faixa etária trabalhando ou desempregada, por gênero

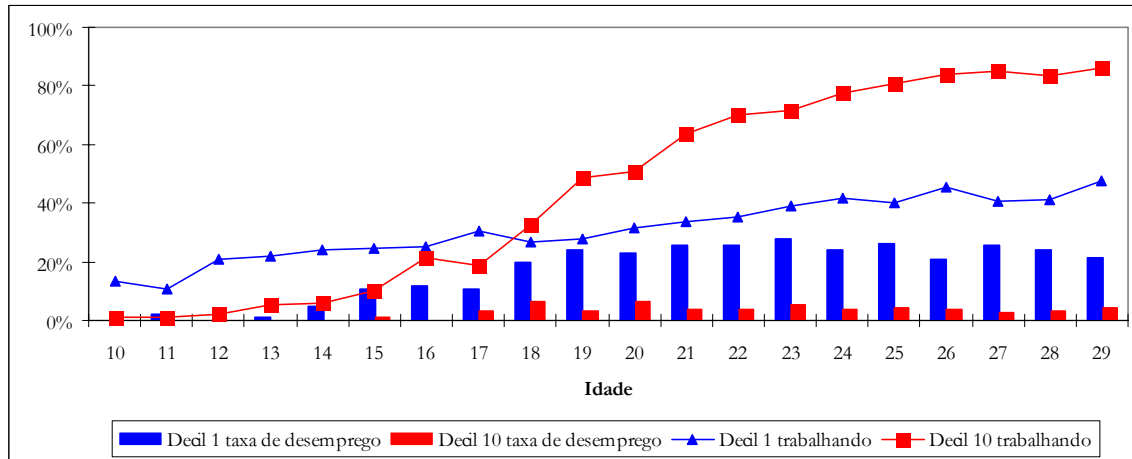


Fonte: PNAD 2001, cálculos do autor

Os jovens mais pobres estão mais engajados em trabalho infantil e menos engajados em trabalho de adultos que os jovens de famílias ricas. Enquanto uma em cada quatro pessoas de 15 anos dos decis mais pobres tem um emprego, apenas uma trabalha em cada dez da mesma idade nas famílias mais ricas (Gráfico 2.4). No entanto, por volta dos 24 anos, aqueles das famílias mais ricas têm taxas de trabalho que são 36 pontos percentuais mais altas que as do quintil de renda mais baixa. Quando o ensino médio é completado, as maiores propensões ao trabalho dos mais pobres e dos mais ricos têm as posições invertidas.

As taxas de emprego variam pouco com a raça. Qualquer que seja a idade, os jovens brancos, mestiços e negros estão trabalhando em proporções similares: aproximadamente 25% deles aos 15 anos e 65% aos 24 (Gráfico 2.5). Embora crianças mestiças de 10 a 15 anos de idade tenham entre 4 a 6% mais chance de estar num emprego do que crianças brancas ou negras, aos 26 anos suas taxas de emprego são ligeiramente mais baixas que as de jovens brancos. A diferença entre taxas de emprego de crianças brancas e negras é menor ainda quando são mais jovens, com um hiato de dois anos, mas, aos 14 anos, o emprego dos jovens brancos excede o dos jovens negros e o hiato aumenta ao longo do tempo até chegar a cerca de 5% entre trabalhadores no final de seus anos 20.

Gráfico 2.4: Parcela da população de cada faixa etária trabalhando ou desempregada, por decis de renda



Fonte: PNAD 2001, cálculos do autor

A média das taxas de desemprego entre jovens de 15-24 anos é 10,4%, mas atinge 12,4% entre o grupo de 19 anos.²⁰ As taxas de desemprego entre mulheres jovens são cerca de 50% mais altas que as dos homens (Gráfico 2.3), o que pode ser devido a diversos fatores: maior dificuldade de procurar e encontrar um emprego quando se tem outras responsabilidades em casa, freqüentes entradas e saídas do mercado de trabalho devidas a outras demandas sobre o tempo, preferência dada aos homens pelos empregadores, maiores expectativas sociais a respeito de os homens, e não as mulheres, terem empregos, e qualquer outra combinação de fatores sociais ou econômicos (World Bank, 2002). Essa tendência é encontrada em todo o mundo. Aproximadamente 7,4% dos homens adultos brasileiros e 14% das mulheres adultas estão desempregados, o que é menos que a média entre os jovens, mas equivalente às taxas de desemprego dos jovens de 24 anos de idade.²¹

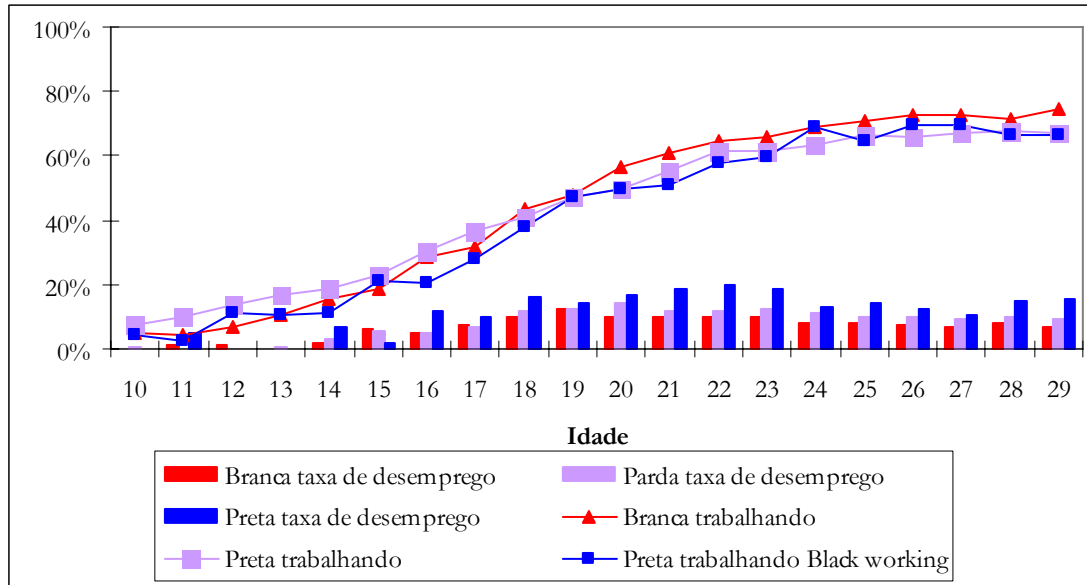
Os jovens das famílias mais pobres têm as taxas mais altas de desemprego em todos os pontos da distribuição da renda familiar. Quase 90% dos jovens desempregados são de famílias com renda per capita inferior a dois salários mínimos (Bonelli, Reis, e Veiga 2004). As taxas de desemprego entre jovens das famílias mais ricas e das mais pobres diferem em 10 pontos percentuais até os 17 anos, quando então o hiato se amplia e alcança 20 pontos percentuais na faixa dos 24 anos: os do primeiro decil de renda têm taxas de desemprego de 24,1%, e entre os do 10º decil a taxa é 4,0% (Tabela 2.4). Isso pode ser devido ao fato de que pessoas pobres, menos educadas, vão sendo “expelidas” do mercado de trabalho jovem por outros jovens oriundos de famílias ricas que já completaram sua educação. Jovens de famílias no 2º e 3º decis de renda também vêm suas taxas de desemprego chegar ao máximo aos 17 anos, mas elas retomam a tendência

²⁰ Os números de desemprego nas Tabelas desta seção não incluem como desempregados os que estão na escola, mas procurando emprego.

²¹ Para uma discussão sobre a evolução do desemprego entre os jovens nas décadas de 1980 e 1990, ver Bonelli, Reis, e Veiga (2004).

normal aos 22 anos, quando são cerca de 10 pontos percentuais mais altas que as taxas de desemprego entre jovens das famílias mais ricas.

Gráfico 2.5: Parcela da população de cada faixa etária trabalhando ou desempregada, por raça



Fonte: PNAD 2001, cálculos do autor

As diferenças nas taxas de desemprego associadas a raça são mais marcantes que as diferenças nas taxas de emprego. Aos 16 anos de idade, as taxas de desemprego de jovens negros começam a afastar-se das dos demais jovens e, aos 19 anos, as taxas de desemprego de jovens mestiços supera a dos brancos da mesma idade. Assim, no grupo de 15 anos de idade as diferenças entre as taxas de desemprego, em comparação com as de brancos/negros e brancos/mestiços, são de 3 pontos percentuais em ambos os casos, mas no grupo de 22 anos elas são, respectivamente, 10 e 2 pontos percentuais (Tabela 2.5).²²

Embora sejam altas as taxas de desemprego entre os jovens no Brasil, são mais altas ainda em alguns países da comparação. As taxas de desemprego entre os jovens brasileiros (quando comparadas com apenas não-estudantes na análise acima) são 18%. Isso parece muito pouco em comparação com os 32% dos jovens argentinos, 34% dos uruguaios ou os 36% dos jovens colombianos na mesma situação. Em todos os países, as taxas de desemprego das mulheres são ainda mais altas que as dos homens (Tabela 2.7).

²² Embora as taxas de desemprego sejam mais altas entre jovens não-brancos, os jovens brancos constituem a metade dos desempregados, devido à grande parcela de jovens na população total (Bonelli, Reis, and Veiga, 2004)

Tabela 2.7: Uso do tempo e desemprego em países selecionados da AL&C e da OCDE

	Ano	Uso do tempo pelos de 15-19 anos de idade				Taxas de desemprego		Razão desemp. jovem/adulto
		Apenas trabalho	Escola + trabalho	Apenas escola	Nem escola, nem trabalho	Mulher idade 15-24	Homem idade 15-24	
Argentina	2000	20	5	64	11	31	33	2,4
Bolívia	2000	20	10	64	6	7	10	2,7
Brasil	2001	23	25	40	12	15	22	3,7
Chile	2003	15	3	70	12	17	22	3
Colômbia	1999	26	6	55	13	32,0	41,0	2,3
Equador	2003	28	20	40	12	15	27	2,6
México	2002	31	5	48	16	4	5	2,7
Peru	2002	---	---	---	---	13	14	2,4
Uruguai	2001	33	10	45	12	29	42	3,3
Venezuela	2002	---	---	---	---	20	28	2,9
França	2000	---	---	---	---	16,2	21,8	2,4
Estados Unidos	2002	---	---	---	---	11,4	9,7	2,9

Fonte: Colunas 2-5, Menezes Filho (2005); colunas 6-8, International Labour Organization Bureau of Statistics LABORSTA Database: <http://laborsta.ilo.org>

Mais importante ainda é observar que, no Brasil, as razões desemprego jovem/adulto são muito elevadas. Essa medida é mais eloqüente que a taxa absoluta de desemprego, já que controla pelo estado geral da economia e mostra se os jovens têm alguma desvantagem particular, ou se pessoas de todas as idades estão enfrentando as mesmas taxas elevadas de desemprego. Assim, embora, em números absolutos, haja mais adultos que jovens desempregados no Brasil, a percentagem de desempregados que desejariam trabalhar é 3,7 vezes maior entre os jovens que entre os adultos. Essa razão é alta mesmo quando comparada com a de países com nível de desemprego muito alto, como Argentina (razão = 2,4), Colômbia (razão = 2,3) ou Uruguai (razão = 3,3). Apenas o Paraguai e a Costa Rica têm razões desemprego jovens/adultos semelhantes às do Brasil.²³

Em comparação com outros países grandes da AL&C, os brasileiros começam a trabalhar quando muito jovens. 48% dos jovens brasileiros estão trabalhando, e a

²³ Embora, no período 1995-2000, a taxa de desemprego tenha crescido quase 130% para jovens de 16-19 anos e 180% para os de 20-24 anos, cresceu cerca de 400% para os adultos (Bonelli, Reis, Veiga 2004). Isso sugere que a razão desemprego de jovens/desemprego de adultos esteve mais alta na década de 1980, embora as taxas de desemprego dos dois grupos fossem menores.

metade deles freqüenta uma escola simultaneamente. Essa proporção só é semelhante à do Equador, e a proporção é ainda maior nas áreas rurais, onde 62% dos jovens brasileiros têm um emprego. No entanto, outros países na região têm taxas mais altas de jovens que estão apenas trabalhando; isso demonstra que, embora haja mais jovens brasileiros trabalhando, pelo menos um menor número está abandonando a escola para trabalhar (Tabela 2.7). Essa atividade dupla é particularmente possível no Brasil devido à oferta regular de escolas noturnas: 60% dos brasileiros no ensino médio freqüentam escolas noturnas, deixando livre o tempo diurno para trabalhar (Rodriguez e Herran 2000).²⁴ A maior proporção de jovens trabalhando em áreas rurais sugere que a transição dos jovens rurais para a condição de adultos – quando apenas trabalham – ocorre numa idade mais precoce que a dos nas áreas urbanas, que permanecem dedicados exclusivamente às atividades educacionais durante mais tempo.

No Brasil, e por toda a região, aproximadamente 12% dos jovens entre 15-19 anos não trabalham nem freqüentam uma escola. Aproximadamente 26% dos homens brasileiros entre 15-24 anos enquadram-se na categoria “ocioso”, enquanto uma maior proporção de mulheres não está nem num trabalho nem estudando (embora possam estar trabalhando em casa, algo que não pode ser detectado através de estatísticas). A ociosidade entre os homens brasileiros atinge o pico de 30% na faixa de 20 anos, e depois volta para 7%; é aproximadamente 6% mais alta entre os brasileiros da área rural que entre os urbanos.

Nem todos os homens brasileiros ociosos são iguais. Os jovens pobres tendem a ser mais ociosos que os de famílias mais ricas. Isso pode estar indicando duas situações: que é mais difícil para homens jovens de famílias pobres encontrar emprego (desempregados) ou que os jovens acreditam ser esse o caso, de modo que nem ao menos procuram empregos (trabalhadores desencorajados). Essa tendência difere por região, com os homens jovens do Norte apresentando taxas mais altas de ociosidade que os do Sul.²⁵

Idade e status de riqueza são os principais fatores que determinam o setor de emprego entre os jovens. A participação no setor de auto-emprego aumenta com a idade, o trabalho no setor informal (empregado) diminui com a idade, e trabalho no setor formal (empregado) tem seu ponto mais alto entre os dois (Tabela 2.8). Isso sugere uma abordagem ao emprego baseada no ciclo de vida: as pessoas jovens usam o setor informal como um aprendizado ou uma entrada inicial na força de trabalho, graduam e entram para o setor formal, e depois juntam seu conhecimento (e o Fundo de Garantia) e abrem seus próprios negócios (Maloney e Bosch, 2005). A exceção notável é a proporção muito alta

²⁴ Estudar numa escola noturna é um grande desafio, e esses alunos têm maior probabilidade de abandonar a escola que os que estudam em outros horários. Como explicado por um jovem de uma área pobre no Rio de Janeiro, “À noite há mais violência de gente que você não conhece. E também muitas pessoas trabalham e estão cansadas quando chegam. É difícil prestar atenção às aulas.” E outro acrescentou: “É difícil encontrar transporte na hora de voltar para casa. Depois de certa hora, o ônibus pára de circular, e as kombis que fazem transporte dentro das favelas também.” (Belisario et al. 2004)

²⁵ Quase metade dos jovens que não estão na escola nos bairros pobres de Fortaleza disse que passa o tempo livre praticando algum esporte. Outros 31% enchem o tempo principalmente assistindo à televisão (Verner e Alda, 2004).

de jovens de famílias pobres donos de suas próprias empresas, que tendem a ser um auto-emprego temporário, mais que um pequeno negócio permanente. Os jovens de famílias ricas, por outro lado, parecem pular a fase do trabalho informal e entrar diretamente no setor formal, embora 29% dos jovens do quintil mais rico sejam trabalhadores do setor informal. Infelizmente, 36% dos jovens mais pobres estão em trabalhos não-remunerados (como, por exemplo, um emprego na firma de um membro da família), e muito poucos estão no setor formal. As mulheres estão super-representadas entre os trabalhadores domésticos, particularmente quando jovens (Tabela 2.8).

Tabela 2.8: Setor de Emprego, %

	15-19	20-24	25-65	Grupo de 15-24 anos de idade						
				homem	mulher	branca	mestiça	negra	1º decil	10º decil
Auto-empregado	7,3	11,5	28,5	11,4	7,4	8,6	11,2	11,0	19,9	8,6
Não-pago	21,5	6,9	4,6	14,0	10,9	11,0	15,6	8,3	36,1	7,6
Trabalhador formal	22,8	42,8	33,0	34,9	34,5	42,8	25,2	31,6	3,9	50,1
Trabalhador informal	37,1	27,7	16,5	36,6	23,5	28,5	35,0	32,7	29,6	28,8
Funcionário público	1,1	2,9	9,0	2,3	2,0	2,3	2,0	2,2	0,4	3,7
Empregado doméstico	10,1	8,2	8,4	0,8	21,7	6,8	11,0	14,2	10,1	1,1

Fonte: PNAD 2001, cálculos do autor

Na media, os salários dos brasileiros adultos (25-65 anos) são 2,25% mais altos que os dos jovens que trabalham (16-25 anos).²⁶ Os homens jovens ganham 2,5% menos que os mais velhos, e as mulheres jovens só ganham 1,4% menos que as adultas. Os ganhos muito semelhantes, quando se comparam grupos de idade, são devidos a uma aparente compensação entre experiência e educação: quando controlado por educação, o hiato entre os salários aumenta para 11,3% para os homens e 15,8% para as mulheres. Como já indicado, as pessoas jovens estão mais empregadas no setor informal, e o hiato salarial diminuirá se também pudermos controlar essa variável. Os hiatos salariais são menores entre adultos e jovens que terminaram o ensino médio, e maiores entre aqueles com educação terciária.

²⁶ Neste parágrafo foram feitas regressões da variável *salário* para estimar as elasticidades. Especificamente, para calcular o hiato entre salários, regredimos $\ln(\text{salário mensal})$ sobre uma variável dummy *adulto* (que recebe o valor 1 se o dado refere-se a um adulto). Rodamos especificações adicionais por gênero, controlando por educação, região e setor de emprego.

Saúde Sexual e Reprodutiva: Os Jovens Brasileiros Engajam-se em Comportamentos Sexuais de Risco mais Precocemente

As garotas brasileiras e, mais ainda, os garotos, estão iniciando a atividade sexual quando ainda muito jovens. Uma pesquisa de âmbito nacional feita em 1996 sobre a iniciação da atividade sexual mostra que 40% das mulheres e 67,5% dos homens entre 15-18 anos já tinham se iniciado (BEMFAM, 1996). Dados mais recentes sobre áreas urbanas no Norte, Centro-Oeste e Sul do Brasil revelam que 61% dos jovens entre 16-19 anos já tiveram sua primeira experiência sexual (CEBRAP, 1999). Rapazes jovens (entre 16-19 anos) começam a atividade sexual mais cedo que as meninas, com 47% dos sexualmente ativos tendo começado aos 14 anos, em comparação com 32% das garotas sexualmente ativas que também começaram nessa idade. Isso está em contraste com a coorte dos 20-24 anos, na qual apenas 32% dos rapazes tinham tido uma experiência sexual aos 14 anos e apenas 16% das garotas, indicando que a idade da primeira experiência sexual vem caindo sistematicamente no Brasil urbano.²⁷ O Norte urbano é onde a iniciação sexual acontece mais cedo, tanto para meninos quanto meninas, e os meninos em São Paulo e as meninas no Centro-Oeste são os que começam mais tarde (Ferraz & Ferreira, 1998). Um número substancial de primeiras experiências sexuais de meninas muito novas não é resultado de escolha: chega a um terço em todo o mundo a proporção de mulheres que relatam que sua primeira experiência sexual foi forçada (de Bruyn, 2004), e estatísticas internacionais sobre estupro sugerem que entre um terço e dois terços das vítimas de estupro têm menos de 15 anos de idade (Population Reference Bureau, 2000).²⁸

A iniciação de homens e mulheres brasileiros é semelhante à dos demais países da América Latina e do Caribe. Por volta dos 20 anos, aproximadamente 55-65% das mulheres nos países da comparação já tiveram sua primeira experiência sexual (61% no Brasil), em contraste com 75-95% dos homens (84,7% no Brasil). Aos 25 anos, praticamente todos os homens e 85% das mulheres são sexualmente ativos, inclusive no Brasil (Tabela 2.9).

Embora seja alto o uso geral de contraceptivos no Brasil, ele é baixo entre adolescentes na faixa de 15-19 anos. 51% das mulheres brasileiras usam algum método

²⁷ Praticamente um em cada cinco jovens de áreas pobres de Fortaleza acredita que a idade ideal para iniciar a atividade sexual é aos 15 anos ou antes, enquanto apenas 9% de seus pais têm a mesma opinião. No entanto, 61% dos jovens respondentes haviam iniciado a atividade sexual aos 16 anos, contra 29% de seus pais (Verner and Alda, 2004).

²⁸ Embora os jovens em geral engajem-se em comportamento sexual arriscado, o risco é mais alto para jovens com deficiências, por várias razões: tendem a ter menos informação sobre sexualidade e escolhas; são mais afastados de pessoas de fora e não aprendem estratégias de negociação; são vistos com alvos fáceis de abuso devido a sua maior limitação para se protegerem; ou (no caso daqueles com deficiências mentais) não têm compreensão do que sejam limites sexuais e práticas sexuais seguras (Glat 2004).

anticoncepcional moderno,²⁹ bem como 56% dos homens, mas apenas 15% das mulheres sexualmente ativas ente 15-19 anos de idade e 33,3% dos homens na mesma faixa tomam cuidados para se proteger. O mais baixo uso de contraceptivos é encontrado entre os jovens solteiros: apenas 13% do grupo de 15-19 anos e 41% dos que têm entre 20-24 anos usam métodos modernos de contracepção, comparados com 47% e 62% dos casados nesses mesmos grupos etários. Isso é muito preocupante quando se considera que 40% dos jovens brasileiros solteiros são sexualmente ativos. Em comparação com as mulheres, os homens sexualmente ativos na faixa de 15-19 anos têm o dobro de probabilidade de usar contraceptivos, o que talvez reflita o poder de barganha particularmente limitado das mulheres jovens com seus parceiros (muito mais velhos). Um estudo da UNESCO revela que 30% dos professores e 40% dos pais afirmam não terem conhecimentos suficientes sobre saúde sexual e reprodutiva para transmitir informações a seus alunos ou filhos.

Tabela 2.9: Iniciação Sexual e Uso de Contraceptivo em Países Selecionados da AL&C e da OCDE

País	Ano	Idade aproximada da 1ª relação, grupo de 25 a 29 ano de idade, %				% de jovens sexualmente ativos que usam algum método contraceptivo ^a			
		Mulher		Homem		Mulher		Homem	
		20	25	20	25	15-19	15-29	15-19	25-29
Bolívia	1998	58,7	83,1	82,2	96,9	5,1	43,5	18,9	57,2
Brasil	1996	60,9	84,4	84,7	93,4	14,7	64,7	33,3	68,1
Colômbia	2000	64,2	89,3	---	---	17,3	62,7	--	--
Rep. Dominic.	1999	63,7	88,6	82,4	92,6	9,7	62,3	33,6	58,3
Guatemala	1998/99	63,9	88,4	---	---	4,0	33,3	--	--
Haiti	2000	68,4	87,3	72,3	83,2	5,6	25,6	18,1	57,5
Nicarágua	1997/98	66,5	83,6	93,5	98,3	11,3	52,3	16,4	60,3
Peru	2000	55,7	79,8	---	---	8,8	53,7	--	--

Notas: (a) Qualquer método contraceptivo inclui pílulas anticoncepcionais, DIU, injeções, diafragma/espuma/gel, camisinha, esterilização da mulher, esterilização do homem, implantes, amenorréia lactacional, camisinha feminina, abstinência periódica, interrupção do ato sexual, abstinência de longo prazo, amamentação prolongada ou outro método moderno, tradicional ou popular.

Fonte: DHS: <http://www.measuredhs.com>

Embora o uso de contraceptivos seja baixo entre os jovens brasileiros, é alto comparado com o de outros países da região. Enquanto uma minoria dos jovens brasileiros sexualmente ativos na faixa de 15-19 anos usa algum tipo de contraceptivo, o uso é muito mais baixo em todos os outros países da comparação, exceto a Colômbia (Tabela 2.9). Na Bolívia, por exemplo, apenas 5% das jovens de 15-19 anos sexualmente ativas e 19% dos jovens sexualmente ativos usam algum tipo de contraceptivo.

²⁹ Contracepção moderna é definida como qualquer processo médico ou farmacêutico utilizado para impedir a concepção. Métodos não-modernos incluem: ritmo, interrupção, amamentação prolongada e métodos populares.

Infelizmente, as baixas taxas de uso de contraceptivos observadas no Brasil entre mulheres muito jovens estão presentes em toda a região da AL&C, apesar das altas taxas de atividade sexual.

No Brasil como um todo, 22% das mulheres entre 15-19 anos tiveram filhos em 1996; na região Norte, o percentual chegou a 24,5%.³⁰ Entre um terço e a metade de todas as gravidezes adolescentes são não-planejadas, resultando da falta de conhecimento sobre questões reprodutivas e anticoncepcionais, falta de acesso a contraceptivos, baixo uso entre meninas muito jovens, ou de violações sexual. No entanto, entre a metade e dois terços das gravidezes de mulheres jovens são planejadas, talvez refletindo a crença de que a maternidade e a possibilidade de um casamento possam dar novo sentido à vida.³¹ Um estudo entre jovens muito pobres em Fortaleza revela que a terça parte das de 25 anos na amostra tinha tido seu primeiro filho antes dos 16 anos (Verner e Alda, 2004).

No período 1999-2002, um em cada cinco abortos em hospitais no Brasil foi feito em jovens com menos de 20 anos, num total de aproximadamente 200.000 intervenções – que correspondem à metade de todos os abortos no grupo etário de 20-29 anos (RFNSDR, 2005). Jovens que optam pelo aborto tendem a ser ligeiramente mais velhas, com menos probabilidade de estarem casadas ou em algum tipo de união, e maior probabilidade de estar estudando. No Ceará, metade das jovens que decidiram levar a gravidez até o fim disse que tinha desejado engravidar; das que buscaram o aborto, apenas 16% escolhera engravidar. Um ano após o parto ou um aborto, as jovens do grupo que optou por ter o filho tinham muito maior probabilidade de estarem usando contraceptivos (73%) do que as que abortaram (59%).³² O aborto é a quarta causa de morte associada ao parto (RFNSDR, 2005).

O número de nascimentos entre mulheres muito jovens no Brasil é baixo, comparado com o de países da AL&C e com alguns da OCDE. A média da América Latina e do Caribe é de 52 nascimentos por 1.000 mulheres entre 15-19 anos, mas no Brasil a média é apenas 36. Uma tendência semelhante surge entre mulheres mais velhas, com taxa significativamente menor que as da AL&C e da média mundial (Tabela 2.10). Isso pode ser devido ao maior uso de contracepção entre parceiros (especialmente homens) em comparação com a AL&C, ou a abortos.

³⁰ Foram relatados casos de gravidez em meninas de 8 a 10 anos no Brasil e na Costa Rica (de Bruyn, 2004).

³¹ Como afirmado por uma mãe solteira de 17 anos no Rio de Janeiro, “Eu fiquei grávida para poder sair de casa, ter minha própria família e virar uma pessoa adulta.” (*Jovem Onda* 2005)

³² Abortos arriscados representam 9% das mortes maternas e 25% dos casos de infertilidade no Brasil. É também a quinta principal causa de hospitalização de mulheres (RFNSDR, 2002). Com a legalização do aborto e a prestação de serviços seguros de aborto para mulheres em casos de estupro ou risco de vida, a incidência de complicações decorrentes de abortos induzidos caiu de um em cada cinco partos, em 1992, para 1 em cada 7,4 partos em 1997. No final de 1999, 28 hospitais estavam fazendo abortos legais (Faundes, 2000). A oferta desses serviços, junto com o uso ilegal do abortivo Cytotec, levaram a uma marcante redução da mortalidade e de sérias complicações de abortos induzidos.

Tabela 2.10: Fertilidade de Jovens no Brasil e em Países Selecionados da Comparação, por Idade

País	Nascimentos por 1.000 mulheres:		
	15-19 anos (2002)	20-24 anos (2002)	25-29 anos (2002)
Argentina	42	101	130
Bolívia	51	142	163
Brasil	36	93	119
Chile	38	96	121
Colômbia	48	129	142
Equador	64	137	143
México	47	122	143
Peru	54	124	131
Uruguai	32	83	122
Venezuela	44	109	135
AL&C	52 ^a	122 ^a	137 ^a
França	8 ^a	55 ^a	134 ^a
Estados Unidos	57 ^a	112 ^a	113 ^a
Mundo	50 ^a	153 ^a	148 ^a

Fonte: U.S. Census Bureau International Database <http://www.census.gov/ipc/www/idbnew.html>. Se indicado com (a): U.S. Census Bureau Publication: Global Population Profile (2002 Data) <http://www.census.gov/ipc/www/wp02.html>

Iniciação sexual precoce, falta de uso de camisinha e múltiplos parceiros sexuais são todos fatores que contribuem para a crescente incidência de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) entre adolescentes no Brasil e no mundo.³³ No Brasil, a prevalência de sífilis entre os recrutas do exército na faixa de 17-19 anos aumentou de 0,5% para 1,8% entre 1996 e 2002. Com respeito à Aids, 1,7 entre cada 100.000 homens entre 13-19 anos e 14,1 de cada 100.000 homens entre 20-24 anos estavam infectados em 2003. Para as mulheres, as taxas eram semelhantes: 2,1 e 13,9, respectivamente. Esta é uma taxa de prevalência baixa, em comparação com o restante da população, mas, como as pessoas podem ser portadoras do HIV durante uma década antes de descobrirem que têm a doença, e como o intenso programa de tratamento no Brasil prolonga a vida, a faixa etária na qual essas taxas são as mais altas – de 30-34 anos e 35-39 – provavelmente contraiu o HIV durante seus anos de juventude. A prevalência entre pessoas jovens no Brasil é significativamente mais baixa que no Caribe e mais alta que na maior parte da América do Sul. Notavelmente, as taxas de infecção pela Aids decresceram entre 1993 e 2003 (Tabela 2.11). Esse decréscimo é devido, em grande parte, ao uso mais freqüente de camisinhas. De acordo com uma nota do Ministério da Saúde em 1999, a compra de

³³ Além de aumentar a susceptibilidade ao HIV, as DSTs podem produzir infertilidade, dor pélvica crônica, maior risco de gravidez ectópica [fora do útero] e infecções recorrentes. Embora o Brasil careça de dados confiáveis sobre a prevalência de DSTs no âmbito nacional, existem dados disponíveis sobre casos de Aids reportados, e sobre prevalência de DSTs e HIV para duas populações específicas: mulheres grávidas que fazem acompanhamento em clínicas de pré-natal e recrutas do exército..

camisinhas no Brasil passou de 53 milhões em 1992 para 300 milhões em 1998, um aumento de 466% num período de seis anos.

Tabela 2.11: Taxa de Infecção por Aids (por 100.000 pessoas), por Faixa Etária, Gênero e Ano

Faixa etária	1993		2003	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Menos de 5	2,6	2,6	4,8	4,7
5 a 12	0,3	0,3	2,1	2,2
13 a 19	2,5	1,1	1,7	2,1
20 a 24	22,3	9	14,1	13,9
25 a 29	50,9	14,6	36,6	29,4
30 a 34	59,2	13,2	58,1	34,3
35 a 39	47,9	10	64,4	32,6
40 a 49	31,9	6,9	51,5	25,1
50 a 59	14,8	4	26,7	13,9
60 ou mais	5,3	0,9	8,5	3,9
Total	19	5,3	22,8	14,1

Fonte: Boletim Epidemiológico Aids, 2004. <http://www.aids.gov.br/>

Embora, de modo geral, os jovens brasileiros saibam como a Aids é transmitida, poucos tomam as precauções necessárias. Um estudo de jovens em áreas de baixa renda em Recife, São Paulo e Porto Alegre (Koller, et al. 2005) descobriu que os homens jovens têm idéias mais precisas que as mulheres a respeito do que fazer para não contrair Aids. Os homens citam principalmente o uso de camisinha e não partilhar seringas, enquanto as mulheres jovens também citam evitar sexo oral e realizar exames médicos freqüentes (Tabela 2.12). Outro estudo entre alunos do ensino médio no Rio de Janeiro (Trajman, et al. 2005) observou que, embora os estudantes possuíssem conhecimento correto sobre como são transmitidas a Aids e as DSTs, e como podem ser prevenidas, apenas 34% afirmaram sempre usar camisinha. Entre os fatores associados ao uso da camisinha estavam: discussões com os pais a respeito do HIV, participar de aulas sobre DST/Aids, conhecimento sobre HIV por outros meios que não aulas, e renda familiar mais alta. Esses dois estudos mostram que, embora o Brasil tenha tido um programa efetivo de prevenção contra a Aids, ainda não está atingindo o número de jovens que poderia.

Uso e Abuso de Drogas: o Uso de Bebidas Alcoólicas é Substancial, mas Registra-se Baixo Uso de Drogas Ilegais

O álcool é a droga não-medicinal mais amplamente usada: 48% dos brasileiros entre 12-17 anos haviam experimentado álcool em 2001, e jovens acima dessa idade tinham taxas de uso semelhantes às dos adultos (Tabela 2.13). Felizmente, apenas 0,1% na faixa de 12-17 anos afirma ser viciada em álcool, mas a taxa de dependência aumenta com a idade. A prevalência do consumo de álcool é mais alta no Sul e no Sudeste, com taxas muito menores no Norte (Carlini et al. 2002).

Tabela 2.12: Crenças/Práticas para Evitar a Aids entre Jovens de Renda Baixa em Porto Alegre, Recife e São Paulo (%)

	Homens	Mulheres
Evitar relação sexual	2,4	2,3
Exames médicos freqüentes	6,1	12,2
Usar camisinha	55,8	43,6
Não partilhar seringas	12,5	13,0
Não beijar na boca	0,5	0,4
Evitar sexo oral	5,7	9,3
Boa higiene	15,5	17,0
Respondente não usa nem conhece nenhuma medida	0,6	1,0
Outras	0,7	1,2

Fonte: Koller, et al. (2005)

Aproximadamente 10% dos estudantes de uma amostra disseram que tomam bebidas alcoólicas regularmente. Os homens têm níveis mais altos de consumo de álcool que as mulheres, tanto em termos de qualquer tipo de bebida alcoólica (40,6%, em comparação com 47,4%) e de consumo freqüente (13,5% de homens e 6,7% de mulheres). A freqüência do consumo de álcool aumenta com a idade: no grupo de 10-12 anos, 30% tomam álcool numa base mais ou menos freqüente (ocasiões sociais/festas), enquanto os de 13-15 anos e 16-18 anos têm taxas de freqüência de consumo de 52,6% e 66,4%, respectivamente, chegando a 70% entre os que têm 19 anos ou mais.³⁴

O tabaco é a droga mais usada, depois do álcool. Aproximadamente 15,7% do grupo entre 12-17 anos já fumou ou usou outros produtos do tabaco, com o Sul e o Sudeste novamente exibindo as taxas de uso mais elevadas (Carlini, 2002). Entre jovens de 18-24 anos, um terço afirma haver experimentado cigarros, e 8,4% afirmam ser dependentes, comparados com 2,2% entre os de 12-17 anos e 11,3 entre os de 35 anos de idade ou mais (Tabela 2.13).

Muito poucas pessoas afirmam usar drogas ilegais. Maconha e inalantes são as drogas ilegais mais comumente usadas pelos jovens. Entre os de 12-17 anos, 3,5% já usaram ambas; no grupo de 18-24 anos, 10% experimentaram maconha e 7,1% experimentaram inalantes. A cocaína foi usada por 3% dos jovens mais velhos, mas por muito poucos dos grupos mais jovens, e heroína, crack e alucinógenos são raros (Tabela 2.13). Com respeito à freqüência do uso de drogas ilegais (maconha, cocaína, crack, drogas intravenosas), 3% da amostra de estudantes afirmou usar regularmente (Castro e Abramovay 2002) e 5% disse que havia experimentado e abandonado.

³⁴ Castro e Abramovay 2002. O Estudo cobre as cidades de: Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Maceió, Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Florianópolis, Cuiabá, Goiânia e o Distrito Federal.

Tabela 2.13: Taxas de Uso de Drogas, por Idade

Droga	Proporção que já usou drogas alguma vez					Proporção que freqüentemente usa drogas ^a				
	12 a 17	18 a 24	25 a 35	35 e +	total	12 a 17	18 a 24	25 a 35	35 e +	Total
Álcool	48,3	73,2	76,5	70,1	68,7	0,1	3,5	6,3	7,4	5,2
Tabaco	15,7	37,7	40,0	53,0	41,1	2,2	8,4	9,9	11,3	9,0
Maconha	3,5	9,9	9,4	5,4	6,9	---	---	---	---	---
Inalantes	3,4	7,1	8,1	4,7	5,8	---	---	---	---	---
Cocaína	0,5	3,2	4,4	1,4	2,3	---	---	---	---	---
Alucinógenos	0,3	0,7	0,7	0,7	0,6	---	---	---	---	---
Crack	0,3	0,6	0,7	0,2	0,4	---	---	---	---	---
Heroína	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	---	---	---	---	---

Notas: (a) Consome álcool pelo menos três vezes por semana; viciado em tabaco. --- o indicador não foi divulgado.

Fonte: Carlini 2002

A evidência internacional sobre abuso de drogas é muito escassa, devido, em parte, à dificuldade de se obter estatísticas de alta qualidade quando se trata do uso próprio de substâncias ilegais. A única evidência amplamente acessível é sobre uso de tabaco entre jovens, como mostrado na Tabela 2.14. Embora seja, em si mesmo, um risco para a saúde, o tabaco é também chamado de uma droga “de passagem”, já que muitos que usam drogas pesadas eram fumantes de tabaco inicialmente. O uso de tabaco entre jovens na faixa de 13-15 anos atinge 25% na América Latina, tal como nos Estados Unidos. O uso estimado entre os da faixa de 12-17 anos no Brasil seria de apenas 15,7%, abaixo da média da América Latina.

Comportamento Violento: Os Jovens Estão Morrendo em Grandes Números, mas Sabe-se Pouco Sobre a Criminalidade Juvenil

A mortalidade entre os jovens devida a causas violentas é uma preocupação crescente. Embora a taxa geral de mortalidade no país tenha caído de 633 pessoas em cada 100.000 em 1980 para 561 em 2002, a taxa de mortalidade de jovens cresceu de 128 para 137 durante o mesmo período (Waiselfisz 2004). É cada vez mais preocupante o fato de que, em 2002, causas violentas foram responsáveis pelas mortes de 72 jovens entre cada 100.000 brasileiros jovens, enquanto, entre adultos, esse número foi de apenas 10 em cada 100.000 (Tabela 2.15).³⁵

³⁵ Morte por causas violentas é definida como qualquer morte devida a violência ou acidentes. Os componentes mais comuns dessa estatística são homicídios, acidentes de trânsito e suicídios. No entanto, a soma de todos os componentes não atinge o número total de mortes por causas violentas. Isso é devido à forma inconsistente como os dados são coletados. O SIM (Sistema de Informação sobre Mortalidade) é

Tabela 2.14: Uso de Tabaco pelos Jovens

País/Região	Ano	% jovens entre 13-15 anos que atualmente usam qualquer produto de tabaco	% jovens entre 13-15 anos que atualmente fumam cigarros
Argentina (Buenos Aires)	2000	28,1	25,3
Bolívia (La Paz)	2000	27,3	23,2
Brasil	2001	14,5 ^a	---
Chile (Santiago)	2000	38,3	38,4
Costa Rica	1999	20,8	17,8
México (Monterrey)	2000	21,7	19,0
Peru (Lima)	2000	21,8	18,6
Uruguai (Montevideú)	2001	29,9	26,5
Venezuela	1999	14,8	7,4
Estados Unidos	2000	23,1	17,7

Notas: (a) de 12-17 anos de idade. --- o indicador não foi divulgado.

Fonte: World Health Organization e Center for Disease Control Global Youth Tobacco Survey:

<http://www.cdc.gov/tobacco/global/GYTS.htm>; fonte para o Brasil: Carlini (2002)

O Centro-Oeste tem as taxas mais altas de mortalidade devida a causas violentas, mas o Sudeste – onde estão Rio de Janeiro e São Paulo – tem as mais altas taxas de mortalidade de jovens devida a causas violentas. O Centro-Oeste e o Norte têm as mais altas taxas de mortalidade geral por causas violentas, e sua taxa de homicídio de não-jovens é alta. Mas o Norte ocupa o último lugar em termos de mortes de jovens devidas a causas violentas, tudo isso indicando a coexistência de padrões de homicídio muito diferentes do país.

Os homicídios de jovens representam mais de um terço dos homicídios no país. Em 2002, os homicídios de jovens representaram 38,7% de todos os homicídios no Brasil (Tabela 2.15, última coluna), com Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e o Distrito Federal tendo percentuais acima de 40%.³⁶ Isso é desproporcionalmente alto, dado que os jovens são apenas 19% da população total. Entre a população não-jovem, os homicídios foram responsáveis por apenas 3,3 mortes entre cada 100.000 adultos, em

responsável pela coleta de estatísticas sobre morte por causas violentas. A fim de fazer isso, usam-se duas fontes diferentes: agências legais locais e agências de saúde locais. As agências de saúde podem mais prontamente atribuir uma causa específica a uma morte, mas o mesmo não ocorre com as agências legais, que atribuem causas específicas apenas quando podem ser legalmente declaradas. Em consequência, as agências legais locais freqüentemente registram uma morte devida a causas violentas sem especificar a causa (Barros et al. 2001).

³⁶ As taxas de homicídio nos municípios das capitais excedem as taxas do Estado. Em Manaus, Recife, Brasília e Salvador, as taxas de homicídio chegam a quase 50%, e todas as capitais, com exceção de Florianópolis, têm taxas de homicídio de jovens a quase 30% do total do Estado. Para estimativas sobre o município, ver (Abramovay et al. 2003).

comparação com 39,9% entre cada 100.000 jovens (Tabela 2.15). O número total de homicídios de jovens no Brasil cresceu 88,6% no período 1993-2002, enquanto as taxas totais de homicídio cresceram apenas 62,3% (Waiselfisz 2004). O uso de armas de fogo em mortes de jovens por homicídio cresceu 31,4%, comparados com um aumento de 15,6% na população como um todo.

Tabela 2.15: Percentagem de Mortes por Causas Violentas por 100.000 na Faixa Etária

	População jovem (15-24)			População não-jovem			Homicídios entre jovens como % do total de homicídios
	Causas violentas			Causas violentas			
	Todas	Homicídio	Suicídio	Todas	Homicídio	Suicídio	
Brasil	72,0	39,9	3,4	9,8	3,3	0,7	38,7
Norte	62,1	30,4	4,2	12,0	4,0	0,5	36,9
Nordeste	64,7	33,7	3,0	8,7	2,8	0,5	38,1
Sudeste	76,8	48,0	2,2	9,9	3,7	0,5	40,0
Sul	73,5	29,8	5,9	9,1	2,0	1,1	36,0
Centro-Oeste	74,0	35,6	5,4	13,7	4,3	1,1	35,0

Fonte: Waiselfisz 2004.

As mortes por homicídio ocorrem em proporções muito mais altas entre negros que entre brancos, e entre homens que entre mulheres. Aproximadamente 102 mortes em cada 100.000 jovens afro-brasileiros foram devidas a homicídio, em comparação com 39,2 mortes em cada 100.000 jovens brancos. As taxas são particularmente altas no Sudeste (143,5 jovens negros mortos e 53,5 jovens brancos mortos), mas o maior hiato racial ocorre no Nordeste (75,3 e 11,8, respectivamente). A diferença por raça é muito maior entre jovens que entre adultos. As taxas relativas às mulheres são menos de 10 em cada 100.000; são semelhantes entre regiões (embora mais altas no Sudeste no caso das mulheres jovens) e entre adultas e jovens (Tabela 2.16).

Infelizmente, os jovens não vêem uma saída para a situação. Como explicou uma pessoa jovem vivendo numa área pobre do Rio de Janeiro, “Os policiais são totalmente corruptos. Os traficantes são os que oferecem segurança para a comunidade. ... Se a polícia chega à comunidade, eu ‘entrego’ os traficantes para não ir em cana. Quero viver num lugar que não tenha esse tipo de conflito” (Belisario et al. 2004).

Em toda a região da América Latina e do Caribe, o Brasil tem uma das mais altas taxas de homicídio na faixa dos 15-29 anos, superada apenas pelas da Colômbia (212,5 por 100.000 jovens) e de El Salvador (133,1 por 100.000 jovens). Embora a taxa de homicídios no Brasil nesse grupo etário (81,2) esteja muito abaixo da dos que lideram a lista, é significativamente mais alta que no resto da região. Apesar de o Brasil estar em 3º lugar, isso é preocupante, já que a violência brasileira tem uma forma menos institucional que a registrada na Colômbia e em El Salvador, cujas altas taxas de homicídio são atribuídas a um conflito civil na primeira e a sérios problemas de gangues

juvenis na segunda. Assim, considerando a atual situação política e social do Brasil, a violência na juventude é particularmente alta (Tabela 2.17).

Tabela 2.16: Taxa de Mortalidade (por 100.000 pessoas) Devida a Homicídios

	População jovem				População total			
	Homem	Mulher	Branca	Negra	Homem	Mulher	Branca	Negra
Brasil	102,5	6,7	39,3	68,4	53,2	4,4	20,6	34,0
Norte	68,5	4,3	21,6	57,7	39,8	3,1	17,8	32,1
Nordeste	75,3	4,3	11,8	42,9	42,3	3,1	8,2	23,4
Sudeste	143,5	9,1	53,5	111,9	69,6	5,4	26,0	50,5
Sul	64,6	5,6	34,4	41,0	33,2	3,6	17,7	18,7
Centro-Oeste	94,2	8,1	29,8	63,2	54,6	6,0	20,6	33,7

Fonte: Waiselfisz (2004)

Tabela 2.17: Taxas de Homicídio e Suicídio entre Jovens de 10-29 anos de Idade no Brasil e em Países Seleccionados da AL&C e da OCDE

País	Ano	Mortalidade devida a homicídio		Mortalidade devida a suicídio	
		Taxa por 100.000 da população		Taxa por 100.000 da população	
		Homem 15-29 anos	Mulher 15-29 anos	Homem 15-29 anos	Mulher 15-29 anos
Argentina	1996	11,5	2,0	9,0	2,9
Brasil^c	1995	81,2	6,5	8,0	2,2
Chile	1994	6,7	--- ^a	12,9	1,8
Colômbia	1995	212,5	15,0	7,7	2,8
Equador	1996	39,8	3,2	10,9	7,7
El Salvador	1993	133,1	8,8	21,5	12,5
Guiana	1994	n.d.	n.d.	24,6	--- ^a
México	1997	37,1	3,4	9,5	2,3
Uruguai	1990	6,0	--- ^a	11,8	--- ^a
Venezuela	1994	63,9	3,5	11,6	3,3
França	1998	0,9	0,5	16,9	4,6
Estados Unidos	1998	23,6	4,6	20,2	3,7

Notas: (a) Menos de 20 mortes reportadas, taxa não calculada. (b) Exclui a Zona do Canal. (c) As taxas diferem de outras taxas nacionais já apresentadas neste capítulo porque foram usados anos diferentes a fim de se obter comparabilidade entre os países.

Fonte: WHO (2002);

http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/FullWRVH.pdf

Violência Juvenil

De acordo com um estudo da UNESCO, 61% das escolas privadas brasileiras e 65% das públicas oferecem um ambiente inseguro.³⁷ Cerca de 4% dos estudantes entrevistados disseram que têm ou tiveram uma arma de fogo, e 70% desses (quase 130.000 estudantes) relataram que essas armas eram para uso nas escolas. Entre estudantes que relataram atos violentos em escolas, 49% (Distrito Federal) e 50% (São Paulo) confirmaram que armas de fogo foram utilizadas naqueles casos. Aproximadamente 9% desses estudantes sabiam onde as armas podiam ser compradas – e de quem –, e 55% deles disseram que era fácil obtê-las.³⁸ Na média, 7% dos estudantes não freqüentavam a escola por causa da violência. Os próprios estudantes são as mais freqüentes vítimas da violência, seguidos por professores e outros funcionários. O estudo da UNESCO revelou que a violência na escola tem um efeito altamente negativo sobre o ambiente escolar, levando ao aumento do absenteísmo e à queda na qualidade da educação.

As causas da violência juvenil não estão bem documentadas, mas um grupo focal de jovens participantes numa área pobre do Rio de Janeiro sugeriu a hipótese de que “As pessoas tornam-se traficantes pelo dinheiro, para fazer o que querem e conseguir o que querem. Os garotos que nascem aqui, como aqueles em Israel, sabem que vão morrer cedo” (Belisario et al. 2004).

Tráfico Humano e Exploração Sexual

As mulheres são as principais vítimas do abuso sexual, e homens adultos são os principais agressores. Entre janeiro de 2000 e janeiro de 2003, houve 1.547 registros de abuso sexual (aproximadamente 50% na região Sudeste do país e 25% no Nordeste). Aproximadamente 75% das vítimas eram mulheres e 18% eram homens, sendo que a maior parte das vítimas femininas tinha entre 12 e 18 anos de idade. 90% dos agressores eram homens, a maior parte na faixa de 31-45 anos, seguidos por aqueles na faixa de 18-30 anos. Com respeito à relação entre agressor e vítima (dado disponível para cerca de 400 casos apenas), quase 55% dos casos de abuso ocorreram dentro da própria família, sendo o pai o agressor mais comum (por volta de 40% dos casos).³⁹

Encarceramento

A taxa nacional de detenção juvenil é de 28,8 jovens de cada 100.000 brasileiros com menos de 18 anos de idade, a maioria sendo homem, pobre, sem nenhum grau escolar completo, e afro-brasileiro. A legislação nacional permite que jovens até 21 anos fiquem

³⁷ Abramovay e Rua (2002). O estudo foi realizado com 55.000 pessoas (pais, estudantes e professores) e foi patrocinado pelo Ministério da Justiça, secretarias estaduais de educação, 14 municípios, e agências internacionais de assistência. Foram envolvidas 340 escolas públicas e privadas em 14 cidades grandes brasileiras.

³⁸ Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Presidência da República, Brasil, e UNFPA, *versão preliminar*.

³⁹ ABRAPIA, 2003.

presos no sistema de detenção juvenil. 76% dos jovens presos têm entre 16-18 anos de idade, 18% estão entre 12-15 anos e 6 % têm 19 ou 20 anos. As mulheres representam 6% dos jovens presos no Brasil, e 61% das detidas são afro-brasileiras. Na região Nordeste, 76% dos jovens presos são pretos ou pardos. Quase 90% dos jovens detidos não completaram o primeiro ciclo do ensino fundamental e 51% não frequentavam escolas na época em que cometeram os crimes pelos quais foram condenados. 60% dos jovens em detenção vêm de famílias com rendas mensais entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00 (entre 15 e 30 dólares). O principal crime que leva os jovens à prisão é roubo com ameaça ou uso da força.⁴⁰

Crianças no Nordeste do Brasil relatam que são rotineiramente espancadas pela polícia e detidas em condições abusivas. As crianças enfrentam a violência nas mãos de outros jovens, ficam confinadas em suas celas por longos períodos de tempo e frequentemente não têm acesso à educação que lhes é garantida pela Constituição brasileira. Surras por policiais durante e após as prisões são comuns, e, uma vez que as crianças sejam transferidas para centros de detenção, elas relatam contínua violência adicional pela polícia militar estadual. As crianças que reclamaram de espancamentos relataram que a polícia militar usou cassetetes [de borracha, com um miolo de metal] contra elas.⁴¹

Caixa 2.1: Tráfico de Crianças e Adolescentes para Exploração Sexual Comercial no Brasil

A ABRAPIA (Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência) desenvolveu um Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. De acordo com dados desse sistema:

- Estima-se que 75.000 mulheres brasileiras trabalhem em outros países na indústria do sexo, principalmente na Europa.
- A maior parte das vítimas do tráfico sexual é constituída de mulheres afro-brasileiras entre 15 e 25 anos; 79% das traficadas têm entre 13-24 anos.
- A maior parte tem baixos níveis de escolaridade, vem de classes socioeconômicas baixas e vive em periferias urbanas.
- A maior parte das vítimas já havia sofrido algum tipo de violência (i.e., abuso sexual, estupro, negligência, abandono, maus tratos, abuso físico e/ou psicológico), dentro do ambiente familiar ou fora dele.
- 60% de todas as rotas de tráfico têm origem no Norte ou Nordeste do Brasil.

Fonte: Leal e Leal, 2002

⁴⁰ Human Rights Watch, (abril de 2003)

⁴¹ Human Rights Watch, (janeiro de 2004). Para elaborar este relatório, Human Rights Watch visitou 17 instituições de detenção em cinco Estados na região amazônica e no Nordeste durante um período de quatro semanas em abril e maio de 2002.

Suicídio: e os Jovens Estão se Matando

As taxas de suicídio indicam que, anualmente, 3 em cada 100.000 brasileiros jovens morrem dessa forma – em comparação com 0,7 casos entre a população não-jovem. A incidência de suicídio é particularmente alta no Sul (Tabela 2.15). No Rio Grande do Sul, a taxa de suicídio é 7,8 em cada 100.000 jovens, e em Santa Catarina é 6,8 (Waiselfisz 2004).

Em contraste com as taxas de homicídio, a violência contra si mesmo é particularmente baixa no Brasil, quando comparado com outros países da AL&C ou da OCDE. A tabela 2.17 mostra que a taxa de mortalidade por suicídio entre os jovens brasileiros de 15-29 anos foi 8,0 em 1995. Em comparação, El Salvador e Guiana tiveram taxas muito mais altas, de 21,5 e 24,6, respectivamente.⁴² Contrariando a crença popular, as taxas de suicídio são mais elevadas entre os homens que entre as mulheres em toda a região, e o Brasil não é exceção.

Em Conclusão

Embora recentes tendências demográficas apontem para o declínio da parcela jovem ao longo do tempo, os jovens são e continuarão a ser parte significativa da população brasileira. A juventude está exposta a diversos fatores de risco e encontra-se envolvida em inúmeros comportamentos arriscados que merecem a atenção dos formuladores de políticas. Os jovens brasileiros estão em melhor situação que a população adulta quando se trata de educação e uso de tabaco, e os dois grupos exibem padrões similares na força de trabalho (uma vez que os jovens entrem no mercado de trabalho). Os jovens, no entanto, engajam-se em atividades sexuais mais arriscadas, estão mais desempregados e são vitimizados pela violência a taxas muito mais altas que as relativas aos adultos. É claro, portanto, que os jovens merecem atenção especial.

Para ajudar a definir onde é necessária tal atenção, é útil uma comparação com outros países latino-americanos. Comparada com seus vizinhos, a juventude brasileira está em desvantagem nas áreas de resultados educacionais, violência e emprego. A única área em que os jovens brasileiros destacam-se positivamente diz respeito ao comportamento sexual: embora a idade da iniciação sexual seja semelhante à encontrada nos outros países da América Latina, os jovens brasileiros exibem taxas de fertilidade mais baixas e maior uso de contraceptivos. Deve-se observar que foram os notáveis esforços brasileiros no combate à Aids que levaram ao declínio das taxas de infecção pela doença ao longo da última década.

Sublinhando tudo isso, no entanto, está a grande heterogeneidade encontrada no país em termos de região geográfica, gênero, renda e raça. Os formuladores de políticas precisam ter em mente todas essas diferenças quando estiverem tratando desses problemas.

⁴² As estatísticas na Tabela 2.17 mostram taxas mais altas que as registradas nas estatísticas brasileiras apresentadas na Tabela 2.15 devido a uma maior amplitude etária, a diferentes fontes de informação e à diferença entre os anos aos quais se referem os dados..

III. O Custo De Não Investir Na Juventude

Este capítulo desenvolve o argumento de que a atual estratégia de investimento do Governo brasileiro para a juventude não é suficiente, dadas as evidências de que o nível de gastos com este grupo é muito baixo e de que os custos de não investir nos jovens em situação de risco são muito altos. Em particular, ele apresenta o atual investimento social feito nos jovens e tenta quantificar o custo que recai sobre a sociedade brasileira quando os comportamentos de riscos assumidos pelos jovens são ignorados pelos formuladores de políticas.⁴³ Também estima o custo de comportamentos de risco para os próprios jovens e indaga se as políticas públicas podem afetar os custos, ou se podem ajudar os jovens a entendê-los de modo que passem a ver alternativas quanto a engajar-se ou não em tais comportamentos. Os números chocantes pretendem ser um argumento a favor da importância de se incluir o desenvolvimento da juventude no conjunto das políticas públicas prioritárias, e também a quantificar, para os próprios jovens, quão danosas são essas ações para suas vidas futuras.⁴⁴

A informação apresentada neste capítulo é uma estimativa muito conservadora do verdadeiro custo desses comportamentos, já que a maior parte dos custos não pode ser totalmente medida. Em primeiro lugar, alguns custos simplesmente não são quantificáveis, tais como a dor e o sofrimento experimentados pela vítima do crime de um jovem. Têm sido feitas tentativas de estimar o valor desses tipos de eventos,⁴⁵ mas com sucesso apenas parcial. Em segundo lugar, muitos dados não estão disponíveis para que se possa chegar a uma medida verdadeira. Por exemplo, o Ministério da Saúde avalia que a hospitalização associada ao uso abusivo de drogas custa entre R\$ 483,00 e R\$ 537,00 por caso, mas não tem informação de quantos usuários buscam esse tipo de ajuda. Finalmente, os impactos de comportamentos de risco nos quais se engajem jovens de hoje podem perdurar por muitos anos e gerações, o que é difícil de medir. Por exemplo, a gravidez na adolescência impõe um custo à mãe, aumentando os riscos à sua saúde durante a gravidez e o parto, levando-a a abandonar a escola e a ter salários mais baixos durante toda a vida, mas os filhos de mães adolescentes também experimentam maiores problemas de saúde durante suas vidas e também viverão com salários mais baixos. Assim, pergunta-se: no cálculo do custo da gravidez na adolescência, devem-se considerar apenas os custos para a mãe, ou também aqueles que recairão sobre toda a vida do filho? Levando em conta esses desafios, os dados apresentados neste capítulo devem ser entendidos como estimativas muito modestas dos custos reais.

⁴³ Esta seção baseia-se em Juliano Assunção e Leandro Carvalho (2004). A metodologia está contida no estudo preliminar e resumida no Anexo II deste relatório.

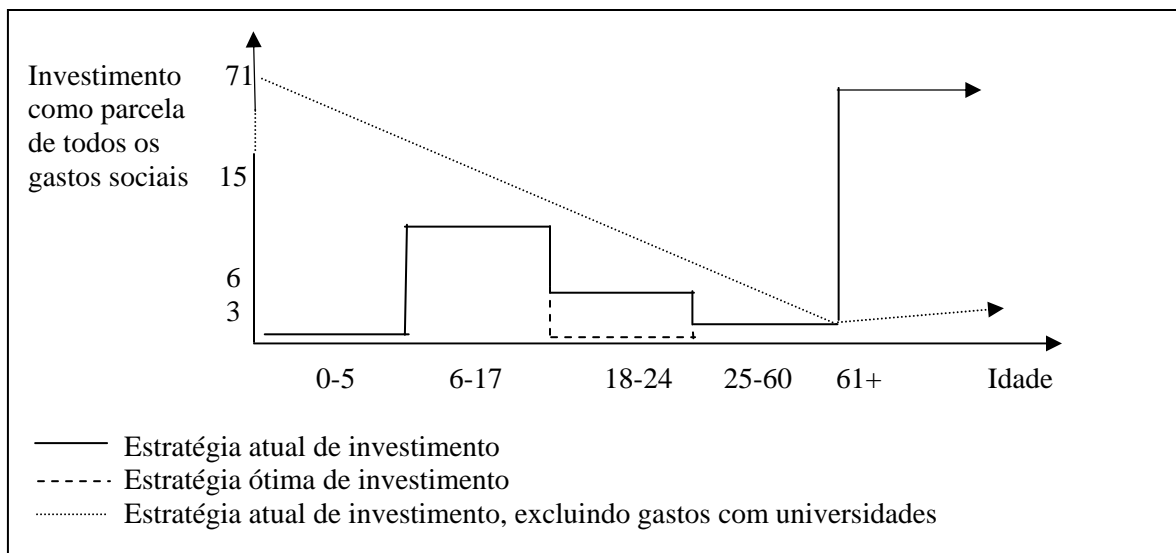
⁴⁴ Os custos apresentados nesta seção também pode ser úteis como a primeira parte de uma análise de custo-benefício. Como os custos do programa não são estimados, falta a metade da equação.

⁴⁵ Por exemplo, Roman e Farrell (2001) estimam um valor em US\$ para a dor, o sofrimento e ajustes à vida de vítimas de assassinato, estupro e assalto sexual, roubo, assalto e arrombamento para roubar; os valores variam de US\$300,00 para arrombamentos até US\$1.910.000,00 para assassinatos. Esses números contêm um elemento de subjetividade e podem não ser amplamente aplicáveis.

A Atual Estratégia Brasileira de Investimento Perpetua a Questão dos Jovens em Situação de Risco

Comportamentos de risco entre jovens são parcialmente devidos a gastos insuficientes com esse grupo, como demonstrado pelo hiato entre a atual estratégia de investimento para o desenvolvimento humano e a estratégia ótima. O Gráfico 3.1 permite comparar gastos sociais correntes e gastos ótimos no Brasil, por períodos do ciclo de vida.⁴⁶ A linha descendente acentuada é o esquema ótimo de gastos sociais, demonstrando que grandes investimentos no início da vida levarão à menor necessidade de investir mais tarde. A outra linha do é a estratégia atual de investimento no Brasil. Os maiores investimentos estão no grupo de 61 anos de idade ou mais, devido ao pagamento de aposentadorias. Os gastos com jovens de 18-24 anos são cerca de 6% do total de gastos sociais, ultrapassando alguns outros períodos do ciclo vital. Mas, quando se eliminam gastos com o ensino universitário – limitados a uma pequena parcela elitizada da população –, os gastos com jovens caem a quase zero por cento do total dos gastos sociais (a linha pontilhada próxima da base). Note-se que as duas faixas etárias nas quais os investimentos são os mais baixos no Brasil são a primeira infância e a juventude – os dois períodos cruciais para a prevenção de comportamentos de risco entre jovens. E os gastos com os anos da infância são basicamente em educação – que, apesar de seus importantes impactos pedagógicos, tendem a ter impacto reduzido sobre questões de desenvolvimento humano.

Gráfico 3.1: Estratégias de Investimento Social Atual e Ótima no Ciclo de Vida



⁴⁶ Os dados sobre gastos federais são de Palocci et al. (2005). Os dados sobre gastos estaduais e municipais foram coletados pelo Banco Mundial. Os gastos sociais foram classificados por faixas etárias (0-5), (6-17), (18-24), (25-60) e (61+) que correspondem, aproximadamente, à primeira infância, idade escolar, juventude, idade adulta, e velhice. Cerca de 31% de todos os gastos sociais foram identificados como benefícios para famílias, ou gastos gerais não desagregados por faixa etária. A maior parte desses últimos referia-se a gastos com saúde. Como não existe um detalhamento dos gastos com saúde por faixa etária, os dados foram omitidos da Tabela.

Essa estratégia de investimento extraviada (comparada com a linha pontilhada ideal) tem sérias implicações para o crescimento econômico, social, cultural e político do Brasil.

Custos para a Sociedade dos Comportamentos e Eventos de Risco na Juventude

Os comportamentos arriscados dos jovens requererão desembolsos monetários pelo governo.⁴⁷ Por exemplo, a prevenção de crimes e o gerenciamento dos impactos de crimes requerem recursos públicos para os salários dos policiais, taxas legais, prisões, reparos de danos a propriedades do Estado ou cuidados médicos para vítimas dos crimes. Essas despesas públicas podem ser calculadas para os comportamentos de risco dos jovens, como sumarizado nas duas primeiras colunas da Tabela 3.1. No entanto, o comportamento arriscado também impõe um “custo invisível” – ou seja, a perda de todos os benefícios de que a sociedade teria desfrutado se a pessoa jovem não tivesse assumido aquele comportamento. Por exemplo, jovens desempregados não estão contribuindo produtivamente para o produto nacional. Assim, embora o custo direto – os dispêndios em dinheiro – como resultado do desemprego de jovens possa limitar-se aos pagamentos de seguro-desemprego, os custos econômicos – a receita de impostos que o governo nunca coleta, dado que essa pessoa nunca tem uma renda – são muito maiores. O valor do benefício perdido pela sociedade é muito diferente do valor dos dispêndios monetários governamentais (as últimas duas colunas da Tabela 3.1). Esse custo econômico talvez seja a medida real da perda decorrente de comportamentos arriscados, porque esses benefícios nunca são desfrutados por ninguém, em oposição aos “custos diretos” discutidos no último parágrafo acima, nos quais o dinheiro flui do bolso de uma pessoa para as mãos de outra.

Os gastos públicos *diminuem* quando o jovem abandona a escola muito cedo, mas os custos econômicos – os impostos e taxas nunca pagos e os benefícios que nunca são desfrutados com esses recursos – totalizam R\$ 755 milhões para cada coorte de pessoas jovens que não completam seu nível de educação. Quando jovens abandonam a escola, o Estado tem que gastar menos com salários de professores, prédios escolares e materiais didáticos, por exemplo. No entanto, o custo social dos precoces abandonadores da escola não é zero, já que deixam de ser materializados todos os benefícios que uma pessoa plenamente educada teria produzido na sociedade e para a coletividade. Em vez disso, a pessoa é menos produtiva, saudável, criativa e civicamente comprometida do que teria sido se tivesse completado a escola.

⁴⁷ Existe um debate sobre se custos diretos são, de fato, um custo para a sociedade, ou se são simplesmente uma redistribuição de dinheiro, de modo que, embora haja perdedores (o governo, neste caso), também há ganhadores, como aqueles que ganham os contratos de seguros, fornecem cuidados médicos ou trabalham no sistema de justiça social. As verdadeiras perdas para a sociedade vêm daqueles benefícios que nunca se materializam – oportunidades perdidas – devido às conseqüências dos comportamentos de risco.

Tabela 3.1: Custos Públicos Devidos a Comportamentos de Risco Entre Jovens, em Reais de 2002^a

	Gastos públicos (Custos diretos)		Benefícios perdidos para a sociedade (custos econômicos)	
	Por pessoa	Por coorte (em milhões)	Por pessoa	Por coorte (em milhões)
Abandono precoce da escola ^b	R\$0	R\$0	R\$184	R\$755
Desemprego de jovens	R\$307 – R\$361	R\$120-R\$224	R\$20-R\$23	R\$7 – R\$13
HIV/Aids	R\$36.870	R\$297	R\$68.000	R\$140-R\$554
Crime e violência	R\$109.712	R\$478	R\$7.285	R\$33

Notas: (a) O custo de gravidez na adolescência não foi incluído dada a ausência de informação sobre recursos públicos para hospitalizações mais longas de mães adolescentes ou para cesarianas feitas em mães jovens, ou sobre o quanto mais custam para o sistema de previdência social estatal; e também pela ausência de dados e clareza conceitual sobre uma maior taxa de criminalidade entre filhos de mães adolescentes. (b) Foi usada uma taxa de desconto de 5%, presumindo-se que as diferenças de produtividade não observadas entre os que abandonam a escola e os que completam cada um dos ciclos sejam zero.

Fonte: Assunção e Carvalho, 2005

Numa base per capita, as obrigações financeiras do Governo com os jovens desempregados são baixas, mas, devido às altas taxas de desemprego entre jovens, os custos com a coorte são enormes.⁴⁸ O Governo paga aproximadamente entre R\$ 307,00 e R\$ 361,00 a cada beneficiário do seguro-desemprego, o principal benefício monetário que pode dar ao jovem desempregado, mas isso totaliza entre 120 e 224 milhões de reais por ano para toda a coorte de jovens desempregados. Embora o benefício perdido por não se usar esses fundos para outros fins seja de apenas R\$ 20,00 a R\$ 23,00 por cada jovem desempregado, alcança entre 7 e 13 milhões de reais por ano para toda a coorte.

O HIV contraído entre os 16-24 anos de idade custa ao Governo R\$ 297 milhões em cuidados médicos por cada coorte de jovens, e uma perda financeira para a sociedade equivalente a R\$ 554 milhões. O ativo programa brasileiro de terapia anti-retroviral e de hospitalização é dispendioso, mas estende a vida da pessoa. Isso tem benefícios óbvios, mas também arriscados, pois se estima que cada dez jovens infectados infectam outras 1,3 pessoas. As mortes que ocorrem e a perda de usos alternativos dos recursos públicos usados com a doença levam a perdas onerosas para a sociedade.

Crimes e violência cometidos por jovens custam ao Tesouro R\$ 478 milhões em despesas diretas e outros R\$ 33 milhões em benefícios perdidos e vítimas (vidas perdidas), por coorte de jovens. Os pagamentos atuais feitos pelo governo incluem gastos com prevenção de crimes, prisões (R\$ 1.102,00), julgamentos (R\$ 11.940,00), encarceramento (R\$ 96.666,00), substituição de propriedades públicas criminosamente danificadas, e despesas médicas com vítimas e criminosos. Isso soma aproximadamente R\$ 109.000,00 por cada jovem criminoso. Os benefícios perdidos pela sociedade são a

⁴⁸ O contrafactual é a taxa de desemprego de adultos de 24 anos de idade.

parcela que o Estado deixa de receber do produto do trabalho de uma vítima de homicídio e os programas que o Governo poderia ter financiado se não estivesse desviando R\$ 478 milhões para lidar com a questão da criminalidade juvenil. A soma de benefícios perdidos pela sociedade alcança R\$ 7.285,00 por cada jovem engajado em atividades criminosas.⁴⁹

Custos para o Indivíduo e sua Família

Os comportamentos arriscados dos jovens também impõem um custo sobre o jovem e sua família. Como já mencionado, os indivíduos podem ter que fazer desembolsos monetários diretos como resultado de seu comportamento (custos financeiros privados), mas, mais importante que isso, eles podem ter benefícios reduzidos pelo resto da vida como resultado dos impactos negativos de tais comportamentos (custos econômicos). As estimativas apresentadas nesta subseção são *estimativas subestimadas* dos custos reais, já que estão limitadas, em grande medida, a ganhos e taxaço, enquanto as perdas plenas incluem uma ampla gama de resultados sociais, psicológicos, culturais e de saúde (discutidos na próxima seção).

Custos Financeiros Privados

Os custos financeiros privados de comportamentos de risco ou são zero ou não puderam ser calculados. No caso de desemprego ou abandono da escola, o indivíduo não incorre num custo financeiro. De fato, ao deixar a escola o jovem pode acabar tendo menos despesas. Os custos financeiros privados com gravidezes de adolescentes – custo de aborto, custo de assistência médica privada a mães adolescentes, em comparação com o de mães não-adolescentes – não estão disponíveis. O mesmo acontece no caso da Aids: no Brasil, não existem dados sobre gastos médicos privados com pacientes com Aids.

Custos Econômicos Privados

Uma pessoa jovem que não completa seu nível de educação priva-se de ganhar entre R\$ 9.512,00 e R\$ 310.000,00 ao longo da vida, totalizando 297 bilhões de reais durante a vida de uma única coorte jovem. Por exemplo, homens não-brancos que não completam o ensino médio ganharão, durante suas vidas, R\$ 46.733,00 menos do que ganhariam se tivessem o nível médio completo. As perdas diferem segundo alguns fatores – série em que a pessoa deixa a escola, gênero e raça -, conforme mostrado na Tabela 3.2. Como as taxas de retorno da educação são proporcionalmente maiores à medida que aumenta o nível de educação, não é surpresa que a renda deixada de ganhar seja menor para aqueles que abandonam a escola aos sérios baixos. Homens brancos que não completam o primeiro ou o segundo ciclo do ensino fundamental deixarão de ganhar R\$ 27.000,00 em suas vidas, em comparação com uma perda de R\$ 310.000,00 para homens brancos que não completam a universidade. As perdas de renda das mulheres são menores que as dos homens da mesma raça e com o mesmo nível educacional - cerca de

⁴⁹ O contrafactual é a criminalidade zero entre jovens. Não consideramos aqui os impactos da violência sobre os investimentos e o crescimento, que assumem proporções gigantescas quando comparados com os números apresentados acima (Moser para Jamaica, Guatemala e Colômbia; Rubio para a Colômbia).

30 a 50% menos – devido às taxas mais baixas de emprego entre mulheres que têm maior participação nas responsabilidades familiares.

Tabela 3.2: Custos Econômicos Privados do Abandono Precoce da Escola

	homem branco	homem não-branco	mulher branca	mulher não-branca
1º ciclo do ensino fundamental (1-4)	R\$27.224	R\$22.966	R\$9.512	R\$10.347
2º ciclo do ensino fundamental (5-8)	R\$27.318	R\$20.685	R\$16.116	R\$10.534
Ensino médio (9-11)	R\$68.440	R\$46.733	R\$46.660	R\$32.732
Universidade	R\$310.052	R\$247.835	R\$200.467	R\$152.237

Nota: Cada coluna representa a renda futura perdida de uma pessoa se ela não completasse aquele nível de educação, versus completá-lo.

Fonte: Assunção e Carvalho, 2005

Taxas de desemprego excepcionalmente altas entre jovens de 16-24 anos resultam em rendimentos anuais perdidos entre 641 milhões e 1,2 bilhão de reais. (Tabela 3.3)

Os valores per capita não são muito altos porque muitos jovens da mesma faixa etária que trabalham têm salários baixos devido à saída precoce da escola. No entanto, as altas taxas de desemprego resultam em uma conta total também muito alta.

A maternidade de adolescentes custa às mães e a seus filhos R\$ 10.648.000.000,00 para uma única coorte de mães jovens. Embora os custos diretos de uma gravidez na adolescência – contas de hospital mais altas devido a complicações, mais problemas de saúde durante a vida da criança – não tenham sido estimados por não existirem dados confiáveis, a renda e o bem-estar perdidos como decorrência (i) do abandono precoce da escola pela mãe e de rendimentos menores ao longo da vida,⁵⁰ (ii) da mortalidade infantil,⁵¹ e de (iii) menores rendimentos do filho ao longo da vida⁵² estão entre R\$ 26.750,00 e R\$ 48.377,00 por cada parto de adolescente.

O custo da morte prematura devida ao HIV contraído durante os anos da juventude é avaliado entre R\$ 396.966,00 e R\$ 402.590,00 por infecção, e alcança R\$ 3.190.000.000,00 para uma coorte jovem. A estimativa baseia-se no método do valor-da-vida, assumindo menor longevidade do período com o HIV. O custo mais alto é provavelmente o mais adequado para o Brasil, já que se associa a um tempo mais longo de vida-com-Aids devido à detecção prematura e ao uso da terapia anti-retroviral potente (HAART), que tem sido particularmente bem-sucedida no país.

⁵⁰ Mulheres que têm o primeiro filho com menos de 18 anos idade ganham 37,5% menos, ao longo da vida, do que mulheres que tinham pelo menos 18 anos ao ter o filho. (Assunção e Carvalho, 2004)

⁵¹ A taxa de mortalidade infantil entre mães adolescentes é de 15 por cada 1.000 nascidos vivos, comparada com 11 entre as mulheres com 18 anos de idade ou mais, mas não há nenhuma diferença nas taxas de mortalidade materna.

⁵² Filhos de mães adolescentes recebem salários que são 6% mais baixos que os filhos de mães mais velhas (Assunção e Carvalho, 2004).

A perda de vidas resultante de overdose ou de acidentes de trânsito causados por jovens que abusam de drogas é equivalente a 30 milhões de reais, e a causada por jovens alcoolizados equivale a 762 milhões de reais para uma única coorte de jovens. Isso é equivalente a algo entre R\$ 7.800,00 e R\$ 16.000,00 por usuário de droga e R\$ 3.560,00 a R\$ 23.297,00 por usuário de álcool. Outras perdas resultantes do abuso de drogas que não estão incluídas aqui, mas que devem ser levada em conta, são o salário mais baixo daqueles que fizeram investimentos mais baixos na acumulação de capital humano, e as doenças físicas e mentais dos que abusam de drogas.⁵³

Embora os jovens possam engajar-se em atividades criminosas visando ao ganho econômico, o custo médio de tal comportamento é de R\$ 402.276,00 por criminoso jovem. Esse valor resulta dos custos muito altos associados às conseqüências do comportamento criminoso do jovem: perda da vida ou encarceramento.⁵⁴ O método valor-da-vida é usado para estimar uma quantia monetária para uma vida perdida devido a homicídios de jovens. A perda de renda da família enquanto o jovem criminoso está na prisão também constitui um custo. A perda total para os amigos e famílias (sobreviventes) de uma única coorte de jovens violentos é de R\$ 5.060.000.000,00.

Tabela 3.3: Custos Econômicos Privados de Comportamentos de Risco entre Jovens, em reais de 2002

	Por pessoa	Por coorte (R\$ milhões)
Abandono precoce da escola ^a	R\$ 32.732 – R\$ 68.106	R\$ 164.518 - R\$ 297.056
Desemprego de jovens	R\$ 488 – R\$ 588	R\$ 641 – R\$ 1.229
Gravidez de adolescentes	R\$ 26.750 – R\$ 48.377	R\$ 10.648
HIV/Aids	R\$ 396.966 – R\$ 402.590	R\$ 812 – R\$ 3.190
Abuso de álcool	R\$ 3.560 – R\$ 23.297	R\$ 762
Abuso de drogas	R\$ 7.832 – R\$ 16.473	R\$ 30
Crime e violência ^a	R\$ 402.276	R\$ 5.060

Notas: (a) Foi usada uma taxa de desconto de 5% para ajustar salários futuros.

Fonte: Assunção e Carvalho, 2005

Outros Custos de Comportamentos Arriscados

As tabelas de estimativas de custos são limitadas, como explicado acima, devido à ausência de dados ou à dificuldade de quantificar alguns dos custos de comportamentos de risco. Para dar um quadro mais completo dos custos desses comportamentos entre jovens, há fatores adicionais a serem considerados em cada comportamento, como detalharemos a seguir.

⁵³ O estudo *The Economic Costs of Alcohol and Drug Abuse in the United States* (1992) constatou que: homens com doenças associadas a drogas ganham 9,9% menos que os outros; os que começam mais cedo o uso de álcool ganham 14% menos que os outros; e os que começam mais tarde ganham 4,5% menos que os que não abusam da bebida. O estudo também concluiu que o vício de drogas ou álcool não afeta os salários das mulheres.

⁵⁴ 32,2% dos prisioneiros têm entre 18-24 anos de idade, com condenações médias a 15 anos de prisão.

Abandono precoce da escola. Outros custos não considerados nos cálculos acima são substanciais, e incluem:

Hábitos de saúde. Os que têm menos educação tendem a ter saúde pior que os com mais educação. Isso pode ser devido a uma falta de conhecimento sobre como cuidar de si mesmo, a um cálculo equivocado dos benefícios de investir em cuidados de saúde, ou à escassez de recursos para recorrer à medicina preventiva (Grossman e Kaestner 1997). Os que conhecem melhor as diretrizes sobre cuidados nutricionais, sanitários e de integridade física terão taxas de mortalidade e de doença mais baixas, menos

violência doméstica e melhores indicadores psicológicos, mesmo quando controlando pelos benefícios à saúde associados à renda mais alta. Assim também, pais mais educados têm filhos mais saudáveis, o que resulta em menor mortalidade infantil, maiores pesos ao nascer, melhor saúde de seus filhos adolescentes (em termos de saúde oral, obesidade e anemia) (Grossman e Kaestner 1997). Isso não se deve a uma renda mais alta nas famílias com mais educação, mas resulta de se ter mais informação sobre boas práticas de saúde infantil, ou saber como obtê-las.

Exclusão social. Pessoas jovens que não estão na escola ficam fora da principal instituição social para os de sua idade. Isso pode desencorajar a pessoa a participar ativamente da sociedade ou a buscar outras instituições públicas para ajudá-la a navegar pelos anos da juventude, o que limita as interações positivas entre colegas e deixa o jovem numa situação de risco ainda maior.

Democracia, voluntarismo e expressão cultural. Aqueles com níveis mais altos de educação tendem a ser mais engajados em suas comunidades, e isso se manifesta como níveis mais elevados de voluntarismo, maior participação em atividades culturais,

Caixa 3.1: Educação e Fatores de Risco

A educação é um fator-chave que afeta outros comportamentos de risco. Baixos níveis de educação têm alta correlação com:

Crime e violência. A delinqüência juvenil está correlacionada com níveis mais baixos de educação (Barker e Fontes, 1996). Isso pode ser devido ao baixo custo para se engajar em comportamento criminoso arriscado (Eckstein e Wolpin, 1999), à influência social positiva de mentores e colegas no ambiente da escola, ou ao fato de que a delinqüência pode ser a melhor alternativa de renda para um indivíduo com poucas habilidades vendáveis no mercado.

Comportamento sexual. O maior engajamento em comportamento sexual arriscado entre os jovens menos educados pode ser devido ao baixo custo envolvido, à falta de recursos – professores, enfermeiras nas escolas, conselheiros – para ajudá-los nessas decisões, ou à ausência de raciocínio, barganha ou informação sobre a atividade sexual responsável.

Uso de drogas. Aqueles que não estão na escola têm maior probabilidade de usar álcool, tabaco e drogas ilegais (Barker, 1995), e tudo isso impõe custos adicionais ao indivíduo, à família e à sociedade.

Emprego. As taxas de desemprego mais elevadas estão entre aqueles que não completam o ensino médio.

maiores contribuições às expressões culturais, e aperfeiçoamentos na democracia (Diamond, 1992; Haveman e Wolf, 1984).

Satisfação no trabalho. Pessoas com níveis mais altos de educação também recebem mais benefícios não-monetários do mercado de trabalho. Por exemplo, a relação positiva entre nível de educação e benefícios não-pecuniários no trabalho (Duncan 1976) pode incluir, conforme relatam os com mais educação, um maior nível de felicidade com o que se faz, independentemente do salário. Além disso, a natureza dos empregos dos mais educados permite maior aprendizado no trabalho, o que também contribui para aumentar o nível geral de satisfação profissional. (Mincer 1993).

O desemprego jovem pode levar a incentivos perversos dispendiosos:

Obsolescência das habilidades. Enquanto desempregado, o capital humano que a pessoa jovem havia adquirido na escola ou em experiências anteriores de trabalho começa a estagnar. Além disso, aqueles que ficam desempregados por maiores períodos tendem a ter mais dificuldade de se reempregar.

Migração. A falta de empregos resulta em migração para mercados de trabalho mais dinâmicos e na perda dos investimentos estaduais e locais feitos na acumulação de capital humano daquele indivíduo. Existe também evidência de que níveis mais altos de educação levam à migração, e de que essa também pode levar à fragmentação da família ou da comunidade.

Exclusão social. Basta estar desempregado para estar socialmente excluído, já que o indivíduo não é parte de uma das maiores instituições brasileiras – o mercado de trabalho. No entanto, se trabalhos estão escassos, os jovens – que tendem a engajar-se em comportamentos de risco mais que os adultos – podem buscar inclusão em outros mercados, ou seja, nos mercados de trabalho ilegais, o que os exclui ainda mais da sociedade maior.

O comportamento sexual arriscado que resulta em gravidez adolescente tem outros custos além dos discutidos acima, e recaem sobre a mãe, sua criança, sua família e a sociedade:

Custos sociais de crianças com desvantagens. Crianças filhas de mães adolescentes tendem a ter mais problemas de comportamento, inclusive violência (Russell-Brown, Engle, e Townsend, 1994; Donohue e Levitt, 2001), menor escolaridade (Russell-Brown, Engle, e Townsend, 1994) e maior probabilidade de serem pais ou mães adolescentes elas mesmas (Maynard 1996). Tudo isso resultará em cidadãos menos produtivos no futuro, menores receitas de impostos recolhidos pelo Estado, custos mais elevados de crimes cometidos e menores contribuições para a sociedade como um todo.

Demandas sobre o sistema de proteção social. Mães adolescentes tendem a ter rendimentos menores que aquelas mulheres que esperam até a idade adulta para terem seus filhos: deixam a escola mais cedo, encontram menos oportunidades de empregos para mães solteiras, e têm menos experiência de trabalho. O Estado então é chamado a

realizar grandes gastos com essas jovens mulheres, pagando seguro-desemprego, financiando programas de nutrição infantil, creches e transferências monetárias (Maynard 1996).

Exclusão social e saúde mental precária. Pode haver um estigma com relação a jovens grávidas e solteiras que faça com que sejam excluídas de suas casas ou estigmatizadas por suas sociedades, o que resulta em custos psíquicos para a jovem e na perda de benefícios por não pertencer a uma comunidade.

Custos de saúde mais elevados com crianças nascidas de mães adolescentes. Os filhos de mães adolescentes tendem a demandar serviços de saúde mais caros ao longo de suas vidas, e esses custos recairão sobre a família ou a sociedade. (Maynard 1996).

Custos com aborto e mortalidade materna. Cerca de 20% de todos os abortos legais são realizados em adolescentes. Como é relativamente difícil obter um aborto legal, e as jovens têm menos recursos para pagar um aborto seguro, é possível que o número de abortos ilegais neste grupo resulte em gastos com saúde ao longo da vida ou em morte prematura das que fazem abortos ilegais.

As vidas perdidas como consequência de atividade sexual que resulte em HIV/Aids são responsáveis por grandes prejuízos ao avanço da sociedade:

Dores e sofrimentos dos jovens e/ou de sua família. Embora as pessoas possam viver uma vida saudável tendo o HIV, a Aids é uma doença dolorosa para uma pessoa e para os que cuidam dela, e isso é difícil de quantificar.

Custos não-monetários para a família na qual a pessoa que provê o sustento ou é o principal responsável tem o HIV. Entre jovens que contraem o HIV, muitos já terão suas famílias quando a Aids se manifestar. Quando morre um membro jovem da família, recai sobre os que ficam o peso financeiro da perda daquela pessoa, o peso adicional sobre o parceiro e as crianças, e o custo emocional para a família.

Perda do retorno de investimentos no indivíduo. A taxa de retorno do investimento prévio em pessoas que contraem o HIV é menor do que se não tivessem morrido de Aids. Em parte, os pais investirão no estudo e na nutrição de seus filhos na esperança de que esses investimentos lhes serão restituído quando forem velhos. O Estado investe na educação e nutrição de crianças na esperança de que crescerão como cidadãos produtivos da sociedade e que pagarão impostos e contribuirão para a riqueza geral do país. A Aids interrompe precocemente a realização dos retornos desses investimentos, e pode também levar a sub-investimentos em futuras populações que tenham maior incidência de HIV.

Uma sociedade menos dinâmica ou menos desenvolvida. Os indivíduos ajudam a construir sociedades ricas. Mortes prematuras de homens e mulheres no auge de sua capacidade produtiva privarão as sociedades de incomensuráveis contribuições que aquelas pessoas poderiam ter feito à cultura, à democracia, às artes e ao conhecimento.

Exclusão social do jovem e/ou de sua família. Embora o Brasil seja relativamente avançado no reconhecimento e tratamento do HIV/Aids, existe ainda um estigma associado à doença, o que leva à exclusão social e aos custos psíquicos e materiais associados a ela.

Finalmente, o crime e a violência juvenis são particularmente difíceis de medir devido aos seguintes fatores:

Custos da vitimização. O crime juvenil impõe custos psíquicos e de saúde mental às vítimas. Esses custos são arcados pelo indivíduo ou pelo Estado, sob a forma de hospitalização, participação em grupos de apoio a vítimas, processos legais para indenização de danos, e rendimentos perdidos (Roman e Farrell, 2001).

Custos de segurança. Tanto o Estado quanto os indivíduos investem recursos substanciais para se proteger contra a criminalidade juvenil. Alguns gastos públicos podem ser medidos em termos aproximados, mas há outros, como requalificação de favelas, iluminação pública, reabilitação de jovens e programas comunitários, que requerem novos gastos públicos. Entre os cidadãos privados, os investimentos em segurança privada, sistemas de segurança, grades em janelas e portas são substanciais, mas não medidos.⁵⁵

Perda de valor da propriedade. É difícil estimar a perda de valor da propriedade como resultado de danos causados. A perda devida a roubo pode ser considerada um custo para a vítima, mas é realmente uma transferência da vítima para o criminoso, não havendo nenhum custo líquido para a sociedade.

Menores receitas de turismo. O turismo tende a evitar lugares de férias com alta criminalidade (Levantis e Gani 2000), o que leva a uma redução de 5% do fluxo de turistas para cada aumento de 10% na criminalidade. Estima-se que a Jamaica perca 4% das receitas de turismo em função apenas da criminalidade juvenil (World Bank, 2003).

Capital social perdido. Jovens criminosos têm má reputação e menor probabilidade de construir um capital social positivo no âmbito da sociedade (embora possam ter muito mais capital social entre elementos criminosos), e isso tem implicações para encontrar trabalho, obter crédito, iniciar um negócio e, de modo geral, sair da pobreza e desfrutar a condição de ser parte da sociedade.

⁵⁵ Pode-se argumentar que os gastos com serviços de segurança privada requerem desembolsos monetários pela pessoa que os compra, mas são renda para aqueles que os prestam; sendo assim, são uma transferência de recursos de um membro da sociedade para outro, sem nenhuma perda líquida.

Em conclusão

Nossas estimativas bastante conservadoras dos custos econômicos de não investir nos jovens são substanciais. Os custos ao longo da vida de uma única coorte jovem é algo entre R\$ 184 e R\$ 320 bilhões de reais, representando entre 12 e 21% do PIB. Assim, investir nos jovens é uma sábia decisão de política.

Quando se considera uma estratégia de investimento, este Capítulo agrega maior clareza ao destacar algumas opções mutuamente exclusivas. Por exemplo, embora desembolsos monetários para jovens desempregados sejam baixos e para aqueles com HIV sejam altos, o governo gasta mais dinheiro com o desemprego do que com a Aids, porque o número de jovens desempregados é muito maior que o número de pessoas com HIV. No entanto, quando se consideram os benefícios perdidos pela sociedade, o custo de não destinar recursos para pacientes com HIV é mais alto que o custo de não prover seguro-desemprego. É necessário realizar uma verdadeira análise de custo-benefício para intervenções específicas, no âmbito de programas específicos, a fim de identificar uma carteira de programas que propicie o maior retorno do investimento feito nos jovens.

Continua sendo um mistério a razão de os jovens não internalizarem os custos privados de comportamentos de risco. O abuso do álcool, por exemplo, pode custar a um indivíduo entre R\$ 3.500,00 a R\$ 24.000,00 por ano. Assim, a questão é saber por que os jovens não levam em consideração o custo do comportamento quando decidem adotá-lo. Uma possível razão pode ser simplesmente um desejo de experimentar e aprender a respeito daquele comportamento, a despeito dos custos. Existem outras: o desejo de ser aceito num grupo de amigos, o que supera o custo do comportamento; a tentativa de definir seu lugar na sociedade (Emler e Reicher 1995); um cálculo equivocado, ou a falta de informação sobre os custos. Alguns pesquisadores do desenvolvimento cognitivo acreditam que muitas pessoas nunca desenvolvem a habilidade de pensar abstratamente e, assim, carecem da habilidade de entender que a consequência negativa daquele comportamento pode recair sobre elas.⁵⁶ Novas pesquisas sobre mapeamento cerebral sugerem que os jovens estão numa situação particularmente desvantajosa nesse aspecto (Caixa 3.2).

No nível de políticas, vale a pena considerar como ajudar os jovens a realmente compreender os custos de comportamentos de risco, levando em conta seu desenvolvimento psicológico, para que possam vir a tomar melhores decisões.

⁵⁶ Várias pesquisas têm mostrado que cerca de 50% de todos os adultos nunca desenvolveram a habilidade de pensar abstratamente nem atingiram o *estágio operacional*, tal como definido pelo psicólogo suíço Jean Piaget (Fulwiler e Young, 1982).

Caixa 3.2: Desenvolvimento Cerebral do Adolescente

Até recentemente, pensava-se que o cérebro humano já estivesse quase formado até o final dos cinco ou seis primeiros anos de vida. No entanto, pesquisas muito recentes sugerem que durante a adolescência ocorrem mudanças significativas na estrutura do cérebro.

O lobo frontal, que modula estados de espírito e controla funções de planejamento, memória operativa e organização, passa pela maior parte de suas mudanças durante a adolescência, mais que em qualquer outro estágio na vida. As transformações de fato começam antes da puberdade (11 anos nas meninas, 12 nos meninos), quando conexões neuronais são significativamente ampliadas. Esse surto de crescimento é seguido por um extenso período de ajustes que pode durar até os 25 anos de idade. Esse ajuste representa um processo de maturação no qual aquelas conexões neuronais que foram exercitadas são consolidadas, e as que ficaram sem uso são descartadas. O fato de os jovens ainda não terem formado essas conexões neuronais maduras no lobo frontal pode significar que estejam numa situação desvantajosa quando se trata de controlar impulsos e fazer julgamentos sensatos.

Se os jovens são neurologicamente imaturos e, de fato, mais dados à inconseqüência, é essencial que os fatores de risco sejam monitorados de perto. Também é claro que, se o cérebro continua seu desenvolvimento até a metade dos anos 20, é importante que sejam oferecidos serviços que garantam que os jovens ainda sejam capazes de aprender, exercitar e reter bons comportamentos que durarão o resto de suas vidas.

Fonte: Spinks (2003), Giedd et al. (1999), Paus et al. (1999).

IV. Determinantes dos Comportamentos dos Jovens

Os capítulos anteriores mostraram que os jovens merecem atenção especial e que os formuladores de políticas devem considerar os gastos com a juventude como investimento, e tratá-lo como tratam outros investimentos. Para poder identificar as melhores intervenções, é necessário conhecer os fatores subjacentes que levam os jovens a envolver-se em comportamentos e eventos arriscados. Este capítulo apresenta um marco para a análise e, em seguida, passa mais especificamente para a discussão de possíveis determinantes dos comportamentos de risco dos jovens no Brasil.

O Modelo

Os jovens são produtos de seus ambientes. Os comportamentos e estilos de vida descritos no último capítulo são parte de um processo de desenvolvimento humano que, em vez de constitui um desdobramento inevitável de características predeterminadas, corresponde, na realidade, a uma construção social ao longo da qual o *self* desenvolve-se através de interações permanentes entre o indivíduo e os contextos e grupos sociais com os quais interage (Berger & Luckman, 1966). Para compreender como evitar que os jovens engajem-se em comportamentos arriscados, ou como ajudar aqueles que o fazem, é importante compreender o processo de desenvolvimento e os fatores envolvidos.

O Marco Ecológico para o Desenvolvimento Humano é uma base conceitual bastante utilizada para compreender o desenvolvimento juvenil. Existem muitos marcos para isso, mas todos eles apontam para o mesmo processo subjacente: a acumulação de experiências positivas (capital humano, bons modelos comportamentais, oportunidades de participação, etc.) cria pessoas jovens que fazem melhores escolhas, e essas afetam positivamente suas vidas presente e futura.⁵⁷ O Marco Ecológico (Bronfenbrenner, 1979) postula que os comportamentos assumidos por jovens de 15 anos de idade são resultados de eventos, relações e influências que experienciaram durante a vida, combinados com a composição psicobiológica única de cada pessoa. Assim, para compreender o desenvolvimento da juventude, é importante entender o indivíduo e suas experiências.

As experiências individuais na vida de uma pessoa podem ser classificadas como *fatores de risco* ou *fatores de proteção*. Os fatores de risco são aqueles eventos e influências que aumentam a probabilidade de que a pessoa venha a engajar-se em comportamentos de risco mais tarde na vida. *Comportamento de risco* é definido como o comportamento que expõe quem assume o risco a *resultados negativos*, ou seja, a situações que comprometem o futuro de uma pessoa jovem. Um exemplo de comportamento de risco é a atividade sexual não-protegida: o comportamento não necessariamente tem uma consequência negativa, mas a probabilidade de que a pessoa contraia o HIV é maior que a de outra que cuida de se proteger. A contração do HIV seria um exemplo de um resultado negativo. Inversamente, *fatores de proteção* são aqueles eventos e influências na vida de

⁵⁷ World Bank (2000); World Bank (2005); Blum (1998)

uma pessoa que diminuem a probabilidade de que ela se envolva em comportamentos de risco (Resnik, et. al. 1997).

Caixa 4.1: Algumas poucas definições importantes para entender o marco de referência:

Desenvolvimento juvenil – processos de maturação física, social e emocional que ocorre na fase dos 15-24 anos (ou numa outra faixa etária definida).

Desenvolvimento positivo – engajamento em comportamentos socialmente positivos e afastamento dos que possam comprometer a saúde e ameaçar o futuro (Roth 1998).

Resiliência – capacidade de recuperar-se após uma adversidade (Rutter, 1993).

Fatores de proteção – aqueles fatores (individuais, familiares, ambientais) que reduzem os resultados negativos (Resnick, 1997)

Fatores de risco (antecedentes de risco) - aqueles fatores que aumentam a probabilidade de engajar-se em atividades negativas (Jessor & Jessor 1977)

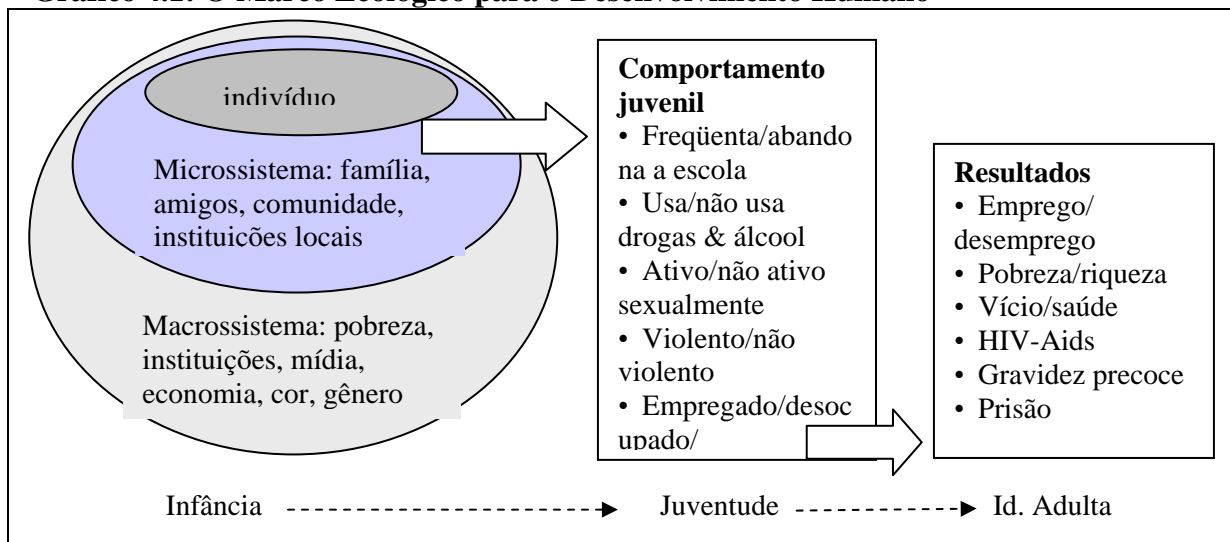
Comportamentos de risco – aqueles comportamentos que predispõem o jovem a conseqüências negativas. Não são aleatórios nem buscam uma excitação momentânea, mas têm um caráter “funcional, instrumental, com um propósito, e são orientados para um objetivo”; o risco envolvido é quase totalmente obliterado pelas metas de desenvolvimento pessoal que buscam promover (Jessor, 1998).

Resultados negativos – aqueles resultados que comprometem o futuro de uma pessoa jovem.

Fatores Subjacentes

Os fatores subjacentes considerados neste relatório estão apresentados nos círculos do Gráfico 4.1. Estão organizados em três categorias gerais:

Gráfico 4.1: O Marco Ecológico para o Desenvolvimento Humano



O indivíduo. A pessoa jovem guarda dentro de si atributos biológicos que podem levá-la a fazer boas ou más escolhas. Fatores individuais de risco incluem: deficiência mental ou física (Rutter 1993, Garmezy 1985), raiva, limitação para a aprendizagem, falta de motivação. Fatores individuais de proteção incluem crença espiritual, boas habilidades sociais, auto-imagem positiva, auto-eficácia, autoconfiança e empenho no trabalho. Embora muitos desses sejam biológicos (como algumas deficiências físicas), alguns são adquiridos ou promovidos pelo ambiente do jovem.

O microambiente. As pessoas e instituições com as quais interage a pessoa jovem numa base regular – como família, comunidade, governo local, colegas e redes sociais – são coletivamente conhecidas como seu microambiente.

A família talvez seja a principal fonte de fatores subjacentes. O mais importante fator familiar de proteção identificado na literatura geral é a “conexão” com os pais, aquilo que uma pessoa jovem percebe como uma proximidade com seus pais (Resnick 1997, Blum & Rinehart 1997). Não é algo baseado em fazer coisas juntos, mas sim na impressão de disponibilidade psicológica passada pelos pais. Outros importantes fatores de proteção são recursos da família, a presença dos dois pais biológicos (Astone e McLanahan 1991) e o acesso à família extensa (Burton 1995). Fatores de risco primários são abuso e violência na família, uso de drogas pelos pais, violência generalizada (Resnick 1997, McNeely, ainda não publicado) e pobreza da família.

As escolas também são importante fonte de risco ou proteção. Como a maior parte dos jovens passa muito tempo na escola, os eventos, as relações e as influências no ambiente escolar desempenham papel importante no desenvolvimento do indivíduo. Tal como na família, se o jovem sente que há adultos no ambiente escolar que se preocupam com seu bem-estar e alegram-se com os sucessos que alcança, a percepção dessa conexão também é considerada um importante fator de proteção (Blum, 2002, World Bank 2003). No entanto, a escola também pode ser uma fonte de fatores de risco se for um ambiente hostil ou um lugar onde se aprende violência e outros comportamentos destrutivos.

Redes sociais e de apoio também desempenham um papel. Os amigos, vizinhos, amigos dos pais e a comunidade em geral podem ajudar o jovem a sentir-se parte de um grupo, sentir que outros estão cuidando dele; essa é uma outra forma de conexão, e também serve como fator de proteção. No entanto, também pode ser fonte de fatores de risco se, por exemplo, o grupo de colegas está engajado em comportamentos de risco ou se a pessoa sente-se ameaçada pelo grupo.

As instituições locais dão ao jovem a oportunidade de pertencer a uma comunidade maior. Igrejas, centros de esporte e saúde e o ambiente da vizinhança ajudam a moldar as vidas de seus membros. As instituições locais podem prover uma gama de serviços e atividades para os jovens, ajudando-os a sentirem-se parte de um grupo e a aproveitar oportunidades. Os fatores de proteção relacionados ao ambiente da vizinhança incluem espaços protegidos e seguros, policiais confiáveis, conexões com organizações locais e um ambiente físico limpo. Os fatores de risco incluem crime e violência, a presença de

álcool e armas de fogo, a ausência de infra-estrutura básica, e funcionários locais corruptos.

O macroambiente. O contexto maior no qual vive a pessoa jovem é classificado como o macroambiente. Essa categoria inclui níveis de pobreza e desigualdade, antecedentes culturais e históricos, a mídia, gênero, raça e exclusão social. Evidências encontradas nos Estados Unidos sugerem que os fatores subjacentes macroambientais são menos importantes que os fatores individuais e microambientais (Blum 2002).

Pobreza e desigualdade podem ser fontes de vários fatores de risco. Frustrações ou desesperanças geradas pela pobreza podem ser fatores de risco, assim explicando parte da violência urbana existente no Brasil hoje. Pesquisas têm mostrado que altos níveis de desigualdade estão relacionados à violência, e os “despossuídos” reagem contra aqueles que têm mais (Lederman, 2002).

Acredita-se que a mídia desempenhe papéis formadores na vida dos jovens em todo o mundo. Televisão, rádio, vídeos, filmes, música, jornais e outras formas de mídia de massa são vistos como tendo efeito significativo sobre a população e sobre os jovens em particular, que são grandes consumidores dessas fontes de diversão (Feldman e Elliot 1997). Podem ser importantes fatores de proteção se divulgam positivamente crenças, valores, opiniões sociais e políticas, atitudes e comportamentos. Mas podem também ser fatores de risco se glamorizam comportamentos de risco ou reforçam estereótipos ligados a papéis sexuais.

Diferenças raciais são considerações importantes quando se examinam os fatores subjacentes. Embora sua prevalência há muito tenha sido minimizada no discurso oficial nacional, e seja largamente ignorada pelo sistema judiciário, o racismo está profundamente entranhado e disseminado na sociedade brasileira (Silva 2001). Atitudes racistas criam muitas desvantagens para não-brancos, num padrão que se repete e reforça-se ao longo das gerações. Dessa forma, o comportamento de jovens negros e pardos é limitado por essas desvantagens raciais. Por exemplo, o estereótipo de que pessoas de cor são violentas e pouco educadas limita seriamente suas opções no mercado de trabalho. Por outro lado, os brancos, percebidos como os membros mais capazes da sociedade, podem desfrutar de grandes e desproporcionais vantagens.

Uma combinação de fatores de risco pode levar à exclusão social, que é, em si mesma, um fator de risco. A exclusão social é definida como (i) exclusão dos meios econômicos e dos processos para adquiri-los, (ii) acesso desigual a mercados de trabalho e programas de proteção social, (iii) exclusão de mecanismos de participação que afetam programas de serviços públicos, e (iv) acesso desigual a direitos políticos e liberdades civis (Gacitua, Soto e Davis 2001), com possíveis implicações para o bem-estar da pessoa.

Gênero, no contexto dos fatores de risco ou proteção, refere-se aos valores, costumes e normas de comportamento responsáveis pela diferenciação sexual nas identidades e nos comportamentos. É um fator de risco se, por exemplo, o gênero ditar certos comportamentos – tais como homens não devem fugir de conflitos físicos, ou mulheres

não devem entrar no mercado de trabalho – que comprometem o futuro da pessoa jovem. No entanto, o gênero pode ser um fator de proteção em alguns casos, como quando se presume que as meninas devam esforçar-se mais nos estudos, ou que os homens jovens devam procurar emprego produtivo (Pena and Correia 2003).

Comportamentos de Risco e Resultados Negativos

O Marco Ecológico sustenta que a presença de fatores de risco e a ausência de fatores de proteção na vida de uma pessoa jovem a levarão a engajar-se em comportamentos arriscados, como mostrado pelo primeiro retângulo na Tabela 4.1 abaixo. Comportamentos ou eventos de risco são aquelas ações realizadas pelo jovem, ou as situações nas quais se encontra sem querer (por exemplo, exclusão da escola ou desemprego), que dificultam seu desenvolvimento pessoal e sua bem-sucedida integração na sociedade (Barker e Fontes 1996). Os resultados negativos, não os comportamentos ou eventos de risco, são a preocupação real, já que são situações com as quais os jovens terão que lidar pelo resto de suas vidas. Neste capítulo, serão considerados cinco comportamentos/eventos de risco que refletem aqueles discutidos nos capítulos II e III.

Caixa 4.2: Por que os Jovens Engajam-se em Comportamentos de Risco?

Extrapolação é a capacidade de usar lições aprendidas com experiências passadas para aplicá-las a novas situações; o mecanismo através do qual se desenvolve esse aspecto da cognição é a experimentação. Experimentação é uma maneira concreta, experiencial, de aprender, comparada, por exemplo, com a informação recebida na escola, que é mais abstrata que a experiência. Um traço marcante da adolescência, portanto, é a experimentação, que é o processo de criar um repertório de experiências de modo que, quando defrontado com uma situação nova e talvez perturbadora, o jovem adulto possa recorrer ao que aprendeu com suas experiências similares ou paralelas anteriores.

A saída precoce da escola inclui o abandono dos estudos ou o parar de estudar cedo por não haver escola disponível. Esse comportamento (ou “evento”, para os que são forçados a sair) aumenta o risco de ficar desempregado ou de ganhar salários baixos ao longo da vida. Também aumenta o risco de saúde precária, maior mortalidade infantil ou materna, menos participação cívica, e de outros fatores associados a níveis mais baixos de educação (Capítulo 3).

O desemprego ou o ócio levarão a uma renda mais baixa no presente e, possivelmente, também no futuro. Evidências inconclusivas sugerem que essa pode ser uma causa de comportamento violento, atividades ilegais, comportamento sexual de risco, e outras ações perigosas. Deve-se assinalar que o desemprego não é uma pura escolha – o mercado também desempenha um papel crucial.

O comportamento sexual arriscado inclui iniciação sexual precoce, múltiplos parceiros e relações sexuais desprotegidas, o que aumenta a probabilidade de gravidez na adolescência, DSTs e HIV/Aids. Conforme visto no Capítulo 3, da perspectiva da saúde pública a gravidez na adolescência é considerada problemática porque está associada a alguns riscos à saúde, já que a mãe muito jovem pode não estar ainda fisicamente madura

para um parto normal. Há também o risco de maior mortalidade materna, perinatal e infantil entre mães adolescentes muito jovens (Pinto e Silva, 1998). De uma perspectiva social, mães jovens estão em desvantagem porque tendem a ter nível mais baixo de educação, e tendem a permanecer fora do sistema educacional quando engravidam. A gravidez precoce também limita sua entrada no mercado de trabalho. Com respeito à formação de família, as mães mais jovens aceitam relacionamentos menos que desejáveis a fim de conseguir apoio para si mesmas e seus filhos. (Coelho de Souza, 1998).

O comportamento violento contra si mesmo ou outros será considerado mais detalhadamente neste capítulo. A violência contra outros tem claras implicações para as vítimas de crimes praticados por jovens, mas, como discutido no capítulo 3, também leva a mortes prematuras de jovens ou a uma perda virtual da vida, com o encarceramento. O suicídio também não deve ser esquecido, já que sua incidência entre jovens é desproporcionalmente alta (Capítulo 2), assim como são altos os custos para o indivíduo e a sociedade.

O uso abusivo de drogas inclui o uso de substâncias ilegais ou o abuso de substâncias legais como álcool e tabaco. As implicações do vício no longo prazo foram discutidas no Capítulo 3.

É importante destacar que alguns resultados negativos podem ser eles mesmos fatores de risco. Por exemplo, a gravidez na adolescência é um resultado negativo, mas é também um fator de risco para o abandono precoce da escola. Essas conexões foram indicadas no Capítulo 3, mas serão mais exploradas neste capítulo.

Passando do Modelo para as Políticas

O modelo é útil para o desenvolvimento de políticas e programas por duas razões. Primeira, destaca os dois pontos de entrada para as políticas voltadas para a juventude: prevenção e recuperação. Embora programas de recuperação sejam a abordagem mais comum ao desenvolvimento da juventude, não são a única possível. Na realidade, políticas preventivas e programas que diminuam os fatores de risco e ampliem os fatores de proteção são tão ou mais importantes. Esses programas podem ser direcionados tanto para aqueles com menos de 15 anos de idade, preventivamente, quanto para a coorte jovem.

Em segundo lugar, o modelo abre o menu para incluir políticas e programas que visem a atingir os atores que afetam o desenvolvimento da juventude. Programas usuais que lidam especificamente com pessoas jovens deixam de fora a questão de como afetar o ambiente que cria indivíduos dados a correr riscos. Se descobirmos quais os fatores subjacentes importantes no nível da família, da comunidade ou da sociedade geral, as políticas devem ter como alvos os atores aí envolvidos. Se se constata, por exemplo, que a discriminação racial é um fator que exerce forte influência sobre a exclusão de jovens afro-brasileiros das oportunidades econômicas e sociais, uma política antidiscriminação pode ser a melhor intervenção: seu caráter mais amplo beneficiaria a sociedade como um todo, além de aos jovens, mais especificamente.

Possíveis Determinantes de Comportamentos de Risco no Brasil ⁵⁸

Existe um conjunto de fatores subjacentes responsáveis por comportamentos de risco entre a juventude brasileira. A Tabela 4.1 resume as conclusões de um survey com 3.000 jovens que vivem em áreas pobres de Porto Alegre, Recife e São Paulo (ver Caixa 4.3 para a metodologia). No todo, esse conjunto de fatores - baixa auto-estima; ausência de espiritualidade; experiências de abuso psicológico, físico ou sexual em casa ou na comunidade; baixo nível de conexão na escola ou com instituições; pobreza; e gênero - está correlacionado com todos os tipos de comportamento de risco (Tabela 4.1).

Tabela 4.1: Fatores-Chave Subjacentes Correlacionados com Comportamentos de Risco entre Jovens

	Baixa auto-estima	Espiritualidade	Conexão com escola	Abuso físico, sexual ou psicológico na família	Abuso físico, sexual ou psicológico na comunidade	Conexão com instituições	Pobreza	Gênero
Repetência de série	XX	XX	0	X	0	X	X	XX
Entrada precoce na força de trab.	0	0	X	0	0	0	0	X
Iniciação sexual precoce	0	XX	XX	X	XX	X	X	XX
Práticas sexuais arriscadas	0	XX	0	0	0	0	X	0
Uso de álcool	X	XX	X	X	XX	XX	X	X
Uso de tabaco	X	X	XX	X	XX	X	0	0
Uso de drogas ilegais	0	XX	0	XX	XX	0	0	0
Violência	XX	XX	XX	XX	X	0	X	X
Tentativa de suicídio	XX	XX	0	XX	0	0	0	X

Notas: XX indica que a correlação é estatisticamente significativa ao nível de 1% numa regressão *step-wise*; X indica que a correlação não é estatisticamente significativa numa regressão, mas a *odds-ratio* é significativa ao nível de 1%; 0 significa que a correlação não é significativa em nenhum dos métodos.

Fonte: Koller et al. (2005)

Os fatores-chave subjacentes identificados nesta análise são:

Auto-estima (proteção). Em geral, os jovens brasileiros acreditam que são membros valiosos da sociedade. Setenta por cento dos jovens da amostra afirmam que estão contentes com o que são, sentem-se importantes para outros e têm algo a contribuir para a

⁵⁸ A menos que indicado de outra forma, as informações nesta seção foram extraídas de Silvia Koller, Jaimis Ribeiro, Elder Cerqueira-Santos, Normanda Araújo de Moraes e Maycoln, “Juventude Brasileira: Comportamentos de Risco, Fatores de Risco e de Proteção”

sociedade. Apenas 5,5% sentem que não têm nenhuma qualidade positiva. Baixos níveis de auto-estima estão correlacionados com maior uso de tabaco e álcool, repetição de série e comportamento violento.

Espiritualidade (proteção). Esta categoria tem mais a ver com a crença em um poder superior, e menos com o pertencer a uma religião organizada. Aproximadamente 85% dos entrevistados expressaram sua crença em um Deus, mas 25% não pertencem a nenhuma organização religiosa. Apenas 25% da amostra participa de serviços religiosos regularmente e considera a igreja uma instituição à qual iria em tempos de necessidade. No entanto, mais de 60% da amostra busca a intervenção divina em tempos de necessidade. A espiritualidade está negativamente correlacionada com todos os tipos de comportamentos e eventos de risco.

Conexão com a escola (proteção). Diversas variáveis foram usadas para construir uma única que servisse de indicador para medir a percepção da escola como um lugar seguro, de apoio. Os itens usados para criar a variável foram: “Posso contar com meus professores ou outros funcionários da escola”, “Eu confio em meus professores”, “Se for preciso, sei que posso contar com meus amigos da escola”, e “Sinto-me bem na escola”. Os jovens que estudam em turnos da tarde eram mais conectados com a escola do que aqueles nas turmas da manhã ou da noite (nenhuma diferença entre manhã e noite).⁵⁹ Esse fator está negativamente correlacionado com iniciação sexual precoce, uso de substâncias e comportamento violento.

Violência doméstica (de risco). A principal forma de abuso doméstico reportado pela amostra é o abuso psicológico. Enquanto 3 de cada 4 jovens sentem-se seguros e satisfeitos com suas famílias, quase 30% dos entrevistados disseram que vivem com medo de punição severa ou espancamento, e 15% relataram freqüentes discussões, gritos e brigas em suas famílias.

No que se refere à violência física, os métodos mais comuns relatados são ameaça ou uso efetivo de um objeto para ferir o jovem, abuso sexual, e ameaça ou uso efetivo de uma arma de fogo contra o jovem. Um dado importante: as mães são identificadas como as principais perpetradoras, o que não é de surpreender quando se considera que a metade das pessoas jovens na amostra não tem o pai presente em casa. Esse fator de risco está positivamente correlacionado com todos os tipos de comportamento de risco, exceto práticas sexuais arriscadas.

Violência na comunidade (de risco). Os jovens sentem-se mais inseguros em suas comunidades (47,2%) do que seguros (8,2%). Quase a metade da amostra indicou tráfico de drogas, tiroteios, assaltos ou roubos como fontes de sua insegurança. E mais de 30% dos entrevistados têm medo de maltratos da polícia. O abuso sexual por alguém da comunidade aparece como um problema, mas numa medida menor do que dentro da

⁵⁹ Isso pode indicar que a conexão com a escola está correlacionada com idade, já que, tipicamente, as crianças menores estudam à tarde, enquanto alunos mais velhos estudam de manhã e à noite.

família. Esse fator está positivamente correlacionado com iniciação sexual precoce, uso de substâncias e violência contra outros (mas não contra si mesmo).

Confiança em instituições (proteção). Diversas variáveis foram usadas para captar essa categoria, incluindo confiança nos centros de saúde locais, na igreja, na polícia, na família e no governo. Como indicador de um ambiente de apoio, este é um importante fator de proteção — contra repetência de série, iniciação sexual precoce e uso de álcool e tabaco.

Pobreza (de risco). Embora toda a amostra tenha sido extraída de comunidades com baixo status socioeconômico, as variações em termos de pobreza permitem a inclusão dessa variável – representada pelo nível de educação dos pais – na análise.⁶⁰ Jovens de famílias mais pobres também se caracterizam por iniciações sexuais mais precoces e mais arriscadas, mais repetência de séries, maior uso de álcool e maior incidência de violência.

Gênero (de risco ou proteção). Embora alguns jovens sintam-se discriminados por seu gênero, não é esse o caso da maioria. No entanto, as normas relativas ao gênero estão amplamente disseminadas e algumas delas, como a idéia de que os homens devem ser “machos”, são importantes fatores subjacentes. O gênero é tipicamente um fator de risco para garotos em termos de repetência de série, iniciação sexual precoce e uso de álcool, embora gênero seja também um fator de risco para as jovens em termos de suicídio.

Este capítulo analisa a Tabela 4.1 em maior detalhe. Para cada comportamento listado na tabela, são usadas técnicas sofisticadas para identificar os fatores subjacentes que melhor explicam os comportamentos de risco entre os jovens.⁶¹ Em seguida, são apresentados outros comportamentos que têm um papel secundário.⁶² Finalmente, apresentamos a probabilidade de engajamento em determinado comportamento se a pessoa jovem possui os fatores de risco mais importantes e carece dos fatores de proteção mais importantes. Depois, acrescentamos fatores de proteção ou diminuimos os de risco para medir como mudam as probabilidades.

⁶⁰ O plano original para capturar a variância no status de riqueza das famílias das áreas pobres incluídas na amostra era fazer perguntas sobre a casa e bens materiais que a família possuía. Mas as respostas dos jovens que freqüentavam escolas foram muito mais homogêneas que o esperado, de modo que não havia variância suficiente nas variáveis para usar *principle components* para construir a variável riqueza. Em vez disso, usou-se como indicador de riqueza o nível médio de educação dos pais.

⁶¹ Uma regressão binária *stepwise* foi usada para se obter algoritmos para identificar os fatores mais importantes correlacionados com a variável dependente. Segundo convencionado na psicometria, variáveis com um valor de p de 0,01 ou menos foram mantidas a cada iteração do modelo. Os resultados da regressão estão apresentados no Anexo IV.

⁶² A *odds ratio* entre cada comportamento e cada fator de risco ou proteção foi estimada (os resultados estão apresentados no Anexo III). Se o valor estimado fosse significativo ao nível de 1% ou abaixo, era incluído no conjunto de “variáveis relevantes”. No entanto, as variáveis identificadas na estimativa de regressão são apenas um subconjunto daquelas na metodologia de *odds ratio*, já que, com relação a um comportamento específico, apenas um subconjunto de fatores será suficientemente forte para explicar a variância entre as populações que assumem risco e as que não assumem.

Caixa 4.3: Metodologia da Coleta de Dados

Para os propósitos deste estudo, foi feito um survey com jovens de 14-24 anos em comunidades pobres de Porto Alegre, São Paulo e Recife. Entre maio e outubro de 2004, um questionário com 109 perguntas foi respondido por 2.715 jovens nas escolas e por outros 415 em instituições comunitárias (85 jovens não completaram o questionário). Na amostra das escolas, 49% dos estudantes estavam em turmas da manhã, 31% em turmas da tarde e os restantes à noite. O processo de coleta de dados foi concebido e implementado por uma equipe de psiquiatras pesquisadores de cada uma das cidades, e coordenado por um pesquisador-chefe da Universidade Federal em Porto Alegre.

As perguntas feitas aos participantes do survey eram relativas às seguintes áreas (o questionário está no Anexo V):

- Bio-sócio-demográfica: identificação pessoal, indicadores de pobreza, status de deficiência
- Família – constituição, migração, paternidade/maternidade, apoio da família, felicidade com a família
- Saúde/qualidade de vida – auto-avaliação, doença, avaliação dos serviços de saúde
- Sexualidade – experiência, contracepção, gravidez
- Educação – vida escolar, avaliação da escola, importância da escola, satisfação com a escola, apoio, auto-avaliação
- Trabalho – participação e salários, satisfação, necessidades
- Comportamentos de risco – drogas, álcool, tabaco, tentativa de suicídio, comportamento sexual arriscado, violência
- Exposição a risco – violência intrafamiliar, violência na comunidade, macrosistema (preconceito, medo), eventos na vida
- Fatores de proteção – sociais (lazer, redes de apoio, apoio da família e satisfação com ela, amigos), pessoais (espiritualidade, valores/moralidade, auto-estima, bem-estar, otimismo, conduta, altruísmo, auto-eficácia, esperanças no futuro).

A amostra é a seguinte:

Características demográficas e geográficas		Status de pobreza	
Amostra total	3.125	Número médio de quartos	2,4
Escolas	87%	Número médio de banheiros	1,3
Instituições	13%	% com esgotos sanitários	69,3%
Não-respondentes	85	% com telefone	69,5%
Homem	46,5%	% com internet	12,6%
Mulher	53,5%	% com pai com + de 4 anos de educação	48,6%
Branco	45,3%	% com mãe com + de 4 anos de educação	56,1%
Não-branco	54,7%	Pai presente	55,1%
Com deficiência	8,5%	Pai vivo	82,7%
Idade 14-17	80,1%	Mãe presente	86,4%
Porto Alegre	31,6%	Mãe viva	94,9%
São Paulo	32,8%		
Recife	36,0%		

*Desempenho Escolar: Confiança e uma Rede de Apoio*⁶³

Os três mais importantes fatores correlacionados com a repetência de séries são gênero, espiritualidade e auto-estima. Os rapazes têm maior probabilidade de repetir séries que as moças. Isso reflete a tendência nacional e internacional de o nível de escolaridade dos homens ser menor que o das mulheres, particularmente nas áreas urbanas. O survey não inclui dados motivacionais relativos à repetência escolar, mas o risco associado aos gêneros pode ser devido a expectativas diferentes para cada um: espera-se que as meninas sejam comportadas e empenhem-se mais nos estudos, e a expectativa quanto aos meninos é que trabalhem, sejam menos estudiosos e mais ativos.

Baixos níveis de espiritualidade estão correlacionados com a repetência escolar. Como discutido acima, a espiritualidade não é um indicador de afiliação a uma instituição religiosa, mas, em vez disso, é a crença num ser superior. A conexão com baixa repetência escolar pode estar ligada à auto-estima e a um sentimento generalizado de “apoio” que se traduz em melhor desempenho escolar.

A auto-estima também difere significativamente entre os grupos de repetentes e não-repetentes. De um lado, podemos presumir que aqueles com auto-estima mais elevada também têm confiança em suas próprias habilidades e saem-se melhor na escola. A variável auto-estima pode, ela mesma, ser endógena, já que não podemos determinar se é o baixo grau de repetência que cria a auto-estima, ou se são aqueles com maior auto-estima os que tendem a passar para a próxima série (Rodriguez e Herran, 2000).

Fatores secundários importantes para reduzir a repetência escolar são o sentimento de ter apoio em casa, entre os amigos e na comunidade. Existe baixa incidência de repetência entre pessoas jovens que se sentem seguras em sua casa, têm amigos, sentem que podem receber ajuda de outros e que as instituições locais (os centros de saúde) estão disponíveis para elas. Um estudo em áreas pobres em Fortaleza chegou a conclusões semelhantes: indivíduos com alto capital social, definidos como os que trabalham como voluntários numa organização ou têm um senso de confiança na comunidade, tinham maiores taxas de escolarização durante o primeiro ciclo do ensino fundamental (Alda 2005).

Surpreendentemente, a conexão na escola não aparece como um fator importante de proteção; isso sugere que o fato de repetir uma série não necessariamente quebra o vínculo entre os jovens e a escola. A existência de segurança na comunidade também não emerge como um fator importante, a despeito da situação difícil de algumas delas, nas quais problemas de segurança levaram à necessidade de transferir escolas para fora da área.

⁶³ Como a amostra foi coletada basicamente em escolas, não foi possível medir a variável “abandono da escola” (evasão escolar). Em vez disso, construiu-se uma variável que assume o valor 1 se há repetência de série e o valor 0 se não há. Existe variância suficiente nesta variável, já que 47% da amostra nunca havia repetido uma série (uma proporção bastante alta, dadas as estatísticas apresentadas na Seção II), 25% repetiram uma, 14% repetiram duas, e quase 10% tinham mais de duas repetências.

Caixa 4.4: Será a Amostra das Escolas um Microcosmo do Brasil?

Os dados da pesquisa não são uma amostra representativa. Por isso, é útil compreender as características da amostra e o grau em que as lições podem ser extrapoladas para uma população maior. A primeira delas é que, na amostra, a percentagem de jovens na escola é maior que a encontrada na população jovem em geral: 94% dos da amostra estão estudando, comparados com 49% de toda a população jovem nacional. No entanto, 81-96% dos estudantes na faixa etária correspondente ao ensino médio no Brasil estão estudando (Capítulo 2). Embora 15% da amostra tenha sido coletada fora da escola, muitas dessas outras instituições só registram a criança em seus programas se ela estiver estudando. Embora estar registrada em outra instituição não necessariamente signifique que uma criança esteja freqüentando a escola, essa diferença não pôde ser detectada através dos dados. Perto de 12% participam do *Bolsa Escola* e 20% recebem alguma bolsa de estudo ou auxílio para estudar.

A segunda característica da amostra é que uma alta proporção dos entrevistados (25,2%) está na oitava série. Considerando que a idade média dos que responderam ao questionário é de 16 anos, isso mostra uma distorção idade-série, especialmente entre os jovens pobres. 25% dos estudantes da amostra já repetiram uma série, 15% repetiram duas, e 9,6% repetiram três ou mais vezes. Esses números são semelhantes às taxas nacionais de repetência.

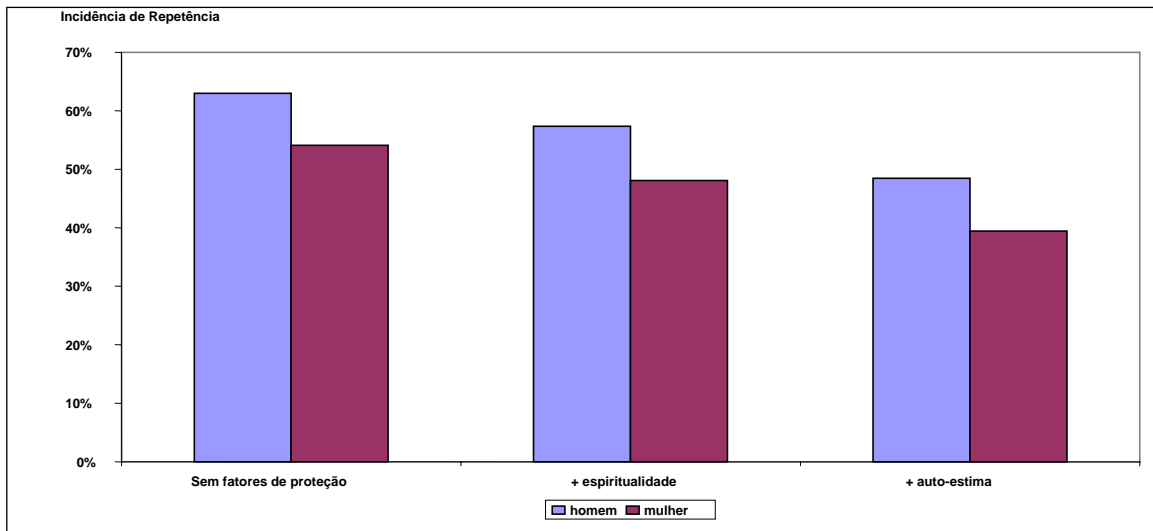
A terceira característica é que a maior parte dos estudantes tem uma avaliação positiva de suas escolas. Quase 45% qualificaram-nas como boas ou muito boas, enquanto 13% disseram que são muito ruins. Esses números comparam-se favoravelmente com um estudo realizado por Pena (2004). Mais de 60% estão confortáveis na escola e gostam de estar lá.

É importante notar que os resultados obtidos através dos questionários aplicados aos alunos nas escolas foram muito similares entre as três cidades, reforçando a idéia de que a amostra não está muito distanciada da realidade dos jovens brasileiros de baixa origem socioeconômica.

Jovens de famílias mais pobres têm taxas mais altas de repetência que os de famílias menos pobres. Embora esse seja também um fator secundário nesta amostra, reflete as tendências mais gerais apresentadas no Capítulo 2, onde foi visto que jovens de famílias mais pobres tinham, no conjunto, níveis de escolaridade mais baixos. Do grupo muito pequeno dos que abandonaram a escola, as razões citadas como motivação para isso foram falta de dinheiro para o transporte ou para gastos escolares.

Embora gênero, espiritualidade e auto-estima sejam os fatores mais importantes correlacionados com a repetência escolar, não têm poder preditivo muito forte: mesmo quando espiritualidade e auto-estima elevada estão presentes, aproximadamente 40% das moças e 48% dos rapazes repetem uma série. Por outro lado, a ausência desses fatores de proteção aumenta a probabilidade de repetência em 54% entre as moças e 65% entre os rapazes (Gráfico 4.2). Assim, os fatores individuais explicam os 20 pontos percentuais de diferença na repetência dos jovens com e sem esses fatores de proteção, mas não pudemos identificar por que razão percentagens significativas dos que contam com esses fatores de proteção - 50% das jovens e 48% dos jovens - ainda assim repetem séries. No entanto, o Gráfico 4.2 mostra que, à medida que se acumulam os fatores de proteção, a probabilidade de repetência também declina.

Gráfico 4.2: Prevalência de Repetência de Série Baseada na Ausência/Presença de Fatores-Chave, por Gênero



Fonte: Koller et al. (2005)

Do lado da oferta na equação, existe uma suspeita de que a cultura do sistema educacional no Brasil contribui para as altas taxas de repetência. Em particular, pesquisadores brasileiros têm observado que os professores usam a medida punitiva da repetência como um substituto para técnicas mais disciplinares. A evidência empírica mostra que taxas de repetência e resultados acadêmicos não estão correlacionados, sugerindo que a repetência ocorre por outras razões que não um resultado acadêmico fraco. Os pais parecem não compreender totalmente as implicações da repetência para seus filhos, e por isso aceitam facilmente a decisão do professor (Rodriguez e Herran, 2000). Diante desse problema, diversos Estados brasileiros têm implantado Classes de Aceleração ou Escola nas Férias, que fornecem programas acelerados ou de recuperação para estudantes acima da idade apropriada para sua série; com isso, acabam conseguindo promovê-los até a série adequada (Rodriguez e Herran, 2000).

Os fatores de risco e de proteção contam algo da história da repetência, e outros estudos encontram uma relação entre repetência e evasão escolar. No entanto, os dados não dão um quadro completo que inclua outras forças que podem ser responsáveis pela evasão e pela expulsão. Assim, buscamos outros estudos para completar o quadro.

Em termos de abandono da escola, os fatores incluem: (i) estudantes do nível médio que têm idade acima da esperada para sua série e, com isso, um forte incentivo para deixar a escola e trabalhar (a despeito da existência de escolas noturnas), (ii) a percepção de que o que se aprende na escola é inútil (Rodriguez e Herran, 2000), (iii) gravidez,⁶⁴ medo de violência e desprazer generalizado com a escola (aspecto fortemente destacado em

⁶⁴ Como disse uma pessoa jovem, “Saí da escola depois que meu filho nasceu. Eu tinha 16 anos. Não conseguia prestar atenção no professor porque ficava pensando no meu filho, que estava com minha mãe; meu pai sozinho estava trabalhando para sustentar todo mundo.” (Belisario et al. 2004).

grupos focais com estudantes com deficiências, mas não naqueles com estudantes sem deficiências) (Belisario et al. 2004). Os fatores de expulsão incluem oferta inadequada de escolas de nível médio nas áreas rurais (Rodriguez and Herran 2000), (ii) acesso limitado a escolas em bairros urbanos rivais, particularmente para estudantes com deficiências – que, com frequência, são mandados para escolas especiais fora de sua vizinhança (Belisario, et al. 2004), e (iii) escolas ou técnicas de ensino inacessíveis para alunos com deficiências.⁶⁵ Métodos alternativos de prestação de serviços, como educação à distância para áreas rurais, estão sendo usados numa tentativa de superar as barreiras geográficas. Também, são criados mecanismos informais, como, por exemplo, ter alguém para acompanhar o aluno a uma escola localizada num bairro ou vizinhança “rival”.

Entrada no Mercado de Trabalho: os fatores subjacentes nos dizem muito pouco

Nenhum fator mostrou uma correlação particularmente forte com a entrada precoce na força de trabalho. No entanto, surgiram alguns fatores secundários. Notavelmente, os positivamente correlacionados com emprego foram: ter amigos na comunidade, sentir-se conectado com a escola, e o sentimento de que há alguém que pode ajudar em caso de necessidade. Isso pode estar relacionado à importância de ser recomendado para um emprego, como destacado na Tabela 4.2, ou a um sentimento de estar à altura do emprego. No entanto, auto-estima e auto-eficácia não surgiram como fatores relevantes.

Ser homem também é um fator de risco para a entrada precoce na força de trabalho. Isso reflete as tendências nacionais e é parcialmente devido ao fato de que as moças têm maior participação no trabalho doméstico que os rapazes (52% versus 37%). No entanto, nem homens nem mulheres percebem o gênero como impedimento para conseguir um emprego (Tabela 4.2). Isso contrasta com os resultados de uma pesquisa feita no Rio de Janeiro e Pernambuco com uma pequena amostra de jovens: eles tinham a forte convicção de que os homens têm acesso mais fácil ao mercado de trabalho (Salem, 2004).

Os fatores negativamente correlacionados com emprego foram abuso emocional na família e o sentimento de sofrer discriminação. Esse último pode ser devido ao sentimento de que ser afro-brasileiro, ter filhos, ser homossexual e ter certas outras características são fatores associados à dificuldade de entrar no mercado de trabalho. É interessante notar que menos de 5% dos jovens disseram que são discriminados devido ao lugar onde vivem. A relação negativa entre abuso emocional e emprego pode ser devida a sentimentos de não valer nada para um empregador; mas, novamente, a auto-estima e a auto-eficácia não surgiram como fatores secundários, colocando em questão essa interpretação.

⁶⁵ Como disse um jovem numa área pobre do Rio de Janeiro, “havia um colega que usava uma cadeira de rodas, mas a escola tinha um monte de escadas e não havia rampa nem elevador. O jeito que achamos foi que um grupo nosso carregaria a cadeira até a sala de aula”. (Belisario et al. 2004)

Tabela 4.2: Percepção dos Jovens sobre Fatores que Afetam a Empregabilidade

Fator percebido como diminuindo as chances de conseguir um emprego	Fator percebido como aumentando as chances de conseguir um emprego
Ser afro-brasileiro Não ter educação Ser pai ou mãe Estar grávida ^a Ter uma deficiência física ^a Ser homossexual	Ser solteiro Ser branco Ser heterossexual Ser alfabetizado ^a Ter educação completa ^a Ter um curso profissional completo Saber trabalhar com computador ^a Saber um idioma estrangeiro Demonstrar habilidades ^a Ter experiência prévia de trabalho ^a Ser recomendado a um empregador por um amigo ^a Ser recomendado a um empregador por uma instituição Estar com boa saúde ^a Ter bons dentes ^a Mostrar desejo de trabalhar ^a Usar roupas novas na entrevista ^a

Nota: (a) Mais de 50% da amostra respondeu afirmativamente ao fator. *Fonte:* Koller *et al.* (2005)

Os fatores ambientais esclarecem muito pouco, então temos que buscar uma explicação em outra parte. Voltando à Tabela 4.2, os jovens parecem acreditar que, para encontrar um emprego, é necessário ter maior escolaridade e ter desenvolvido competências especializadas. Embora a amostra seja de jovens que freqüentam a escola, muitos têm idade acima da prevista para sua série, e correm o risco de abandonar os estudos antes de completado o primeiro ciclo do ensino fundamental; esses estão correndo um risco especial.

Caixa 4.5: Notas Metodológicas para a Análise da Força de Trabalho

Acima de 97% da amostra está na escola e 20% está trabalhando, o que reflete a realidade brasileira de que as pessoas participam do mundo infantil (escola) e do adulto (trabalho) ao mesmo tempo. Aproximadamente metade da amostra afirma que está desempregada, com pouca diferença entre gêneros ou raças. E 5,6% dos entrevistados fazem trabalho voluntário.

A variável de análise – participante da força de trabalho – é criada usando a pergunta 55 do questionário: “Você trabalha ou trabalhou nos últimos 12 meses?”. Se a pessoa respondeu afirmativamente, mas também respondeu na questão 56 que “Ajuda nas atividades de sua própria casa” ou “Realiza trabalhos voluntários,” não foi considerada como participando da força de trabalho, para os objetivos desta análise. Finalmente, a exatidão do status de integrante da força de trabalho é confirmada por uma resposta maior que 0 à pergunta 65, “Quantas horas por dia você dedica ao trabalho?”

Comportamento Sexual de Risco: falta de redes de apoio

Os fatores mais importantes correlacionados com a iniciação sexual precoce são baixa espiritualidade, baixa conexão com a escola, abuso físico/sexual na comunidade, e ser homem. Diferentemente do que ocorre no caso da repetência escolar, a baixa espiritualidade pode estar associada a um aspecto institucional e a outro psicológico. Com relação ao primeiro, normas religiosas sobre sexo podem adiar o início da atividade sexual. Quanto ao segundo, a entrada precoce na vida sexual pode ser devida a uma abordagem mais fatalista daqueles que não acreditam em um propósito maior, ou na responsabilidade perante um ser mais alto que se preocupe com eles.

Jovens que já iniciaram a atividade sexual carecem do apoio de uma rede próxima de amigos e familiares. Jovens que se engajam em comportamento sexual arriscado relatam maior incidência de abuso sexual e físico na comunidade que os que adiam a iniciação sexual. Os primeiros tendem a ter baixa conexão com a escola – outra fonte potencial de apoio para pessoas jovens.

Finalmente, ser homem aparece como um fator de risco crucial para o início da atividade sexual. Isso também reflete as tendências nacionais, e pode ser devido a uma expectativa ligada a gênero: que os homens têm que ser sexualmente ativos para fazer a transição de meninos para adultos.

Os fatores secundários refletem o que foi concluído com relação aos fatores primários. Jovens que se engajaram precocemente na atividade sexual freqüentemente t sofrido abuso físico/sexual em suas famílias, têm pouca confiança em instituições, poucos amigos, e menos expectativas de que há alguém para ajudá-los em tempos de necessidade, o que contribui para seu menor senso de integração com a comunidade. Essa exclusão social pode estar relacionada ao senso de pessimismo entre jovens que iniciaram precocemente a atividade sexual, e isso, por sua vez, pode estar relacionado ao fator subjacente da espiritualidade. É interessante notar que jovens que se engajam em comportamento sexual de risco – não usam contracepção – têm também maior probabilidade de ter tentado suicídio, o que reflete o pessimismo da pessoa.

Um fator secundário final é que jovens que vivem em famílias mais pobres iniciam mais cedo a atividade sexual. Os dados também mostram que jovens de famílias pobres usam contracepção com menos freqüência que os que vivem em famílias menos pobres. Isso pode refletir uma falta de recursos para comprar contraceptivos, menos conhecimento geral na família sobre a necessidade e a disponibilidade de métodos modernos de contracepção, ou um desejo de escapar da família via um filho (e formando uma nova família).

Mais de 83% dos garotos e 59% das garotas entre 14-17 anos com baixa espiritualidade, vítimas de violência na comunidade e que não se sentem conectados com suas escolas (embora a freqüentem) já haviam iniciado sua atividade sexual (Tabela 4.3). Eliminando apenas a variável violência na comunidade, esses percentuais caem para 64% para os garotos e 35% para as garotas. Ao acrescentar os dois importantes fatores de proteção (conexão com a escola e espiritualidade), ficam ainda 43% dos garotos e 18% das garotas

já iniciados, o que sugere que esses três fatores cortam pela metade as taxas de iniciação sexual precoce, mas existem outros fatores importantes não identificados que poderiam explicar as altas taxas ainda existentes.

Caixa 4.6: O Comportamento Sexual da Amostra não é Igual ao do Brasil

Existem diversos modos de medir comportamento sexual de risco. Para os propósitos deste estudo, são analisados dois grupos. No primeiro, a população total é analisada e a variável “iniciação sexual precoce” é criada: segundo ela, uma pessoa é identificada como um caso de “iniciação sexual precoce” se já teve pelo menos uma experiência sexual (respondeu afirmativamente à pergunta “Você já teve sua primeira relação sexual?” ou “Quantas vezes você esteve grávida?”), e uma pessoa é identificada como “sem iniciação sexual precoce” se nunca teve uma experiência sexual. No segundo grupo, apenas os sexualmente ativos são analisados, e é criada a variável “práticas sexuais arriscadas”. Embora qualquer atividade sexual precoce seja arriscada, deixar de se proteger contra DSTs ou gravidez é particularmente arriscado. A pessoa que respondeu “nenhum” às perguntas “Você ou a outra pessoa usam algum método para evitar a gravidez” (Q32) e “Que métodos você usa para evitar contrair Aids” (Q43) foi identificada como alguém engajado em práticas sexuais arriscadas.

Quase 43% da amostra já tinha tido sua primeira experiência sexual à época da entrevista. Mais de 14% dos sexualmente ativos que compõem a sub-amostra tiveram sua primeira experiência sexual antes dos 13 anos de idade (20% dos garotos e 5,5% das garotas), e 90% aos 16 anos (93% dos rapazes e 82% das moças). A idade da iniciação sexual ocorre mais cedo entre os jovens de 14-17 anos que entre os de 18-24, tal como também aparece nas estatísticas nacionais. As afro-brasileiras têm taxas particularmente altas de iniciação sexual precoce, e pessoas jovens com deficiências começam mais tarde, com apenas 50% da amostra de respondentes já tendo tido a primeira experiência sexual.

A maior parte dos jovens teve sua primeira experiência sexual com o namorado ou a namorada (do sexo oposto; a homossexualidade aparece muito pouco entre os respondentes da pesquisa) ou com um amigo/amiga. Uma pequena percentagem (7,3% dos rapazes e 1% das moças) relata que sua primeira experiência foi com um membro da família; essa proporção é mais alta entre os do grupo de 14-17 anos que entre os mais velhos; uma estatística semelhante de 6% foi encontrada em um estudo sobre jovens em áreas pobres de Fortaleza (Verner e Alda 2004). Do total de rapazes e moças, aproximadamente 65% estão felizes com suas vidas sexuais.

70% dos respondentes sexualmente ativos sempre usam algum método de contracepção, enquanto 13% nunca usam. Entre os jovens sexualmente ativos com deficiências, mais de 16% não usam contracepção. Esses números são muito mais altos que entre a população geral. Quase 30% usam pílulas anticoncepcionais e 90% usam camisinhas, o que é um bom sinal de prevenção contra gravidez e DSTs (inclusive HIV).

Tabela 4.3: Fatores de Risco e Experiência Sexual Precoce entre Jovens Pobres no Brasil

Número de fatores positivos subjacentes	Violência na comunidade	Conexão com a escola	Espiritualidade	Probabilidade de experiência sexual precoce, %	
				Garotos	Garotas
0	Alta	Baixa	Baixa	83%	59%
1	Baixa	Baixa	Baixa	64%	35%
2	Alta	Alta	Alta	67%	38%
3	Baixa	Alta	Alta	43%	18%

Fonte: Koller et al. (2005)

Abuso de substâncias

A amostra estudada apresenta tendência semelhante à do país como um todo no que diz respeito ao uso de drogas. Dos casos que compõem a amostra, 76,4% dos jovens haviam experimentado álcool (76,4% como cerveja ou vinho, 43% como outras bebidas alcoólicas) e 27% haviam tomado cerveja/vinho no mês anterior (14% tomaram outro tipo de bebida alcoólica). Quanto a cigarros, 30% experimentaram cigarros e 9,6% haviam fumado no mês anterior. Embora essa taxa seja mais alta que as de âmbito nacional, está mais próxima das estatísticas internacionais. O uso de maconha foi admitido por 7,4% dos respondentes (1,3% no mês anterior) e 4% admitiram usar loló. Existe uma forte correlação entre o uso de drogas legais (tabaco e álcool) e ilegais. Um terço dos jovens consome ambas regularmente.

Metade das pessoas na amostra compra as drogas, mas, como a maior parte tem menos de 18 anos de idade, mesmo as drogas legais são obtidas ilegalmente. Outros 37% ganharam a droga e 21% pediram que alguém a comprasse.

Uso de Álcool: Apoio da comunidade e conexão

Os mais importantes preditores do uso de álcool são experiência de abuso psicológico e físico/sexual na comunidade, pouco uso dos centros de saúde locais, e baixa espiritualidade. Novamente, a espiritualidade emerge como tendo alta correlação com comportamentos arriscados. Aqueles que afirmam ter baixo nível de espiritualidade têm maior probabilidade de usar álcool. Talvez, novamente, a falta de um propósito maior ou do senso de responsabilidade perante um ser mais elevado levem a comportamentos que envolvam risco. Isso pode estar relacionado ao fato de que, entre os que não usam substâncias, um dos motivos dados por 10% deles para não fazê-lo foi “religião”. (Tabela 4.4).

Fatores relacionados à família e à comunidade são também importante preditores do uso de álcool e drogas. Jovens que se sentem menos seguros em suas famílias ou em suas comunidades têm maior probabilidade de usar álcool e drogas. Embora seja um fator secundário, a importância da conexão com a família para reduzir o uso de drogas é

demonstrada na Tabela 4.4, onde uma das principais razões que os indivíduos apresentam para não usar drogas é a oposição de suas famílias. No entanto, a falta de segurança na comunidade foi um fator ainda mais fortemente correlacionado com o abuso de álcool, talvez porque esse faça o indivíduo sentir-se mais forte, corajoso, ou menos triste, como aparece na Tabela 4.4. Do mesmo modo, aqueles que têm pouca conexão com as instituições locais – escola, centro de saúde, comunidade – também são mais frequentes consumidores de álcool.

Os fatores secundários pessimismo, baixa disposição e baixa auto-eficácia estão correlacionados com mais elevado uso de álcool. Jovens que se sentem mal consigo mesmos ou com a vida em geral são mais inclinados a usar álcool que os jovens mais felizes. Moralidade e auto-estima não diferem entre aqueles que usam álcool e aqueles que não usam. Jovens de famílias mais pobres também têm maior incidência de uso de álcool. E as taxas de uso de álcool são mais altas entre os jovens que entre as jovens, como refletido também nas estatísticas nacionais.

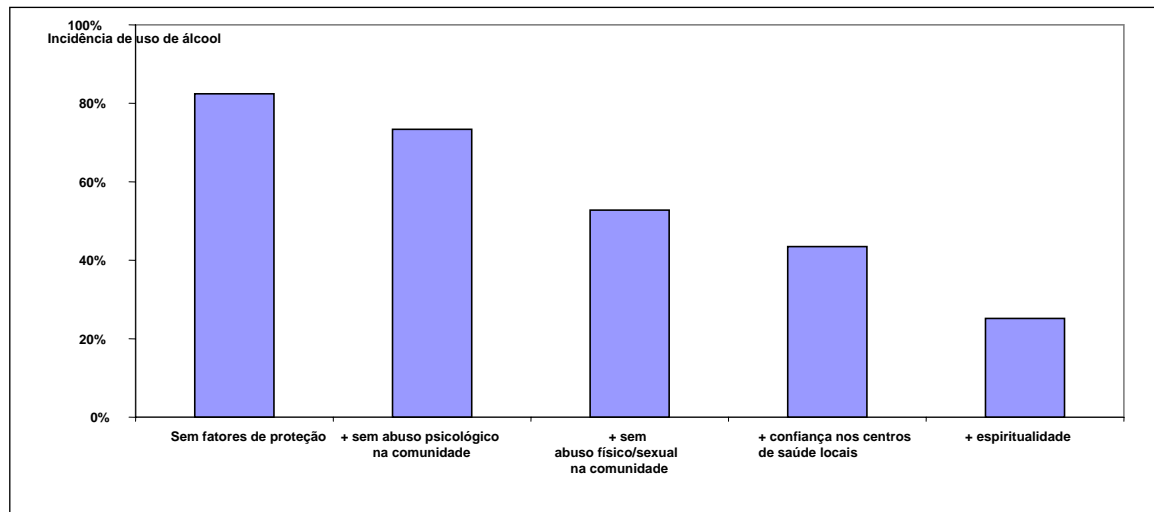
Tabela 4.4: Motivações para Usar ou Evitar Drogas entre Jovens de Renda mais Baixa em Porto Alegre, Recife e São Paulo

Resposta à pergunta sobre por que o respondente NÃO usa substâncias, %		Resposta à pergunta sobre a motivação para a pessoa usar substâncias, %	
Não sabe	14.4	Não sabe	20.1
Porque a família é contra	23.4	É divertido, é gostoso	9.4
Amigo ou namorado/namorada é contra	10.9	Para sentir-se livre	5.0
Religião	10.0	Para sentir-se com mais força ou coragem	1.3
Medo da polícia	2.9	Porque é fácil conseguir	1.6
Saúde	36	Meus amigos usam drogas	2.4
Medo de ficar viciado	25.9	Tristeza, ou para esquecer problemas	7.2
Outra	20.5	Outra	9.2

Fonte: Koller et al. 2005.

82% dos jovens brasileiros que possuem os dois principais fatores de risco – abuso psicológico na comunidade e abuso físico/sexual na comunidade – e nenhum dos principais fatores de proteção – confiança em instituições locais e espiritualidade – usam álcool (Gráfico 4.3). Se removermos de suas vidas o abuso psicológico ou físico na comunidade, a prevalência do uso de droga cai para cerca de 53%. Se, além disso, os jovens confiam em seus centros de saúde comunitários e têm uma dimensão espiritual em suas vidas, o uso de álcool cai para 22%.

Gráfico 4.3: Prevalência do Uso de Álcool, Sucessivamente Acrescentando Fatores de Proteção



Fonte: Koller et al. 2005.

Tabaco: comunidade e bem-estar

Os fatores mais correlacionado com o uso de tabaco são abuso psicológico na comunidade, conexão com a escola, e bem-estar. Os fatores secundários incluem: auto-estima, otimismo, boa disposição, inclusão social, abuso psicológico e sexual/físico na família, e falta de confiança em instituições.

Não-fumantes têm características pessoais positivas mais fortes que fumantes. Por exemplo, não-fumantes são mais otimistas, sentem que seu bem-estar é mais alto, têm auto-estima mais elevada, sentem que têm melhor disposição, e têm atitudes positivas a respeito da inclusão social (expectativa de que conseguirão um emprego). A auto-eficácia e a moralidade não diferem entre fumantes e não-fumantes.

Família, comunidade e conexão com instituição local estão negativamente correlacionados com fumar. Os que fumam tiveram mais experiências de abuso psicológico e físico/sexual em suas famílias e comunidades. Também se sentiram excluídos de suas comunidades e de suas escolas, em termos de achar que ninguém os ajudaria em tempos de necessidade, de não se sentir integrados na comunidade, não estar conectados com a escola e não confiar em instituições em geral.

Os fatores-chave associados com fumar foram abuso psicológico na comunidade, falta de conexão com a escola e pouca sensação de bem-estar. Apenas 7% dos jovens que não sofreram abusos física ou psicologicamente, que se sentiam conectados com sua comunidade, e sentiam-se bem consigo mesmos fumavam tabaco (Tabela 4.5, última linha). Dos que se encontravam em condições exatamente opostas, perto de 30% fumavam (Tabela 4.5, primeira linha).

Tabela 4.5: Fatores de Risco e Uso de Tabaco entre Jovens Pobres Brasileiros

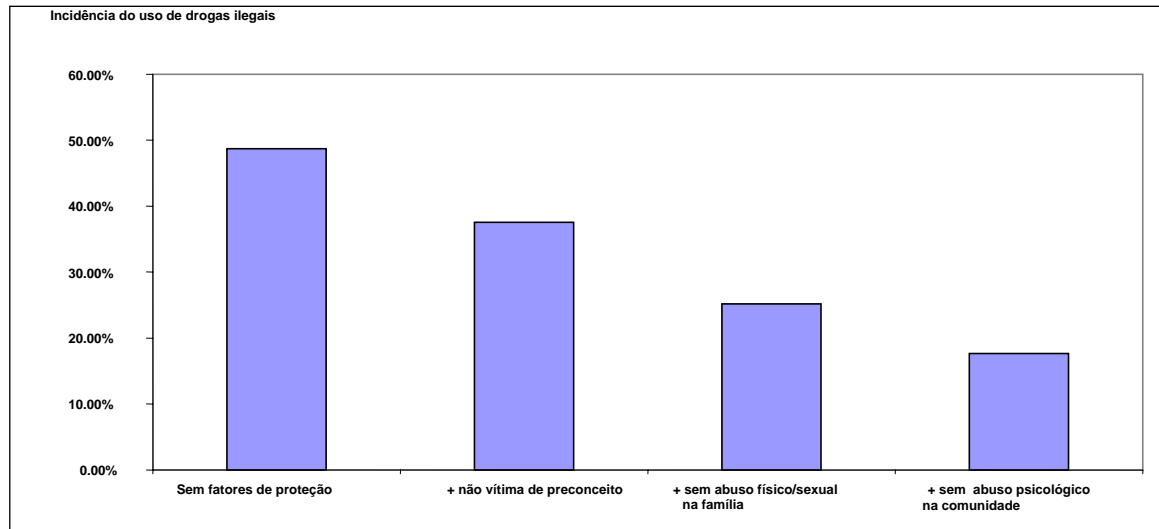
Número de fatores benéficos subjacentes	Abuso psicológico na comunidade	Conexão com a escola	Bem-estar	Probabilidade e de uso de tabaco, %
0	Alto	Baixo	Baixo	28,9
1	Baixo	Baixo	Baixo	19,0
2	Baixo	Alto	Baixo	12,0
2	Baixo	Baixo	Alto	11,4
3	Baixo	Alto	Alto	7,0

Fonte: Koller et al. (2005)

Substâncias Ilegais: ambiente violento

Os fatores mais importantes para explicar o uso de substâncias por pessoas jovens são ser vítima de preconceito, ter sofrido abuso físico ou sexual na família, e ter sofrido abuso psicológico na comunidade. Em particular, jovens que usam drogas ilegais tiveram mais experiências de abuso psicológico e físico/sexual em suas famílias que jovens que não usam substâncias ilegais. Da mesma forma, usuários de drogas também têm sofrido esses tipos de abuso na comunidade. Eles relatam que têm menos amigos (fator secundário) e são mais discriminados.

Gráfico 4.4: Probabilidade de Uso de Drogas Ilegais entre Jovens Brasileiros em Áreas Pobres, Baseada na Presença de Fatores Subjacentes de Proteção



Fonte: Koller et al. 2005.

Sofrer abuso físico, mental e psicológico – inclusive sendo discriminado – pela comunidade ou pelos pais aumenta o uso de drogas em 10 pontos percentuais para cada um desses fatores de risco. Cerca de 47% dos jovens vitimados por todos esses abusos são usuários de drogas ilegais. Basta eliminar a variável ‘preconceito’ para reduzir a probabilidade do uso de drogas para 38%. Remover o elemento de abuso na família

diminui ainda mais a prevalência do uso de drogas ilegais, que cai para 25%. E apenas 17% dos jovens que não têm nenhum desses três fatores usam drogas ilegais.

Violência

Jovens em comunidades pobres em Porto Alegre, São Paulo e Recife experienciam a violência ao longo de suas vidas. 70% dos entrevistados já participaram de brigas, com as moças tendo maior probabilidade que os rapazes (Koller et al. 2005), 20% disseram que alguém em suas famílias já esteve na prisão, e 5,3% dos rapazes e 2,8% das moças já estiveram presos.

Caixa 4.7: Notas Metodológicas para a Análise da Violência

A variável violência resulta de uma combinação de respostas a diversas perguntas no questionário da pesquisa. Qualquer um que afirmou ter-se engajado em algum tipo de comportamento violento contra outros foi classificado como violento (recebeu o valor 1 para a variável construída), e qualquer um que afirmou não se ter engajado em nenhum comportamento violento foi classificado como “não-violento”. As perguntas/respostas do survey usadas para construir a variável violento/não-violento são:

- Em sua opinião, quais as principais razões para os jovens se engajarem em atos violentos?
- Eu já estava numa instituição
- Eu já estava na prisão
- Eu tinha tido problemas com a lei
- Eu gosto de brigar

Uma variável medindo violência contra si mesmo também foi construída, e chamada “suicídio”. Se uma pessoa respondeu que havia tentado suicídio, recebeu o valor 1 para a variável suicídio. Qualquer um que não tenha tentado suicídio recebeu o valor 0.

Violência Contra Outros: violência aprendida e sentir-se mal a respeito de si mesmo

Jovens alegres e confiantes têm menor probabilidade de se engajar em comportamento violento. Por exemplo, aqueles com baixa auto-estima têm maior probabilidade de se engajar em comportamento violento que os com auto-estima elevada. Do mesmo modo, os que apresentam os fatores secundários – uma perspectiva negativa sobre a vida, pessimismo, reduzido bem-estar, baixos níveis de espiritualidade – têm maior probabilidade de se engajar em comportamento violento que suas contrapartes com características pessoais positivas. A “busca de identidade” é um fator importante citado por 30% dos jovens como uma motivação para o comportamento violento⁶⁶ (Tabela 4.6).

⁶⁶ A busca de identidade é particularmente problemática para jovens pobres e negros cuja individualidade é freqüentemente marcada pelo estigma social de que eles são violentos, deseducados e não servem para nada. Essa visão estereotipada dos jovens pobres negros combina com a disseminada indiferença diante de

É interessante notar que percepções de auto-eficácia e moralidade não diferem entre jovens violentos e não-violentos.

A violência doméstica ensina os jovens a ser violentos. Jovens que experienciam baixos níveis de abuso emocional, físico e sexual em casa têm menor probabilidade de se engajar em comportamento violento do que os jovens que sofreram algum tipo de abuso doméstico. Como já mencionado, as mães são fonte freqüente de violência doméstica, devido, principalmente, à realidade de que 86,4% dos jovens vivem com suas mães, em comparação com apenas 55,1% que não têm o pai em casa. Isso está relacionado ao fato de que três quartos dos jovens identificam “problemas na família” como uma motivação para sua própria violência (Tabela 4.6). Essas conclusões surgiram também num estudo semelhante entre jovens de comunidades pobres em Fortaleza, no qual 47% identificaram problemas na família como a motivação para o comportamento violento (Verner e Alda 2004).

A conexão com a escola é um fator importante de proteção; só estar na escola não é suficiente. Jovens que sentem que seus professores e os administradores da escola preocupam-se com eles, e que percebem a escola como um lugar positivo, têm menor probabilidade de se engajar em comportamento violentos que aqueles que não se sentem conectados com suas escolas. Como a amostra desse estudo é quase toda composta de jovens que freqüentam a escola, o alto poder preditivo de uma variável mostra que estar na escola não é o bastante: os jovens também têm que sentir que ela é um ambiente positivo, de apoio. Dado que um quarto dos jovens violentos cita “pertencer a um grupo” como uma motivação para a violência, as escolas poderiam ser um fator importante de proteção.

Entre os fatores secundários, o abuso físico, psicológico e sexual na comunidade é outro preditor-chave do comportamento violento contra outros. Jovens que sofrem abuso físico ou sexual na comunidade têm 65% a mais de probabilidade de engajar-se em comportamento violento contra outros, enquanto a correlação com abuso psicológico é também positiva, mas não tão forte. O abuso psicológico aponta a questão da intimidação (*bullying*), usualmente vista como um esporte da infância, mas que pode ter conseqüências terríveis. Embora baixos níveis de amizade não estivessem

sua condição, e faz com que se sintam invisíveis. Num esforço para quebrar essa barreira de estigma e indiferença, os jovens com freqüência recorrem à violência, uma solução um tanto irônica, já que apenas perpetua os estereótipos negativos. No entanto, quando se engajam em comportamentos violentos os jovens conseguem mostrar coragem e ganham respeito. São então capazes de se distinguir do estereótipo tornando seus nomes conhecidos, como, por exemplo, no caso de criminosos famosos (Soares 2004). Claramente, outro aspecto sedutor da violência é a promessa de recompensas monetárias. Essa é uma motivação em si mesma, mas está também ligada à questão da identidade, pois a riqueza torna a pessoa visível. O vínculo entre identidade e violência é reconhecido por muitas ONGs em todo o Brasil. Essas organizações tentam oferecer alternativas nas quais jovens em situação desvantajosa sejam capazes de ganhar um senso de valor próprio e afirmar-se como indivíduos. Uma forma popular é a arte, e organizações como o Grupo Cultural Afro Reggae, no Rio de Janeiro, oferecem programas de arte com o objetivo específico de remover a influência que gangues e traficantes de drogas têm sobre meninos, rompendo assim o ciclo da violência (Salles 2002).

correlacionados com comportamento violento, isso pode ser explicado pelo fato de que a amizade tanto pode ser um fator de proteção, se os amigos de alguém são uma influência positiva sobre os comportamentos dessa pessoa, quanto de risco, se os amigos também estiverem engajados em comportamentos arriscados.

Tabela 4.6: Motivação para Engajar-se em Comportamento Violento (mais de uma resposta é possível)

	Todos	Homens	Mulheres	Branços	Não-brancos
Problemas na família	73,6	69,0	77,6	80,6	79,3
Busca de identidade	26,3	28,7	24,1	30,6	26,9
Proteção	15,5	16,0	15,2	15,8	17,7
Pertencer a um grupo	23,2	22,6	23,6	23,9	26,0
Melhorar a situação financeira	41,9	39,0	44,4	45,2	45,3

Fonte: Koller et al. 2005.

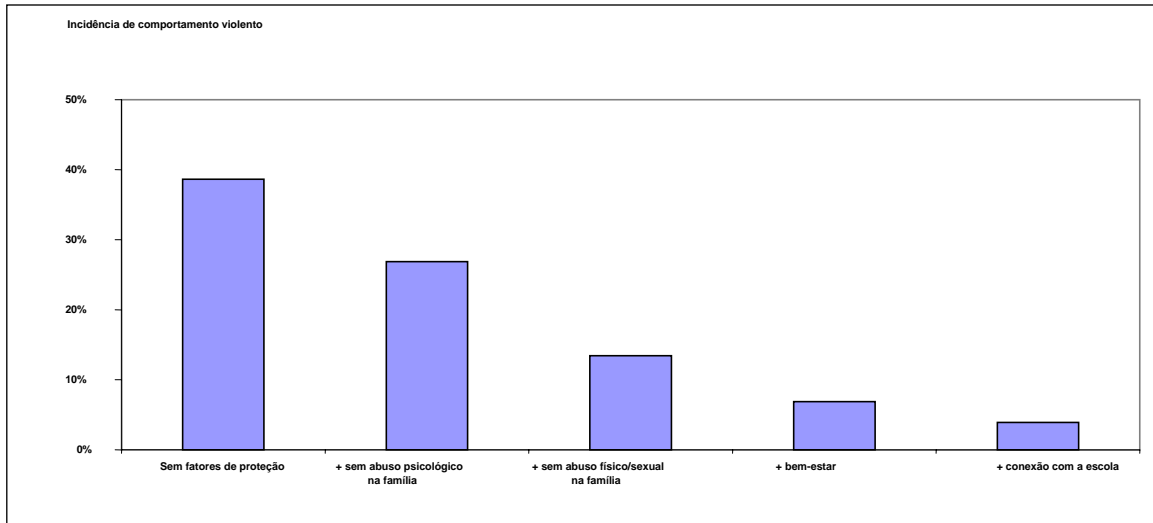
Raça e gênero não são fatores importantes que contribuem para o comportamento violento, mas percepções de raça são um fator subjacente secundário. Essa conclusão é muito surpreendente, já que, entre os rapazes, é muito mais alta a prevalência de engajamentos em comportamentos violentos e, como mostrado no Capítulo 2, os afro-brasileiros correspondem a 60% da população jovem encarcerada, embora representem menos de 7% da população jovem. Em vez disso, a questão crucial não é simplesmente ser de uma raça ou gênero diferentes; o que aumenta a probabilidade de comportamento violento é o sentimento de ser discriminado *por causa de* sua raça ou de seu sexo.

A pobreza está correlacionada com a violência. Embora todos os jovens na amostra sejam de origem socioeconômica baixa, aqueles das famílias mais pobres engajam-se mais em violência. Isso é irônico, já que, como mostrado no Capítulo 3, os custos da violência dos jovens são muito altos para eles mesmos. Essa aparente contradição pode ser devida à presumida evidência de que jovens de áreas pobres têm poucas expectativas com relação a seus futuros, de modo que vivem mais no presente que as pessoas mais velhas. Ou, como o pensamento abstrato desenvolve-se mais tarde durante a juventude, eles simplesmente podem não compreender inteiramente o custo esperado de engajar-se em tais comportamentos.

39% dos jovens que têm os dois mais importantes fatores de risco – abuso psicológico e abuso físico/sexual na família – e carecem dos dois principais fatores de proteção – sentimentos de bem-estar e conexão com a escola – são violentos (Gráfico 4.5). Se removermos a experiência de abuso psicológico na família, a prevalência da violência diminui 11 pontos percentuais. Se não houver abuso na família, apenas 13% serão violentos. O acréscimo do fator de proteção constituído pelo sentimento de bem-estar diminui ainda mais a probabilidade de violência para 7%, e apenas 3,9% dos jovens que não têm os dois mais importantes fatores de risco (abuso psicológico e abuso físico/sexual na família) e que têm os fatores de proteção em alto grau (conexão com a escola e sentimentos de bem-estar) engajam-se em comportamento violento. Mas há uma

pequena proporção dos jovens que, embora tendo essa composição de características positivas, ainda assim é violenta.

Gráfico 4.5: Proporção dos Jovens que se Engajam em Comportamento Violento, com Sucessivos Fatores de Proteção



Fonte: Koller et al. 2005.

Violência contra Si mesmo - Suicídio:

Aproximadamente 8,3% da amostra tentou o suicídio, uma medida mais alta que a média nacional registrada no Capítulo 2. Desses, a metade tentou matar-se apenas uma vez, enquanto a outra fez tentativas múltiplas. Os principais métodos usados foram: químicos (52,1%), objetos cortantes (33,2%), enforcamento (13,3%), saltar de lugares altos (12,9%), armas de fogo (6,6%), acidentes de carro (6,2%), e fogo (4,6%). As mulheres tendem a usar químicos, enquanto os homens preferem armas de fogo, facas ou saltos. As principais razões citadas para tentar o suicídio foram problemas na família (56,4%), falta de razão para viver (48,1%) e fracasso em relacionamentos (30,7%). As mulheres têm maior probabilidade de citar problemas na família como motivo, enquanto os motivos dos homens são mais variados. Jovens com deficiências têm mais tendência a tentar o suicídio do que aqueles sem deficiências (11,8% e 8,0%, respectivamente).

As jovens têm maior probabilidade de ter tentado o suicídio que os jovens. Isso contradiz os dados apresentados no Capítulo 2 deste relatório, que mostravam que a quantidade desproporcional de homens que se suicidavam poderia indicar que a amostra estudada não é representativa, ou que as tentativas de suicídio dos homens são mais bem-sucedidas que as das mulheres.⁶⁷ A diferença por sexo é particularmente grande quando o jovem experimentou abuso físico ou sexual na família.

⁶⁷ O fato de que mulheres jovens tentem o suicídio com maior frequência que os homens é algo amplamente observado internacionalmente. A explicação típica é que tentativas de suicídios por moças são um modo de gritar por socorro. O mesmo não é verdade para os rapazes, entre os quais, dadas as normas tradicionais relativas aos gêneros, um grito de socorro é visto como sinal de fraqueza.

Abuso físico ou sexual na família é um fator preditivo particularmente forte de tentativa de suicídio, embora abuso psicológico também seja importante. Não é de surpreender que o abuso físico ou sexual por um membro da família seja um maior preditor de tentativa de suicídio que abuso psicológico na família.

A baixa auto-estima, que pode estar associada a ter sido física, sexual ou psicologicamente abusado pelos pais, também aumenta a probabilidade de tentativa de suicídio. 32% das mulheres jovens que sofreram abuso físico ou psicológico e têm baixa auto-estima tentaram se matar, em comparação com 13,5% dos homens jovens. Mas há uma pequena parcela de 4,5% de mulheres jovens e de 1,5% de homens jovens que não sofreram abuso e têm elevada auto-estima, mas, ainda assim, tentaram o suicídio (Tabela 4.7).

Tabela 4.7: Fatores Subjacentes que Influenciam o Suicídio

Número de fatores positivos subjacentes	Abuso psicológico doméstico	Abuso físico doméstico	Auto-estima	Gênero	
				Homem	Mulher
0	Alta	Alta	Baixa	13,57%	32,28%
1	Alta	Alta	Alta	7,74%	20,30%
2	Baixa	Baixa	Baixa	2,79%	8,01%
3	Baixa	Baixa	Alta	1,51%	4,50%

Fonte: Koller et al. 2005.

Alta Intercorrelação de Comportamentos que Envolvem Riscos

Indivíduos que se engajam em um tipo de comportamento de risco tendem a engajar-se em todos os demais. Por exemplo, a última coluna da Tabela 4.8 (com um “+” de cima a baixo) mostra que os indivíduos que tentaram o suicídio têm também maior probabilidade de se engajar em todos os outros tipos de comportamentos de risco, quando comparados aos que não tentaram o suicídio. Isso sugere que os fatores responsáveis por alguns jovens tentarem o suicídio são os mesmos (ou estão correlacionados com outros fatores) que também levam os jovens a usar substâncias ilegais, ser geralmente violentos e engajar-se em atividade sexual arriscada.

Tabela 4.8: Correlação entre Comportamentos que Envolvem Riscos

Comportamento	Repetência escolar	Entrada precoce na força de trabalho	Comportamento sexual de risco	Uso de álcool	Uso de tabaco	Uso de drogas ilegais	Violência contra outros	Tentativa de suicídio
Repetência escolar		+		+	+		+	+
Entrada precoce na força de trabalho			+	+			+	
Comportamento sexual de risco				+	+	+	+	+
Uso de álcool					+	+	+	+
Uso de tabaco						+	+	+
Uso de drogas ilegais							+	+
Violência contra outros								+
Tentativa de suicídio								

Notas: Um símbolo “+” indica que a *odds ratio* estimada era maior que 1, e significativa ao nível de 1%. Note-se que em nenhuma das estimativas a *odds ratio* estava entre 0 e 1.

Fonte: Koller et al. 2005.

Semelhanças entre o Heterogêneo Conjunto dos Jovens

A análise acima trata todos os jovens da mesma forma, mas, como mostrado no Capítulo 2, eles constituem um grupo muito heterogêneo.⁶⁸ Surpreendentemente, descobrimos que os fatores que são importantes correlatos de cada atividade não diferem radicalmente entre grupos demográficos (Tabela 4.9). Por exemplo, abuso na comunidade ou na família eram importante correlatos de todos os tipos de comportamentos em todos os grupos de jovens. A espiritualidade estava correlacionada com (a ausência de) uso de álcool em todos os quatro grupos testados, e sentimentos de bem-estar eram um importante correlato de (ausência de) comportamento violento para todos, exceto homens.

No entanto, as poucas diferenças se destacam. Sentimentos de discriminação eram importantes para jovens não-brancos, mas não para os outros. Auto-eficácia parece particularmente importante para as mulheres, mas não para os outros grupos demográficos.

⁶⁸ Primeiro, usou-se uma metodologia de regressão logística para determinar se gênero, raça ou localidade eram fatores importantes. Em seguida, foram rodadas separadamente regressões stepwise para rapazes, moças, brancos, e não-brancos. Os não-brancos são uma combinação dos jovens que se definiram como pretos ou pardos. Essa prática não é incomum na literatura brasileira, dada a grande mistura de raças no país e a dificuldade de traçar fronteiras claras entre os grupos.

Tabela 4.9: Fatores Correlacionados com Comportamentos Arriscados, por Grupo Demográfico*

	Característica	Álcool	Violência	Drogas ilegais
Indivíduo	Espiritualidade	F, M, B, N	B	
	Otimismo	M		N
	Auto-estima		B	M
	Sentimento de bem-estar		F, B, N	
	Auto-eficácia	B		B
Família	Abuso na família		F, B, N	F, B
	A casa é um lugar seguro		F	
	Nível de educação dos pais		M	
Comunidade	Abuso na comunidade	F, M, B, N	M, B, N	F, M, B
	Confiança no centro de saúde local	F, B		
Macro	Vítima de preconceito		N	N

* Apenas variáveis que eram significativas ao nível de 1% em uma regressão *stepwise* foram incluídas. “F” significa sexo feminino, “M” significa sexo masculino, “B” significa raça branca e “N” significa raça não-branca.

Caixa 4.8: Serão as Deficiências Físicas um Fator de Risco?

Ter uma deficiência física pode ser um fator de risco. O número de pessoas no estudo que responderam ter uma deficiência física era muito pequeno para se fazer uma análise em profundidade do peso da deficiência física sobre a probabilidade de os jovens se engajarem ou não em comportamentos que envolvam riscos (n = 265). Mas fornece algumas informações importantes. Jovens que responderam que têm uma deficiência física também relatam mais abuso físico ou sexual na família e na comunidade que os demais; maior incidência de abuso emocional na comunidade, saúde mental mais precária, em termos de auto-estima e conduta, e menor probabilidade de haver tentado o suicídio que jovens sem deficiências físicas. No entanto, nas áreas de saúde sexual, violência, ou abuso de substâncias seus comportamentos de risco não diferem dos de jovens sem deficiências físicas.

Em conclusão

Os mesmo fatores subjacentes afetam todos os comportamentos. Eles incluem fatores individuais (auto-estima e espiritualidade), fatores microambientais (casa, escola, comunidade e apoio de instituições locais) e macrofatores (gênero e pobreza). Isso sugere que os elaboradores de políticas devem focalizar a saúde mental dos jovens; apoiar a criação de casas seguras, comunidades seguras e escolas seguras; continuar a fortalecer instituições; buscar reduzir estereótipos de gênero e a conseqüente discriminação, de modo que pessoas jovens não se sintam pressionadas a envolver-se em comportamentos arriscados; e, acima de tudo isso, levar adiante a missão de eliminar a pobreza. É interessante notar que muitas dessas políticas para ajudar os jovens são políticas de caráter muito geral, que beneficiarão toda a sociedade (tal como fortalecimento de instituições ou eliminação de estereótipos de gênero), e algumas nem mesmo estão voltadas para pessoas jovens (tal como aumento da segurança na comunidade)!

Além disso, os fatores subjacentes são cumulativos. Ter um fator de risco na vida já é bastante ruim, mas ter múltiplos fatores de risco e escassos fatores de proteção pode ser literalmente mortal. Embora isso freqüentemente signifique que múltiplos atores têm que trabalhar em conjunto para reduzir esses diferentes fatores de risco, às vezes uma única intervenção pode afetar vários desses fatores.

Finalmente, os fatores analisados neste capítulo são úteis para compreender comportamentos que envolvam riscos, mas não tão úteis para compreender eventos arriscados, i.e., repetência escolar, abandono da escola e desemprego. Os últimos são, em importante medida, dirigidos por forças que atuam no nível institucional, tais como mercados de trabalho restritos ou escolas ruins, em vez de pelas preferências e decisões da própria pessoa jovem.

V. O CAMINHO DA INFÂNCIA À IDADE ADULTA

Existe pouco acordo na literatura sobre qual a faixa de idade que engloba o período da “juventude” ou sobre como as pessoas atravessam esses anos. Em todo o mundo, e entre áreas e disciplinas, diferentes faixas etárias são identificadas como o período “jovem”. As Nações Unidas definiram “jovens” como pessoas entre as idades de 15-24 anos. Essa definição é amplamente usada em todo o mundo. Como regra geral, no entanto, cada país e setor refinam a faixa de idade para ajustá-la a suas circunstâncias específicas. Por exemplo, especialistas em saúde podem referir-se à juventude como o período da pubescência, e ministérios do trabalho podem utilizar a idade mínima de trabalho para determinar quando começa a juventude. Ou os ministérios da saúde podem usar a idade da menarca, mas essa difere substancialmente entre países. Mesmo quando limitando o contexto a parâmetros similares – como ocorre no Brasil, com um único conjunto de leis nacionais –, o período da juventude ainda varia em função de diversos fatores, como, entre outros: diferenças nas legislações estadual e local e em parâmetros institucionais; diferenças históricas e culturais entre os diversos povos do Brasil; diferenças nutricionais que afetam o desenvolvimento biológico; e condições econômicas locais que permitem que pessoas jovens tornem-se financeiramente independentes.

Uma solução para essa multiplicidade é recorrer aos dados para definir o conjunto de faixas etárias que compõem o período da juventude, levando em consideração diferenças setoriais e culturais entre os comportamentos e as pessoas estudadas.

A segunda questão é o que acontece durante o período da juventude. A maior parte das discussões é vaga, falando de um período de transição no qual seres humanos entram como crianças e emergem como adultos, com dados sobre comportamentos que ocorrem em algum ponto daquele período de transição. No entanto, a trajetória real cumprida pelas pessoas desde a entrada até a saída é um mistério. Elas entram na caixa preta como crianças econômica e socialmente dependentes e, a partir dali, avançam em uma direção, regridem para estados anteriores, e repetem várias vezes uma mesma série de atos ou situações antes de emergir com um novo equilíbrio e como pessoas social e economicamente independentes. Para compreender esses padrões, o ideal seria acompanhar as crianças ao longo da adolescência até o final de seus anos 20, mas dados assim tão ricos raramente estão disponíveis. Em vez disso, usamos painéis curtos e metodologias inovadoras com dados transversais para compreender o que acontece durante os anos da juventude.

Este capítulo busca começar a compreender esse período com os objetivos específicos de (i) identificar a faixa de idade e a duração do processo de transição e (ii) ganhar alguma compreensão dos caminhos e dos rumos seguidos pelos indivíduos enquanto se movem entre a dependência e a independência. A conclusão geral deste capítulo é que o período da juventude no Brasil estende-se dos 14 aos 29 anos, com uma grande variação resultante do status de pobreza, da raça e do gênero. E os jovens não seguem um único caminho através do período de transição; em vez disso, fazem tentativas e reúnem várias

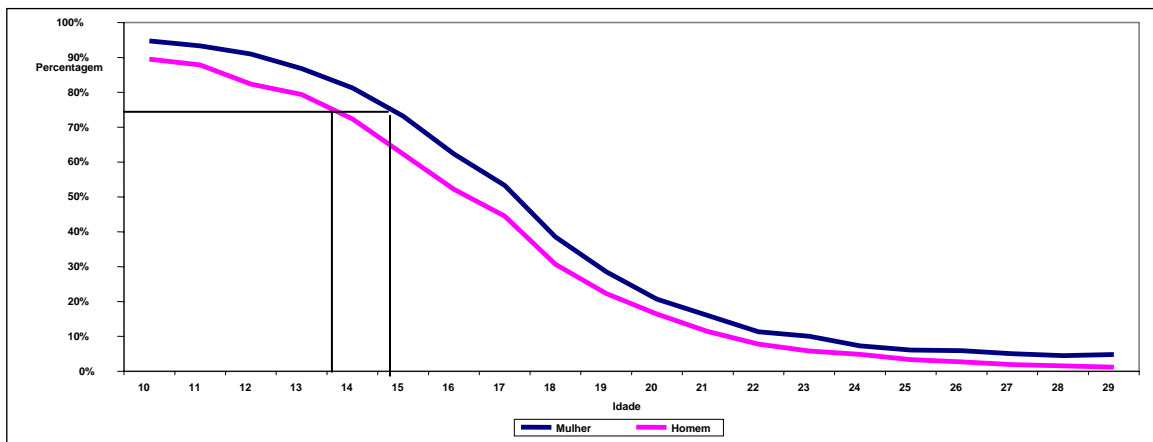
experiências de uma maneira aleatória antes de selecionar o caminho final que os levará até a idade adulta.

De Criança na Escola para Adulto que Trabalha

Período de Transição: Idades de Entrada e Saída

O período de transição entre infância e idade adulta dura aproximadamente **6,5 anos para homens e é indeterminado para as mulheres**. Usando uma metodologia desenvolvida pela OCDE (1996), considera-se que o período de transição começa no ponto em que 25% de um grupo etário não está na escola, e termina quando pelo menos 50% não está na escola, mas trabalhando.⁶⁹ Embora tanto homens quanto mulheres estejam continuamente abandonando a escola, mais de 25% dos rapazes já saíram aos 13,5 anos, e a mesma percentagem das moças aos 14,5 anos (Gráfico 5.1). Aos 20 anos, mais de 50% dos homens estão apenas trabalhando, o que sugere que, para os homens, o período de transição entre infância e idade adulta, da escola para o trabalho, é de 6,5 anos.

Gráfico 5.1: Percentagem de Indivíduos em cada Grupo Etário que Apenas Estudam



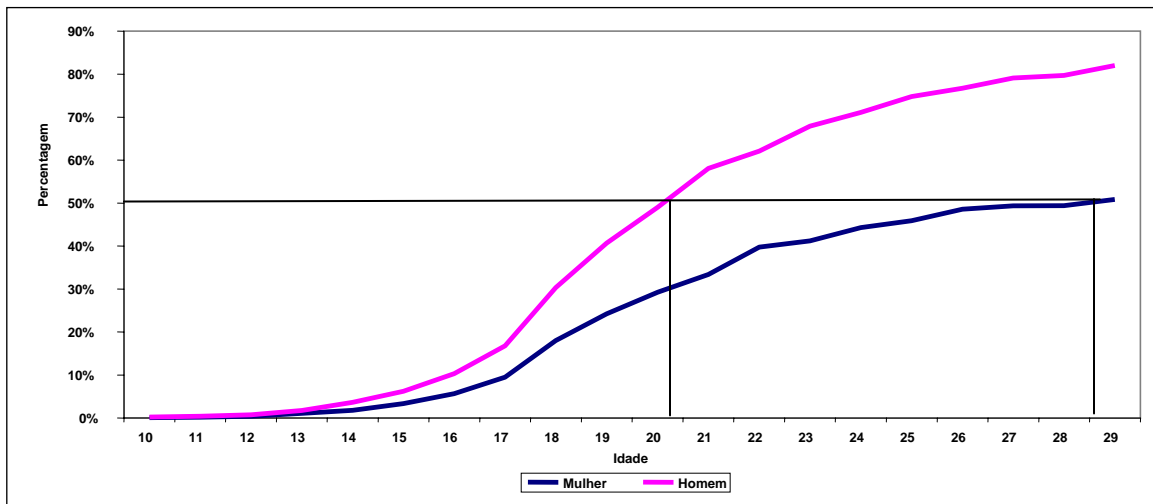
Fonte: PNAD 2001, cálculos do autor

Dados sobre escola e mercado de trabalho não podem ser tão facilmente usados para determinar a transição das mulheres, já que muitas participam de uma terceira (não mensurada) atividade: cuidar de suas próprias casas. Assim, para elas o período entre escola e trabalho não pode ser classificado como “ocioso”, como poderia ser no caso dos homens. No entanto, quando aplicada a mesma metodologia usada para os homens, constatamos que as mulheres terminam sua transição aos 28 anos, quando mais da metade não está na escola e já tem um emprego. O período bastante tardio de transição

⁶⁹ Usou-se o método da OCDE porque é a única metodologia conhecida para estimar a duração do período de transição. Os parâmetros foram selecionados randomicamente para a OCDE, e podem ou não ser apropriados para aquela região ou para o Brasil. Assim, eles são utilizados aqui visando, mais que tudo, abrir uma discussão sobre a metodologia, os parâmetros e o período de transição, sem pretender dar respostas definitivas sobre o processo.

sugere que as mulheres passam seus primeiros anos cuidando dos filhos e depois retornam para a força de trabalho no final de seus anos 20. Numa tentativa de controlar por dados inexistentes sobre o status de dona de casa, limitamos a amostra a mulheres não-casadas, presumindo que têm que trabalhar para sustentar suas famílias e, assim, não podem dedicar todo o tempo ao cuidado da casa. Com essa amostra, as mulheres deixam o período da “infância” aos 24,5 anos, após um período de transição de 10 anos. A maior duração do período da juventude pode ser parcialmente explicada pelo maior número de anos de frequência à escola entre as jovens, por sua maior dificuldade de encontrar um emprego, ou por erros de mensuração resultantes de dados limitados.

Gráfico 5.2: Percentagem de Indivíduos em cada Grupo Etário que Apenas Trabalham



Fonte: PNAD 2001, cálculos do autor

Diferenças entre o início do período da juventude e a duração da transição variam entre regiões. A Tabela 5.1 mostra que a transição “começa”, i.e., a primeira idade na qual 25% de uma coorte está fora da escola – aos 15 anos nas áreas urbanas e aos 11 nas áreas rurais. Embora os jovens rurais completem sua juventude dois anos mais cedo que os das áreas urbanas, o período de transição é 1,5 ano mais longo nas áreas rurais. Isso pode ser devido à baixa qualidade das escolas, levando a saídas precoces, e à inexistência de emprego, o que leva a períodos de busca mais longos. Do mesmo modo, jovens do Nordeste começam a transição mais cedo (aos 12-13 anos de idade) e têm o maior período de transição, que dura dez anos.

Existem poucas diferenças nas tendências entre raças. A idade na qual brasileiros brancos, mestiços e negros saem da escola e começam a trabalhar é notavelmente similar. Essa conclusão é corroborada por outra pesquisa sobre educação (Bonelli e Veiga, 2004)

Jovens de famílias mais pobres têm períodos de transição muito mais longos que os que vivem com maior riqueza. Jovens vivendo em famílias no primeiro decil de renda começam seu período de transição aos 11 anos, e a metade deles está finalmente na força

de trabalho aos 29-30 anos, o que sugere um período de transição de 18 anos⁷⁰. Por outro lado, brasileiros de famílias ricas começam o processo de transição após o ensino médio (aos 17-18 anos), ou seja, cinco anos mais tarde que suas contrapartes menos ricas, e completam com 23-24 anos, com um período de transição de seis anos. Isso reflete a carreira escolar mais longa dos jovens de famílias mais ricas e a entrada mais difícil na força de trabalho dos jovens de famílias mais pobres (Capítulo 2).

No Brasil, a duração do processo de transição é similar ao de outros países da AL&C. Exceto na Argentina, o processo de transição começa aos 11-13 anos para os meninos e aos 11-15 anos para as meninas. Os homens brasileiros saem do período de transição numa idade similar à do resto da AL&C, mas a saída das moças ocorre um pouco mais tarde (Tabela 5.2).

Tabela 5.1: Idade da Transição Escola-para-Trabalho e Duração da Transição, por Características Demográficas, Geográficas e Socioeconômicas

	Começo da transição^a	Ponto final da transição^b	Duração da transição (anos)
Todos	14,5	21,5	7
Homem	13,5	20,5	7
Mulher	14,5	28,5	14
Mulheres não-casadas	14,5	24,5	10
Branco	14,5	21,5	7
Mestiço	13,5	21,5	8
Negro	14,5	22,5	8
Centro-Oeste	14,5	22,5	8
Nordeste	12,5	22,5	10
Norte	14,5	23,5	9
Sudeste	14,5	21,5	7
Sul	13,5	20,5	7
Rural	10,5	19,5	9
Urbano	14,5	22,5	8
1º decil	11,5	29,5	18
10º decil	17,5	23,5	6

Notas: (a) Primeiro ano no qual menos de 75% do grupo etário está na escola e não trabalha. (b) Primeiro ano no qual pelo menos 50% do grupo etário está trabalhando, e não na escola.

Fonte: PNAD 2001, cálculos do autor

Duas de cada três pessoas jovens que deixam a escola estão trabalhando dentro de três meses. A Tabela 5.3 mostra que, dentro de três meses após deixar a escola, 68,7%

⁷⁰ Essa surpreendente duração chega ao extremo em países muito pobres, como a Nigéria rural, onde os jovens começam a transição muito cedo, mas não têm acesso a terra e as oportunidades de emprego são extremamente limitadas, de modo que, aos 40 anos, ainda não estão trabalhando. Como, a essa altura, a epidemia de HIV/Aids já os atingiu, morrem antes de alcançar o status de adultos independentes (Blum, em andamento).

dos homens jovens e 57,1% das mulheres jovens têm empregos. O setor informal absorve a maior parte das pessoas jovens: 35,4% das moças que saem da escola e 40,5% dos rapazes. Outros 15% dos que saem da escola acabam indo para o setor formal.

Tabela 5.2: Período de Transição Escola-para-Trabalho no Brasil e em Países Selecionados da AL&C

País		Começo da transição ^a	Ponto final da transição ^b	Duração total da transição (anos)
Brasil	Homem	13,5	20,5	7
	Mulher	14,5	28,5	14
Argentina	Homem	17	24	7
	Mulher	17	26	9
México	Homem	13	19	6
	Mulher	14	26	12
Peru	Homem	13.5	19	5.5
	Mulher	13.5	23	9.5
Equador	Homem	<12	22	10+
	Mulher	<12	18	6+
República Dominicana	Homem	14	20	6
	Mulher	15	>26	11+
Bolívia	Homem	<12	22	10+
	Mulher	<12	26	14+

Notas: (a) Primeiro ano no qual menos de 75% do grupo etário está na escola e não trabalha. (b) Primeiro ano no qual pelo menos 50% do grupo etário está trabalhando e não na escola.

Fonte: *Surveys sobre família e mercado de trabalho.*

Caixa 5.1: Metodologia para a Análise de Transição para o Trabalho

Usando a metodologia desenvolvida por Maloney e Bosch (2005) e a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (PME) do período 1996-2001, foram construídos painéis para traçar a trajetória do indivíduo num período de três meses. Foram considerados três grupos etários - 16-24, 25-40 e 41-65 - a fim de identificar como padrões de transição diferiam entre os jovens e os adultos jovens ou maduros. Os dados permitiram identificar a transição ao longo de (i) fora da força de trabalho, (ii) desempregado, (iii) auto-empregado, (iv) empregado sem carteira assinada (informal), e (v) empregado com carteira assinada (formal).

9% dos homens e mulheres jovens que deixam seus trabalhos retornam à escola nos três meses seguintes. A Tabela 5.4 mostra que a maior parte dos que retornam à escola tinha trabalhado no setor informal: 37,2 e 30,2% dos homens e das mulheres, respectivamente. Poucos jovens auto-empregados retornam à escola, enquanto aproximadamente 14% dos jovens que deixam o setor formal retornam à escola dentro de três meses. Isso pode ser devido a uma deliberada e curta interrupção dos estudos para aproveitar uma oportunidade de emprego ou para enfrentar necessidades de curto prazo da família, ou pode ser devido a jovens que deixam a escola, concluem que precisam de

mais educação para sobreviver no mundo do trabalho e escolhem voltar para aprender mais.

Tabela 5.3: Dos Indivíduos que Deixam a Escola, a % que Encontra Trabalho, por Setor^a

Setor inicial	Setor final	Homem	Mulher
Escola	Auto-empregado	11,8%	6,5%
	Empregado do setor informal	40,5%	35,4%
	Empregado do setor formal	16,4%	15,2%

Tabela 5.4: Dos Trabalhadores Jovens, a % que Retorna à Escola, por Setor^a

Setor inicial	Setor final	Homem	Mulher
Auto-empregado	Escola	11,3%	6,2%
Empregado do setor informal		37,2%	30,2%
Empregado do setor formal		14,5%	13,8%

^aAs colunas não somam 100% porque as categorias *desemprego e fora da força de trabalho* foram excluídas dessa Tabela.

Fonte: PME 1996-2001

Da Escola para o Desemprego e para o Trabalho

Um em cada quatro homens jovens e uma em cada três mulheres deixam a escola e ainda estão procurando emprego até três meses depois. Isso pode ser devido a longos períodos de procura, ou então a períodos mais curtos com algum tempo de descanso entre eles. No entanto, matrizes de transição mostram que 27% dos homens e mulheres têm fases de desemprego que duram pelo menos três meses. Isso é comparável às taxas para adultos: 30% entre homens e 26,6% entre mulheres. A duração média do desemprego entre homens e mulheres jovens é de cerca de 4,1 meses, em comparação com 4,3 meses entre homens adultos. Isso sugere que o alto desemprego entre jovens não é devido a uma dificuldade particular de encontrar empregos, mas, sim, à baixa absorção pelo mercado de um grande grupo que subitamente busca o mercado. Na verdade, os jovens parecem ter (marginalmente) *menos* problema para sair do desemprego do que homens adultos.

Os adultos têm muito maior probabilidade que os jovens de entrar no setor de auto-emprego após uma fase de desemprego. Como mostrado na Tabela 5.6 acima, 11,7% dos homens jovens começam seus próprios negócios, mas entre homens adultos a percentagem é de 31,8%. Quando dividimos a amostra entre homens adultos mais velhos e mais jovens, descobrimos que 29,7% dos homens entre 25-40 anos optam pelo auto-emprego, e 36,1% dos entre 41-65 fazem o mesmo, o que sugere que o auto-emprego é a opção preferida para os trabalhadores mais velhos que acumularam experiência de vida e recursos da aposentadoria para começar suas próprias empresas. Uma tendência semelhante surge no caso das mulheres: dentre elas, 4% das jovens, 12,9% das adultas e 14,3% das mais velhas começam suas próprias empresas após uma fase de desemprego.

No entanto, jovens e adultos têm sucesso semelhante quando entram no trabalho assalariado. Como visto na Tabela 5.6, 25% dos homens jovens que saem do desemprego entram no setor informal dentro de três meses e 17,7% entram no setor formal; isso se compara com 24 e 21%, respectivamente, dos homens adultos. Entre as mulheres, 18,7% das jovens entram no setor informal e 13,6% entram num emprego formal, em comparação com 17,9 e 12,5% das mulheres adultas, respectivamente.

Tabela 5.5: Dos Jovens que Deixam a Escola, a % que Fica Desempregada

Setor inicial	Setor final	Homem	Mulher
Escola	Desemprego	22.8%	30%

Tabela 5.6: Dos Desempregados que Encontram Trabalho, a % que Trabalha em Cada Setor

Setor inicial	Setor final	Homem	Mulher
Desemprego	Auto-empregado	11.7%	4%
	Empregado do setor informal	25%	18.7%
	Empregado do setor formal	17.7%	13.6%

^a As colunas não somam 100% porque as categorias *desemprego* e *fora da força de trabalho* foram excluídas dessa Tabela.

Fonte: PME 1996-2001

Da Escola para a Ociosidade . . . para o Trabalho?

Tabela 5.7: Dos jovens que Deixam a Escola, a % que não Está Trabalhando

Setor inicial	Setor final	Homem	Mulher
Escola	Sem trabalho, sem emprego (+desempr.)	8,5% (30%)	17%

Tabela 5.8: Dos Jovens não Estão Trabalhando, a % que Encontra um Emprego, por Setor

Setor inicial	Setor final	Homem	Mulher
Sem trabalho, sem emprego	Auto-empregado	29.1%	25.6%
	Empregado do setor informal	50%	48.5%
	Empregado do setor formal	20.8%	25.8%

As colunas não somam 100% dada a exclusão de todos os setores de emprego. *Fonte: PME 1996-2001*

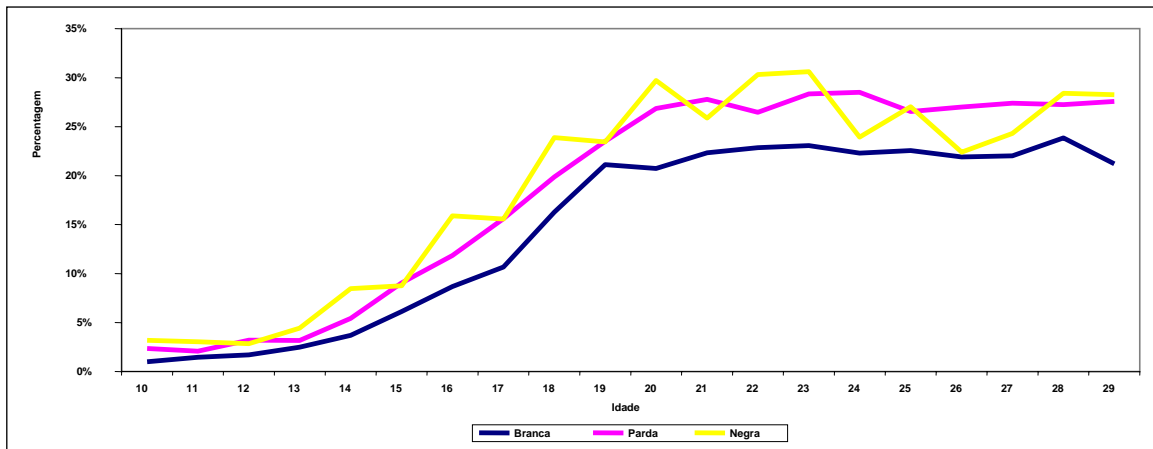
Aproximadamente 8,5% dos homens não estão nem trabalhando nem procurando emprego nos três meses após terem deixado a escola (Tabela 5.7). Isso pode ser

devido a uma pura ociosidade resultante da falta de vontade de trabalhar, ou ao efeito ‘trabalhador desencorajado’: os homens gostariam de ter um trabalho, mas acreditam que não haja trabalhos para eles e, então, não se preocupam em procurar. A taxa é o dobro entre mulheres, mas, conforme a hipótese sustentada neste relatório, nesse caso isso pode ser devido ao fato de que muitas mulheres deixam a escola e vão cuidar da família, dedicando seu tempo a um tipo de trabalho não mensurado.

Embora a Tabela 5.7 sugira que apenas 8,5% dos homens jovens estão “ociosos”, i.e., não estão na escola, nem trabalhando e nem procurando um emprego, a proporção pode ser ainda mais alta devida à mensuração precária da fase de “desemprego”. Assim, se combinamos as várias situações de “não-trabalhando”, vemos que quase 30% dos homens passam da escola para a ociosidade num período de três meses.

A fase de ociosidade dos homens jovens tem um pico aos 20 anos de idade, como mostrado no Gráfico 5.3. Quando se limita a definição de “ocioso” a apenas aqueles que estão fora da força de trabalho, a tendência é a mesma, mas o pico é 7%. É interessante notar que, a despeito de diferentes níveis de ociosidade por raça (17% de jovens brancos, 20,5% de mestiços, e 22% de negros) e entre as regiões do país (15,7% no Sul, 18,8% no Sudeste, 19,3% no Centro-Oeste e Nordeste, e 21% no Norte), a tendência, em termos de idade, é muito semelhante: homens brancos, mestiços e negros, todos têm suas taxas mais altas de ociosidade aos 20 anos.

Gráfico 5.3: Percentagem de Indivíduos em cada Grupo Etário que não Trabalham nem Frequentam Escola



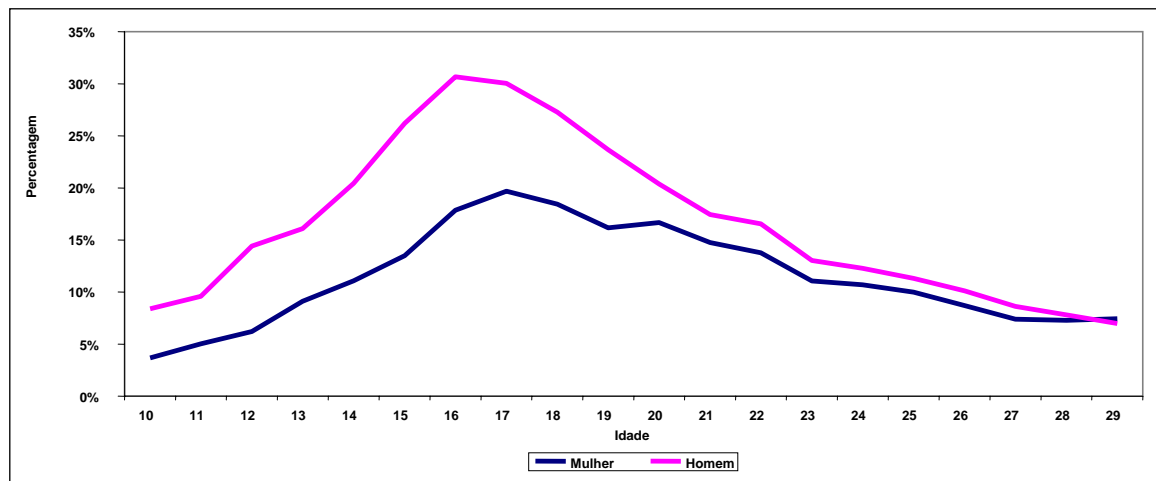
Fonte: PNAD 2001, cálculos do autor

O setor de emprego informal, e não o de auto-emprego, é mais aberto para os jovens que até recentemente estavam fora da força de trabalho. Enquanto a metade de homens e mulheres jovens que retornam à força de trabalho termina empregada no setor informal, isso ocorre com apenas 25% dos adultos (Tabela 5.8). No entanto, a tendência inversa funciona no caso do auto-emprego: 25-29% dos jovens começam seus próprios negócios após estarem fora da força de trabalho, enquanto isso ocorre com a metade dos homens e mulheres adultos.

Transições Incompletas: Escola e Trabalho

Um de cada cinco jovens vive simultaneamente no mundo adulto e no mundo infantil, trabalhando e estudando ao mesmo tempo. Esse comportamento tem o pico aos 17 anos de idade, quando 25% de todos os jovens estão envolvidos nas duas atividades (Gráfico 5.4). Aproximadamente 20% das mulheres e 30% dos homens realizam as duas atividades ao mesmo tempo. Jovens brancos e indígenas têm as maiores probabilidades de se engajar nas duas atividades (19,6% e 25,6%, respectivamente), mas as tendências etárias são as mesmas em todas as raças. Não surpreendentemente, jovens rurais têm mais alta propensão para esse arranjo que os jovens urbanos (24,0%, em comparação com 17,8%). A quarta parte dos jovens de famílias mais ricas trabalha e estuda, mas o mesmo ocorre com apenas 13% dos das famílias mais pobres. Isso pode ser devido à falta de oportunidades de emprego para jovens pobres, ou à maior propensão dos jovens de famílias mais ricas de permanecer na escola.

Gráfico 5.4: Percentagem de Indivíduos em Cada Grupo Etário que Estudam e Trabalham Simultaneamente



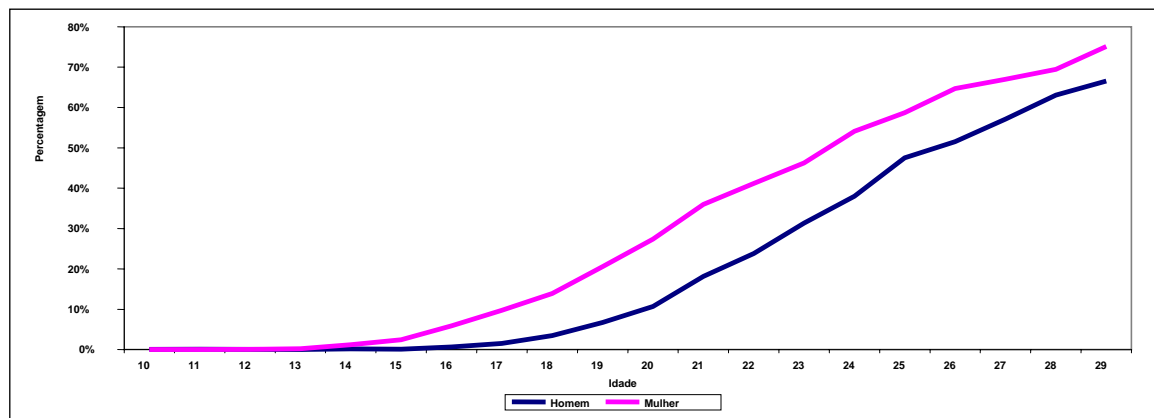
Fonte: PNAD 2001, cálculos do autor

De Dependentes Para Cabeças de Família

A transição de dependentes da família para cabeças de família começa aos 15 anos para as moças e aos 18 para os rapazes. Uma segunda maneira de compreender quando começa e termina um período de transição é considerar quando as pessoas deixam a família de seus pais e tornam-se economicamente independentes. O Gráfico 5.5 mostra a idade na qual homens e mulheres tornam-se cabeças de família (ou o cônjuge dos cabeças). Aos 18 anos de idade no caso dos homens, e aos 15 para as mulheres, mais de 1% do grupo etário é cabeça de família ou cônjuge: assim a população jovem tem “começado” sua transição para a independência nessa idade. Aos 23 anos, 50% das mulheres são cabeças de família ou esposas, e, aos 25, metade dos homens também é independente, sugerindo uma transição de oito anos para os dois gêneros, com as mulheres começando mais cedo. Mesmo no grupo de 29 anos de idade, 75% das

mulheres são esposas ou cabeças de família, mas apenas 66% dos homens, indicando que se casam mais velhos e vivem mais tempo nas famílias de seus pais.

Gráfico 5.5: Proporção de cada Coorte Etária que é Cabeça de Família ou Cônjuge



Fonte: PNAD 2001, cálculos do autor

Tabela 5.9: Idade na qual Jovens Brasileiros Passam a ser Cabeças de Família

	Começo da transição ^a	Ponto final da transição ^b	Total de anos da transição
Todos	15,5	24,5	9
Homem	17,5	25,5	8
Mulher	14,5	23,5	9
Rural	14,5	23,5	9
Urbano	15,5	24,5	9
Branco	15,5	24,5	9
Mestiço	15,5	24,5	9
Negro	16,5	24,5	8
Centro-Oeste	15,5	23,5	8
Nordeste	15,5	24,5	9
Norte	15,5	24,5	9
Sudeste	16,5	24,5	8
Sul	14,5	23,5	9
1º decil	14,5	20,5	6
10º decil	19,5	28,5	9

Notas: (a) Primeiro ano em que mais de 1% do grupo etário é cabeça de família ou cônjuge. (b) Primeiro ano em que mais de 50% do grupo etário é cabeça de família ou cônjuge.

Fonte: PNAD 2001, cálculos do autor

Existe pouca diferença entre os padrões de transição para cabeça de família entre subgrupos da população, exceto quando se considera a riqueza. (Tabela 5.9) Pessoas jovens de famílias mais ricas começam a transição aos 19-20 anos de idade e terminam aos 24-29 – assumindo-se aqui que o ponto que define a transição “completa” é aquele no qual a maior parte da população que se tornará cabeça de família ou cônjuge faz a mudança (i.e., quando mais de 50% de um grupo etário está nessa condição). Assim, a

duração da transição dos jovens mais ricos é a mesma que a do resto da população, mas com um atraso de 4-5 anos. A transição começa por volta dos 15 anos de idade para todas as raças. Aos 25 anos, 50% de todas as raças são cabeças de suas próprias famílias. Povos indígenas e os de origem asiática destacam-se pelo fato de que os primeiros começam sua transição muito antes que a média da população, e os últimos começam mais tarde.

Os brasileiros fazem a transição para cabeças de família mais rapidamente que os jovens em muitos outros países. Na região da AL&C, os jovens começam a transição aos 17 anos de idade, e as jovens aos 14-15 anos (Tabela 5.10). No entanto, o processo dura alguns anos mais em outros países, especialmente entre rapazes. Isso pode estar refletindo, entre outros fatores, taxas de desemprego mais altas, o que atrasa a formação de famílias em países como a Argentina e a República Dominicana.

Tabela 5.10: Comparações Internacionais com a Idade na qual Os Jovens Brasileiros Transitam para Cabeças de Família

		Dependentes → Cabeças			Filha → Mãe		
		Começo da transição ^a	Ponto final da transição ^b	Anos de duração da transição	Começo da transição ^c	Ponto final da transição ^d	Anos de duração da transição
Brasil	Homem	17.5	25.5	8			
	Mulher	14.5	23.5	9	15.5	20.5	5
Argentina	homem	17	>26	9+			
	Mulher	16	26	10	16	25	9
México	Homem	17	>26	9+			
	Mulher	15	25	10	15	22	7
Peru	Homem	17	>26	9+			
	Mulher	16	>26	10+	---	---	---
Equador	Homem	17	>26	9+			
	Mulher	15	24	9	15	22	8
República Dominicana	Homem	16	26	10			
	Mulher	14	23	9	---	---	---
Bolívia	Homem	16	25	9			
	Mulher	15	24	9	16	21	5

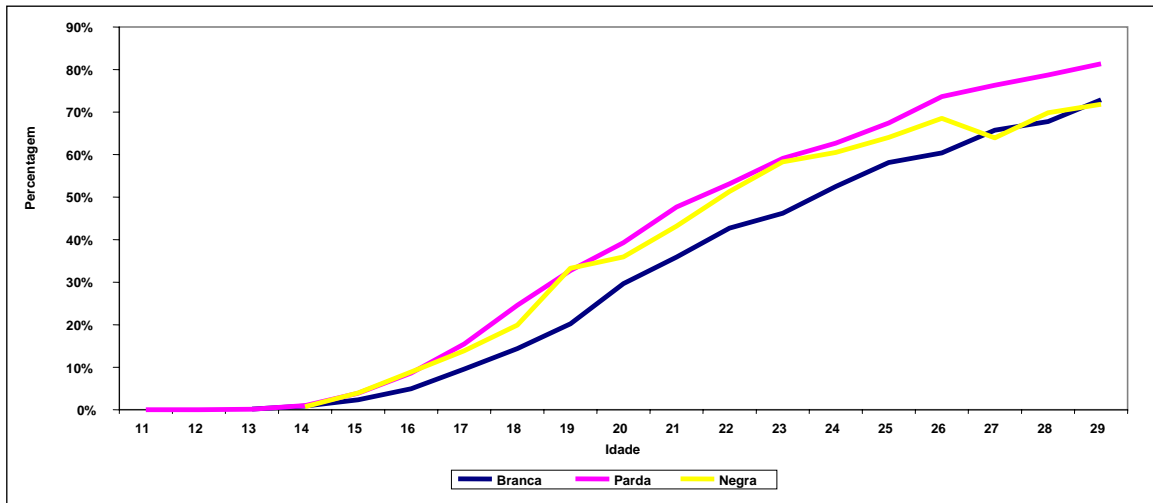
Notes: (a) Primeiro ano no qual mais de 1% do grupo etário torna-se cabeça de família ou cônjuge. (b) Primeiro ano no qual mais de 50% do grupo etário é cabeça de família ou cônjuge. (c) Primeiro no qual mais de 1% do grupo etário é mãe. (d) Primeiro ano no qual mais de 40% do grupo etário é mãe.

Fonte: *Surveys sobre família e mercado de trabalho.*

Passando de Filha a Mãe⁷¹

A transição para a maternidade começa aos 15,5 anos no Brasil, atinge o pico aos 19 e termina aos 21.⁷² Aos 16 anos de idade, 16, 5% das mulheres brancas e 8,5% das não-brancas já tiveram filhos. Aos 18 anos, a maior parte das mulheres negras já teve filhos; no caso das mulheres brancas, aos 20 anos. Aos 21 anos, a metade de todas as mulheres não-brancas que terão filhos já é mãe, enquanto as mulheres brancas alcançam essa marca aos 22 anos (Gráfico 5.6).

Gráfico 5.6: Proporção de Cada Coorte que Já Teve Filho



Fonte: PNAD 2001, cálculos do autor

A transição para a maternidade começa aos 15-16 anos para todas as mulheres brasileiras, com exceção de diferenças devidas ao status de riqueza. Mulheres das famílias mais ricas começam a transição dois anos depois do resto da população e terminam dez anos mais tarde, enquanto mulheres das famílias mais pobres começam sua transição um anos mais cedo que a população geral e terminam mais cedo, com um período de transição de apenas quatro anos (Tabela 5.11).

O “final” do período de transição, i.e., a idade na qual a maioria do grupo etário já é mãe, difere na população. Mulheres não-casadas terminam a transição muito mais tarde que mulheres casadas, com uma diferença de mais de sete anos. Mulheres brancas terminam a transição aos 24-25 anos, e as de outras raças aos 22-23. Mulheres no Sul terminam mais cedo e mulheres no Sudeste terminam mais tarde, a despeito de começarem o período de transição na mesma idade.

⁷¹ Aqui se discute apenas a transição para a maternidade, pois os dados da PNAD não permitem identificar a paternidade.

⁷² O indicador para o final do período de transição foi definido como o ponto no qual 40% das mulheres já tiveram filhos. Os 40% foram selecionados por corresponderem à metade da proporção de todas as brasileiras adultas em idade fértil (25-40) que tiveram filhos (79.8%)

Em comparação com as de outros países, as mulheres brasileiras completam rapidamente sua transição para a maternidade. Exceto na Bolívia, que tem os mesmos cinco anos de transição que o Brasil, a duração é mais longa, chegando a nove anos na Argentina. Isso não se deve a um início mais tardio no Brasil, já que todas começam a transição aos 15-16 anos, mas sim a finais mais tardios (Tabela 5.10, colunas 6-8).

Tabela 5.11: A Idade na qual Mulheres Transitam para a Maternidade

	Começo da transição^a	Ponto final da transição^b	Anos de duração da transição
Todas	15,5	20,5	5
Mulheres não-casadas	15,5	27,5	12
Rural	15,5	20,5	5
Urbano	15,5	21,5	6
Branca	15,5	24,5	9
Parda	15,5	22,5	7
Preta	14,5	22,5	8
Centro-Oeste	15,5	22,5	7
Nordeste	14,5	22,5	8
Norte	15,5	21,5	6
Sudeste	15,5	24,5	9
Sul	15,5	20,5	5
1º decil	14,5	18,5	4
10º decil	17,5	27,5	10

Notas: (a) Primeiro ano no qual mais de 1% do grupo etário é mãe. (b) Primeiro ano no qual mais de 40% do grupo etário é mãe.

Fonte: PNAD 2001, cálculos do autor

Em conclusão

O período da juventude difere em função do comportamento examinado. Se assumirmos que 15 anos é o início do período, ficarão de fora os homens que deixam a escola precocemente e as jovens adolescentes mães. Se terminarmos o período aos 24 anos, ainda estaremos esperando as mulheres (mesmo as não-casadas) que vão entrar na força de trabalho e os homens que acabaram de começar a ser cabeça de suas próprias famílias. Mesmo se escolhêssemos um ano para começar ou terminar o período da juventude, o período de transição difere segundo os comportamentos que estamos considerando. Assim, é um simplismo, ou até mesmo ingênuo, selecionar uma idade específica para o período da juventude; em vez disso, é mais apropriado identificar uma faixa de idade relativa ao comportamento do qual estamos falando. Isso é particularmente importante para a elaboração de políticas.

O processo de passar da infância à idade adulta não é linear. Em vez disso, as pessoas jovens saem da escola para o trabalho e voltam para a escola, ou para fases de ociosidade, ou entram em diferentes tipos de mercado de trabalho. Tudo isso é parte da fase experimental e consequência da possibilidade de viver na família de outra pessoa

enquanto essas mudanças acontecem. Assim também, exceto no caso do setor de auto-emprego, são muito semelhantes os movimentos dos jovens e dos adultos na força de trabalho. Importante notar que as altas taxas de desemprego entre os jovens podem ser devidas não tanto a padrões mais difíceis de entrada na força de trabalho, em comparação com os adultos, mas a um estoque muito maior de pessoa jovens buscando empregos ao mesmo tempo.

VI. PASSANDO DAS CONCLUSÕES DO RELATÓRIO PARA PRINCÍPIOS ORIENTADORES DE POLÍTICAS

As conclusões deste relatório, combinadas com lições gerais aprendidas em todo o mundo sobre o desenvolvimento dos jovens, sugerem um conjunto de diretrizes para políticas e programas especificamente brasileiros destinados a reduzir o número de jovens em situação de risco ou a lidar com os existentes. Obviamente, o Brasil já tem um rico conjunto de programas e políticas para os jovens, de modo que o propósito deste capítulo é destacar princípios que possam ser úteis à medida que os programas existentes vão sendo reformados e que o Governo busque meios de melhorar o apoio a iniciativas voltadas para os jovens em todo o país. E também detalha, por setor, o aprendido com outros países a respeito dos tipos de programas mais efetivos, com o objetivo de fornecer insumos para o trabalho no Brasil.

Para organizar a discussão de políticas, é útil classificar os jovens de acordo com seu nível de risco. Riscos tipo I são aqueles jovens que possuem fatores de risco em suas vidas (como discutido no Capítulo 4), mas não se engajaram em comportamentos que envolvam riscos. Programas preventivos ainda são efetivos para eles. Riscos tipo II são aqueles jovens que já estão se engajando em comportamentos e experiências que envolvam riscos (Capítulo 2), mas ainda não sofreram as conseqüências negativas. Tanto programas preventivos como de recuperação são eficazes para eles. Riscos tipo III são aqueles jovens que já experienciaram as conseqüências negativas de comportamentos que envolvem risco (Capítulo 3), e os programas novamente focalizarão prevenção e recuperação.

Diretrizes

O Desenvolvimento dos Jovens Começa com o Nascimento, e por isso os Programas Preventivos são Cruciais.

Programas preventivos visam a conseguir o ambiente correto, de modo que as pessoas cresçam num contexto saudável e positivo. Como apresentado no Capítulo 4 deste relatório, eventos e experiências que acontecem no início da vida podem aumentar ou diminuir a probabilidade de as pessoas jovens engajarem-se em comportamentos que envolvam riscos. Assim, para expandir a população de jovens saudáveis de amanhã, é importante criar o ambiente correto hoje. Isso implica que programas para jovens podem começar bem no início da vida. Por exemplo, programas pré-escolares que trabalham para criar experiências e normas positivas para as crianças e ensinar seus pais a fazer o mesmo em casa podem ter impacto significativo sobre as decisões que essas crianças tomarão nos anos da juventude, indo desde menos criminalidade até maior nível de escolaridade na adolescência (Caixa 6.1). É claro que esse conceito não é desconhecido no Brasil, pois, embora ainda seja um serviço limitado, a oferta de educação pré-escolar vem crescendo, mas o perfil de investimentos discutido no Capítulo 3 mostra que há muito a ser melhorado.

Caixa 6.1: Os Benefícios de Investir Cedo

O governo do Paraná reconhece o papel central da família no desenvolvimento dos filhos e, assim, oferece um programa de creches para crianças até seis anos de idade; o programa utiliza uma abordagem abrangente, com a educação voltada não apenas para crianças pequenas, mas também para seus pais. Ele oferece assistência financeira, nutricional e psicossocial para toda a família, além de cursos para os educadores aprenderem como melhor contribuir para o desenvolvimento dos alunos. Embora as implicações desse programa para o desenvolvimento dos jovens não tenham sido testadas empiricamente, outros programas com objetivos semelhantes mostraram resultados de longo prazo muito importantes:

Programa Pré-Escolar Perry. Em 1962, 123 crianças afro-americanas em situações de alto risco foram selecionadas para participar de um programa pré-escolar de alta qualidade, de aprendizagem ativa para crianças de 3 e 4 anos de idade. As crianças foram divididas aleatoriamente entre um *grupo programa*, que participou do programa pré-escolar, e um *grupo não-programa*, que não participou de nenhum programa pré-escolar. O programa compreendia aulas diárias para as crianças e visitas semanais às residências para discutir com os pais o desenvolvimento das crianças. Os tópicos incluíam saúde, educação e apoio familiar, e envolviam a participação ativa das crianças para que elas também planejassem, executassem e revissem suas próprias atividades de aprendizado. Todas as crianças foram acompanhadas até a idade de 40 anos. Posteriormente, uma avaliação dos impactos de no longo prazo de um programa intensivo baseado na família e na criança mostrou que:

- A maior parte dos que receberam uma educação pré-escolar concluiu o ensino médio (65% v. 45%)
- A maior parte dos que receberam uma educação pré-escolar estava empregada aos 27 anos de idade (69% v. 56%), um padrão que permaneceu consistente até os 40 anos de idade (76% v. 62%)
- A maior parte dos que receberam uma educação pré-escolar ganhava mais de US\$ 20.000,00 por ano aos 40 anos de idade: (60% v. 40%)
- O grupo que havia recebido uma educação pré-escolar teve menor número de prisões: 36% v. 55% foram presos cinco vezes ou mais; 33% v. 48% foram presos por crimes violentos; 14% v. 34% foram presos por crimes relacionados a drogas; 36% v. 58% foram presos por crimes relacionados à propriedade.

Houve um retorno para a sociedade de mais de US\$ 17,00 por cada dólar investido no programa.

O Projeto de Desenvolvimento Social de Seattle mostra que programas de educação menos intensivos e abrangentes também podem ter sucesso. O programa fornece intervenções que combinam treinamento de professores, educação dos pais e treinamento em habilidades sociais para crianças matriculadas em escolas públicas do ensino fundamental em áreas de alta criminalidade em Seattle. Essas intervenções foram feitas da primeira à sexta séries, durante cinco dias em cada ano. Aos 18 anos, os jovens que participaram do programa saíram-se significativamente melhor que os do grupo de controle nas questões relacionadas a delinquência, bebida pesada, relações sexuais, múltiplos parceiros sexuais, e gravidez adolescente (ou causando-a). Mesmo os participantes que receberam intervenções apenas na 5ª e 6ª séries mostraram resultados positivos.

Fonte: Schweinhart (2004), Hawkins et al. (1999)

Programas para impedir que jovens corram riscos podem não envolver jovens. Como mostrado no Capítulo 4, atores no micro e macroambientes exercem influências fundamentais sobre as decisões das pessoas jovens. Assim, programas preventivos efetivos não apenas trabalham com pessoas jovens, mas também buscam atingir suas famílias, comunidades, instituições locais e normas sociais (como as relativas à discriminação).⁷³ Esse amplo universo de potenciais grupos-alvo ameaça ampliar o orçamento, mas, no Brasil, os elaboradores de políticas podem centrar o apoio naqueles atores que se constatou terem maior influência – família, comunidade, e instituições locais – e melhorar os serviços já sendo fornecidos a eles, visando sempre a reduzir os fatores de risco e fortalecer os fatores de proteção oferecidos por cada ator. A Caixa 6.2 apresenta exemplos de programas direcionados para os atores-chave nas vidas das pessoas jovens – aqueles com a principal responsabilidade de delas cuidar.

É claro que programas preventivos também têm que atingir pessoas jovens, mas precisam ser apropriados para a idade. Como discutido no Capítulo 5, jovens atravessam o período de transição com diferentes idades, dependendo de suas situações sociais, econômicas e geográficas. E, como mostrado no Capítulo 3, as habilidades cognitivas das pessoas jovens desenvolvem-se ao longo dos anos da adolescência, de modo que a habilidade de apreender conceitos abstratos também muda com o tempo. Finalmente, os comportamentos de alto custo estimados no Capítulo 4 sugerem que pessoas jovens podem estar usando uma “alta taxa de desconto” em suas atividades, isto é, elas não medem completamente os custos futuros de seus comportamentos atuais, (embora seja discutível se todos eles desenvolverão essa habilidade à medida que envelheçam). Tudo isso aponta para a necessidade de intervenções preventivas apropriadas à idade das pessoas jovens. Os melhores programas incluirão a presença de um adulto que se preocupe com elas, um lugar de proteção, e um programa estruturado. A Caixa 6.3 apresenta exemplos bem-sucedidos.

⁷³ O *Office of Juvenile Justice e Delinquency Programs* (OJJDP) do Governo americano lançou o programa “Fortalecendo as Famílias Americanas” (*Strengthening America’s Families*) em meado da década de 1990 para lidar com a questão da violência jovem e medir os impactos do programa. Os resultados da avaliação mostram que, para alcançar o máximo de eficácia, as intervenções têm que: começar o mais cedo possível; treinar pais e cuidadores em disciplina efetiva positiva; ajudar a melhorar a comunicação pais-filhos; ensinar aos pais habilidades não-violentas para lidar com os problemas; oferecer a famílias de alto risco intervenções profissionais intensivas e freqüentes, tanto para a família quanto para os jovens; encorajar encontros familiares semanais a fim de mudar a dinâmica interna e os padrões de comunicação na família; e ajustar o programa aos tipos de risco enfrentados pela família e ao estágio de desenvolvimento dos jovens e dos pais visados (Bilchik 1998).

Caixa 6.2: Oferecendo uma Rede de Apoio para Fortalecimento de Jovens e suas Famílias

O programa **Bolsa Família** dá incentivos e os meios para as famílias investirem mais e melhor em seus filhos. Embora esteja tendo sucesso em manter crianças e jovens na escola, novos componentes podem ser acrescentados para melhorar os cuidados com os anos da primeira infância. Por exemplo, no programa *Familias en Acción* na Colômbia, o recebimento dos benefícios é também condicionado a que as mães assistam a palestras regularmente programadas que tratam, em parte, de habilidades parentais. Como este relatório indicou, em muitas famílias pobres brasileiras não existe um pai, e as mães são as principais responsáveis pela violência doméstica; assim, esses programas de “capacitação para a maternidade/paternidade” podem ter implicações de ampla consequência para os jovens (os impactos desses programas ainda estão sendo avaliados).

Escola de Pais é uma ONG com um objetivo semelhante, mas num ambiente menos formal. A *Escola de Pais*, afiliada à Federação Internacional para a Educação dos Pais, organiza encontros de 160 grupos de pais de todo o país, onde eles partilham experiências e aprendem noções de psicopedagogia e técnicas educacionais que os ajudem a promover o desenvolvimento de seus filhos e sua relação com eles. Esse programa ainda não foi rigorosamente avaliado.

O **Família Acolhedora**, da *Associação Brasileira Terra dos Homens*, fortalece as famílias para reduzir o abuso contra crianças. O programa destina-se a jovens com menos de 14 anos que são tipicamente vítimas de violência na família (O Capítulo 4 mostrou a alta correlação entre violência doméstica e comportamento arriscado de jovens). O objetivo do programa é romper o ciclo de violência doméstica através da provisão de assistência psicossocial à família e à criança, que permanece com sua família. O programa opera dez escritórios regionais no município do Rio de Janeiro. Desde 2000, essa mesma abordagem foi adotada como uma política pública no Rio de Janeiro.

O programa americano **Big Brothers/Big Sisters** (BBBS) funciona a partir do pressuposto de que muitos jovens não possuem modelos positivos em suas vidas e que muitos modelos potencialmente positivos não têm jovens em situação de risco em suas vidas. A organização vem criando pares de adolescentes e mentores desde 1904. Os dois principais fatores do sucesso do programa são o processo de recrutamento seletivo, que resulta em mentores de alta qualidade para os irmãos/as irmãs menores, e a duração intensiva e de longo prazo. Potenciais mentores são escolhidos através de duas rodadas de entrevistas e amplas análises de antecedentes antes de formarem um par com um irmão/uma irmã menor, que tem a palavra final sobre se concorda ou não com a escolha. Exige-se que os mentores passem quatro horas por semana com seus irmãos/irmãs menores durante, pelo menos, um ano. Conforme mostra uma avaliação conduzida pela Public/Private Ventures (Tierney, Grossman, e Resch, 1995), para cada 100 jovens que usam drogas, apenas 54 com a BBBS usam; para minorias, os resultados são ainda mais notáveis: 33 meninos e 28 meninas em cada 100. Para cada 100 jovens que usam álcool, apenas 73 da BBBS usam; as faltas à escola entre os jovens da BBBS corresponderam à metade das do grupo de controle; a qualidade de sua relação com os pais era melhor.

Caixa 6.3: Provendo uma Rede de Apoio para Lazer Supervisionado para Jovens

Jovens precisam de espaços seguros nos quais crescer, mas a pesquisa tem mostrado que a construção de centros comunitários ou campos de esportes não afeta seu comportamento. Em vez disso, atividades *supervisionadas* para jovens são importantes onde existe uma estrutura, estimulação e supervisão por um adulto atento e interessado (Clark, 1998). Tem-se visto que esses programas são efetivos, ou têm potencial no Brasil.

O programa *Abrindo Espaços* usa a estratégia de lazer supervisionado para reduzir a violência. *Abrindo Espaços* opera nos fins-de-semana em 102 escolas do Estado do Rio de Janeiro e 120 em Pernambuco, e oferece atividades em esportes, atividades culturais e artes. O programa tem três objetivos: prover um espaço seguro para jovens durante o fim-de-semana, quando é mais alta a violência; fazer da escola a peça central da comunidade; e tornar a comunidade um ambiente mais propício para a educação. Uma análise do programa realizada em 2002 comparou escolas que participavam do *Abrindo Espaços* com outras, e descobriu que as escolas participantes tinham um índice de violência (soma de atos violentos, pesados por sua seriedade) mais baixo que as outras: 16 % no Rio e 14% em Pernambuco⁷⁴ (Waiselfisz e Maciel 2002).

O programa *Project Learn* (Projeto Aprender) dos Estados Unidos baseia-se na observação de que comportamentos que envolvem risco tendem a ocorrer entre as três e cinco horas da tarde (após a escola). O programa visa a utilizar efetivamente o tempo de lazer dos jovens à tarde, com atividades que têm um foco acadêmico, mas são também divertidas. As 25-35 horas de atividades por semana incluem ajuda para o dever de casa, discussões com os adultos, leitura de lazer e jogos que utilizam habilidades cognitivas (como *Scrabble* e *Monopólio*). De acordo com uma avaliação de impacto realizada durante 30 meses (Schinke, 2000), os participantes do programa aumentaram suas notas médias gerais em 11%, na média, em matemática, história, ciência, ortografia e leitura; e suas faltas à escola diminuíram 66%.

Programas de lazer supervisionado menos estruturados estão funcionando no Brasil também. Um tipo popular de programa são as **escolas esportivas de bairro**. Com frequência, a participação em muitos desses programas é condicionada à frequência escolar. Alguns municípios como Betim, em Minas Gerais, e Campinas, em São Paulo, por exemplo, direcionam as escolas esportivas especificamente para jovens em situação desvantajosa.

Programas de Recuperação são Dispendiosos, mas Necessários

Idealmente, todas as crianças chegarão aos anos da juventude com um conjunto completo de fatores de proteção e nenhum fator de risco, de forma que não se engajem em comportamentos arriscados. Essa é uma expectativa irrealista, por duas razões. Primeira, como mostrado no Capítulo 4, porque, mesmo sem terem nenhum fator de risco observável, muitos jovens engajam-se em comportamentos que envolvem risco. A incidência de tais comportamentos é muito menor entre esses que entre os jovens que têm fortes fatores de risco em suas vidas, mas, ainda assim, eles experienciam algumas das conseqüências negativas. Segunda, não será possível eliminar todos os fatores de risco,

⁷⁴ O impacto dos programas pode ter sido subestimado, pois as escolas selecionadas para sua implementação foram as com fatores de risco de violência mais altos que as escolas da comparação.

independentemente de quão abrangentes e bem desenhados sejam os programas preventivos.

Uma realidade adicional é a existência de uma geração atual que já foi moldada por seu ambiente e seus níveis de risco são dos tipos II ou III, o que significa que já estão engajados em comportamentos que envolvem riscos ou já experienciaram as conseqüências negativas de tais comportamentos. Esse grupo não pode ser esquecido na estratégia de desenvolvimento dos jovens.

Assim, são necessários programas que trabalhem com jovens com risco tipo II ou III. Embora esses programas sejam mais fáceis de direcionar que os preventivos - oferecem serviços apenas para aqueles que estão engajados em comportamentos que envolvam riscos -, os programas de recuperação efetivos também são muito dispendiosos, já que requerem atenção quase individualizada para reverter comportamentos, crenças e conceitos que a pessoa jovem aprendeu quando ainda muito pequena, de pessoas e instituições nas quais confiava. No entanto, existem alguns programas que se mostraram efetivos, como o de intervenções clínicas na família, discutido na Caixa 6.4. Esses programas caros, mas efetivos, são destinados a lidar com o abuso de substâncias pelos jovens, ao mesmo tempo em que ajudam suas famílias ensinando estratégias para lidar com o problema.

Caixa 6.4: Intervenções Clínicas na Família – Ajudando as Famílias a Ajudar os Jovens

O *Centro de Prevenção e Recuperação de Dependentes de Drogas (Cenpren)*, uma organização afiliada à Secretaria de Justiça do Pará, oferece tratamento gratuito e abrangente para dependentes de drogas e suas famílias. Tanto o jovem quanto a família são assistidos por uma equipe multidisciplinar de médicos, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais, freqüentemente na residência do paciente. O Cenpren, que também está engajado em programas preventivos do uso de drogas, está sendo replicado em todo o Estado do Pará.

Embora o modelo Cenpren não tenha sido avaliado empiricamente, programas similares nos Estados Unidos apresentam algumas lições. Foram avaliados diversos programas de terapia familiar funcional centrados em jovens (geralmente entre 11-18 anos) engajados em abuso de substâncias e outros atos de delinquência, e em suas famílias. Os programas ofereciam serviços diretos entre 8 e 30 horas por semana (dependendo do caso), o que envolve uma gama de pessoal especializado, inclusive especialistas em acompanhar jovens em liberdade condicional, técnicos de saúde mental e profissionais de saúde mental. Como resultado das intervenções, os participantes tiveram menos reincidência que os dos grupos de controle, em dois testes separados; observaram-se também efeitos de difusão, pois menor número de irmãos dos participantes veio a apresentar registros na polícia. Uma desvantagem dessa terapia é seu custo extremamente elevado, o que pode inviabilizar sua adoção (*Satcher 2001*).

Os programas de recuperação mais eficazes focalizam o desenvolvimento humano, em vez de tratar o comportamento. Por exemplo, pôr pessoas jovens na prisão impedirá que ajam violentamente em suas comunidades, mas isso não muda o conjunto central de crenças e experiências que levaram a pessoa à prisão, em primeiro lugar. Em vez disso, programas eficazes de recuperação buscarão mudar os fatores e as condições

(vistos nos capítulos anteriores) que estão por trás da escolha de assumir comportamentos que envolvam risco.⁷⁵

Os programas de recuperação eficazes têm que levar em conta a idade das populações visadas. O desenho do programa deve considerar as habilidades cognitivas e sociais das pessoas jovens. Como seriam necessárias diferentes intervenções para os muito jovens e para os mais velhos, e como jovens de todas as idades engajam-se em todos os comportamentos que envolvem riscos, isso poderá resultar num programa de recuperação com uma agenda muito complexa. No entanto, o Capítulo 5 identificou as idades nas quais os jovens começam a engajar-se se em alguns comportamentos. O desenho de políticas para recuperação de jovens deve focalizar, então, os jovens tipos II e III nas idades em que estão realmente assumindo esses comportamentos. Assim, programas sobre gravidez precoce começariam aos 13 anos para uma pequena população, seriam ampliados para o grupo de 16 anos, quando cresce rapidamente o número de adolescentes grávidas, e depois reduzidos para o grupo das mais velhas, quando diminui o número de jovens grávidas.

Heterogeneidade entre Jovens Requer Heterogeneidade entre Programas

Como discutido ao longo deste relatório, os jovens são um grupo heterogêneo, com diferenças ditadas por sexo, idade, raça, etnia, localização urbana/rural, riqueza, região do país, interesses e inúmeros outros fatores. Para evitar o desenvolvimento de um programa extremamente complexo, os formuladores de políticas têm que estar conscientes das situações nas quais necessidades e incentivos devem ser levados em conta para lidar com as diferenças específicas dos grupos. Por exemplo, temos visto aqui que a prevalência de comportamentos que envolvem risco é muito maior entre jovens de famílias pobres que das ricas. E também que o gênero é importante em programas de saúde sexual e reprodutiva, já que homens jovens usam mais contracepção que mulheres jovens, e pessoas casadas usam ainda mais. Assim, necessariamente, os programas para jovens devem ser ajustados para refletir essas diferenças de necessidades e incentivos que irão tocar as pessoas de modos diferentes.

⁷⁵ Por exemplo, a Colômbia tem dois programas para lidar com o desemprego entre populações pobres. O *Empleo en Acción* é um programa do tipo auxílio-desemprego que provê um estipêndio em troca de trabalho de curta duração em projetos de obras públicas. Os jovens participam do programa, mas recebem só um auxílio monetário durante seis meses enquanto fazem trabalho não-qualificado. O programa *Jovenes en Acción*, por outro lado, fornece treinamento no trabalho, administração de habilidades para a vida, estágios e apoio geral psicológico e profissional para jovens desempregados. O programa é implementado por uma ONG com fundos públicos, e opera na própria comunidade dos jovens, oferecendo uma abordagem holística de preparação para o trabalho com atenção intensiva, acompanhamento, e apoio à pessoa jovem quando ela entra no mundo do trabalho. Espera-se que esse modelo, baseado no *Chile Joven*, venha a ter impactos de longo prazo sobre a empregabilidade e os salários futuros dos jovens. A avaliação do impacto do *Jovenes em Acción* deverá ser concluída no final de 2005.

Caixa 6.5: Metodologia para o Índice de Bem-estar da Juventude Brasileira

O Índice apresentado nesta seção foi adaptado de um Índice de Bem-estar Infantil (IBI) criado pela Duke University nos Estados Unidos (CWI). O IBI baseia-se no conceito de que crianças e jovens são pessoas multidimensionais cujo progresso é mais bem medido por um amplo conjunto de indicadores. Nos Estados Unidos, o IBI tem sido calculado anualmente desde 1975, o que já permite acompanhar a tendência de desenvolvimento dos jovens ao longo de 30 anos. É importante notar que a tendência nem sempre é de um bem-estar crescente.

O Índice de Bem-estar Juvenil (IBJ) brasileiro apresentado nesta seção foi criado especificamente para refletir as realidades dos jovens brasileiros. Ele inclui indicadores que medem: condições sócio-econômicas, saúde, comportamento, desempenho, e participação. Dados amplamente disponíveis foram intencionalmente usados para facilitar a replicação do índice ao longo dos anos. Os dados foram retirados de diversas fontes (ver as fontes no estudo preparatório), e todos foram desagregados para permitir análises no nível de cada Estado. As variáveis específicas incluídas no cálculo do IBJ são:

Saúde: % da faixa de 10-17 anos de idade com AIDS, % dos jovens de 18-24 anos com AIDS

Comportamentos que envolvem risco: taxa de gravidez entre as jovens de 15-19 anos; taxa de suicídio entre os de 15-24 anos; taxa de homicídio entre os de 15-24 anos; taxa de doenças devidas a causas externas entre os 15-19 anos; % dos de 12-17 anos que usam álcool; % dos de 12-17 anos que usam maconha; % dos de 12-17 anos que usam cocaína.

Desempenho: taxa de promoção escolar no segundo ciclo do ensino fundamental (da 5ª a 8ª séries); taxa de promoção escolar no ensino médio; taxa de alfabetização dos de 15-24 anos; classificação no exame de avaliação do SAEB feito na 8ª série, em português e matemática; classificação no ENEM feito na 11ª série, em português e matemática; média de anos de estudo entre os que têm 14 anos de idade.

Conexão com a escola e instituições locais: taxa de frequência escolar na faixa de 7-14 anos, e na de 15-17 anos; taxa de desemprego entre os de 15-24 anos; % que trabalha entre os de 10-17 anos; % que não trabalha nem estuda entre os de 10-17 anos; % dos de 16-24 anos no setor formal; % que vota entre os de 16-17 anos.

O desempenho em cada uma dessas categorias difere entre as regiões. A média nacional recebeu o valor 100, e o índice de cada categoria por região é:

	Boa saúde	Poucos comportamentos arriscados	Alto desempenho	Conexão com instituições locais
Norte	101,6	101,1	97,7	97,7
Nordeste	98,6	100,7	92,6	99,2
Sudeste	101,9	96,5	107,9	101,7
Sul	94,1	98,0	111,5	103,4
Centro-Oeste	102,9	101,5	104,2	101,6

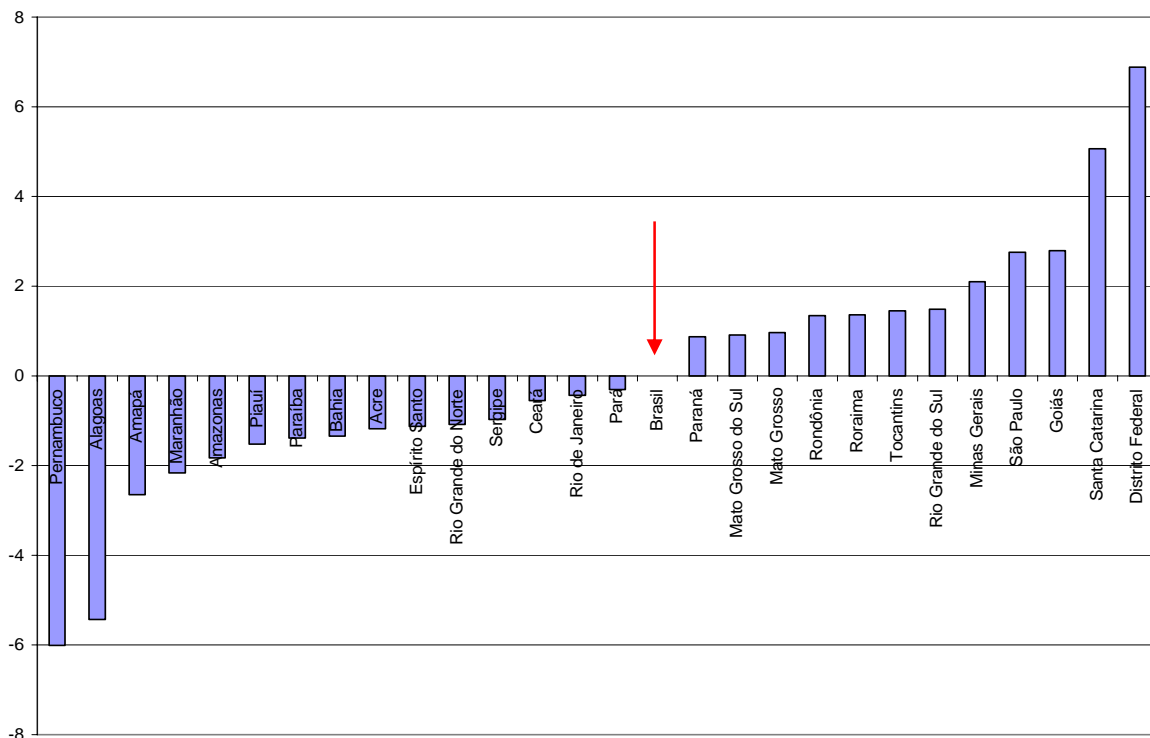
Variáveis adicionais foram agregadas ao Índice Brasileiro de Bem-estar Infanto-Juvenil e no Índice Brasileiro Completo de Bem-estar Infanto-Juvenil, que inclui fatores mais gerais que afetam o desenvolvimento das pessoas jovens de hoje. Cada variável é padronizada, usando como média a média nacional para aquele indicador. Em seguida, calcula-se a média das variáveis padronizadas, por Estado, e cria-se o índice.

Fonte: Debora Dalbosco Dell'Aglio, Vicente Cassepp Borges, e Joana Severo Leon, 2005

Talvez a tarefa mais fundamental, da perspectiva de políticas, seja identificar onde são maiores as necessidades, e onde concentrar políticas e gastos. As conclusões desse relatório podem ser resumidas em um único Índice de Bem-estar Juvenil. O índice foi calculado para cada Estado, destacando os com maiores necessidades e os aspectos nos quais vários deles estão ficando para trás (Caixa 6.5).

Tomando como base o status médio dos jovens no Brasil, o Gráfico 6.1 mostra como jovens nos vários Estados situam-se com relação à média nacional (a metodologia está descrita na Caixa 6.5). Os jovens em Pernambuco e Alagoas encontram-se na pior situação, com pontuações piores (6% e 5,3%, respectivamente) que as de todos os outros jovens brasileiros, e em todos os indicadores. Ambos os Estados têm taxas sistematicamente muito baixas em todos os comportamentos dos jovens, em desempenho e em e interação com instituições locais, enquanto a maior parte dos outros Estados destaca-se positivamente em algumas áreas e é mais fraca em outras. Os jovens de Santa Catarina e do Distrito Federal situam-se 6,08 e 5,06% acima da média nacional. Em Santa Catarina, isso pode ser atribuído particularmente ao alto desempenho escolar, à promoção escolar, à frequência à pré-escola e a empregos no setor formal; no Distrito Federal, a oportunidades de emprego, à frequência ao ensino médio, ao desempenho escolar e ao baixo nível de abuso de substâncias.

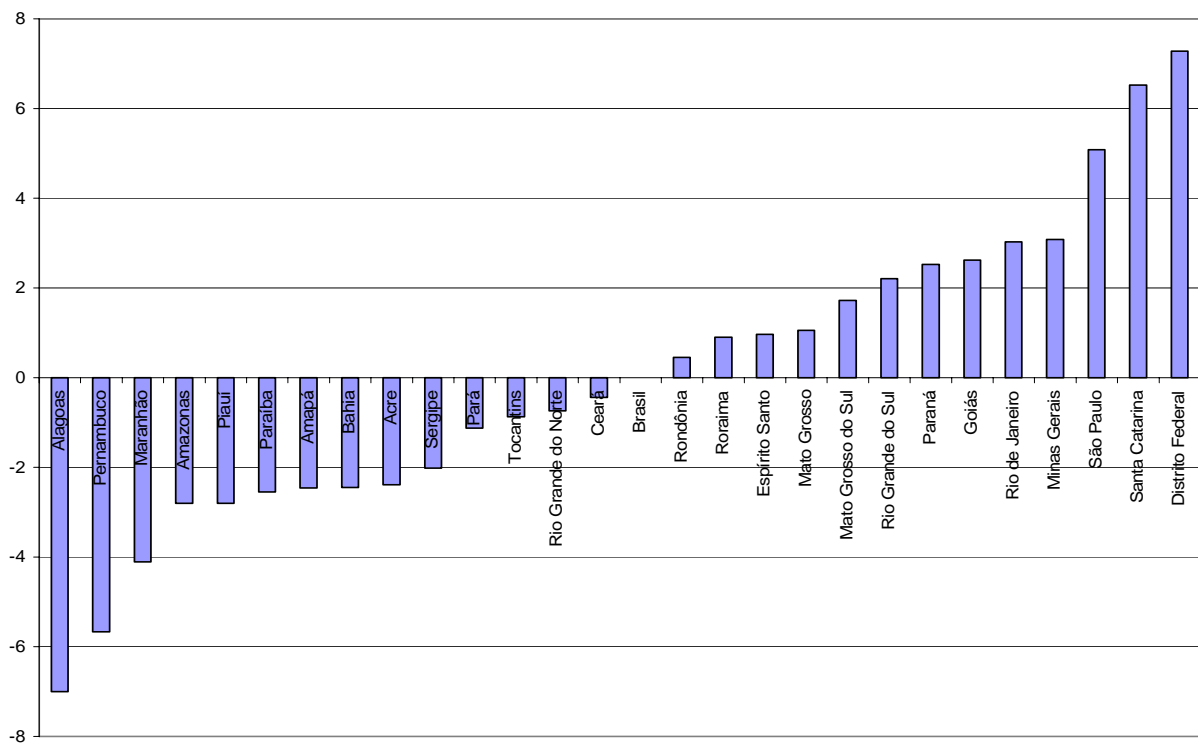
Gráfico 6.1: Índice Brasileiro de Bem-estar Juvenil, por Estado



O Índice de Bem-estar Juvenil é um quadro estático dos jovens atuais, mas é também possível ter-se uma idéia das condições dos jovens de amanhã se expandirmos o índice brasileiro para incluir indicadores sobre crianças e também fatores macro e

microambientais, entre eles pobreza, cuidados gerais de saúde, estrutura familiar e condições do mercado de trabalho local. O Índice Brasileiro Completo de Bem-estar Infante-Juvenil está resumido no Gráfico 6.2. A maior parte dos Estados mantém sua colocação, mas há algumas exceções. Tocantins passa do 7º para o 16º lugar na classificação devido ao nível de pobreza mais alto que a média, altos níveis de emprego no setor informal e escassez de cuidados de saúde; essas macrocondições sugerem que os futuros jovens do Tocantins estarão numa situação pior que a dos atuais. A queda do Pará do 13º para o 17º lugar é devida a fatores semelhantes. Rondônia passa do 9º para o 13º lugar devido à baixa taxa de matrículas na pré-escola, o que terá importantes conseqüências negativas sobre o desenvolvimento humano e trará problemas de comportamento entre os jovens de amanhã. Finalmente, o Rio de Janeiro sobe do 14º para o 5º lugar em função de seu nível de riqueza acima da média, de maiores oportunidades de emprego no setor formal e maior acessibilidade dos serviços de saúde, em comparação com o resto do Brasil. A principal questão no Rio é o acesso a esses fatores, dado que seus jovens estão se saindo particularmente mal em função das macrocondições do Estado.

Gráfico 6.2: Índice Completo de Bem-estar Infante-Juvenil, por Estado



Pôr os Jovens no Centro das Políticas, não Instituições

Com base nas vantagens comparativas de diferentes níveis de atores governamentais e não-governamentais, podem ser identificados papéis claros para cada um (Tabela 6.1). Os vários atores no Brasil estão bem posicionados para fortalecer a divisão de trabalho e trabalhar de forma mais colaborativa, com menos superposições. Por exemplo:

A recente criação da *Secretaria da Juventude* garante um corpo central diretivo estrategicamente posicionado na Secretaria Geral para facilitar a colaboração entre ministérios e desenvolver uma estratégia nacional. Focalizando o desenvolvimento de prioridades e diretrizes nacionais para possibilitar ações no nível local através de apoio técnico e financeiro, a Secretaria da Juventude pode alavancar orçamentos públicos e privados para obter impacto máximo. Outros ministérios estão fazendo o mesmo com suas próprias estratégias para os jovens.

Os **jovens** estão-se mobilizando no nível de suas comunidades, e também nacionalmente. O recém-organizado *Vozes Jovens* (ver Caixa 6.6) desenvolveu uma proposta para uma política nacional para jovens. Esse grupo de líderes de ONGs de jovens tanto fortalece o movimento das ONGs quanto dá aos jovens uma voz no cenário nacional. Além disso, o contínuo patrocínio desse grupo e a manutenção de diálogos sérios com ele são insumos necessários para a estratégia nacional e para sua implementação nos níveis mais baixos de governo. No nível local, os jovens continuam a contribuir através de seus próprios programas e ações.

Caixa 6.6: Políticas pelos Jovens e para os Jovens

A comunidade de jovens do Brasil está em processo de se organizar para, de uma maneira inclusiva, definir a estratégia a ser apresentada ao Governo como contribuição dos jovens ao debate da questão no nível nacional. O grupo foi criado em 2003 como resposta ao convite do Banco Mundial aos jovens para que aportassem insumos para a Estratégia de Assistência ao País (CAS) sendo então elaborada. Em 2004, representantes de mais de 100 ONGs de jovens encontraram-se – num processo chamado *Vozes Jovens* – para começar a definir uma proposta de estratégia a ser apresentada ao Governo federal. As conclusões da I Conferência do *Vozes Jovens* foram publicadas em 2004.

O processo culminou em março de 2005, quando as organizações de jovens e seus parceiros no Governo e na comunidade internacional realizaram a II Conferência do *Vozes Jovens* com o objetivo de refinar a estratégia criada na Conferência anterior. Mais de 200 jovens de todo o Brasil, representando uma amostra variada do país em termos de raça, gênero, status de renda, etnia, grau de deficiência e idade passaram três dias reunidos e produziram a estratégia, resumida no *Relatório Final – Vozes Jovens Rita Janaina Quadros*. A estratégia define ações nas áreas de educação; mercado de trabalho; cidadania e participação social; direitos humanos, ação afirmativa, gênero, e raça; esportes, cultura, lazer, tecnologia, e comunicações; ambiente; e saúde.

O próximo passo é discutir com o Governo as recomendações apresentadas na estratégia (ver Anexo VI para o resumo das recomendações).

Governos estaduais e locais têm desenvolvido estratégias para os jovens e estão canalizando recursos federais e os seus próprios para organizações locais da sociedade civil e empresas do setor privado que implementarão os programas. Uma melhor coordenação entre os níveis estadual e local no momento de definir grupos-alvo, prioridades e a divisão de trabalho em cada nível de governo

permitiria maiores eficiências na provisão dos serviços (ver Caixa 6.7 para um exemplo).

As **ONGs** já estão muito ativas na implementação de programas e no retorno que dão a todos os níveis de governo. O papel da sociedade civil ainda pode ser aprimorado para direcionar essa criatividade e energia, alinhar prioridades locais, encorajar ainda mais a ação das ONGs através de incentivos e apoio governamental (financeiro e técnico) e melhorar a elaboração de programas através do desenvolvimento de sistemas de monitoramento e avaliação.

Caixa 6.7: Cidade v. Estado – Oportunidades de Coordenação no Rio de Janeiro

Os governos estadual e municipal do Rio de Janeiro têm programas muito ativos para desenvolvimento da juventude, mas muito diferentes. A comparação dos programas destaca não apenas modelos diversos para o desenvolvimento de jovens, como também as dificuldades de trabalhar com diferentes níveis de governo.

Arranjo Institucional. O governo estadual tem uma Secretaria de Estado da Infância e da Juventude (SEIJ) cujo mandato é coordenar todos os programas voltados para crianças e jovens. Os programas existentes foram postos sob a supervisão da SEIJ. Em contraste, o município do Rio de Janeiro estabeleceu em 2002 um comitê de coordenação (o *Macrofunção Jovem*) responsável pela coordenação e integração de todos os programas municipais com foco sobre jovens ou adolescentes.

Populações-Alvo e Estratégias. A missão do Governo do Estado do Rio é “mudar o status *quo* dos jovens do Rio e criar novas perspectivas de desenvolvimento humano para esses indivíduos, suas famílias e comunidades”. O grupo-alvo está assim caracterizado: de 10 a 22 anos de idade, raça mista, baixa educação, vivendo em áreas pobres, com problemas familiares e necessidades básicas não atendidas. Os programas dão ênfase particular aos jovens em situação de risco e a suas famílias. Dá-se prioridade a comunidades onde os riscos são mais recorrentes, de acordo com estudos feitos pela Secretaria de Justiça e pela UNESCO. Os programas cobrem tudo - desde apoio a jovens sexualmente explorados até nutrição; de programas para jovens incapacitados a programas de apoio a famílias - e usam metodologias as mais variadas: saúde mental, aulas, arte, esportes e trabalho comunitário. O governo municipal, por sua parte, centra-se em jovens excluídos, definidos como os que não têm acesso a atividades culturais ou sociais nem a serviços públicos, por não estarem disponíveis em suas comunidades, e que são também discriminados no mercado de trabalho. A maior parte dos programas centra-se em educação e na integração ao mercado de trabalho.

Parcerias. Tanto o governo estadual quanto o municipal têm fortes parcerias com a sociedade civil. As ONGs estão incorporadas na conceituação e na implementação dos programas da Secretaria e também de alguns programas municipais.

Devido às diferenças dos grupos visados e das metodologias, e ao pequeno número de programas beneficiários, não existe superposição entre programas. No entanto, falta complementaridade também, principalmente por causa da pouca coordenação entre os dois níveis de governo. Isso destaca a necessidade de um esforço concertado de coordenação intergovernamental para a provisão eficiente de apoio aos jovens e seus ambientes.

Fonte: Prates (2004)

Tabela 6.1: Papel Proposto para cada Ator no Desenvolvimento de Estratégias para os Jovens, com base em Vantagens Comparativas Institucionais

Ator	Vantagem comparativa	Papel potencial
Governo Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Competência técnica em desenvolvimento de jovens e M&A • Recursos financeiros • Visão global dos jovens no Brasil 	<p>Permitir ações no nível local para desenvolver e implementar suas estratégias</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer diretrizes básicas, princípios e critérios legais para a formulação de políticas no nível local. • Criar incentivos para que as agências implementadoras locais sigam as diretrizes para o eficiente e efetivo desenvolvimento dos jovens. • Prover recursos e assistência técnica para programas promissores. • Atuar como uma entidade independente para monitorar e avaliar os impactos de programas locais.
Governos estaduais e locais	<ul style="list-style-type: none"> • Informações sobre as necessidades de suas populações • Relação próxima com organizações locais 	<p>Implementar localmente estratégias apropriadas para o desenvolvimento dos jovens, ajustadas às necessidades de seus beneficiários, mas de acordo com princípios estabelecidos nacionalmente para boas políticas para a juventude</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementar estratégias locais para jovens, gerenciando o processo para definir a natureza dos programas, identificando e contratando ONGs, supervisionando o processo e inspecionando o programa e a coleta de dados sobre seus impactos. • Ser a interface entre o nível local (jovens e implementadores do programa) e o nível nacional. • Coletar dados que possam ser usados para avaliar o impacto de programas locais.
Sociedade civil	<ul style="list-style-type: none"> • Informações sobre quem necessita de que tipo de serviços de apoio. • Apoio personalizado • Já é a principal implementadora de programas para jovens 	<p>Desenhar e implementar programas para jovens, junto com eles</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementar programas usando recursos públicos e assessoria técnica, dentro dos marcos estratégicos nacionais, estaduais e municipais. • Prover insumos e <i>feedback</i> para os planos estratégicos do Governo. • Prover supervisão para garantir o uso

		efetivo de fundos públicos para o desenvolvimento dos jovens
Setor privado	<ul style="list-style-type: none"> • Recursos • Fonte de oportunidades 	<p>Ser um modelo exemplar positivo e prover oportunidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atuar como mentores de jovens que não têm modelos positivos. • Prover trabalho e outros incentivos para jovens em situação de risco, a fim de incluí-los na sociedade.
Famílias e Comunidades	<ul style="list-style-type: none"> • As principais fontes de influência sobre as pessoas jovens 	<p>Criar um ambiente positivo para os jovens</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participar de programas para fortalecer sua influência positiva sobre os jovens. • Dar retornos às ONGs e ao governo local sobre as necessidades das pessoas jovens. • Encorajar os jovens a participar dos programas oferecidos localmente.
Jovens	<ul style="list-style-type: none"> • Principais clientes • Conhecimento sobre os tipos de apoio de que precisam e os tipos de incentivos aos quais responderiam 	<p>Participar de serviços para o desenvolvimento dos jovens e oferecer sua colaboração para o trabalho sendo feito</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atuar como parceiros no desenvolvimento de estratégias para jovens, trazendo a perspectiva da juventude. • Participar dos programas e encorajar os colegas a que façam o mesmo. • Implementar programas para jovens.

O desafio da coordenação é mais difícil, mas há experiências bem sucedidas no Brasil. Por exemplo, em alguns municípios o programa *Bolsa Família* pôs a clientela e suas necessidades no centro e adequou os serviços municipais e o apoio de ONGs para que atendam às necessidades específicas dos clientes (Caixa 6.8). No nível nacional, o Comitê Interinstitucional reúne-se regularmente para trabalhar com os diversos Ministérios envolvidos e compreender as necessidades específicas dos jovens de cada Estado. Os Ministérios do Trabalho e da Justiça colaboram com o Serviço Civil Voluntário. E a lista continua.

Caixa 6.8: Pondo os Jovens, Não Instituições, no Centro das Políticas

A colaboração entre agências para melhor provisão de serviços é uma iniciativa em andamento no programa *Bolsa Família* que poderá contribuir para o desenvolvimento dos jovens. Especificamente, as equipes do *Bolsa Família* em alguns municípios estão não apenas garantindo que as famílias cumpram as condições necessárias para receber os benefícios, mas os que trabalham com saúde, educação, administração municipal e assistência social também se reúnem regularmente para discutir as dificuldades que certas famílias estão tendo para cumpri-las. O pressuposto no qual se baseia essa estratégia é que fatores externos podem estar impedindo as pessoas de cumprirem totalmente as condições do programa; sendo assim, essas famílias podem necessitar de serviços de apoio adicionais. Desse modo, o cliente e suas necessidades são o foco dos esforços da equipe do programa.

Programas e Políticas para Jovens são um Investimento, e Requerem uma Estratégia de Investimento

Como demonstrado no Capítulo 3, as conseqüências negativas de comportamentos juvenis arriscados e de participação em eventos que envolvam risco têm custos significativos para o indivíduo e para a sociedade. E, como se mostrou no Capítulo 2, a incidência de comportamentos e eventos arriscados entre jovens é alta e, em algumas casos, crescente. A prevenção desses comportamentos aumentaria o bem-estar das pessoas em termos de melhor status de saúde, maiores ganhos potenciais, e um maior potencial para desfrutar a vida. Além disso, também eliminaria custos sociais, liberando recursos públicos para serem gastos em outras iniciativas e aumentando o crescimento na medida em que as pessoas teriam maior capital humano e, assim, maior capacidade produtiva. Isso sugere que recursos públicos gastos no desenvolvimento dos jovens são uma parte necessária da estratégia de investimento de um país para o desenvolvimento econômico e social.

Compreender o impacto de vários programas para jovens permitirá que os elaboradores de políticas construam uma carteira estratégica que garanta altos retornos para seus investimentos na juventude. Embora existam no Brasil muitas iniciativas valiosas para os jovens, a difícil questão é saber quais devem ser apoiados com os escassos recursos públicos. Essa decisão é uma questão essencialmente empírica, mas, infelizmente, existem poucas evidências no Brasil sobre quais programas são efetivos, e quais dão os maiores retornos do dinheiro gasto.⁷⁶ Por isso, é necessário que se faça agora, de imediato, um investimento sério para compreender os programas e ações que funcionam, a fim de melhor investir no futuro (ver Caixa 6.9 para lições positivas e negativas de outros países).

⁷⁶ O Brasil não está sozinho neste dilema. Bilhões de dólares são gastos no mundo todo em programas que podem ter efeito muito pequeno sobre comportamentos que envolvam riscos. Mesmo nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, onde foi feita a maior parte das avaliações de impactos de programas, elas cobrem apenas uma pequena proporção dos muitos modelos que existem nesses países e no mundo.

Caixa 6.9: Onde Devemos Gastar o Dinheiro?

Avaliações de impacto de vários programas têm confirmado algumas de nossas hipóteses, refutado outras e nos surpreendido em outras:

Em termos das *confirmações*, a evidência no Brasil mostra que prover espaços e programas de lazer para jovens em comunidades pobres reduz a violência na comunidade (Programa *Abrindo Espaços*); avaliações dos Estados Unidos confirmam que tempo supervisionado de lazer é um importante fator de proteção, como no programa pós-escola dos *Boys e Girls Clubs*; e avaliações do Peru, Colômbia e Chile confirmam que treinamentos no trabalho feitos por ONGs, combinados com oportunidades de estágios no setor privado, aumentam a empregabilidade de jovens desprivilegiados.

As *surpresas* incluem as conclusões de que alguns programas dos quais não esperávamos impactos significativos tiveram retornos muito altos, como o programa Perry da Pré-escola, cujos benefícios a crianças pequenas em situações de alto risco ajudaram-nas a se tornar jovens mais saudáveis que os que não passaram pelo programa. Outro exemplo é o programa de mentores de âmbito mundial, *Big Brother/Big Sister*.

As hipóteses *refutadas* são avaliações que mostraram que algumas de nossas melhores idéias não são efetivas, como o programa DARE nos Estados Unidos e no Caribe – no qual policiais vão às escolas ensinar as crianças a ficar longe das drogas; campos correccionais para jovens violentos (que se tornaram mais violentos ainda, como consequência); e alguns programas de recompra de armas ilegais (embora a evidência seja ambígua).

Fontes: Schweinhart (2004), Satcher (2001), Guerra e Tolan (1998), Lynam (1999), Callahan (1994)

Embora exista conhecimento limitado sobre programas efetivos nos Estados Unidos e na Europa, há menos informação ainda sobre as relações custo-efetividade desses programas. Em última instância, quando os elaboradores de políticas estão decidindo quais programa adotar, buscam identificar aquele que tenha o maior impacto por unidade monetária. É difícil medir isso quando se trata de programas para a juventude, pois esses (sejam de prevenção ou recuperação) caracterizam-se por efeitos diversificados e não-mensuráveis sobre a vida dos beneficiários. No entanto, temos que começar a desenvolver metodologias para fazer essas medições, pois só assim os elaboradores de políticas poderão dispor das informações adequadas para a tomada de decisão (ver Knowles e Behrman, 2003)

O Brasil Pode Aprender com a Ampla Gama de Experiências de Outros Países

Embora não possamos esperar que programas para jovens necessariamente operem de forma idêntica entre países, podemos usar lições de outros países como ponto de partida. Se existem dois programas para reduzir a violência jovem, por exemplo, e um mostrou que funciona e o outro não, seria uma política sábia experimentar o programa que deu resultado, mesmo que em outro contexto. O Brasil certamente pode aprender com a experiência internacional, embora seja importante notar que muitos programas dentro do Brasil já empregam os princípios que parecem funcionar em outros países. Mesmo quando as experiências internacionais que destacamos aqui não são empregadas no

Brasil, existe, com frequência, um programa já funcionando ou um marco de referência aos quais essas “melhores” estratégias podem ser facilmente aplicadas.

A dificuldade, de fato, é identificar quais programas são efetivos e quais não funcionam. Felizmente, existem diversas fontes que fazem resumos dos programas efetivos, por setor (Caixa 6.10). Também as ONGs e os programas governamentais estão cada vez mais fornecendo informação sobre avaliações de impacto de seus programas *on-line*, o que representa abundantes informações disponíveis.

Caixa 6.10: Fontes de Informação sobre Programas Avaliados

Geral:

Knowles, J. & J. Behrman (2005)

<http://siteresources.worldbank.org/HEALTHNUTRITIONANDPOPULATION/Resources/281627-1095698140167/KnowlesEconInvestYouth.pdf>

Crime & Violência

Satcher (2001) <http://www.surgeongeneral.gov/library/youthviolence/default.htm>

Tolan e Guerra (1998) What Works in Reducing Adolescent Violence: An Empirical Review of the Field. Boulder, CO: Center for the Study and Prevention of Violence.

Série “Blueprint” <http://www.ncjrs.org/pdffiles1/ojjdp/187079.pdf>

Saúde

Focus on Young Adults (2001) http://www.pathfind.org/pf/pubs/focus/pubs/eop_report.pdf

Maddaleno, M. & J. Schuitt-Aine (2002) <http://www.paho.org/English/HPP/HPF/ADOL/SRH.pdf>

Manlove et al. (2004) <http://www.teenpregnancy.org/works/pdf/NotimetoWaste.pdf>

Trabalho

Betcherman, Olivas & Dar (2004)

<http://siteresources.worldbank.org/SOCIALPROTECTION/Resources/SP-Discussion-papers/Labor-Market-DP/0402.pdf>

Castro, C. & A. Verdisco (1999)

<http://www1.worldbank.org/education/secondary/documents/Castro.htm>

Educação

Aedo, C. & S. Nuñez (2001)

<http://www.cinterfor.org.uy/public/english/region/ampro/cinterfor/temas/youth/doc/aedo/index.htm>

Abuso de substâncias

Office of Justice Programs (2000): <http://www.ojp.usdoj.gov/docs/psrsa.pdf>

Lições do Exterior: Jovens na Força de Trabalho

As dificuldades fundamentais para integrar jovens pobres e mal treinados à força de trabalho são: (i) suas aspirações podem não corresponder à realidade do que podem fazer, (ii) eles precisam querer aprender, antes de serem treinados, (iii) a fraca ligação com a

força de trabalho é devida, com frequência, a outras dificuldades na vida da pessoa, (iv) os jovens têm que aprender habilidades sociais para o mercado de trabalho, e (v) pessoas jovens não têm a experiência de procurar empregos. Assim, os programas que funcionam melhor para superar algumas dessas limitações são:

Treinamento no trabalho com serviços de apoio, no qual a agência de apoio ajuda a pessoa jovem a encontrar um trabalho e a manter-se nele, bem como a lidar com os outros desafios que enfrenta no trabalho. De acordo com Betcherman, Olivas e Dar (2004), cinco programas baseados no modelo *Jovenes em Accion*⁷⁷ mostraram resultados positivos e significativos quanto a emprego e salários (Tabela 6.2).

Habilidades sociais para o mercado de trabalho e serviços de apoio, nos quais a agência de apoio ensina as pessoas a procurar empregos, a fazer uma entrevista, sobre a importância de ser pontual, como discordar de um gerente, o que fazer se precisar faltar ao trabalho, como pedir orientação, e as outras habilidades que se fazem necessárias no local de trabalho para ser um bom empregado. Essas habilidades têm que ser acompanhadas de permanente apoio à pessoa jovem à medida que ela se defronta com desafios na vida de trabalho. Um programa que alcançou bons resultados nos Estados Unidos usando essa abordagem é o *Job Corps*, que oferece a jovens entre 16-24 anos um programa abrangente de treinamento durante oito meses (na média), frequentemente num esquema de internato/residência (Caixa 6.11).

Empregos de transição, direcionados para aqueles que carecem de habilidades e experiência. Ao longo do tempo, a pessoa recebe gradualmente mais responsabilidade, e talvez algum pagamento. Novamente, serviços gerais de apoio são cruciais nesse caso.

Os programas que têm resultados mistos incluem:

Programas de salário subsidiado. A participação dos empregadores tende a ser muito reduzida. Isso talvez se deva ao fato de que os empregadores não estejam dispostos a subsidiar trabalhadores que eles normalmente não empregariam, ou pode ser devido a características do desenho do programa, como o tamanho dos subsídios salariais, o grau de escolha do empregador ao selecionar seu empregado, e compromissos pós-programa dos empregadores que participaram do programa.

Programas de obras públicas. Tende a prover os empregos de mais baixo nível para as pessoas, nos quais não ocorre quase nenhum aprendizado. Assim, essas são medidas de curto prazo que fornecem alguns serviços úteis ao setor público,

⁷⁷ Um aspecto interessante do programa *Jovenes em Acción* é que o treinamento é dado por fornecedores privados que são pagos dependendo do sucesso que tenham em colocar os jovens em empregos ou estágios.

mas poucos benefícios para a pessoa jovem, já que, em geral, a duração é muito curta para ter algum impacto.

Programas de treinamento não explicitamente ligados ao mercado de trabalho. A maior parte do treino efetivo tende a ser buscado por indivíduos que já estão trabalhando e que querem aumentar sua competência em aspectos específicos do trabalho ou ampliar suas habilidades.

Caixa 6.11: Treinar Não Apenas para Trabalhar, mas para ser um Trabalhador

O programa *Job Corps* recebe mais de 600.000 novos participantes a cada ano, a maior parte sem um diploma do ensino médio. Usando um esquema de residência, o *Job Corps* oferece não apenas programas intensivos de educação e treinamento, mas também serviços de apoio. Há três fases no 'ciclo de vida' de um participante: o período de preparação para a carreira (habilidades de responsabilidade no local de trabalho, habilidades para procurar empregos, e a criação de planos pessoais de desenvolvimento da carreira); o período de desenvolvimento da carreira (habilidades técnicas e acadêmicas, habilidades de comunicação e solução de problemas, e habilidades de trato social e pessoal), e o período de transição para a carreira (um primeiro emprego, arranjos de vida independente, e serviços de apoio à família para continuar trabalhando, se necessário).

De acordo com uma avaliação de impacto usando uma amostra randômica, os resultados do programa *Job Corps* são significativos. Especificamente, os participantes:

- Mostraram melhorias mensuráveis em habilidades cotidianas de alfabetismo funcional (leitura, escrita e matemática).
- Aumentaram substancialmente seus resultados no Teste de Equivalência do Segundo Grau (GED).
- Mostraram emprego e rendimentos a partir do terceiro ano após o final do programa e, no quinto ano (o último ano do estudo de impacto), sua renda era 12% maior que no início.
- Estavam significativamente menos envolvidos em crimes, e a taxa de prisão caiu 16%.

No Brasil, vários programas como Pró-Jovem, Serviço Civil Voluntário e Agente Jovem fornecem educação acadêmica e técnica, serviços de apoio e um estipêndio, ao mesmo tempo em que inculcam nos jovens um senso de comunidade e serviço. No entanto, nenhum desses programas parece lidar com todos os componentes do *Job Corps* para preparação de carreira (ensinando responsabilidade, habilidades para procurar emprego, planejamento para o futuro).

Fonte: Burghardt, J., Schochet, P., McConnell S., Johnson, T., Gritz, R., Glazerman, S., Homrighausen, J., e R. Jackson (2001)

Tabela 6.2: A Efetividade de Programas para Desempregados: Evidência de Países em Desenvolvimento e Desenvolvidos

Intervenção	Resumo do Impacto		Comentários
	OCDE	Países em desenvolvimento	
Serviços de emprego: Job Clubs (Austrália), Job Search Assistance Demonstration (USA), Job Relocation Program (România), SINE (Brasil). ⁷⁸	Geralmente impactos positivos sobre emprego e ganhos	Muito pouca evidência	Programas têm melhores impactos quando a demanda por trabalho é alta. Em países com um setor informal, há problemas quanto à cobertura e efetividade desses serviços. Custos são baixos, e as razões custo-benefício usualmente positivas.
Treinamento para desempregados: Training for Work (Grã-Bretanha), Continuous Training e Retraining (Alemanha), New Employment (Macedônia), SENA (Colômbia), Probecat (México).	Impactos positivos sobre emprego, mas nenhum efeito geral sobre ganhos	Avaliações não positivas em países em desenvolvimento.	A efetividade do programa beneficia-se do treinamento no trabalho e envolvimento do empregador. As mulheres freqüentemente parecem beneficiar-se mais que os homens. Programas têm mais sucesso quando a economia está bem.
Treinamento para jovens: Youth Service Canada (Canadá), Youth Practice (Suécia), Job Corps (EUA), Programa Joven (Argentina), Planfor (Brasil), Chile Joven (Chile), Projoven (Peru).	Impactos muito negativos sobre emprego e ganhos	Impactos positivos na América Latina, embora poucos estudos feitos.	A questão do emprego para jovens é mais bem tratada através de intervenções feitas mais cedo, associadas à educação. O treinamento é mais efetivo quando combinado com emprego, educação básica e serviços sociais. Para ter sucesso, os programas requerem intensos serviços e são dispendiosos.
Subsídios salário/emprego: Self-sufficient Project (Canadá), Public Employment Program	Impactos gerais negativos sobre	Muito pouca evidência em países em desenvolvimento.	Avaliações recentes em países desenvolvidos são mais favoráveis (do salário-desemprego para o

⁷⁸ O impacto é pequeno, mas significativo. A avaliação só foi feita em áreas urbanas (Rio e Fortaleza). A avaliação anterior foi muito negativa.

(Alemanha), New Deal for Young People (Grã-Bretanha), Intervention Works (Polônia), Proempleo (Argentina).	emprego e ganhos		trabalho). Programas podem ser mais efetivos quando combinados com treinamento. Os efeitos peso morto e de substituição são provavelmente importantes, mas frequentemente não são totalmente avaliados.
Obras públicas: Social Emploment Program (Bélgica), Temporary Employment Program (Bulgária), Trabajar (Argentina).	Impactos negativos sobre emprego e ganhos	Muito pouca evidência de impactos na América Latina.	Podem ser efetivos como uma rede de segurança de curta duração para os pobres, mas, de modo geral, não como programa para melhorar perspectivas futuras na América Latina.
Assistência à microempresa/autô-emprego: Self-employment Assistance (Canadá), Bridging Allowances (Alemanha), Small Business Consultancy (România).	Não há avaliações suficientes com relação ao mercado de trabalho para determinar impactos gerais sobre emprego e ganhos.		Reduzida taxa de participação da população alvo. Alguma evidência de impactos positivos para indivíduos mais velhos, com mais educação.

Fonte: Betcherman, Olivas, e Dar (2003)

Lições de Fora: Saúde Sexual e Reprodutiva

Diversas avaliações recentes têm examinado a efetividade de intervenções sobre a saúde sexual e reprodutiva dos jovens.⁷⁹ Todas elas tentaram identificar programas que tenham sido rigorosamente avaliados e considerados efetivos. Com base nessas avaliações, e a partir de fortes evidências, algumas intervenções foram consideradas efetivas, com impactos positivos sobre vários comportamentos-chave dos jovens relativos à saúde reprodutiva – como, por exemplo, adiar a atividade sexual ou abster-se, maior uso de preservativos e de outros contraceptivos, redução do número de parceiros, e uso dos serviços de saúde reprodutiva.

Habilidades para a vida e educação sobre saúde e sexualidade nas escolas. Onde a frequência à escola é alta, a educação sexual é uma abordagem importante e de maior custo-efetividade para alcançar estudantes em todas as escolas. Uma educação sobre sexualidade e saúde reprodutiva que seja bem desenhada, bem implementada, pode dar às pessoas jovens uma sólida base de conhecimentos e

⁷⁹ FOCUS (2001), Kirby (2001), Kirby (2003), Speizer et al. (2003), WHO (2004), e Lloyd (2005)

habilidades que as capacite a seguir um comportamento sexual seguro e responsável.⁸⁰

Mídia e mobilização da comunidade. A mídia tem enorme influência sobre os jovens na maior parte das sociedades e pode ajudar a padronizar comportamentos adolescentes positivos e papéis relativos aos gêneros, bem como direcionar as pessoas jovens para os serviços de saúde apropriados. Melhorar a saúde adolescente também requer mudança nas normas sociais que promovem conseqüências negativas para a saúde, como, por exemplo, discriminação por gênero, etnia e raça, promoção da atividade sexual precoce ou estigmatização do uso de camisinha, expectativas culturais de casar e ter filhos no início da adolescência, tolerância ao abuso de substâncias, e hábitos alimentares ruins. A mídia e esforços de mobilização da comunidade que engajem adultos influentes como pais, professores, comunidade e líderes religiosos, bem como artistas e estrelas dos esportes, podem afetar positivamente essas normas.

Educação entre amigos. Para muitas pessoas jovens, os amigos são a principal fonte de informação sobre sexualidade e saúde. Programas de educação entre amigos são especialmente apropriados para pessoas jovens que não estão na escola e para subconjuntos da população jovem em situação de risco que são difíceis de alcançar, inclusive profissionais do sexo e crianças de rua.⁸¹

Minimização de riscos para impedir a transmissão de HIV através do uso de drogas injetáveis. Isso inclui programas que dão aos jovens acesso a aparatos limpos para a injeção, tratamento para substituição de drogas, e informação, educação e comunicação sobre transmissão de HIV através do uso de drogas injetáveis.⁸²

Provisão de serviços de saúde clínica de fácil acesso para os jovens. Embora algumas pessoas jovens busquem cuidados através do sistema formal de saúde, muitas outras são desencorajadas pelas atitudes muitas vezes julgadoras dos trabalhadores na saúde, especialmente quando se trata de buscar cuidado e aconselhamento sobre questões relacionadas com a sexualidade. Serviços de saúde receptivos aos jovens oferecem intervenções básicas para prevenção de

⁸⁰ O Programa H do Instituto Promundo usa o treinamento de habilidades para a vida para mudar o comportamento dos jovens. O programa visa homens jovens numa tentativa de desfazer noções tradicionais de masculinidade (ser dominador, correr riscos, não mostrar emoções, etc). Os que participam do programa simulam situações nas quais escolhem engajar-se no comportamento saudável, reforçando-o (Horizons 2004).

⁸¹ O Projeto Princesinha em Manacapuru, Amazonas, emprega educação sexual por amigos para ajudar a prevenir a disseminação da aids entre trabalhadores do sexo.

⁸² O Programa de Redução de Danos do Rio de Janeiro (PRD-RJ) foi um dos primeiros projetos no Brasil para usuários de drogas injetáveis.

gravidez indesejada e prevenção, diagnóstico e tratamento de DSTs e HIV/Aids através de infra-estruturas de saúde já existentes⁸³.

O marketing social usa mensagens sobre saúde pública para promover comportamentos saudáveis e uso de camisinhas e outros produtos e serviços de saúde. Programas efetivos exibem produtos e divulgam serviços em locais da comunidade freqüentados por pessoas jovens, como lojas, quiosques e farmácias.⁸⁴

Evidências sobre a efetividade de programas são mais claras para programas baseados na escola. Os demais tipos de programas efetivos são grosseiramente ordenados conforme o grau de evidência sobre sua efetividade, de mais evidência para menos evidência. Como indicado pelos trabalhos de revisão da literatura, é necessário realizar muito mais pesquisa sobre todos os tipos de intervenções para pessoas jovens⁸⁵.

*Lições de Fora: A Violência Juvenil*⁸⁶

Jovens violentos são um produto de seus ambientes, de modo que programas de prevenção da violência e de reabilitação têm que ter lugar no nível local. Ambos centram-se em comportamentos e na construção de estruturas de apoio, mas as metodologias diferem dependendo do período de intervenção. De acordo com o Centro para Estudo e Prevenção da Violência, da Universidade do Colorado, o principal conjunto de programas de prevenção da violência e reabilitação estão centrados no trabalho através de escolas, da família e da comunidade:

Estratégias de âmbito comunitário para apoiar os jovens. Programas de mentores que combinam voluntários adultos com jovens em situação de risco para realizar atividades semanais destinadas a criar uma relação de apoio para a pessoa jovem (por exemplo, o programa *Big Brother/Big Sisters of America*); lazer supervisionado onde um adulto está presente e constrói uma relação com os jovens; prisão de sérios reincidentes e encarceramento de líderes de gangues, para eliminar os “adultos protetores” negativos das vidas das pessoas jovens e melhorar a segurança da comunidade.⁸⁷

⁸³ O *Adolescentro* em Brasília é um exemplo brasileiro de um programa que oferece serviços de saúde para jovens, sem julgamentos.

⁸⁴ O *Programa H* também emprega um componente de marketing social para desfazer noções tradicionais de masculinidade que levam a comportamentos arriscados e ao maltrato de mulheres. O programa tem tido sucesso em aumentar o uso de camisinhas entre os participantes (Horizons 2004).

⁸⁵ Existem muitos outros tipos de programas valiosos, mas ainda não se dispõe de sólida evidência sobre sua efetividade. O texto que faz a revisão da literatura cobre esse ponto em profundidade.

⁸⁶ Esta seção está baseada no texto do BID, “Youth Violence Prevention”, da série *Violence and Youth*, Nota Técnica 10.

⁸⁷ O *Projeto Bases* dos CIESPI (International Center for Research on Children) e o Instituto Promundo visam impedir a violência e unir as comunidades através do fortalecimento da família e dos sistemas de apoio à juventude. O projeto cria um ponto focal na vizinhança no qual se reúnem serviços de apoio, como tutores informais, serviços esportivos e outros, para discutir, receber treinamento e direcionar ações para os jovens.

Estratégias centradas na família para desenvolver jovens saudáveis. Os programas para impedir o desenvolvimento de fatores de risco na vida dos jovens são os que dão treinamento aos pais para serem disciplinadores e os que ensinam habilidades parentais aos adolescentes. Programas de qualidade para re-treinar jovens em situação de risco para que se afastem do que for arriscado são: terapia familiar e terapia especializada que diagnostica a fonte dos fatores de risco e trabalha para mudá-los. Esse último programa tem alta relação custo-efetividade (Henggeler 1991).⁸⁸

Programas baseados na escola. A chave é manter os jovens na escola e oferecer apoio para o desenvolvimento de habilidades para a vida, aconselhamento vocacional, ajuda financeira e encaminhamento para serviços mais amplos. No entanto, as escolas também podem ser um lugar para outros programas que se mostraram altamente efetivos, quais sejam: resolução de conflito e mediação de amigos; aconselhamento para lidar com frustração e hostilidade; redução da intimidação (*bullying*) para tornar as escolas (e a comunidade) lugares mais seguros.

Jovens considerados sérios transgressores podem ter que ser retirados de seus ambientes arriscados e receber atenção especializada para mudar comportamentos. O tratamento institucional baseado em aconselhamento intenso, personalizado, e no treinamento interpessoal de habilidades é dispendioso, mas o mais efetivo. É importante que os adultos que implementem o programa sejam profissionais de saúde mental, e não policiais de instituições para delinquentes juvenis, pois o foco deve estar na mudança comportamental, e não na punição.

Iniciativas que parecem não funcionar incluem:

- Lazer não supervisionado, inclusive a construção de centros juvenis ou campos de esportes que não venham acompanhados de um programa de atividades para os jovens
- Campos correcionais
- Programas de “desafio”, ou em meio a uma natureza inóspita
- Encarceramento sem reabilitação intensiva

⁸⁸ A organização *Escola de Pais*, já mencionada neste capítulo, é um exemplo brasileiro de um programa de treinamento de pais.

VII. CONCLUSÕES E DIRETRIZES PARA POLÍTICAS

Conclusões do Relatório

Jovens em situação de risco são parte substancial da população brasileira. Embora haja muitas histórias de sucesso, o status do jovem no Brasil é pior que o de outros jovens nos países da comparação:

As pessoas jovens estão abandonando a escola – um ambiente protetor – cedo demais, com terríveis implicações para elas e para a sociedade. Com relação a suas contrapartes em outros países da região, os jovens brasileiros aprendem menos em cada série, têm níveis de analfabetismo mais altos e taxas mais baixas de educação universitária. Embora exista consenso entre formuladores de políticas quanto a ser a educação um fator importante por seus benefícios pedagógicos, estar na escola traz, na realidade, benefícios mais amplos, em termos do desenvolvimento integral da pessoa. A baixa acumulação de capital humano prediz uma geração futura que não será competitiva na região nem no mundo.

A atividade sexual entre jovens brasileiros, embora menos arriscada que no resto da América Latina, está começando cedo demais, contém muitos riscos e é muito dispendiosa. As campanhas brasileiras de práticas sexuais seguras podem estar tendo um impacto, como demonstrado pelo comportamento sexual muito mais arriscado entre os demais jovens da região, mas os brasileiros estão iniciando a vida sexual mais cedo e com maiores riscos que nunca. Aproximadamente 60% dos jovens brasileiros sexualmente ativos tiveram sua primeira experiência antes dos 14 anos de idade, e poucos usam contracepção. As mulheres jovens têm níveis particularmente baixos de uso de contraceptivos. Considerando os altos custos da gravidez na adolescência e de DSTs, inclusive HIV/Aids, este é um comportamento que merece atenção específica.

As pessoas jovens têm dificuldade para entrar no mercado de trabalho. O desemprego juvenil é, com razão, uma grande preocupação no Brasil. Embora o nível de desemprego entre os jovens seja baixo, comparado com os do Cone Sul, é alto em termos relativos, já que é 3,7 vezes o do desemprego adulto (mas a duração do desemprego jovem é menor). Isso sugere que os jovens conseguem encontrar trabalho, mas, a qualquer ponto no tempo, o número de jovens buscando emprego e não encontrando é maior que o de adultos, o que leva a taxas especialmente altas entre os jovens. Assim, o principal desafio é aumentar a taxa de absorção de novos trabalhadores pelo mercado de trabalho. Entre jovens de famílias muito pobres, a questão é a longa duração do desemprego.

As pessoas jovens aprendem a ser violentas, e não internalizam os custos de seu comportamento. O Brasil tem uma das mais altas taxas de homicídios na América Latina, sendo superado apenas pela Colômbia e El Salvador. A violência entre jovens está altamente correlacionada com violência na comunidade e na família.

Assim, as pessoas jovens estão aprendendo comportamentos violentos com os que lhes servem de modelos e perpetuando-os durante seus anos de juventude. Surpreendentemente, muitos jovens afirmam assumir comportamentos violentos visando ao ganho econômico, mas os custos da violência para o indivíduo são muito altos, o que sugere que eles não têm plenamente internalizados os custos de seu comportamento.

Quase 60% dos brasileiros entre 15-19 anos são trabalhadores que não recebem salários ou não têm carteira de trabalho. Esses números caem para 33% na faixa dos 20-24 anos. Os jovens entre 10-14 anos constituem 55% de todos os trabalhadores não pagos. Estatísticas sobre trabalho de jovens em outros países da comparação não estão disponíveis.

Em comparação com os adultos, os jovens estão geralmente mais envolvidos em atividades mais arriscadas, embora, no que se refere a alguns comportamentos, os jovens na verdade corram menos risco que os adultos. Os jovens também estão saindo-se melhor que a geração mais velha em termos de resultados educacionais, e têm tendências muito semelhantes às dos adultos quanto a resultados no mercado de trabalho e uso de substâncias. Mas os jovens de hoje mostram muito maior incidência de comportamento sexual arriscado (idade da primeira experiência sexual, uso de proteção), mais violência e taxas mais elevadas de desemprego que os adultos. É importante notar que, ao comparar jovens e adultos, o grupo de jovens que mais se diferencia dos adultos é o na faixa de 13 a 18 anos; o grupo de 19-24 comporta-se de maneira muito semelhante aos adultos.

A juventude brasileira é um grupo heterogêneo, requerendo políticas heterogêneas. Os jovens em situação de risco estão concentrados entre certos grupos no Brasil. Pessoas jovens no Estado de Santa Catarina e no Distrito Federal estão no topo do Índice de Bem-estar Juvenil – uma medida desenvolvida para os propósitos deste relatório -, devido a bom desempenho escolar e forte conexão com as instituições locais, enquanto as de Pernambuco e Alagoas estão-se saindo particularmente mal. Em termos de direcionamento demográfico e socioeconômico das ações, a variável mais importante com a qual é preciso lidar é a pobreza: pessoas jovens vivendo nas famílias mais pobres consistentemente têm pior desempenho que as das famílias mais ricas. Os jovens não-brancos geralmente saem-se pior que os brancos. Em alguns aspectos – educação, uso de substâncias, morte por homicídio, e suicídios – as mulheres têm mais baixa incidência de comportamentos de risco que os homens, mas em outros elas estão em pior situação – no comportamento sexual arriscado e na maior dificuldade para entrar na força de trabalho, por exemplo. Os jovens com deficiências partilham muitas semelhanças com os demais, mas têm uma incidência mais alta de comportamento sexual de risco (não usando contraceptivos) e de suicídio (Tabela 7.1)

Tabela 7.1: Comportamentos de risco que diferem pelas características demográficas/econômicas/geográficas

	Educação	Trabalho	Comportamento sexual	Uso de substâncias	Violência
Raça		XX ^a			XX
Gênero	XX	XX	XX	XX	XX
Região	XX	XX	XX	XX	XX
Deficiência			XX		XX (suicídio)
Status de pobreza	XX	XX	XX	XX	XX

Notas: (a) Apenas para desemprego e salários. As taxas de emprego são muito semelhantes.

Fonte: Koller, et al. (2005)

A idade na qual os jovens engajam-se em vários comportamentos ou eventos difere amplamente em função da atividade. A análise dos dados brasileiros sugere que o período da juventude começa aos 14 anos e estende-se até os 29. A transição da escola para o trabalho começa aos 13 anos para os meninos e aos 14 para as meninas, enquanto a mudança do papel de dependente da família para o de cabeça de família começa uns poucos anos mais tarde, assim como a transição da condição de filha para a de mãe (não há dados sobre a transição para a condição de pai). A idade de transição varia muito por gênero, nível de pobreza e raça. Isso sugere a necessidade de ajustar a faixa etária (que define “juventude”) para cada grupo sendo considerado, levando em conta como os padrões de transição variam em função de status social, demográfico e econômico. E também aponta a necessidade de intervenções apropriadas para faixas de idade específicas, já que a categoria “jovem” abrange pessoas com experiências muito diversas e diferentes níveis de desenvolvimento cognitivo (ver Caixa 3.2 para uma discussão sobre desenvolvimento cognitivo).

Os mesmos fatores – que ocorrem no início da vida – levam a inúmeros comportamentos que envolvem riscos. Jovens que se engajam em comportamentos negativos são aqueles que chegaram aos anos da juventude com um pacote negativo de experiências. As pessoas jovens que se engajam em comportamentos arriscados tendem a exibir, quando comparadas com jovens que não se engajam nesses comportamentos, certos fatores que podem ser responsáveis por suas escolhas. Embora não se possa afirmar que exista qualquer causalidade entre esses fatores e os comportamentos negativos, a forte correlação estatística encontrada é sugestiva. Em particular, jovens que se engajam em vários comportamentos de risco tendem a caracterizar-se por:

- baixa auto-estima
- baixos níveis de espiritualidade
- abuso físico, sexual ou psicológico por um membro da família
- abuso por alguém da comunidade
- sentimento de estar “deslocado” na escola
- falta de confiança em instituições locais
- sentimento de limitações impostas por seu gênero
- vida na pobreza

Esses resultados têm diversas implicações para a elaboração de políticas. Primeira, dado que fatores semelhantes afetam diversos tipos de comportamento, não é necessário conceber políticas específicas para impedir cada comportamento em cada setor. Segunda, programas destinados a eliminar comportamentos de risco têm que começar muito cedo na vida da criança. Se se espera até que os jovens estejam plenamente formados, será mais difícil re-programar a pessoa. Finalmente, como são inúmeros os atores responsáveis pelo desenvolvimento dos jovens – famílias, comunidades, instituições locais, normas e condições socioeconômicas macro e a própria pessoa jovem –, são necessários programas de apoio para maximizar o que cada ator pode oferecer para o desenvolvimento dos jovens.

Famílias, comunidades e instituições locais são atores-chave para impedir que os jovens entrem na categoria “de risco”. Esses fatores locais exercem influência importante sobre a pessoa jovem que a criança um dia será, e por isso são também um ponto de entrada crucial para alcançar e afetar as experiências, os valores e os comportamentos que servem de modelo para as crianças. Além disso, são os mais próximos da pessoa jovem e, assim, mais capazes de responder a suas necessidades específicas do que seriam pessoas ou instituições de níveis mais elevados de governo.

A Atual Estratégia Brasileira de Investimento Perpetua a Questão dos Jovens em Situação de Risco. Os comportamentos de risco entre jovens são parcialmente devidos a um hiato entre a atual estratégia de investimento para o desenvolvimento humano e a estratégia ótima. Um exame dos padrões de gastos sociais revela que cerca de 71% desses gastos são com o grupo de 61 anos de idade ou mais (pagamento de aposentadorias), enquanto gastos com jovens são cerca de 6% do total dos gastos sociais. Mas, quando se eliminam gastos com o ensino universitário – limitados a uma pequena parcela elitizada da população –, os gastos com jovens caem a quase zero por cento do total dos gastos sociais. Essa estratégia equivocada de investimento tem sérias implicações para o crescimento econômico, social, cultural e político do Brasil.

Investimentos na Juventude são Parte Essencial da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Uma estratégia de desenvolvimento é importante não apenas para o bem-estar dos próprios jovens, mas também para o bem-estar da sociedade. Quando os jovens engajam-se em comportamentos de risco, o benefício potencial que poderiam criar para si mesmos e suas sociedades deixam de ser plenamente alcançados. Os benefícios perdidos não são totalmente quantificáveis, mas uma estimativa conservadora sugere que os custos são equivalentes a entre 12 e 21 % do PIB para cada coorte jovem. Por exemplo, os jovens violentos de hoje custam R\$ 33 milhões por ano para a economia brasileira e R\$ 5 bilhões por ano para si mesmos e suas famílias. Se uma coorte de jovens abandona a escola precocemente, isso custa R\$ 755 milhões anualmente para a sociedade, e eles próprios deixarão de ganhar R\$ 297 bilhões em salários que serão perdidos ao longo de suas vidas. Além disso, níveis mais baixos de educação também fazem que sejam perdidas oportunidades em termos de contribuição cultural, economias em saúde, contribuições voluntárias à sociedade, produção doméstica e fortalecimento da democracia. O produto brasileiro, as taxas de crescimento e o

desenvolvimento geral, como sociedade, seriam muito maiores se os jovens não estivessem se engajando em comportamentos de risco.

Cinco princípios-chave podem orientar o processo de formulação de políticas. Passando das conclusões do relatório para políticas, destacam-se alguns princípios que podem formar a base da carteira de projetos para a juventude, na medida em que esses continuem a se expandir:

O desenvolvimento do jovem começa com o nascimento. Os jovens são produtos de suas experiências infantis, de modo que programas para eliminar comportamentos de risco devem começar cedo na vida e incluir a gama completa de atores-chave – famílias, comunidades, instituições locais e a própria pessoa jovem.

É preferível a prevenção, mas programas de recuperação dispendiosos são necessários. Idealmente, os investimentos apropriados seriam feitos no início da vida, mas alguns jovens inevitavelmente cairão pelas frestas. Assim, é importante que exista uma estratégia de reabilitação bem focalizada, mas, para ser eficaz, é necessário que seja individualizada e voltada para a mudança de comportamentos, o que requer investimentos financeiros substanciais.

Pôr os jovens, e não instituições, no centro da política pública para a juventude. Os governos estão organizados setorialmente; as pessoas, no entanto, são multifacetadas. Considerando-se que um conjunto comum de fatores conduz a todo tipo de comportamentos arriscados, o foco deve estar no desenvolvimento da pessoa, ao invés de cada setor enfatizar programas relativos ao comportamento pelo qual se responsabiliza determinada instituição. Isso pode exigir colaboração multissetorial no nível local, ou consórcios de ONGs, com cada uma contribuindo com sua especialidade para a equipe que dá o apoio aos jovens.

A heterogeneidade existente entre os jovens requer heterogeneidade entre programas. A idade na qual as pessoas jovens começam a engajar-se em certos comportamentos difere conforme gênero, status de pobreza, raça, religião, status de deficiência, e inúmeros outros fatores. Isso sugere a necessidade de um amplo leque de programas adequados a diferentes faixas de idade, a fim de se levar em conta a complexidade da coorte jovem.

Bons sistemas de monitoramento e avaliação são um insumo crucial para promover o desenvolvimento efetivo e eficiente dos jovens. Existe uma imensa quantidade de programas para jovens, mas há muito pouca informação sobre o que funciona. Para desenhar uma estratégia séria de investimento, é importante saber quais programas funcionam com mais eficácia no contexto da heterogênea população jovem brasileira. Como essa informação ainda não existe, é crucial que se empreenda um esforço coordenado para obtê-la e, assim, viabilizar a elaboração responsável de políticas para os jovens.

Todos têm um papel a desempenhar para impedir que os jovens estejam em situação de risco. O Governo Federal tem a responsabilidade de estabelecer princípios gerais, prover o financiamento, e supervisionar processos de M&A de resultados. Os governos estaduais e locais devem definir a estratégia apropriada - comportamento a ser afetado, processo para mudar o comportamento, e atores responsáveis -, identificar e apoiar as agências implementadoras, e realizar as tarefas do processo de M&A. Às ONGs locais cabe implementar o programa, fazer a supervisão dos programas locais e dar retornos ao governo local a respeito das estratégias que elas estão seguindo. As famílias e comunidades têm a responsabilidade de participar dos programas e fornecer os incentivos adequados para que as pessoas jovens façam escolhas sensatas.

Considerações sobre Políticas

Desenvolver uma Estratégia de Investimento para a Juventude. A estratégia para o desenvolvimento da juventude a cada nível de governo e da sociedade deve centrar-se num programa de investimento que reduza a incidência de comportamentos comprometedores. Isso requereria a identificação dos comportamentos-alvo, dos fatores responsáveis por eles e dos tipos de programas que poderiam afetar tais fatores, e também alocações orçamentárias para implementar o plano. Investimentos pontuais certamente terão retornos mais baixos que um plano plurianual bem informado e realista, com indicadores de desempenho que possam ser mensurados. Os programas devem ter fortes componentes de M&A para garantir que os investimentos tenham um retorno positivo e permitir a comparação da relação custo-benefício de diferentes modos de prestar os serviços, a fim de melhorar a eficiência da estratégia de investimento.

Com base na análise contida neste relatório, os elementos cruciais para uma estratégia de investimento na juventude brasileira são uma combinação de programas de prevenção e de recuperação direcionados aos jovens e a suas redes de apoio:

(i) **Pôr as crianças na escola e mantê-las lá.** As escolas são um fator de proteção vital, e apenas manter as crianças nas escolas já fará diminuir a incidência de comportamentos negativos e resultados desfavoráveis. Os esforços atuais para aumentar os incentivos para que municípios e estados aumentem as matrículas no ensino médio através do FUNDEB (*Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Básico e Valorização do Magistério*) constituem um avanço importante para o desenvolvimento da juventude. Além dos benefícios pedagógicos que isso trará para mais escolas e programas educacionais, vale lembrar que um ambiente escolar seguro, com professores capacitados que instilem disciplina e cuidem de seus alunos, também reduzirá muitos outros males sociais. Os recursos adicionais para o ensino médio chegam na hora certa, dado o atual aumento do número de jovens e as altas taxas de repetência.

Além disso, também se deveria considerar – da perspectiva do desenvolvimento dos jovens – (a) a expansão do quadro de pessoal para incluir especialistas em saúde mental (para lidar com questões comportamentais) e conselheiros orientadores (para preparar os alunos para a transição da escola para o trabalho); (b) a melhoria da segurança das escolas (tanto em termos de violência física quanto psicológica) e a integração de

técnicas de gerenciamento de conflito na administração da escola, (c) a elevação da relevância das escolas através de um currículo de alta qualidade (apoiado pelo fornecimento de livros-textos para os alunos do ensino médio), bons professores, e materiais que facilitem a aprendizagem, especialmente de matemática e ciências, (d) a expansão e o ajuste do programa Bolsa Família para oferecer os incentivos corretos para que se complete o ciclo médio, particularmente levando em conta a distorção idade-série, e (e) o uso das instalações da escola para atividades extra-escolares, principalmente de lazer supervisionado, no estilo do programa Abrindo Espaços.

(ii) Expandir a oferta de programas de desenvolvimento da primeira infância. A expansão dos programas de desenvolvimento da primeira infância é um método preventivo crucial para os jovens em situação de risco. Menos de 20% das crianças beneficiam-se dos programas destinados à primeira infância – muitos dos quais são apenas arranjos com babás privadas -, o que sugere que as transferências do governo federal para os governos municipais destinadas a serviços para a primeira infância não estão chegando às crianças pequenas. Isso difere de educação para a primeira infância, no sentido de que não focaliza apenas aspectos pedagógicos, mas também questões comportamentais, fazendo com que as crianças aprendam comportamentos positivos desde muito cedo.

O novo FUNDEB facilitaria a expansão de tais serviços para as crianças pequenas, já que os recursos estariam vinculados a todas as etapas da educação básica (que começa com a educação infantil na pré-escola). A fim de aumentar os incentivos para fortalecer a pré-escola, os recursos federais vinculados recebidos pelos municípios poderiam ser usados especificamente na pré-escola e no ensino fundamental, enquanto aqueles recebidos pelos estados poderiam ser vinculados ao ensino fundamental e ao médio.

O desenvolvimento da primeira infância também pode ser reforçado em casa. Como, freqüentemente, os pais não sabem as técnicas apropriadas para estimular a criança, os programas para ensinar habilidades parentais, como discutido neste relatório, são um investimento-chave para prevenir comportamentos de risco entre jovens ou para ajudar a lidar com os difíceis anos experimentais da juventude.

(iii) Criando Adultos que se Importam: Ajudando Famílias e Comunidades a Criar uma Juventude Saudável. Programas para apoiar a família e a comunidade, ou dar a elas as ferramentas para apoiar os jovens, são uma necessidade imediata. Estimulação precoce das crianças, gerenciamento de conflito, filhos adolescentes, e gerenciamento de relações familiares são desafios regularmente enfrentados por pais e cuidadores, mas há ferramentas para facilitar essas tarefas e, assim, melhorar o ambiente familiar para os jovens. Tais informações podem ser levadas aos pais de várias maneiras: (a) aulas sobre habilidades parentais e gerenciamento de conflitos para pais ou cuidadores, através dos centros familiares comunitários que foram construídos em mais de 900 municípios no Brasil, (b) exigência da participação dos pais nesses cursos como uma condição para receber as transferências do *Bolsa Família*, e (c) uso da mídia, especialmente durante as tele-novelas noturnas, para ensinar habilidades parentais.

No nível da comunidade, diversas iniciativas podem ser expandidas: (a) fundos de investimento social podem incluir jovens no planejamento e na implementação dos projetos, ou podem prover treinamentos para jovens (para uso no presente e no futuro), tais como desenvolvimento da primeira infância ou programas de lazer supervisionados; (b) programas regulares de lazer supervisionado podem ser implementados em espaços comunitários partilhados – praças, parques, igrejas, centros comunitários e muitos outros espaços públicos já existentes – e os recursos podem ser usados para material para o programa e supervisão adulta, em vez de para construir (dispendiosos) espaços de lazer. Além disso, podem ser implantados programas de melhoria urbana para aumentar a segurança nos bairros, como está sendo feito atualmente em áreas pobres de Salvador e Ilhéus através do reassentamento de moradias em áreas de alto risco (palafitas); programas de infra-estrutura de água e esgoto, e calçamento de ruas; e, o que é importante, provisão de pessoal e material para implementar programas sociais na comunidade (creches, contratos dados à comunidade para realização de pequenas obras, etc.).

(iv) Reabilitar jovens através de tratamento direcionado e individualizado para jovens em situação de risco e suas famílias. Os programas de recuperação mais eficazes focalizam o desenvolvimento humano, em vez de tratar o comportamento. Por exemplo, pôr pessoas jovens na prisão impedirá que ajam violentamente em suas comunidades, mas isso não muda o conjunto central de crenças e experiências que levaram a pessoa à prisão, em primeiro lugar. Em vez disso, programas eficazes de recuperação buscarão mudar os fatores e as condições (vistos nos capítulos anteriores) que estão por trás da escolha de assumir comportamentos que envolvam risco.

Uma maneira efetiva de reprogramar pessoas jovens já engajadas em comportamentos negativos é oferecer aconselhamento intensivo e atividades produtivas fora de suas comunidades, que estão infestadas de influências negativas. Esta não é uma recomendação de institucionalização, mas, sim, de se usar atividades produtivas cuidadosamente planejadas, em uma comunidade aberta que não ofereça as mesmas influências negativas existentes no ambiente usual da pessoa jovem. Por exemplo, uma metodologia que tem sido usada em outros países é um programa voluntário de longo prazo no qual jovens são ativamente engajados em trabalho voluntário, mas vivem fora de suas comunidades numa casa comunitária supervisionada por uma equipe de especialistas em desenvolvimento de jovens. Isso difere do Serviço Civil Voluntário (SCV), pois o objetivo central é usar a experiência de voluntariado para ensinar habilidades para o trabalho e a vida, e todo o programa está sustentado por serviços sociais intensivos destinados a discutir questões comportamentais. Em contraste, o SCV focaliza educação e treinamento, onde o trabalho voluntário é um componente menor destinado a criar responsabilidade cívica.⁸⁹ Pode-se imaginar uma versão brasileira do

⁸⁹ A estrutura dos modelos também difere em quatro aspectos importantes. No programa de voluntários de longa duração, os jovens trabalham e vivem em comunidades que não são as suas; vivem com uma equipe de assistentes sociais que os supervisionam e aconselham; a duração do trabalho comunitário varia de seis meses a dois anos, dependendo do tempo requerido para que o jovem complete o programa; e as oportunidades de voluntariado são selecionadas e desenhadas pelo programa e a comunidade.

Conservation Corps, que poderia cuidar da Amazônia ou do Pantanal, ou um programa como “Ano da Cidade” (*City Year*), que colocaria pessoas jovens em cidades grandes para prover serviços que melhorem a qualidade de vida – remoção de grafites, limpeza de parques, e atividades que dêem algo de volta à comunidade – ao mesmo tempo em que aprendem habilidades para tomar decisões acertadas que os manterão afastados de comportamentos de risco.

(v) Facilitar a transição escola/trabalho para jovens em situação de risco. Alguns jovens têm uma dificuldade particular para passar da condição de estudante de tempo integral à de empregado de tempo integral, o que se reflete nas estatísticas elevadas apresentadas neste relatório nos itens “trabalha e estuda” e “não trabalha nem estuda”. A dificuldade nessa transição não é surpresa, já que os jovens não têm experiência de integrar-se ao mercado de trabalho e, adicionalmente, os jovens em situação de risco tendem a carecer das habilidades sociais e técnicas necessárias para encontrar e manter empregos, além de muitos outros fatores que complicam suas vidas de trabalho.

Em termos de políticas, melhores serviços de intermediação para o trabalho, junto com treinamento para o trabalho ou estágios, bem como um sistema de apoio para pessoas jovens, são um pacote caro, mas efetivo. Isso poderia ser conseguido através de adaptações de programas existentes. Por exemplo, poder-se-ia acrescentar um novo componente ao SINE, ou terceirizá-lo, a fim de melhor servir a população dos jovens em situação de risco, não apenas fornecendo informação sobre vagas de emprego, mas também outros serviços dos quais necessitam esses jovens: aulas sobre habilidades sociais para o mercado de trabalho, técnicas de procurar emprego, e serviços de acompanhamento dos que já estão engajados na busca de emprego.

Para complementar o que faz o SINE, as habilidades técnicas dos jovens em situação de risco precisam ser melhoradas. Embora exista uma grande quantidade de escolas técnicas, e o Presidente da República tenha recentemente anunciado sua expansão, esses programas – Sistema-S, CIEE, e escolas técnicas – estão, na maior parte dos casos, fora do alcance da maioria dos jovens em situação de riscos. Também poderiam ser acrescentados componentes especiais aos programas, seja através dos próprios programas, ou contratados com o setor privado para oferecer apoio intensivo aos jovens em situação de risco que carecem dos pré-requisitos educacionais e comportamentais para participar.

O treinamento precisa estar coordenado com treinamento no trabalho através de estágios, a fim de garantir a relevância do treinamento e ajudar a transição dos jovens da esfera educacional para a esfera do trabalho. Embora o SINE possa ser usado para combinar jovens em situação de risco com oportunidades de estágio, deve-se ter cuidado para que os trabalhadores contratados pelos empregadores tenham, de fato, algo a oferecer à empresa. Somente assim podem ser cumpridas as leis sobre estágios. Como uma alternativa, empresas de treinamento (públicas ou privadas), com financiamento público,

poderiam cuidar de identificar e contratar posições de estágio em empresas privadas antes mesmo que o treinamento seja oferecido.

Finalmente, um sistema mais geral de apoio é necessário para ajudar a pessoa a ser um melhor trabalhador. Isso requereria colaboração entre agências especializadas em outros fatores – cuidado infantil, saúde, transporte, violência doméstica, etc. – que podem impedir que uma pessoa seja um bom empregado. A Caixa 7.1 mostra que isso não é uma tarefa impossível, apresentando um modelo bem-sucedido que tem sido implementado na América Latina para jovens em situação de risco.

Caixa 7.1: Os Modelos Jovens da América Latina – o Futuro da Transição Escola-Trabalho para os Jovens em Situação de Risco?

Por toda a América Latina, os governos estão experimentando um programa para jovens em situação de risco que vem tendo resultados notáveis. O programa baseia-se no pressuposto de que jovens de áreas pobres não têm as habilidades adequadas para entrar no mercado de trabalho: não têm conhecimentos de como procurar e conseguir treinamento ou emprego, o custo de oportunidade de preparar-se para o emprego é alto para o jovem e sua família (especialmente no caso das jovens), e é impossível prever as habilidades que o mercado demandará. Como resultado, foi desenvolvido um modelo com variações em torno das seguintes diretrizes gerais:

- O treinamento para o emprego é fornecido por ONGs que só são aceitas no programa se tiverem contratado estágios para seus estudantes logo que eles terminem a parte de instruções em sala de aula, e se demonstrarem sua competência para treinar nas habilidades demandadas pelos estágios.
- Os serviços das ONGs são prestados na comunidade onde vivem os jovens, a fim de encorajar a participação num ambiente familiar e fornecer os serviços personalizados requeridos pelo programa.
- O programa inclui um componente intensivo de “habilidades para a vida”, que inclui o desenvolvimento de um plano de vida (educação e emprego), gerenciamento de conflito, e técnicas de buscar emprego.
- Serviços sociais são um componente-chave do programa.
- O programa exige disciplina em termos de vestimenta, atrasos, faltas e comportamento, com o direito de expulsar estudantes que não cumprirem o exigido.
- Durante todo o programa, os alunos recebem um estipêndio para transporte, almoço e creche (para mulheres com filhos).
- Os empregadores não pagam todo o custo do aprendiz e não têm obrigação de empregá-lo.

Avaliações de impacto do programa mostram que ele tem sido bem-sucedido em conseguir empregos para jovens em situação de risco, e o tempo de permanência deles no emprego é mais alto que o daqueles que não participam do programa.

Fonte: Ñopo, Robles, e Saavedra 2002

(vi) Monitorar e avaliar um pequeno conjunto de programas promissores. Para começar a criar uma carteira de programas para a juventude que funcionem no contexto brasileiro e conduza a uma estratégia de investimento mais responsável, é necessário um esforço articulado para investir em boas avaliações. Os principais programas a serem

avaliados devem ser aqueles que (a) parecem ter sucesso no Brasil, (b) têm sucesso em outros contextos, e (c) têm potencial para ser ampliados. Usando esses critérios, pode-se avaliar cuidadosamente um pequeno conjunto de programas e, com base nos resultados, políticas podem ser elaboradas e um novo conjunto de programas então selecionado para avaliação. Com cada iteração, melhores informações estarão disponíveis para orientar investimentos responsáveis no nível local.

BIBLIOGRAFIA

- Abramovay, M. and M. Rua (2002) *Violência nas Escolas*. (UNESCO: Brasília).
- Abramovay, M. et. al. (2003) *Escolas Inovadoras: Experiências Bem-Sucedidas em Escolas Públicas*. (UNESCO: Brasília).
- ABRAPIA (2003) *Relatório Abuso Sexual, 1º de janeiro, 2000-31 de janeiro, 2003*. (ABRAPIA: Rio de Janeiro).
- Alda, Erik (2005) "Does Social Capital Protect Against Youth's Engagement in Risky Behaviors? Looking at Evidence from the Northeast of Brazil." Mimeo.
- American Bar Association (2003) "Adolescent Brain Development and Legal Culpability." (Criminal Justice Section, American Bar Association: Washington, DC).
- Assunção, J. (2005) "Brazilian Youth at Risk: Estimating the Costs of Not Preventing Risky Behavior." Mimeo
- Astone, N. and S. McLanahan (1991) "Family Structure, Parental Practices and High School Completion." *American Sociological Review* 56:309-320.
- Barker, G. and M. Fontes (1996) "Review and Analysis of International Experience with Programs Targeted on At-Risk Youth." (The World Bank: Washington DC).
- Barker, G. (1995) "Situational Analysis of Drug Abuse among Youth At-Risk in the Caribbean: A Needs Assessment of Out-of-School Youth in St. Vincent and the Grenadines, Trinidad and Tobago, St. Maarten and Jamaica." UNDCP, mimeo.
- Barros et al. (2001). "Underlying cause of death from external causes: validation of official data in Recife, Pernambuco, Brazil." *Pan American Journal of Public Health*. 9(2):84-93.
- BEMFAM (1996) *Macro Systems International, 1996. Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde*.
- Berger, P.L. and T. Luckman, (1966) *The social construction of reality*. (Anchor Books: New York, NY).
- Belisário, José Ferreira, Claudia Werneck, Patricia Moreira, and Claudia Maia (Março de 2004) "Detalhamento dos Quatro Grupos Focais e Um de Controle Organizados pela Escola De Gente," mimeo.

Betcherman, B., K. Olivas, and A. Dar (2004) "Impacts of Active Labor Market Programs: New Evidence from Evaluations with Particular Attention to Developing and Transition Countries." (The World Bank: Washington, DC).

Bilchik, S. (1998) Juvenile Justice Bulletin. (Department of Justice: Washington, DC).

Blom, Andreas, et al. (2001) "Education, Earnings, and Inequality in Brazil 1982-1998." (The World Bank: Washington, DC).

Blum, R. (1998). "Healthy Youth Development as a Model for Youth Health Promotion: A Review." *Journal of Adolescent Health* 22(5):368-375.

Blum, R. (2002) "Adolescent Health in the Caribbean." Draft. (The World Bank: Washington DC).

Blum, R. and P. Rinehart (1997) *Reducing the Risk: Connections that make a Difference in the Lives of Youth*. (Division of General Pediatrics and Adolescent Health, University of Minnesota: Minneapolis, MN).

Blum, R., C.A. McNeely, and P.M. Rinehart (2002) *Improving the Odds: The Untapped Power of Schools to Improve the Health of Teens*. (Center for Adolescent Health and Development, University of Minnesota: Minneapolis, MN).

Bonelli, Regis and Alinne Veiga (2004) "Determinants of Educational Exclusion in Five States of Brazil" in Maria-Valeria Pena and Maria Madalena dos Santos (eds) *Children's and Youth Vulnerability: Poverty, Exclusion and Social Risk in Five Brazilian States* (The World Bank: Brasília).

Bonelli, Regis, Jose Guilherme Reis, and Alinne Veiga (2004) "Characteristics and Determinants of Youth Unemployment in Brazil," LCSES/World Bank, mimeo.

Bronfenbrenner, U. (1979) *The ecology of human development*. (Harvard University Press: Cambridge, MA).

Bruno, Z.V. and P. Bailey (1998) "Gravidez em adolescentes no Ceará: maternidade ou aborto." Paper apresentado no Seminário sobre Gravidez na Adolescência, no Rio de Janeiro, Brasil, em 30-31 de julho de 1998.

Burghardt, J. et al. (2001). "Does Job Corps Work? Summary of the National Job Corps Study." (Mathematica Policy Research: Princeton, NJ).

Callahan, C et al. (1994). "Money for Guns: Evaluation of the Seattle Gun Buy-Back Program". *Public Health Report* 109:472-477.

Cardoso, Ruth and Helena Sampaio (1995) *Bibliografia sobre Juventude*. (EDUSP: São Paulo).

Carlini et. al. (2002) “Levantamento sobre o Uso de Drogas Psicotropicas no Brasil – 2001.” (CEBRID/UNIFESP: São Paulo).

Castro, M. and M. Abramovay (2002) *Drogas nas Escolas*. (UNESCO: Brasília).

CEBRAP (1999) *Pesquisa Nacional de Reprodução Humana*. (CEBRAP: São Paulo).

Clark, R.M. (1988) *Critical Factors in Why Disadvantaged Children Succeed or Fail in School*. (Academy for Educational Development: New York).

Coelho de Souza, MM (1998) “A maternidade nas mulheres de 15-19 anos como desvantagem social.” Paper presented at the Seminar on Adolescent Pregnancy in Rio de Janeiro, Brazil on 30-31 July of 1998.

da Silva, Jose Edson Gomes and Barbara Brakarz (2004) "Qualitative Aspects of Educational Exclusion in Rural Schools" in Maria-Valeria Pena and Maria Madalena dos Santos (eds.) *Children's and Youth Vulnerability: Poverty, Exclusion and Social Risk in Five Brazilian States*. (World Bank: Brasília).

Dalbosco et al (2005). “Índice de Bem-Estar Infante-Juvenil no Brasil.” Mimeo.

de Bruyn, M. and S. Packer (2004) *Adolescents, unwanted pregnancy and abortion: Policies, counseling and clinical care*. (IPAS: Chapel Hill, NC).

Diamond, Larry (1992) “Economic Development and Democracy Reconsidered”, pp. 93-139 in Gary Marks & Larry Diamond (eds.), *Reexamining Democracy. Essays in Honor of Seymour Martin Lipset*. (Sage Publications: Beverly Hills, CA).

Donohue, J. and S. Levitt. (2001) "The Impact of Legalized Abortion on Crime." *The Quarterly Journal of Economics* 66(2): 379-420.

Duncan, G. (1976) "Earnings Functions and Nonpecuniary Benefits." *Journal of Human Resources* 11(Fall): 464–83.

Eckstein Z. and K. Wolpin (1999) “Why Youths Drop out of High School: the Impact of Preferences, Opportunities, and Abilities.” *Econometrica* 67(6):1295-1339.

Elmer, Nicholas and Stephen Reicher (1995) *Adolescence and Delinquency: The Collective Management of Reputation*. (Blackwell Publishers: London).

Faundes, A. (2000) “Public-private collaboration in the provision of women’s health services in Brazil.” Working draft. Unpublished.

Feldman, S. and G. Elliot (1997) *At the Threshold: The Developing Adolescent*. (Harvard University Press: Cambridge, MA).

Fernandes, Rubem César (2004) “Segurança Para Viver: Propostas para uma Política de redução da Violência Entre Adolescentes e Jovens” In Regina Novaes and Paulo Vannuchi (eds), *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação* (Instituto Cidadania and Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo).

Ferraz E. and I.Q. Ferreira (1998) “Início da atividade sexual e características da população adolescente que engravida.” Paper presented at the Seminar on Adolescent Pregnancy in Rio de Janeiro, Brazil on 30-31 July of 1998.

FOCUS (2001) “Advancing Youth Adult Reproductive Health: Actions for the Next Decade.” End of Program Report. (FOCUS: Washington D.C.).

Fulwiler, Toby and Art Young, eds (1982) *Language Connections: Writing and Reading Across the Curriculum*. (NCTE: Urbana, IL)

Gacitúa, E., C. Soto, and S.H. Davis (2001) *Social Exclusion and Poverty Reduction in Latin America and the Caribbean*. (FLASCO/World Bank: San José, Costa Rica).

Garmezy, N. (1985) “Stress Resistant Children: The Search for Protective Factors.” In J.E. Stevenson (ed.), *Recent Research in Developmental Psychopathology*, supplement 4:213-33 of the *Journal of Child Psychology and Psychiatry and Allied Disciplines* (Pergamon Press: Oxford)

Glat, Rosana (2004) “Saúde Sexual, Deficiência e Juventude em Risco,” mimeo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Grossman M. and R. Kaestner (1997) “Effects of Education on Health.” Chapter 4 in J.R. Behrman and N. Stacey (eds.) *The Social Benefits of Education*. (University of Michigan Press: Ann Arbor).

Giedd JN, Blumenthal J, Jeffries NO, Castellanos FX, Liu H, Zijdenbos A, Paus T, Evans AC, Rapoport JL (1999) Brain development during childhood and adolescence: a longitudinal MRI study. *Nature Neuroscience* 2(10):861-863

Haveman, R. and B. Wolf (1984) “Schooling and Economic Well-Being: the Role of the Non-Market Effects.” *Journal of Human Resources* 19:377-407.

Hawkins, J.D., Catalano, R.F., Kosterman, R., Abbott, R., & Hill, K.G. (1999) “Preventing Adolescent Health-Risk Behaviors by Strengthening Protection During Childhood.” *Archives of Pediatric and Adolescent Medicine*, 153, 226-234.

Henggeler, S.W. (1991) *Treating conduct problems in children and adolescents (treatment manual)*. (S.C. Dept. of Mental Health: Columbia, SC).

Horizons (2004) "Promovendo relacionamentos equitativos e prevenção de HIV/DST com homens jovens: resultados de um estudo de intervenção no Brasil" (Population Council: Washington, DC)

Human Rights Watch (2003) Fact Sheet: Juvenile Detention in Brazil, April 2003

Human Rights Watch (2004) "Human Rights Overview." January 2004.

Human Rights Watch, "Human Rights Overview." January 2004.

Instituto Cidadania (2004) Projecto Juventude: Documento de Conclusão (Brasília, Brazil)

Jessor, R., and S. Jessor (1977) Problem behavior and psychosocial development: A longitudinal study of youth. (Academic Press: New York).

Jessor, R. (ed.) (1998) New perspectives on adolescent risk behavior. (Cambridge University Press: New York).

Kipnis, Bernardo (2004) "Bibliografia Comentada sobre Juventude no Brasil." Mimeo (The World Bank: Washington, DC)

Kirby, D. (2001) "Emerging Answers: Research Findings on Programs to Reduce Teen Pregnancy." (National Campaign to Prevent Teen Pregnancy: Washington DC).

Kirby, D. (2003) "Changing Youth Behaviors: Findings from U.S. and Developing Country Research and Their Implications for A, B and C." Presentation at the Meeting on HIV Prevention for Young People in Developing Countries. July 24, 2003, Washington, DC.

Knowles, J.C. and Behrman J.R. (2003) Assessing the economic benefits of investing in youth in developing countries. (The World Bank: Washington, DC).

Koller, Silvia, J'amis Ribeiro, Elder Cerqueira-Sant'oa, Normanda Araujo de Moraes, and Maycoln Leoni Teodoro (2005) "Juventude Brasileira: Comportamentos de Risco, Fatores de Risco e de Proteção." Mimeo.

Leal, Maria Lúcia and Maria de Fátima Leal (2002) Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil. Relatório Nacional (CECRIA: Brasília).

Lederman, D., N. Loayza, and A.M. Menendez (2002) "Violent Crime: Does Social Capital Matter." *Economic Development and Cultural Change* 50(3): 509-31.

Levantis T. and A. Gani (2000) "Tourism Demand and the Nuisance of Crime." *International Journal of Social Economics* 27:959-67

- Lloyd, C. (2005) Growing Up Global: The Changing Transitions to Adulthood in Developing Countries. Panel on Transitions to Adulthood in Developing Countries. (National Research Council: Washington, DC).
- Lynam, R. (1999) "Project DARE: No Effects at 10-Year Follow-Up". *Journal of Consulting and Clinical Psychology* 67(4):590-593.
- Maloney W. and M. Bosch (2005). "Labor Market Dynamics in Developing Countries: Comparative Analysis using Continuous Time Markov Processes." (The World Bank: Washington, DC). Unpublished.
- Manlove, J, K. Franzetta, K McKinney, A Romano-Papillo, and Terry-Humen, E.(2004). No time to waste: Programs to reduce teen pregnancy among middle school-aged youth.(National Campaign to Prevent Teen Pregnancy:Washington, DC)
- Maynard, R. (1996) "The cost of Adolescent childbearing." In R. Maynard (ed.) *Kids Having Kids*. (Urban Institute: Washington D.C.).
- McNeely et al. (2002) "Mother's Influence on Adolescents' Sexual Debut" *Journal of Adolescent Health* 31(3):256-265.
- Menezes Filho, N. (2005) "Adolescents in Latin America and the Caribbean: Examining Time Allocation Decisions with Cross-Country Micro Data." (USP: São Paulo).
- Mincer, Jacob. 1993. *Collected Essays of Jacob Mincer (Vol.1): Studies in Human Capital*. (Ashgate: Brookfield VT).
- Ministerio da Justica, IPEA, and MNMMR (2002) "Mapeamento da Situação das Unidades de Execucao de Medida Socioeducative de Privação de Liberdade ao Adolescente em Conflito com a Lei." Mímeo.
- OECD (1996). *Education at a Glance: Analysis*. (OECD: Paris).
- Paus T, Zijdenbos A, Worsley K, Collins DL, Blumenthal J, Giedd JN, Rapoport JL, Evans AC (1999) Structural Maturation of Neural Pathways in Children and Adolescents: In Vivo Study. *Science* 283(5409):1908-1911
- Pena, Maria-Valeria and Maria Madalena dos Santos (2004) *Children's and Youth Vulnerability: Poverty, Exclusion and Social Risk in Five Brazilian States*. (The World Bank: Brasília).
- Pena, Maria-Valeria and Maria Correia (2003) "The Question of Gender in Brazil" (World Bank: Brasília).
- Pena, Maria-Valeria, Barbara Brakarz, and Vania Medrado de Franco (2004) "Particularly Vulnerable Groups: Education and Schools in Indigenous and Quilombo

Communities" in Maria-Valeria Pena and Maria Madalena dos Santos (eds.) *Children's and Youth Vulnerability: Poverty, Exclusion and Social Risk in Five Brazilian States* (World Bank: Brasília)

Pinto e Silva, JL (1998) "Pregnancy during adolescence: Wanted vs. unwanted." *International Journal of Gynecology and Obstetrics* 63 Suppl. 1 (1998) S151-S156.

PISA (2003) "Literacy Skills for the World of Tomorrow: Further Results from PISA 2000". (OECD and UNESCO Institute for Statistics: Paris)

Population Reference Bureau (2000) *The World's Youth 2000*. (Population Reference Bureau: Washington, DC)

Prates, Ceres and Maria Beatriz Nogueira (2004) "Juventude e Políticas Públicas: Um Olhar sobre as Ações Executadas no Estado e no Município do Rio de Janeiro".

RNFSDR (2002) "Folheto Mortalidade Materna -2002".

RNFSDR (2005) "Dossiê aborto: mortes preveníveis e evitáveis."

Resnick, M. et al (1997) "Protecting adolescents from harm: Findings from the National Longitudinal Study on Adolescent Health." *Journal of the American Medical Association* 278(10):823-832.

Rodríguez, Alberto and Carlos A. Herrán (2000) "Secondary Education in Brazil: Time to Move Forward." (World Bank and Inter-American Development Bank: Washington, DC).

Roman J. and G. Farrell (2001) "Cost-Benefit Analysis and Crime Prevention." Draft. (Urban Institute: Washington, DC).

Roth, J. et al. (1998) "Promotion of Healthy Adolescents: Synthesis of Youth Development Program Evaluations." *Journal of research on Adolescence* 8(4):423-59.

Russell-Brown, P., P. Engle, and J. Townsend (1994) *The Effects of Early Childbearing on Women's Status in Barbados*. (International Center for Research on Women: Washington, DC).

Rutter, M. (1993) "Resilience: Some Conceptual Considerations." *Journal of Adolescent Health* 14:626-31.

Salem, Tania (2004) "Teens and Youth Perceptions on Exclusion, Inequality, and Opportunities" in Maria-Valeria Pena and Maria Madalena dos Santos (eds.) *Children's and Youth Vulnerability: Poverty, Exclusion and Social Risk in Five Brazilian States* (World Bank: Brasília)

Salles, Écio (2002) “Afro-Reggae: Arte e Atitude Contra o Narcotráfico” In Regina Novaes, Marta Porto and Ricardo Henriques (eds) *Juventude, Cultura e Cidadania*. (ISER)

Satcher, D. (2001) “Youth Violence: A Report of the Surgeon General.” (Department of Health and Human Services: Washington, DC).

Schinke, S. (2000) *Thirty-month Impact Assessment of Project Learn* (Columbia University School of Social Work: New York)

Schweinhart, Lawrence (2004). “The High/Scope Perry Preschool Study through Age 40: Summary, Conclusions, and Frequently Asked Questions.” (High/Scope Press: Ypsilanti, Mich.)

Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Presidência da República, Brasil, and UNFPA, “Paz nas Escolas: Construindo um Modelo Nacional de Prevenção a Violência nas Escolas.” Draft.

Silva, Nelson do Valle (2001) “Race, Poverty, and Social Exclusion in Brazil.” In Estanislao Gacitúa, Carlos Sojo and Shelton Davis (eds) *Social Exclusion and Poverty Reduction in Latin America and the Caribbean* (World Bank: Washington, DC).

Soares, Luiz Eduardo (2004) “Juventude e Violência no Brasil Contemporâneo” In Regina Novaes and Paulo Vannuchi (eds), *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação* (Instituto Cidadania and Editora Fundação Perseu Abramo: São Paulo).

Soares, Sergei, Luiza Carvalho, Bernardo Kipnis (2003) "Os Jovens Adultos de 18 a 25 Anos: Retrato de Uma Dívida da Política Educacional." IPEA Texto para Discussão No. 954. (IPEA: Rio de Janeiro).

Speizer, Ilene S., Robert J. Magnani, and Charlotte Colvin. (2003) “The Effectiveness of Adolescent Reproductive Health Interventions in Developing Countries: A Review of the Evidence.” *Journal of Adolescent Health* 33:324-348.

Spinks, Sarah “Adolescent Brains are Works in Progress.” PBS Frontline.

Office of National Drug Control Policy (2001) *The Economic Costs of Drug Abuse in the United States, 1992-1998*. (Executive Office of the President: Washington, DC).

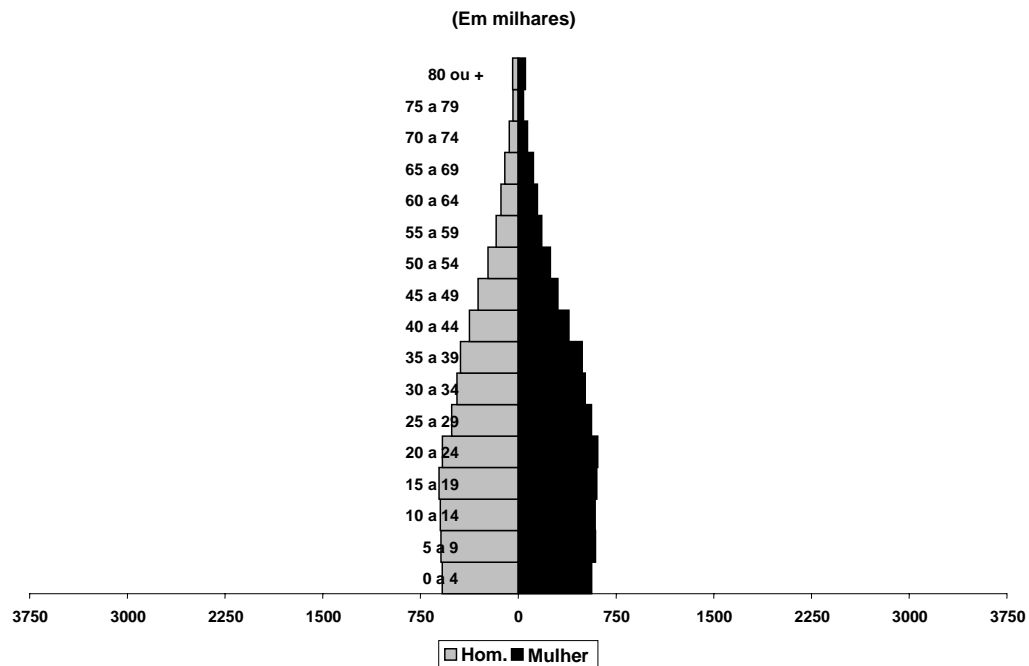
Trajman A. et al. (2003). “Knowledge about STD/AIDS and sexual behavior among high school students in Rio de Janeiro, Brazil.” *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 19(1):127-133.

UNICEF (2002) *A Voz dos Adolescentes*. (UNICEF: Brasília).

- Verner, Dorte and Erik Alda (2004) "Youth at Risk, Social Exclusion, and Intergenerational Poverty Dynamics: A New Survey Instrument with Application to Brazil." (The World Bank: Washington, DC).
- Waiselfisz, J. (2004) Mapa da violencia IV: os jovens do Brasil: juventude, violencia e cidadania. (UNESCO: Brasília).
- Waiselfisz, J. et. al. (2004) Relatorio de Desenvolvimento Juvenil 2003. (UNESCO: Brasília).
- Weiss, Zezé (2004) Vozes Jovens. (The World Bank: Brasília).
- WHO (2002) World Report on Violence and Health, 2002. (World Health Organization: Geneva).
- WHO (2004) Information brief on the Talloire consultation to review the evidence for policies and programmes to achieve the global goals on young people and HIV/AIDS: Steady, ready GO! (World Health Organization: Geneva)
- World Bank (2000) "Youth and Social Development: An Integrated Approach for Social Inclusion." (The World Bank: Washington, DC)
- World Bank (2002) "Brazil: Maternal and Child Health." (The World Bank: Washington, DC).
- World Bank (2003) Youth Development in the Caribbean. (The World Bank: Washington, DC).
- World Bank (2005) "Investing in Children and Youth: A Strategy to Fight Poverty, Reduce Inequity, and Promote Human Development." (The World Bank: Washington, DC).
- World Bank (2005) "Youth in Numbers: LAC." (The World Bank: Washington, DC). Unpublished.

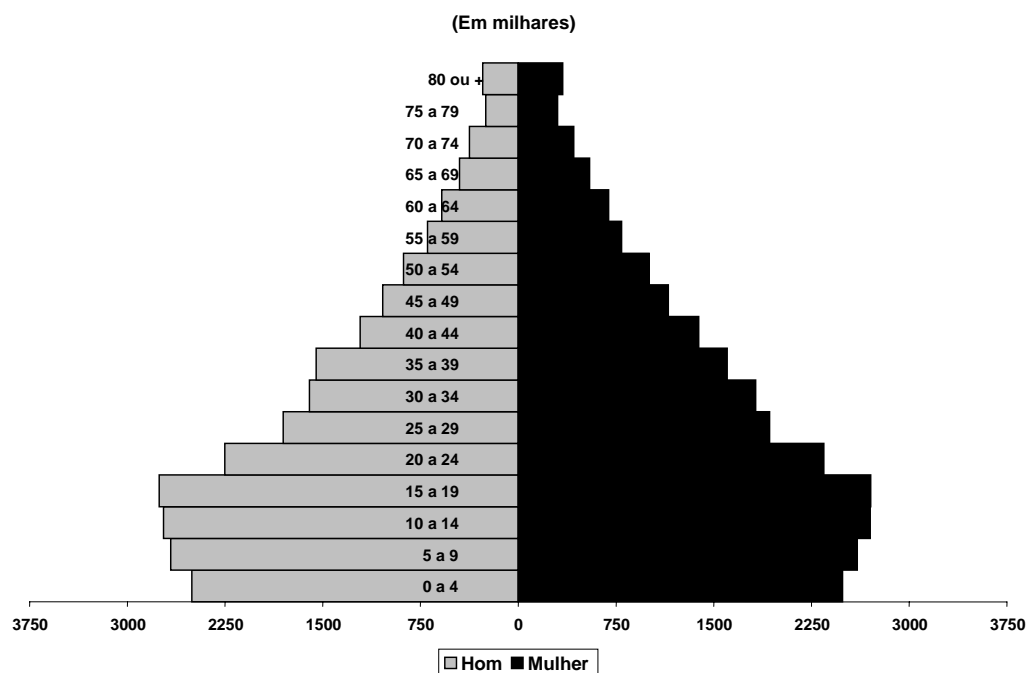
ANEXO 1: PIRÂMIDES POPULACIONAIS

Gráfico A1.1: POPULAÇÃO POR GÊNERO E IDADE NA REGIÃO CENTRO-OESTE, 2001



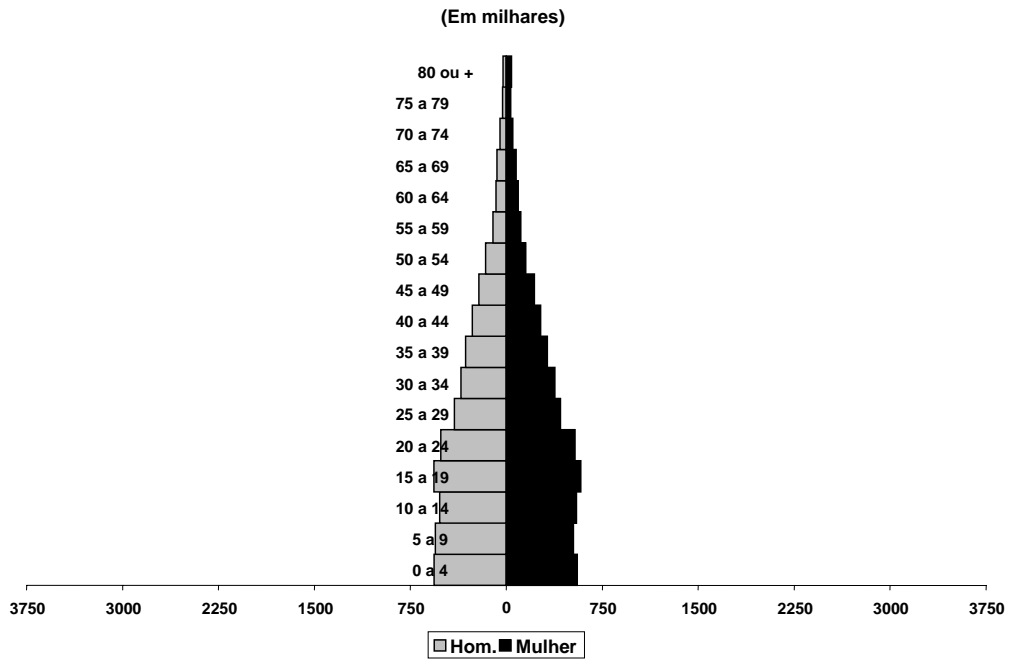
Fonte: PNAD 2001, cálculos do autor

Gráfico A1.2: POPULAÇÃO POR GÊNERO E IDADE NA REGIÃO NORDESTE, 2001



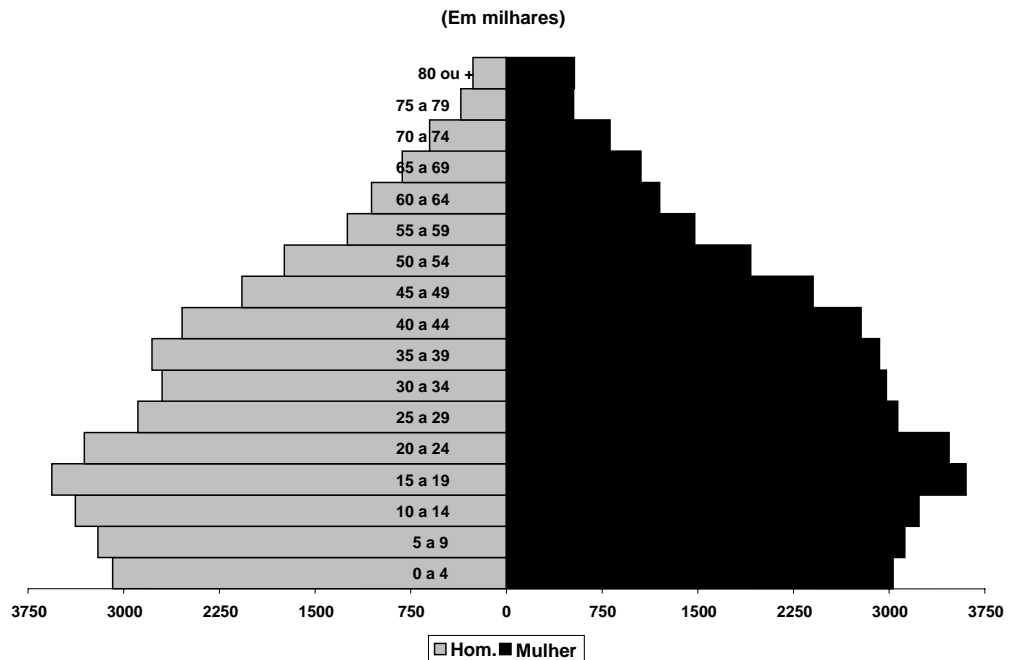
Fonte: PNAD 2001, cálculos do autor

Figura A1.3: POPULAÇÃO POR GÊNERO E IDADE NA REGIÃO NORTE, 2001



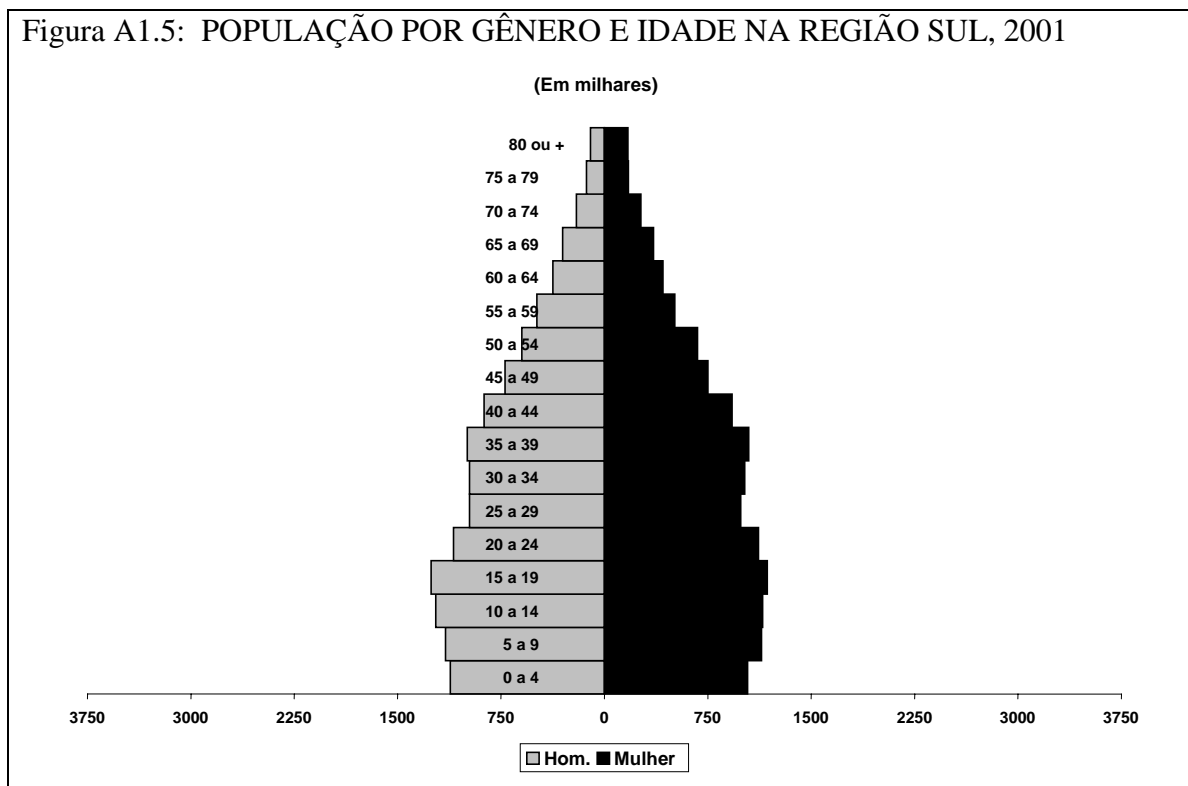
Fonte: PNAD 2001, cálculos do autor

Figura A1.4: POPULAÇÃO POR GÊNERO E IDADE NA REGIÃO SUDESTE, 2001



Fonte: PNAD 2001, cálculos do autor

Figura A1.5: POPULAÇÃO POR GÊNERO E IDADE NA REGIÃO SUL, 2001



Fonte: PNAD 2001, cálculos do autor

ANEXO 2: METODOLOGIA DE CUSTOS

	Componentes para Calcular cada Equação e Pressupostos-Chave			
Resultado & Fonte de Dados	Privados		Sociais	
	Diretos	Econômicos	Diretos	Econômicos
<p>Abandono da escola Contrafactual: nível de educação completado Dados: PNAD 2002</p>	<p>Sem custos; de fato, pode haver economia pelo que não foi gasto com material escolar, matrículas, uniformes, etc.</p>	<p>Perda de salários por toda a vida Taxa de desconto de 5%</p>	<p>Não calculados, pois não foi possível associar a probabilidade de evasão escolar e o engajamento em comportamentos e eventos arriscados</p>	<p>Perda de receitas do imposto de renda por toda a vida</p>
<p>Gravidez na adolescência Contrafactual: mães de 20-24 anos Dados: PNAD, dados do Ministério da Saúde sobre mortalidade infantil</p>	<p>Não há dados sobre custos de abortos nem custos médicos</p>	<p>Futura renda da mãe + renda permanente do filho + custo da mortalidade infantil (*custo da vida]</p>	<p>Não há dados sobre custo de cesarianas</p>	<p>Não calculados, pois não há dados sobre o custo de ser mãe/pai adolescente ou cometer um crime</p>
<p>Crime e violência Contrafactual: sem violência Dados: PNAD, base de dados sobre homicídios, censo penitenciário brasileiro</p>	<p>Não há dados sobre jovens criminosos homicidas</p>	<p>Valor da morte prematura (incluindo dor e sofrimento) + perda dos rendimentos do criminoso enquanto encarcerado</p>	<p>Custo de prisão + custo de julgamento + custo de detenção</p>	<p>Custo de oportunidade dos recursos gastos pelo governo com prisão, julgamento e detenção de um jovem criminoso homicida</p>

Desemprego Contrafactual: trabalhadores com mais de 24 anos de idade	\$0	Perda de renda devida ao desemprego = renda dos de 15-24 anos de idade *[taxa de desemprego _{youth} – taxa de desemprego _{adult}]	Pagamento adicional de seguro desemprego para a coorte jovem	Custo de oportunidade dos custos sociais diretos
Uso de drogas e álcool Contrafactual: sem uso de drogas ou álcool (ou efeitos ruins, se usados)	Não há dados sobre gastos privados com programas de tratamento de drogados	Produtividade perdida dos trabalhadores (somente homens) – parâmetros de um estudo feito em 1992 nos E.U.	Não há informação sobre ocorrência de problemas de saúde resultantes de drogas e álcool (embora tenha havido custos públicos de tratamento)	Não há dados
Infecção por HIV Contrafactual: sem infecção de HIV quando adolescente Dados: PNAD, taxas de infecção da UNAIDS	Não há informação sobre custos médicos privados com Aids no Brasil	Custo de morte prematura devida à Aids, se contraída quando adolescente	Gastos com terapias anti- retrovirais e hospitalização	Taxa de novas infecções * (custos econômicos privados + custos financeiros sociais + custo de oportunidade de recursos gastos com tratamento médico de pacientes).

Nota: (a) Foi usada a metodologia de valor-da-vida nesses cálculos.

ANEXO 3: *ODDS RATIOS* DE ENGAJAMENTO EM COMPORTAMENTO DE RISCO OU EXPOSIÇÃO A EVENTOS ARRISCADOS, POR FATOR DE RISCO

Fator	<i>Odds Ratios</i>						
	Escola	Trabalho	Comportamento sexual	Álcool	Tabaco	Drogas ilegais	Comportamento violento
Fatores Individuais							
Baixa espiritualidade	1,39		1,96	2,18	2,06	---	1,62
Baixa valoração de normas morais	---	---	---	---	---	---	---
Baixas expectativas de achar um emprego	---	2,54	---	---	1,33	---	---
Baixa auto-estima	1,30	---	---	---	1,61	---	1,86
Pouco bem-estar	---	---	---	1,45	1,97	---	2,15
Pessimismo	---	---	1,35	1,38	1,63	---	1,70
Pouca disposição	---	---	---	1,37	2,21	---	2,53
Baixos níveis de auto-eficácia	---	---	---	1,29	---	---	---
Deficiência	---	---	---	---	---	---	---
Fatores Microambientais							
Família							
Pouca sensação de segurança em casa	1,49	---	1,3	1,49	1,85	---	2,49
Baixo abuso psicológico na família	---	1,31	---	0,66	0,63	0,65	0,50
Baixa violência física/sexual na família	---	---	0,64	0,64	0,51	0,53	0,35
Companheiros e Comunidade							
Baixos níveis de amizade/reciprocidade	1,37	1,32	1,4	---	---	0,76	---

Baixo nível de abuso psicológico na comunidade	---	---	0,79	0,54	0,67	0,58	0,62
Baixo nível de violência física/sexual na comunidade	---	---	0,49	0,41	0,42	0,46	0,35
Poucas expectativas de ajuda	1,27	1,33	1,68	1,35	1,39	---	1,70
Baixos índices de integração na comunidade	---	---	1,34	1,34	1,32	---	---
Instituições locais							
Baixa conexão com a escola	---	1,67	1,49	1,56	1,86	---	1,91
Baixa confiança nos centros de saúde local	0,73	---	---	1,36	---	---	---
Fatores Macroambientais							
Baixa confiança em instituições	---	---	1,43	1,38	1,46	---	1,80
Baixa incidência de discriminação sofrida	---	0,67	---	---	---	0,56	0,59
Homem	1,72	1,94	3,51	1,26	---	---	---
Pobreza	1,33	---	1,41	1,26	---	---	---

Nota: Um símbolo “---“ indica que a *odds ratio* não era significativa ao nível de 1%.

ANEXO 4: ESTIMATIVAS DE REGRESSÃO PARA FATORES SUBJACENTES

Regressão Logística (método Forward Stepwise) para o comportamento “uso de drogas ilegais” entre jovens brasileiros (n=1253)

Variável	B	Erro Padrão
Constante	-3,028***	,321
Vítima de discriminação	,454***	,135
Abuso físico/sexual na família	,579***	,200
Abuso psicológico na comunidade	,453***	,138

Modelo R² (Cox & Snell)=.03; Percentagem de predições corretas: 74,5%

** p<.01; ***p <.001

Regressão Logística (método Forward Stepwise) para o comportamento ‘uso de tabaco’ entre jovens brasileiros (n=1123)

Variável	B	Erro Padrão
Constante	-,857*	,467
Violência emocional na comunidade	,550**	,191
Pertencimento à escola	-,546**	,206
Bem-estar	-,597**	,194

Modelo: R² (Cox & Snell)=.03; Percentagem de acertos: 85%

** p<.01; ***p <.001

Regressão Logística (método Forward Stepwise) para o comportamento violento entre jovens brasileiros (n=1032)

Variável	B	Erro padrão
Constante	-1,927***	,573
Violência emocional na família	,539***	,209
Violência física/sexual na família	,863***	,245
Pertencimento à escola	-,742***	,222
Bem-estar	-,598***	,203

Modelo: R² (Cox & Snell)=.05; Percentagem de acertos: 88%

** p<.01; ***p <.001

Regressão Logística (método Forward Stepwise) para a presença de ‘reprovação’ entre jovens brasileiros (n=1674)

Variável	B	Erro Padrão
Constante	-,224	,285
Idade (14-18 anos)	1,615***	,166
São Paulo	-1,532***	,126
Sexo (Feminino)	-,467***	,111
Espiritualidade	-,301**	,110
Auto-estima	-,455***	,111

Modelo: R² (Cox & Snell)=.03; Percentagem de acertos: 67,3%

** p<.01; ***p <.001

Regressão Logística (método Forward Stepwise) para o comportamento ‘tentativa de suicídio’ entre jovens brasileiros (n=1770)

Variável	B	Erro padrão
Constante	-5,735***	,595
Sexo	1,110***	,215
Violência emocional na família	,661***	,201
Violência física/sexual na família	1,039***	,221
Auto-estima	-,626***	,198

Modelo: R^2 (Cox & Snell)=.05; Percentagem de acertos: 92,4%

** p<.01; ***p <.001

Regressão Logística (método Forward Stepwise) para o comportamento ‘uso de álcool’ entre jovens brasileiros (n=1164)

Variável	B	Erro padrão
Constante	-,127	,388
Violência emocional na comunidade	,531***	,129
Violência física/sexual na comunidade	,905***	,252
Apoio à saúde	-,373**	,124
Espiritualidade	-,825***	,123

Modelo: R^2 (Cox & Snell)=.08; Percentagem de acertos: 63,5%

** p<.01; ***p <.001

ANEXO 5: PESQUISA SOBRE FATORES SUBJACENTES

TABELA 2.1

CATEGORIZAÇÃO DOS ITENS DO QUESTIONÁRIO COM JOVENS BRASILEIROS DAS CAPITAIS: PORTO ALEGRE, SÃO PAULO E RECIFE

Dados Bio-Socio-Demográficos	Identificação pessoal	1, 2, 3, 4,5
	Fatores econômicos	6, 10, 15, 16, 17, 18, 19, 53e, 53g, 61, 62, 81g
	Habitação	11, 12, 15, 16,17, 18, 44e, 53c
	Deficiência	20, 21, 22, 38, 53j, 66º, 88j, 89 a, 89l, 105i,105u, 105aa, 105ll, 105oo, 105rr, 105ww
Família	Constituição familiar	7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 35, 39, 89e, 89p,
	Origem da família	9, 13, 14,53b, 53c
	Paternidade/Maternidade	35,36, 38, 39, 40, 41, 42
	Separação	89e, 89p
	Satisfação/Apoio	52g, 82, 86a, 100c, 103d
Saúde/Qualidade de Vida	Auto-avaliação	23, 44
	Episódios de doença	24, 25, 26
	Avaliação do serviço	27, 28
Sexualidade	Orientação sexual	29, 66u, 66v, 88c
	Experiências	30, 31, 44c
	Prevenção contracepção/Aids	32, 33, 43
	Gravidez	34, 35, 36, 37, 38, 41, 66aa
Acesso Digital	Internet/Cartão	18e, 94k, 96e, 106, 107, 108
Educação	Vida escolar	45, 46, 47, 48, 50, 51, 53, 54
	Avaliação da escola	49, 52a, 52b, 52c, 52d, 52h, 52i
	Importância presente/futuro	52e, 52f, 52m, 52n, 52q, 52r
	Satisfação/Apoio	52i, 52j, 52k, 52l
	Auto-avaliação	52o, 52p,
Trabalho	Sociodemográficos	55, 56, 60, 61, 62, 64, 65
	Conceito	57, 58, 59
	Satisfação	63, 66, 67, 68
	Necessidade	52q, 53e, 53h
	Índice de Satisfação com o Trabalho	67

Comportamentos de risco	Drogas	Uso/Freqüência	69, 70, 72, 73, 74, 75, 89o
		Motivos	71, 74, 76
	Suicídio	Pensamento/Tentativa	77, 78, 79
	Sexualidade	Prevenção contracepção/Aids	32, 33, 43
	Violência	Atos violentos/ Conflito com a lei	86, 89f, 89j, 89k, 89r, 105j
Exposição a risco	Violência intrafamiliar	Emocional	80a, 80b, 80d, 80f, 80k, 80l, 82, 89b
		Física	80c, 80e, 80g, 82, 89b
		Sexual	80h, 80i, 80j, 82
		Segurança doméstica	82
	Violência comunidade	Emocional	81 a, 81b, 81d, 81f, 81k, 81l, 89q
		Física	81c, 81e, 81g, 89q
		Sexual	81h, 81i, 81j
		Segurança social	83, 84, 85, 104c
	Sexualidade	Prevenção contracepção/Aids	32, 33, 43
	Macrossistema	Preconceito	88, 105oo
		Medo	82d, 82h, 87
	Eventos de Vida	Institucionalização/Rua/Fuga de casa	89f, 89g, 89h, 89i
		Conflito com a lei	89f, 89j, 89k, 89r
		Empobrecimento/Dificuldade	89c, 89d, 89n
		Separação/Perda família	89e, 89k, 89m, 89p
Suicídio/Pensamento/Tentativa		77, 78, 79	

Fatores de proteção	<i>Sociais</i>	<i>Lazer</i>	94a – 94n
		<i>Rede de apoio</i>	27, 28, 44b, 48, 52c, 52d, 52i, 52k, 52j, 52l, 52i, 53d, 66m, 73, 93, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105aa,
		<i>Família/Satisfação/Apoio</i>	52g, 82, 86a, 100c, 103d
		<i>Amigos</i>	44b, 44d, 52d, 52k, 52l, 71f, 86d, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103d, 105q
	<i>Pessoais</i>	<i>Espiritualidade</i>	90, 91, 92, 93, 103k, 105n
		<i>Valores/Moralidade</i>	103a – 103m
		<i>Auto-Estima/ Criatividade</i>	105a, 105h, 105i, 105r, 105x, 105z , 105cc, 105hh, 105kk, 105ll, 105mm, 105rr
		<i>Realização/Bem-estar</i>	105e, 105k, 105l, 105t, 105y, 105ii, 105nn, 105pp, 105qq, 105ss, 105tt
		<i>Otimismo</i>	105c, 105w, 105bb, 105uu
		<i>Sentido para a vida</i>	105b, 105g, 105dd
		<i>Humor</i>	105d, 105f, 105j, 105m, 105p, 105v, 105ee
		<i>Altruísmo/Sociabilidade</i>	105o, 105q, 105ww
		<i>Auto-Eficácia</i>	105n, 105s, 105u, 105ff, 105gg, 105jj, 105vv
		<i>Perspectiva futura</i>	52f, 52q, 52m, 52n, 52r, 86e, 109

QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA COM OS JOVENS BRASILEIROS NAS CAPITALS
PORTO ALEGRE, RECIFE E SÃO PAULO

DATA: _____ NOME DO ENTREVISTADOR: _____ LOCAL DA
ENTREVISTA: _____

NOME: _____ TELEFONE: _____

1. Sexo: a. () Masculino b. () Feminino 2. Idade: _____

3. Cidade/Estado onde nasceu: _____

4. Cor: a. () Branca b. () Negra c. () Parda d. () Amarela e. () Indígena

5. Estado Civil:

a. () Solteiro b. () Casado c. () Divorciado d. () Separado e. () Viúvo f. () Outros

6. Quem sustenta financeiramente a sua casa? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- () Eu
() Pai
() Mãe
() Irmão/Irmã
() Meu/Minha Companheiro(a)
() Padrasto/Madrasta
() Outros. Quem? _____

7. O seu pai está vivo?

- () Sim b. () Não c. () Não sei

8. A sua mãe está viva?

- a. () Sim b. () Não c. () Não sei

9. Onde seus pais nasceram? Marque com X:

	Pai	Mãe
a. Capital desse estado onde você mora		
b. Interior desse mesmo estado		
c. Capital de outro estado		
d. Interior de outro estado		
e. Outro país		
f. Não sei		

10. Qual é o grau de instrução de seu pai e da sua mãe? Marque com X:

	Pai	Mãe
a. Sabe ler, mas não foi à escola		
b. Analfabeto		
c. Fundamental incompleto (1º grau)		
d. Fundamental completo (1º grau)		
e. Médio incompleto (2º grau)		
f. Médio completo (2º grau)		
g. Superior incompleto (universitário)		
h. Superior completo (universitário)		
i. Não sei		

11. Quem mora na sua casa? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Pai
- Mãe
- Padrasto
- Madrasta
- Irmãos
- Avô
- Avó
- Tios
- Pais adotivos
- Filho(s)
- Companheiro(a)
- Outros: _____

12. Com relação à idade das pessoas que moram com você, quantas possuem:

	Uma pessoa	Duas pessoas	Três pessoas	Quatro ou mais pessoas
Até 5 anos				
Entre 6 e 14 anos				
Entre 15 e 24 anos				
Entre 25 e 40 anos				
Acima de 40 anos				

13. Você morava em alguma outra cidade imediatamente antes de morar onde mora hoje?

- a. Não, sempre morei aqui (Se marcar essa alternativa, pule para a questão 15)
- b. Morei no interior do mesmo estado
- c. Morei na capital de outro estado
- d. Morei no interior de outro estado
- e. Morei em outro país

14. Se você se mudou, por que foi? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Busca de uma melhor condição financeira (trabalho para você ou para seus pais)
- b. Para estudar
- c. Para receber melhor assistência médica

- d. Transferência de emprego(sua ou dos seus pais)
- e. Para casar
- f. Não sabe/Não se lembra
- g. Outro Qual? _____

15. Quantos quartos tem sua casa? _____

16. Quantos banheiros tem sua casa? _____

17. De que material a sua casa é construída?

- a. Alvenaria (tijolo)
- b. Madeira
- c. Papelão
- d. Amianto, barro
- e. Outro Qual? _____

18. Marque quais serviços que sua casa possui:

- a. Água encanada
- b. Energia elétrica
- c. Rede de esgoto
- d. Telefone
- e. Internet
- f. Coleta de lixo

19. Qual a média da renda mensal familiar do seu domicílio?

- R\$ 0-100
- R\$ 101-200
- R\$ 201-300
- R\$ 301-400
- R\$ 401-500
- R\$ 501-600
- R\$ 601-800
- R\$ 801-1.000
- R\$ 1.001-1.200
- Acima de R\$ 1.200

Se você tem algum tipo de deficiência, responda as questões abaixo. Se não, passe para a pergunta número 23:

20. Que tipo de deficiência você tem?

- Visual
- Auditiva
- Física
- Outra Qual? _____

21. Há quanto tempo você convive com esta deficiência?

- a. () Desde que nasci
- b. () Há mais de três anos
- c. () De um há três anos
- d. () De um ano pra cá

22. Sua deficiência foi causada por:

- a. () Problemas na gestação
- b. () Acidente Qual? _____
- c. () Doença Qual? _____
- d. () Outro Qual? _____

23. Por favor, marque X para como você avalia:

	Muito ruim	Ruim	Nem ruim nem boa	Boa	Muito boa
a. A sua saúde					
b. A sua qualidade de vida					
c. A sua aparência física					

24. Por favor, marque o número correspondente a quantas vezes no último ano, você:

b. Foi ao médico	0	1	2	3	4 ou mais	Não lembra
c. Esteve hospitalizado	0	1	2	3	4 ou mais	Não lembra
d. Faltou ao trabalho ou escola por estar doente	0	1	2	3	4 ou mais	Não lembra

25. Você tem alguma doença crônica (diabetes, AIDS, câncer, insuficiência renal, outra)?

- () Sim Qual? _____
- () Não

26. Você precisa tomar algum remédio todos os dias? (exceto pílula anticoncepcional)

- () Sim Qual? _____
- () Não

27. Você utiliza os serviços do posto de saúde da sua comunidade?

- () Sim
- () Não (Se você não utiliza, pule para a questão 29)
- () Não há posto de saúde

28. Como você avalia os serviços do posto de saúde da sua comunidade? Marque com X a sua resposta:

	Muito ruim	Ruim	Regular	Bom	Muito bom
a. Quanto à localização					
b. Quanto à facilidade de receber atendimento					
c. Quanto à qualidade (profissionais, infraestrutura)					

29. Qual a sua orientação sexual?

- Heterossexual
- Homossexual
- Bissexual
- Transexual

30. Você já teve sua primeira relação sexual?

- Sim Com que idade? _____
- Não (Se não, pule para a questão 43)

31. Se sim, com quem foi?

- Namorado(a)
- Amigo(a)
- Marido/Esposa
- Parente Qual? _____
- Outro Qual? _____

32. Você ou sua parceira utilizam algum método para evitar filhos?

- a. Nunca (Pule para a questão 34)
- b. Às vezes
- c. Sempre

33. Qual método você usa para evitar filhos? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- Esterilização feminina
- Pílula anticoncepcional
- Espuma ou geléia vaginal
- Injeções anticoncepcionais
- Diafragma
- DIU
- Camisinha
- Tabela, ritmo, calendário
- Coito interrompido
- Esterilização masculina
- Outros métodos _____

34. Quantas vezes você esteve grávida - ou a sua parceira (namorada, esposa)?

- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6 ou mais
- Nenhuma (Pule para a questão 43)
- h. Não sei

35. Quantos filhos estão vivos hoje? _____

36. O que aconteceu com os outros filhos?

	Quantos? (escreva o número)
a. Sofreram aborto natural	
b. Sofreram aborto provocado	
c. Morreram no parto	
d. Morreram entre 0 e 1 ano	
e. Morreram com mais de 1 ano	

37. Qual a sua idade quando teve seu primeiro filho nascido vivo? _____ anos

38. Você teve algum(a) filho(a) portador(a) de deficiência?

() Sim Quantos? _____ De que tipo? _____

() Não

() Não sei

39. Quantos filhos moram com você hoje? _____

40. Com quem seus filhos moram?

() Comigo

() Com o pai/mãe

() Avôs/Avós

() Outro parente

() Abrigos

() Família adotiva

() Não sei

41. Se você ou sua parceira já esteve grávida, marque X na sua resposta:

	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo
a. Esse foi um importante momento da minha vida			
b. A gravidez foi desejada			
c. Eu me senti envergonhado(a)			
d. A gravidez foi motivo de preocupação			
e. Escondi a gravidez			
f. Eu me senti orgulhoso(a)			
g. Perdi o emprego, por causa da gravidez			
h. Eu me casei			
i. Fui obrigado(a) a casar			
j. Comecei a trabalhar, por causa da gravidez			
k. Parei de estudar, por causa da gravidez			

42. Se você já foi mãe ou pai, marque X na sua resposta:

	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo
a. Esse foi um importante momento da minha vida			
b. Comecei a trabalhar para criar meu(s) filho(s)			
c. Abandonei os estudos para trabalhar			
e. Gostaria de ter outro(s) filho(s)			
f. O nascimento da criança mudou a minha dinâmica de vida			
g. Abandonei os estudos para cuidar do bebê			
h. Minha família ajuda financeiramente a meu(s) filho(s)			
i. Minha família ajuda com a criação de meu(s) filho(s)			

43. Qual método você usa para evitar AIDS? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- Não tenho relações sexuais
- Faço exames médicos freqüentes
- Uso camisinha
- Não compartilho seringas
- Não beijo na boca
- Não faço sexo oral
- Tomo cuidados de higiene
- Não faço nada para me prevenir
- Outro Qual? _____

44. Sobre a sua qualidade de vida, marque com um X o seu grau de satisfação com:

	Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
a. Você mesmo					
b. Suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)					
c. Sua vida sexual					
d. O apoio que recebe dos amigos					
e. As condições do local onde mora					

45. Você já estudou ou estuda em escola?

- a. Estudo _____ série
- b. Nunca estudei (Se marcar esta opção, pule para a questão 55)

c. () Estudei até a _____ série (Se marcar esta opção, pule para a questão 53)

46. Qual o turno em que você frequenta a escola?

- () Manhã
- () Tarde
- () Noite
- () Integral

47. Quantas vezes por semana, em média, você vai à aula?

- () 1
- () 2
- () 3
- () 4
- () 5

48. Você recebe bolsa/auxílio (bolsa escola, bolsa alimentação, etc.)? (marque mais de uma se for o caso)

- () Não recebo bolsa
- () Bolsa escola
- () Bolsa alimentação
- () Bolsa de estudo
- () Agente Jovem
- () Crédito educativo
- () Outra _____

49. Como você avalia a qualidade da sua escola?

- () Muito ruim
- () Ruim
- () Razoável
- () Boa
- () Muito boa

50. Você já foi reprovado?

- a. () Não
- b. () Uma vez
- c. () Duas vezes
- d. () Três vezes
- e. () Quatro vezes
- f. () Cinco vezes
- g. () Seis vezes ou mais

51. Você já foi expulso de alguma escola?

- a. () Sim Por quê? _____
- b. () Não

52. Por favor, marque com X a sua opinião sobre os seguintes fatos:

Na escola...	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo
a. Eu me sinto bem quando estou na escola			
b. Gosto de ir para a escola			
c. Gosto da maioria dos meus professores			
d. Gosto da maioria dos amigos que tenho na escola			
e. Meus estudos têm uma grande importância para mim hoje			
f. Meus estudos têm uma importância pra mim no futuro			
g. Meus pais ou familiares incentivam muito os meus estudos			
h. Quero continuar meus estudos nessa escola			
i. Posso contar com meus professores ou alguém da equipe escolar (orientador, coordenador)			
j. Confio na maioria dos meus professores			
k. Se precisar, sei que posso contar com a ajuda dos amigos			
l. Confio nos amigos da escola			
m. Tenho muito desejo de fazer uma faculdade			
n. Minha realização pessoal envolve fazer uma faculdade			
o. Considero-me um bom estudante			
p. Sei que tenho condições de entrar numa universidade			
q. Só quem vai à escola particular pode entrar na universidade			
r. Para alcançar o que sonho preciso estudar muito			

(Se você está estudando e respondeu as perguntas acima, pule para a questão 55)

53. Se você não está estudando agora, por que parou? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. () Não gostava, ia mal na escola
- b. () Mudei de moradia (cidade, bairro, etc.)
- c. () Saí de casa
- d. () Não tinha vaga
- e. () Precisei trabalhar
- f. () A escola era longe
- g. () Não tinha dinheiro para comprar material, uniforme, etc.
- h. () Fui expulso(a)
- i. () Já concluí os estudos

- j. () Por ser deficiente
- k. () Não lembro
- l. () Outro. Qual? _____

54. Há quanto tempo parou de estudar?

- a. () Não me lembro
- b. () Até 6 meses
- c. () Mais de 6 meses até 1 ano
- d. () Mais de 1 ano até 2 anos
- e. () Mais de 2 anos até 5 anos
- () Mais de 5 anos

55. Você trabalha ou trabalhou nos últimos 12 meses?

- a. () Sim
- b. () Não

56. Marque mais de um item se for o caso:

Atualmente, você...

- () Não trabalha e não está procurando trabalho
- () Não trabalha e está procurando trabalho
- () Trabalha com carteira assinada
- () Trabalha sem carteira assinada
- () Trabalha por conta própria
- () Faz “bicos”
- () Realiza trabalhos voluntários (sem pagamento/remuneração)
- () Ajuda nas atividades de sua própria casa (sem pagamento/remuneração)
- () Trabalha para outra pessoa, mas não ganha nada com isso

57. Que palavra tem o mesmo significado da palavra trabalho para você?

58. Que palavra tem um significado oposto ao significado da palavra trabalho?

59. Marque com um X, qual é a sua opinião sobre as seguintes questões relacionadas ao trabalho:

	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo
a. Trabalho é qualquer atividade que exija força, energia ou esforço para ser feita			
b. Trabalho é qualquer atividade que produz algo útil à nossa vida ou à vida de outras pessoas			
c. O trabalho é algo difícil, duro e penoso, mas temos obrigação de fazer, porque Deus disse que devemos			

ganhar o pão com o suor do nosso rosto			
d. Trabalho é uma colocação numa empresa, com carteira assinada			
e. O trabalho é aquilo que mostra que uma pessoa é digna e honrada			
f. O trabalho de uma pessoa é um produto que se pode vender			
g. É o trabalho de uma pessoa que diz quem ela é para os outros			
h. É o trabalho que mostra que uma pessoa tem saúde física e mental			
i. Trabalhar é ter idéias			
j. Trabalho é aquilo que se faz para ganhar dinheiro			

Caso não esteja trabalhando, pule para a questão 66.

60. Que meio de transporte utiliza para ir ao trabalho? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. A pé
- b. Carro ou motocicleta particular
- c. Transporte coletivo (ônibus, trem, metrô etc.)
- d. Uso o transporte da empresa onde trabalho
- e. Bicicleta
- f. Não preciso me deslocar para ir ao trabalho
- g. Uso outro meio de transporte Qual? _____

61. Qual a sua renda mensal média?

- a. R\$ 0-100
- R\$ 101-200
- R\$ 201-300
- R\$ 301-400
- R\$ 401-500
- R\$ 501-600
- R\$ 601-800
- R\$ 801-1.000
- R\$ 1.001-1.200
- Acima de R\$ 1.200

62. Você recebe algum tipo de auxílio do seu trabalho (vale refeição, cesta básica, vale transporte)?

- a. Sim
- b. Não

63. Nos últimos 30 dias sobrou algum dinheiro do que você ganhou com o seu trabalho?

- a. Sim
- b. Não

64. Como você recebe seu pagamento?

- a. A cada dia trabalhado
- b. Semanalmente
- c. Quinzenalmente
- d. Mensalmente
- e. Não tem regularidade
- f. Não recebo pagamento

65. Quantas horas por dia você dedica ao trabalho? _____ horas

66. Marque com X a sua opinião sobre a influência de cada uma das características abaixo para que, na sociedade atual, uma pessoa possa conseguir um trabalho:

	Atrapalha	Não interfere	Ajuda
a. Ser casado			
b. Ser solteiro			
c. Ser branco			
d. Ser indígena			
e. Ser mestiço			
f. Ser negro			
g. Ser oriental			
h. Saber ler e escrever			
i. Ter o ensino fundamental completo (1o grau)			
j. Ter o ensino médio completo (2o grau)			
k. Ter um curso de nível superior completo (universitário)			
l. Estar estudando			
m. Estar sem estudar			
n. Morar perto do local de trabalho			
o. Ter experiência de trabalho anterior			
p. Ter a indicação de um amigo			
q. Ser indicado por uma instituição (igreja, ONG)			
r. Ter filhos			
s. Ter alguma deficiência (física, visual, auditiva, mental)			
t. Ser homem			
u. Ser mulher			
v. Ter feito algum curso profissionalizante			
w. Saber lidar com computadores e informática			
x. Saber outro idioma além do português			
y. Ser heterossexual			
z. Ser homossexual			
aa. Ser jovem			
bb. Ser idoso			
cc. Gozar de boa saúde			

dd. Ter dentes bem cuidados			
ee. Estar grávida			
ff. Ter cumprido o serviço militar obrigatório			
gg. Ter todos os documentos			
hh. Ter conta bancária			
ii. Ter uma religião			
jj. Usar roupas novas e bem cuidadas			
kk. Mostrar que precisa de trabalho			
ll. Mostrar que tem competência			

67. Com relação ao seu trabalho atual, marque com X a sua opinião para as seguintes frases:

No trabalho...	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo
a. Eu estou sempre aprendendo coisas novas			
b. Se eu continuar nesse trabalho, sei que vou passar o resto da vida fazendo a mesma coisa			
c. Eu tenho boas relações com os meus colegas			
d. Eu sinto que trabalho demais			
e. Minhas tarefas são desafiadoras e variadas			
f. Eu trabalho nesse lugar porque preciso, mas não tenho interesse e nem gosto do que faço			
g. Meus horários são inconvenientes			
h. Eu sei que não vou ser posto na rua de uma hora pra outra			
i. Tenho que fazer muita coisa para as quais eu não estou preparado			
j. As pessoas dão valor ao meu trabalho			
k. Eu tenho que fazer as coisas como meus chefes mandam, não posso sugerir inovações			
l. Eu estou satisfeito com o que ganho			
m. Eu sinto vergonha do meu trabalho			
n. Eu tenho segurança e conforto			

68. Marque com um X, a sua opinião sobre o que você espera de seu trabalho:

Eu gostaria que meu trabalho me oferecesse...	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo
a. Oportunidades de aprender coisas novas			
b. Possibilidade de crescimento profissional			
c. Boas relações com os colegas			
d. Mesma quantidade de horas de trabalho por dia			
e. Horários mais convenientes			

f. Possibilidade de pensar, tomar decisões, sugerir e criar			
g. Garantia de satisfação pessoal			
h. Garantia de não perder o trabalho de uma hora pra outra			
i. Ter tarefas para as quais sinto segurança para realizar			
j. Saber que as outras pessoas acham meu trabalho bom			
k. Dar sugestões e perceber que são aceitas			
l. Possibilidades de ganhar bem			
m. Possibilidades de ter orgulho do que faço			
n. Um local limpo, seguro e confortável para trabalhar			

69. Marque sim ou não para cada item em cada uma das colunas:

		Caso já tenha experimentado algumas das drogas citadas, responda a essas duas colunas:	
Tipo de droga	Já experimentou	De um ano pra cá, usou?	De um mês pra cá, usou?
Vinho ou cerveja	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Outra bebida alcoólica	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Cigarro comum	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Maconha	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Haxixe	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Cola	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Loló	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Lança	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Cocaína	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Crack	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Remédios	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Chás	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não
Outra _____	() Sim () Não	() Sim () Não	() Sim () Não

70. De um mês pra cá, quantos dias você fez uso das drogas abaixo? Marque com X:

Tipo de droga	Todos ou quase todos os dias (20 dias ou mais)	Alguns dias (4 a 19 dias)	Poucos dias (1 a 3 dias)	Não usou
a. Bebida alcoólica				
b. Cigarro comum				
c. Drogas ilícitas (maconha, cocaína, crack, etc.)				

71. Se você usa ou já usou drogas (incluindo cigarro e álcool), qual é o motivo? (marque mais de uma resposta se for o caso) (Se não usa nenhum tipo de droga, pule para a questão 76)

- a. Não sei
- b. Acho legal, gostoso, divertido
- c. Para me sentir mais solto (desinibido)
- d. Para me sentir mais forte e corajoso
- e. Porque é fácil conseguir
- f. Porque os meus amigos usam
- g. Para esquecer a tristeza e os problemas
- h. Outro. Qual? _____

72. Qual dessas drogas você já tentou parar de usar? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Bebida alcoólica
- b. Cigarro comum
- c. Drogas ilícitas (maconha, cocaína, crack, etc.)
- d. Nunca tentei parar de usar (pule para a questão 75)

73. Alguém ajudou você nessa tentativa? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- Tentei sozinho
- Tentei com um amigo/grupo de amigos
- Alguém da igreja
- Alguém de instituição (educador, assistente social)
- Alguém do hospital ou posto de saúde
- Alguém da família
- Outros _____

74. Se você parou de usar drogas ilícitas, qual o motivo? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- Não sei
- A família é contra
- Amigos, namorado(a) são contra
- Por causa da religião
- Por medo da polícia
- Por causa da saúde
- Medo de viciar
- Usou e passou mal
- Outro Qual? _____

75. Como você consegue (conseguiu) as drogas (ilícitas) que você usa (usou)? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Pedi/ganhei de alguém
- b. Comprei pessoalmente
- c. Pedi para outra pessoa comprar
- d. Outros Qual? _____

76. Se você nunca usou drogas ilícitas, por que você nunca usou? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- Não sei
- A família é contra
- Amigos, namorado(a) são contra
- Por causa da religião
- Por medo da polícia
- Por causa da saúde
- Medo de viciar
- Outro Qual? _____

77. Você já tentou se matar?

a. Nunca tentei. (Se você nunca tentou, passe para a questão 80).

b. Já tentei Quantas vezes? _____

78. Se você já tentou se matar, como foi? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Com faca, tesoura, canivete
- b. Com revólver
- c. Enforcado
- d. Com substâncias químicas (remédios, venenos)
- e. Provocando acidente com veículo
- f. Queda provocada
- g. Com fogo
- h. Outro Qual? _____

79. Por que você tentou se matar? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Falta de sentido para viver
- b. Desilusão amorosa
- c. Dificuldades financeiras
- d. Por causa do vício em drogas
- e. Por problemas na família
- f. Outro Qual? _____

80. Marque com que frequência, utilizando a escala de 1 a 5 a seguir, ocorrem estes fatos:

Nunca	Muito raramente	Raramente	Freqüentemente	Muito freqüentemente
1	2	3	4	5

Alguém com quem eu moro ou morei já... (durante toda a sua vida)	Freqüência	Quem? (mãe, pai, irmão, amigo, padrasto, madrasta, tios, etc.)
Gritou comigo e me deu bronca exagerada		
Fez ameaças de me bater		
Me deu de fato um soco, tapa, empurrão		
Me ameaçou com um objeto (pedaço de madeira, ponta de cigarro, etc.)		

Me agrediu com objetos (pedaço de madeira, ponta de cigarro, etc.)		
Me ameaçou com arma (faca, revólver)		
Me agrediu com arma (faca, revólver)		
Tentou mexer no meu corpo, me beijar à força		
Mexeu de fato no meu corpo, me beijou à força		
Teve relação sexual forçada comigo		
Me ameaçou de castigo		
Me deu de fato um castigo		

81. Marque com que frequência, utilizando a escala de 1 a 5 a seguir, ocorrem estes fatos:

Nunca	Muito raramente	Raramente	Freqüentemente	Muito freqüentemente
1	2	3	4	5

Na minha comunidade ou em outros locais por onde eu ando (escola, igreja, centros comunitários, locais de festa, etc.), alguém... (durante toda a sua vida)	Freqüência	Quem? (por exemplo: professor, amigo, desconhecido, etc.)
a. Gritou comigo e me deu bronca exagerada		
b. Fez ameaças de me bater		
c. Me deu de fato um soco, tapa, empurrão		
d. Me ameaçou com objeto (pedaço de madeira, ponta de cigarro, etc.)		
e. Me agrediu com objeto (pedaço de madeira, ponta de cigarro etc.)		
f. Me ameaçou com arma (faca, revólver)		
g. Me agrediu com arma (faca, revólver)		
h. Tentou mexer no meu corpo, me beijar à força		
i. Mexeu de fato no meu corpo, me beijou à força		
j. Teve relação sexual forçada comigo		
k. Me ameaçou de castigo		
l. Me deu de fato um castigo		

82. Marque com X a sua opinião sobre os fatos seguintes:

Em minha casa...	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo
a Gosto de ficar sozinho(a)			
b Sinto-me seguro com a minha família			
c Fico à vontade			
d Tenho medo de receber ameaças			
e Tenho privacidade			
f O ambiente é pesado			
g Há muitas brigas e discussões			

h Fico com medo de ser cobrado			
i É melhor do que ficar na rua			
j Presencio situações de alcoolismo			
k Há pessoas que são ãde luaã			
l As pessoas me acolhem com carinho			
m As pessoas são indiferentes à minha presença			
n Há divisão das tarefas domésticas			
o Encontro o apoio do qual necessito			
p Há respeito mútuo entre as pessoas			
q As pessoas dão atenção ao que falo			
r Alguém quer mandar mais do que os outros			
s As pessoas se ajudam mutuamente			

83. Em geral, como você descreveria a segurança da sua comunidade?

- a. Muito insegura
- b. Insegura
- c. Mais ou menos segura
- d. Segura
- e. Muito segura
- f. Não sei

84. Qual dessas situações você encontra/vivencia no local onde você mora? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Tráfico de drogas
- b. Batidas policiais
- c. Assaltos, roubos
- d. Tiroteios
- e. Nenhuma das anteriores

85. Você já sofreu alguma violência por parte da polícia?

- a. Não
- b. Sim. De que tipo? _____
Quando foi? _____

86. Em sua opinião, quais são as razões principais para os adolescentes cometerem atos de violência? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- Problemas na família
- Busca de identidade e respeito
- Busca de proteção
- Busca de pertencimento ao grupo
- Busca de melhor condição financeira
- Outro Qual? _____

87. Qual o seu maior medo? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. () Perder algum familiar ou alguém que ama muito
- b. () Morrer
- c. () Sofrer algum acidente
- d. () Sofrer violência
- e. () Não ter emprego
- f. () Ficar sozinho
- g. () Outro. Qual? _____

88. Marque com um X a coluna referente à sua resposta para cada item:

	Nunca	Às vezes	Sempre
a. Sofro preconceito por morar onde moro (bairro, vila)			
b. Acho que tenho desvantagens por conta do meu sexo (homem/mulher)			
c. Sou discriminado por minha orientação sexual (heterossexual, homossexual, bissexual, transexual)			
d. Sofro preconceito racial (por conta da minha cor)			
e. Sinto que estou em desvantagem por estudar em escola pública			
f. Sofro discriminação por conta da profissão dos meus pais			
g. Já passei por preconceito por causa da minha classe socioeconômica			
h. Sofri preconceito por causa da minha religião			
i. Já estive em desvantagem por conta da minha aparência física			
j. Sofro discriminação por ser deficiente			

89. Marque com um X a coluna referente à sua resposta para cada item:

	Sim	Não
a. Nasci com uma deficiência		
b. Vivencio violência dentro da minha casa		
c. O nível econômico da minha família baixou de uma hora para outra		
d. Alguém em minha casa está desempregado		
e. Meus pais se separaram		
f. Já estive internado em instituição (abrigos, FEBEM, orfanato, etc.)		
g. Já fugi de casa		
h. Já fui menino(a) de rua		
i. Já dormi na rua		
j. Já fui preso		
k. Alguém da minha família está ou esteve preso		
l. Sofri algum acidente que me trouxe alguma deficiência		
m. Alguém muito importante pra mim faleceu		
n. Passei fome		
o. Já me envolvi com tráfico de drogas		
p. Já morei com pessoas diferentes das que moro hoje		

q. Vivencio violência na minha comunidade		
r. Já tive problemas com a justiça		

90. Você acredita em Deus (poder, espírito, inteligência ou força superior)?

- Sim
 Não
 Não sei

91. Com relação à sua religião/doutrina/crença, você se considera...

- a. Não acredito em Deus (ateu)
b. Sem religião (mas acredito em Deus)
c. Católico
d. Protestante
e. Evangélico
f. Espírita
g. Umbandista
h. Candomblé
i. Outro _____

92. Marque com um X a sua opinião em cada item:

	Nem um pouco	Pouco	Nem muito nem pouco	Muito	Bastante
a. A religião/espiritualidade tem sido importante para a minha vida					
b. Costumo freqüentar encontros religiosos					
c. Costumo ler escrituras sagradas ou fazer orações no meu dia-a-dia					
d. Costumo agradecer a Deus pelo que acontece comigo					
e. Peço ajuda a Deus para resolver meus problemas					
f. Costumo ler escrituras sagradas ou fazer orações quando estou em momentos difíceis					
g. Busco ajuda da minha instituição religiosa (igreja, templo, etc.) quando estou em dificuldades					

93. Se você já buscou ajuda em alguma organização religiosa, de que tipo foi? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- Espiritual
 Emocional
 Material

Não busquei

94. O que você gosta de fazer em suas horas de lazer? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Trabalhar
- b. Estudar
- c. Praticar esportes
- d. Brincar
- e. Passear
- f. Assistir TV
- g. Ouvir ou tocar música
- h. Desenhar/pintar/ artesanato
- i. Namorar
- j. Descansar
- k. Navegar na Internet
- l. Festas
- m. Nada
- n. Outros _____

95. Você tem amigos(as)?

- Sim
- Não

96. De onde são seus amigos(as)? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- Não tenho amigos
- Escola
- Bairro
- Rua
- Internet
- Outros Quais? _____

97. Você tem um melhor amigo (a)?

- a. Sim Do mesmo sexo que eu ()
 De sexo diferente do meu ()
- b. Não

98. Que tipo de apoio amigos(as) devem dar uns aos outros? (marque mais de um se for o caso)

- a. Emocional
- b. Material
- c. Espiritual
- d. Nas atividades (de casa, da escola)
- e. Social (participar em festas, momentos de lazer, pertencer a grupos)
- f. Outro Qual? _____

99. Que tipo de apoio você recebe dos seus amigos(as)? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Não tenho amigos
- b. Emocional
- c. Material
- d. Espiritual
- e. Para fazer minhas tarefas (de casa, da escola)
- f. Social
- g. Não posso contar com eles

100. Que tipo de apoio você dá para os seus amigos(as)? (marque mais de uma resposta se for o caso)

- a. Não tenho amigos
- b. Emocional
- c. Material
- d. Espiritual
- e. Para fazer as suas tarefas (de casa, da escola)
- f. Social
- g. Não podem contar comigo

101. Qual é o nível de confiança que você tem nas seguintes instituições?

	Nenhum	Baixo	Médio	Alto
a. Justiça				
b. Polícia				
c. Prefeitura				
d. Governo estadual				
e. Governo federal				
f. Organização comunitária				
g. Vizinhança				
h. Conselho tutelar				
i. Amigos				
j. Escola				
k. Família				
l. Posto de saúde				

102. Qual o nível de ajuda você espera receber dos grupos a seguir?

	Nenhum	Baixo	Médio	Alto
Família				
Vizinhos				
Amigos				
Liderança religiosa/grupo				
Liderança comunitária				
Polícia				
Prefeitura				
Colegas de trabalho				

103. Marque com um X a importância que as seguintes afirmações têm pra você:

	Mínima	Pouca	Nem muita nem pouca	Muita	Máxima
a. Preservar e respeitar a vida humana					
b. Garantir o direito de ter bens materiais sem que ninguém mexa neles					
c. Falar a verdade					
d. Ter boas relações com familiares e amigos					
e. Amar e ter relacionamentos					
f. Obedecer às autoridades					
g. Garantir que as pessoas vivam mais e melhor					
h. Cumprir as leis e regras da sociedade					
i. Manter a palavra e cumprir promessas e contratos					
j. Lutar para que todos tenham seus direitos respeitados					
k. Amar e servir a Deus (poder, espírito, inteligência ou força superior)					
l. Agir conforme manda a consciência					
m. Punir quem age de forma errada					

104. Marque com um X a coluna correspondente à sua opinião sobre as seguintes afirmações:

	Nunca	Às vezes	Sempre
a. Eu me sinto pertencente à minha comunidade			
b. As pessoas no meu bairro são honestas e posso confiar nelas			
c. Eu me sinto seguro na minha comunidade			
d. Minha comunidade tem melhorado nos últimos cinco anos			
e. Eu posso contar com meus vizinhos quando preciso deles			
f. Eu posso contar com meus parentes quando preciso deles			
g. Eu posso contar com alguma organização comunitária quando preciso			
h. Eu posso contar com alguma organização do governo quando preciso			
i. Trabalho como voluntário em alguma organização religiosa ou ONG			
j. Eu posso contar com pessoas amigas			
k. As pessoas amigas podem contar comigo			

105. Marque com um X na coluna correspondente à sua opinião sobre as seguintes afirmações:

	Discordo	Nem concordo nem discordo	Concordo
a. Sinto que sou uma pessoa de valor como as outras pessoas			
b. Estou procurando um sentido para a minha vida			
c. As situações difíceis da vida não me derrubam			
d. Eu acho que sou uma pessoa bem humorada			
e. Eu preciso receber mais atenção			
f. Eu me sinto triste			
g. Minha vida tem um significado muito claro			
h. Eu gostaria de ter mais respeito por mim mesmo(a)			
i. Eu me sinto excluído de oportunidades por ser deficiente			
j. Eu gosto de brigar			
k. Eutoho lembranças negativas da minha infância			
l. Eu sou feliz			
m. Sinto-me tão deprimido(a), que nada poderia me alegrar			
n. Eu espero ajuda de Deus para melhorar de vida			
o. Eu gosto de ajudar as pessoas			
p. Eu me sinto calmo, tranqüilo			
q. Eu tenho facilidade para fazer amigos			
r. Eu me sinto em desvantagem por ser deficiente físico			
s. Eu espero que as pessoas me ajudem a melhorar de vida			
t. Eu não gosto de lembrar do meu passado			
u. Parei de estudar/trabalhar por causa da minha deficiência			
v. Eu sou divertido			
w. Eu penso que serei feliz no futuro			
x. Eu sinto vergonha de ser do jeito que sou			
y. Eu tenho muitas coisas na vida para agradecer			
z. Eu me considero uma pessoa criativa			
aa. Tive ajuda de instituições para superar desvantagens e limitações da deficiência			
bb. Eu me preocupo com o meu futuro			
cc. Às vezes, eu penso que não presto para nada			
dd. Eu entendo o significado da minha vida			
ee. Eu sou irritado			

ff. Sou capaz de fazer tudo tão bem como as outras pessoas			
gg. Eu faço as mudanças acontecerem na minha vida			
hh. Levando tudo em conta, eu me sinto um fracasso			
ii. Eu sou feliz, mesmo sabendo que tenho problemas			
jj. Eu sei o que eu preciso fazer para atingir os meus objetivos			
kk. Às vezes, eu me sinto inútil			
ll. Sinto-me incapaz para atividades cotidianas, por ser deficiente			
mm. Eu acho que tenho muitas boas qualidades			
nn. Eu tenho motivos para me orgulhar na vida			
oo. Eu sofro preconceitos por ser deficiente			
pp. De modo geral, eu estou satisfeito(a) comigo mesmo(a)			
qq. Eu estou satisfeito(a) com a minha vida			
rr. Eu me sinto incapaz para trabalhar, porque sou deficiente			
ss. Eu gosto da minha vida			
tt. Eu sou infeliz, embora não tenha muitas razões para isto			
uu. Eu tenho uma atitude positiva com relação a mim mesmo(a)			
vv. Eu tomo a iniciativa para fazer mudanças na minha vida			
ww. Tenho destaque na minha comunidade, porque sou deficiente			

106. O que você gostaria que acontecesse de bom na sua vida?

ANEXO 6: RECOMENDAÇÕES DE POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE por *VOZES JOVENS*, 2005

Tema	Políticas Propostas
Emprego	Otimizar e expandir as atuais políticas de trabalho para as áreas rurais. O ProJovem e o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego devem ser expandidos para as áreas rurais, e os jovens dessas áreas devem ter acesso mais fácil a crédito, assistência técnica e canais de comercialização de produtos.
	Otimizar a política trabalhista existente. A Lei do Aprendiz poderia ser mais eficaz, expandindo o período de treinamento, facilitando a certificação de empresas como “entidades de qualificação” e adaptando melhor os cursos às demandas do mercado. E também garantindo melhor acesso à educação continuada e ao treinamento no trabalho.
	Promover o empreendedorismo juvenil facilitando o emprego de jovens por empresas ou cooperativas, oferecendo treinamento para empresários e expandindo o crédito através de parcerias público-privadas. Reduzir o custo dos negócios e dar incentivos fiscais para promover o empreendedorismo.
	Desenvolver novos programas e políticas para a juventude, especificamente: redução da semana de trabalho (sem redução de salários), promoção do ecoturismo e de empresas de desenvolvimento sustentável, e incentivos para que empresas empreguem trabalhadores jovens.
Participação cívica	Encorajar os jovens a exercer seus direitos civis tendo em mente diferenças de localização geográfica, raciais, de gênero, de orientação sexual, políticas e religiosas, incluindo também aqueles com deficiências. Criar um centro de informação administrado pelo governo e pela sociedade civil e investir de poder os jovens através do treinamento de lideranças juvenis.
	Garantir a observância de direitos, especialmente do “Estatuto da Criança e do Adolescente”, do “Estatuto da Promoção da Igualdade Racial” e de políticas de direitos sexuais e reprodutivos. Sensibilizar a força policial quanto a questões de direitos humanos. Criar melhor diálogo entre agências que lidam com a juventude e as que tratam de direitos humanos. Apoiar os jovens que foram selecionados através do sistema de ação afirmativa.
	Revitalizar o sistema prisional brasileiro, dando especial atenção às necessidades materiais e psicológicas dos presos e de suas famílias. O direito a cultura, educação, trabalho, saúde e lazer não deve ser ignorado.
	Fortalecer a cultura de respeito aos direitos humanos através de campanhas de massa e de agentes comunitários.
	Formular políticas para os quilombos e reformular as políticas para os povos indígenas. Através do sistema educacional, promover uma auto-imagem positiva entre essas comunidades. Fornecer títulos de terra e

	promover o desenvolvimento econômico. Ajudar a criar associações entre comunidades indígenas e quilombos.
Educação	Fornecer no próprio local a educação nas áreas rurais. Dar reconhecimento governamental oficial à “pedagogia da alternância” e patrociná-la.
	Garantir a provisão de educação pública de alta qualidade. Erradicar o analfabetismo, tornar obrigatório o ensino médio e destinar maior porcentagem do PIB à educação.
	Treinar professores e criar materiais didáticos que mais facilmente alcancem as parcelas excluídas da população, como populações rurais, povos indígenas e membros de quilombos.
	Erradicar o analfabetismo. Pesquisar, avaliar e fortalecer programas existentes e criar novos.
Esportes	Garantir que os jovens brasileiros tenham a opção de praticar esportes para promover seu desenvolvimento como parte de uma comunidade e como indivíduos. Criar bolsas de esporte para escolas e mais espaços para a prática de esportes, especialmente nas escolas.
Lazer	Aumentar o acesso a opções de lazer para todos os jovens, melhorando espaços públicos e criando eventos que ampliem o universo cultural da juventude.
Cultura	Promover a participação cultural tornando mais acessíveis as opções culturais.
	Promover o senso de valor da identidade cultural e da história de comunidades tradicionais.
Comunicação e CTIs	Fortalecer a participação de jovens na produção e no uso de meios de comunicação de massa.
	Garantir acesso a Centros de Tecnologia da Informação em espaços educacionais formais e informais.
Meio ambiente	Treinar jovens como atores ambientais.
	Organizar retiros ambientais para melhor informar e sensibilizar educadores ambientais.
	Garantir a participação de jovens no processo decisório relativo ao meio ambiente.
	Promover o desenvolvimento de microempresas de desenvolvimento sustentável e cooperativas.
	Criar maior consciência ambiental entre os jovens e promover seu envolvimento na proteção dos recursos naturais do país.
Saúde	Adaptar o Sistema Nacional de Saúde para melhor atender os jovens, especialmente no que se refere à área de saúde sexual e reprodutiva.
	Melhorar a saúde pública e o saneamento em comunidades necessitadas e envolver os jovens no processo. Isso seria feito utilizando trabalho juvenil nos projetos de saneamento e empregando jovens como educadores da saúde.
	Incorporar a prevenção da Aids e da malária como partes integrantes da política de saúde para a juventude.

Fonte: Não publicado.

WB176789

C:\Documents and Settings\wb176789\My Documents\Brazil\Youth in Brazil\post DD Draft\Translation\Tradução do Volume II -
format Jan 1 2006.doc

01/04/2006 10:15:00 PM